

Heronides Maurilio de Melo Moura

**O BURACO NEGRO DO VALOR DE VERDADE: A
SEMÂNTICA DOS PREDICADOS VAGOS**

Tese Apresentada ao Curso de Lingüística do
Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade
Estadual de Campinas como requisito parcial para
obtenção do título de Doutor em Lingüística.

Orientador: Prof. Dr. Rodolfo Ilari

Campinas
Instituto de Estudos da Linguagem
1996

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

te exemplar é a redação final da tese
fendida por Heronides Maurilio de

Melo Moura

e aprovada pela Comissão Julgadora em

05/03/96.

Prof. Dr. Rodolfo Ilari

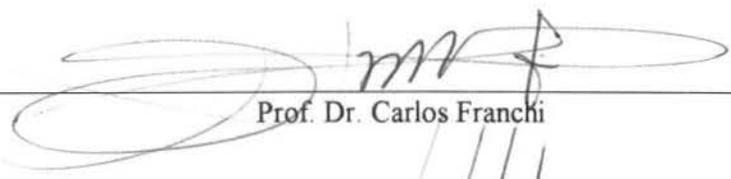
M865b

27070/BC

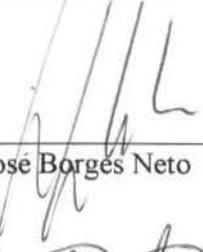
BANCA EXAMINADORA



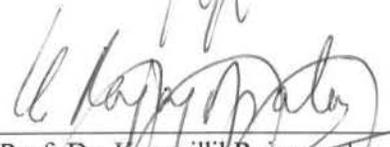
Prof. Dr. Rodolfo Ilari
(Orientador)



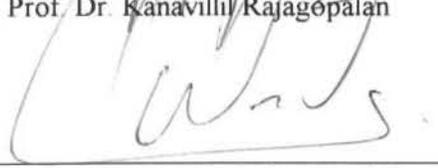
Prof. Dr. Carlos Franchi



Prof. Dr. José Borges Neto



Prof. Dr. Kanavillil Rajagopalan



Prof. Dr. João Wanderley Geraldi

PARA JOSALBA

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Rodolfo Ilari, instigador (involuntário) e incitador (voluntário) das perplexidades expostas na tese, pelo exemplo de seriedade e sobriedade intelectual.

Ao Prof. Oswald Ducrot, pela capacidade de discutir outras perspectivas teóricas e pelo estímulo insuspeito.

Ao Prof. Carlos Franchi, pela tentativa de fazer avançar a rota seguida pela tese, em discussões acaloradas; o seu aporte instigante foi de grande importância.

À UFSC, especialmente aos colegas do DLLV, que autorizaram o meu afastamento para o Doutorado, e aos funcionários do DPG-PRPG, que eficientemente resolveram todos os detalhes envolvendo o meu afastamento.

Aos professores e colegas do IEL, especialmente aqueles que participaram do curso sobre adjetivos, sob a batuta dos Professores Ilari e Ataliba; ali nasceu a idéia da tese.

À CAPES, pela bolsa PICD e pela bolsa sanduíche.

*These are only hints and guesses,
Hints followed by guesses; and the rest
Is prayer, observance, discipline, thought and action*

T.S. Eliot

L' esprit répugne au vague

Paul Valéry

SUMÁRIO

0. INTRODUÇÃO	10
1. Definição e delimitação do conceito lógico de vagueza	
1.0. Introdução	17
1.1. « Línguas logicamente perfeitas » e o postulado da determinação do sentido	19
1.1.1. Frege	19
1.1.2. O <i>Tractatus</i> de Wittgenstein	22
1.2. Definição de vagueza	25
1.3. Vagueza e ambiguidade	27
1.3.1. Testes de ambiguidade e tipos de vagueza	31
1.3.2. Não-dito e generalidade	37
1.4. Dificuldades da definição de vagueza em termos de condições de verdade	40
1.5. Modificação de vagueza	47
1.5.1. Tipos de modificadores de vagueza	49
1.6. Conclusão	54
2. A teoria de Quine e o conceito de vagueza	
2.0. Introdução	56
2.1. A relação mundo-teoria	57
2.2. Postulados empiristas	59
2.3. As sentenças de observação	63
2.4. Indeterminação da tradução e indeterminação da ontologia	72
2.4.1. Prioridade das frases sobre os termos	79
2.4.2. Prioridade do sistema de frases sobre as frases	82
2.5. Conclusão	87

3. Topoi e gradualidade

3.0 Introdução	90
3.1. Definição de topoi e sua relação com a gradualidade do sentido	91
3.2. Os topoi intrínsecos -a argumentatividade no léxico	107
3.3. Um novo conceito de gradualidade e a teoria dos modificadores	126
3.4.1. Problemas da teoria dos topoi	132
3.4.2. A metalinguagem dos topoi como graduais	137
3.4.3. Uma tentativa de definição da gradualidade das palavras	142
3.5 Conclusão	144

4. Aplicação do conceito de vagueza

4.0. Introdução	145
4.1. A teoria de Quine e a comparação	147
4.2. A comparação na teoria de <i>supervaluation</i>	156
4.3. Proposta de uma outra solução	167
4.4. A comparação e a teoria dos topoi	175
4.5. Uma alternativa teórica	187
4.5.1. Complementações de sentido	189
4.5.2. Vagueza e realismo	211

5. CONCLUSÃO	214
---------------------------	-----

6. SUMMARY	219
-------------------------	-----

7. Referências Bibliográficas	220
--	-----

RESUMO

O objetivo desta tese é analisar os predicados vagos, especialmente substantivos e adjetivos, como 'montanha', 'cristão', 'calvo', 'alto', etc. No primeiro capítulo, delimita-se o conceito de vagueza, diferenciando-o de outros conceitos semânticos, como ambigüidade, generalidade e não-dito. Após exposição do conceito de vagueza na teoria de Quine, tenta-se mostrar que a definição de vagueza em termos de condições de verdade (predicados vagos são aqueles que não são nem verdadeiros, nem falsos de certos objetos) apresenta sérios dilemas para uma semântica lógica.

No segundo capítulo, examina-se o contexto teórico no qual se insere o conceito de vagueza de Quine. Mostra-se que a questão da vagueza é extremamente relevante para os problemas (como o da aprendizagem linguística e o da indeterminação da ontologia) que a teoria de Quine põe em jogo e que, ao mesmo tempo, tal questão acarreta alguns dilemas para essa teoria.

No terceiro capítulo, aborda-se em detalhes um modelo semântico (A Teoria dos Topoi, desenvolvida por Ducrot e outros) que tenta dar conta de fatos semânticos abrangidos pela vagueza, entendida como gradualidade de predicados. Argüi-se, então, que a abordagem da Teoria dos Topoi, segundo a qual a gradualidade dos predicados é de natureza argumentativa (um predicado é vago, neste modelo, porque os topoi a eles associados podem ser aplicados com maior ou menor força argumentativa), é insatisfatória na sistematização e explicação do conceito de predicados vagos.

Finalmente, no quarto capítulo, critica-se a descrição semântica dos 'modificadores de vagueza' (especialmente a construção comparativa e os intensificadores) que o conceito de vagueza definido em termos de condições de verdade proporciona (seja na teoria de Quine, seja

em modelos lógicos alternativos, como a teoria de *supervaluation*). Como alternativa a estes modelos (e também à Teoria dos Topoi) é proposto um modelo com marcações de graus de vagueza, no qual sentenças com predicados vagos não são consideradas 'proposições'. Predicados vagos são definidos como aqueles que são passíveis de 'complementação de sentido' (operação semântica que afeta a estrutura semântica de um termo, tornando-o menos vago). A solução proposta leva a uma reavaliação da relação entre sentido e referência.

PALAVRAS-CHAVE: VAGUEZA, SENTIDO, LÓGICA, REFERÊNCIA

0. INTRODUÇÃO

O problema da vagueza provoca sorrisos irônicos em alguns semanticistas. Para uns, tal problema é prova cabal da trama confusa em que se enreda o inocente que busca na linguagem o espelho lógico do mundo. Para outros, quem aceita que o sentido seja sujeito a algum tipo de variação, passa atestado de pragmatismo desvairado. Em suma, a vagueza acirra os ânimos, e incrementa a minha perplexidade; por isso a escolhi como tema.

Decidi-me pelas teorias de Quine e Ducrot, para o exame da questão da vagueza, como o perplexo com problemas visuais que decide se deter em telas cubistas para exercitar o seu espanto. Quine se confessa behaviourista, o que normalmente não agrada. Mas, para desespero geral, um behaviourista sensível que é capaz de produzir hipóteses como a da ‘indeterminação da ontologia’ e de, justamente, fazer o elogio da vagueza como qualidade inerente das línguas naturais. Decidi-me pela análise da teoria quineana para poder averiguar que mesmo aqueles que propõem uma ‘inocente’ relação direta entre linguagem e mundo (ao ponto de supor que a raiz da linguagem se encontra nos efeitos físicos causados em nós pelas coisas simples!) são capazes de nos deixar perplexos. Neste caso, a ‘inocência’ não corresponde certamente a uma falta de perspicácia.

Ducrot, por outro lado, com sua Teoria dos Topoi, leva ao máximo a tese de que a construção da semântica deve ser independente da estrutura do mundo. O modo de ele fazer isso é tentar mostrar que o sentido se constitui não a partir da representação do mundo, mas a partir dos valores argumentativos que organizam os discursos. Somente através dessa rede argumentativa, organizada em topoi disponíveis para uma comunidade, é que se dá, derivativamente, a descrição dos estados do mundo. Esta teoria pretende, desse modo, libertar a semântica de qualquer compromisso de representar diretamente o mundo extra-linguístico.

Ao longo da tese, utilizarei dois conceitos básicos: predicado e vagueza. Como estes conceitos irão variar de acordo com a teoria examinada e com a solução alternativa proposta no quarto capítulo, é importante ter em mente desde já o que eles têm em comum, nas diferentes teorias. Em primeiro lugar, examinemos o conceito de predicado. Quine (1960:96) define 'predicação' (*predication*) como a ligação de um termo geral e de um termo singular para formar uma sentença que é verdadeira ou falsa 'according as the general term is true or false of the object, if any, to which the singular terms refers'. Nesse contexto, o termo geral é aquilo que é predicado do termo singular, ou, em outras palavras, é o elemento que ocupa a 'posição predicativa'. Seriam 'predicados', portanto, na terminologia de Quine, os termos gerais que têm a função, na estrutura de predicação, de predicar sobre um termo singular, ou seja, que ocupam a 'posição predicativa'. E essa 'posição predicativa' pode ser ocupada pelos substantivos, pelos adjetivos e pelos verbos. É isso que reteremos dessa definição lógica 'predicados' são as palavras de conteúdo lexical (substantivos, adjetivos e verbos) que têm a função de referir a objetos (na tradição lógica, a referência está ligada precipuamente aos termos singulares, mas para Quine os predicados também são referenciais).

É este aspecto da definição de predicado que encontramos também na Teoria dos Topoi desenvolvida por Ducrot. Os 'predicados' são definidos aí (Ducrot, 1995a: 145) como palavras de conteúdo lexical (substantivos, adjetivos e verbos) que se aplicam a objetos e situações. Nesta teoria, os predicados se aplicam (Ducrot evita o verbo 'referir', associado à tradição lógica) aos objetos e situações segundo os topoi que constituem o sentido dos predicados.

Na solução alternativa proposta no Capítulo 4 para a questão da vagueza, será mantido esse traço básico da definição de 'predicado': os predicados são palavras de conteúdo lexical que desempenham uma função referencial. Os 'predicados' são definidos aí, semanticamente, como

uma estrutura de 'representações' que não referem diretamente aos objetos, mas que fornecem 'pistas' para a identificação desses objetos.

Se o conceito de 'predicado' varia de acordo com essas três perspectivas, creio que haja um traço comum suficientemente explícito para que utilizemos o mesmo termo 'predicado' ao longo da tese; farei todo o esforço para que não se percam de vista as idiossincrasias no uso desse termo segundo as diferentes perspectivas.

O mesmo problema ocorre com o conceito de 'vagueza'. Mas a situação aqui é um pouco mais complicada do que no caso do conceito 'predicado', pois Ducrot não utiliza o termo 'vagueza' e sim o termo 'gradualidade'. Creio, todavia, que podemos encontrar um traço comum a esses dois conceitos de 'vagueza' e 'gradualidade': um predicado é vago e gradual quando não se pode determinar, por estritos fatores semânticos, se ele se aplica ou não a um determinado objeto. A determinação desta aplicação vai depender, no caso da lógica, de 'estipulações arbitrárias' ou de '*precisifications*', e no caso da teoria dos topoi, da força de aplicação dos topoi no contexto argumentativo. Assim, por exemplo, a determinação de que uma temperatura de 20 graus centígrados na praia, no verão de Florianópolis, é quente ou não, dependerá, no caso da lógica, da estipulação do sentido exato de 'quente' nesse contexto, e no caso da teoria dos topoi, da força de aplicação dos topoi associados ao predicado 'quente' nesse contexto. Nessa última teoria, a determinação se dará em função da *doxa* e da visada argumentativa dos falantes. Por exemplo, um argentino de férias em Florianópolis dará uma força mínima aos topoi associados a 'quente' (ou '*caliente*'), como por exemplo 'se está quente, é bom ir à praia' e considerará que 20 graus centígrados é 'quente' porque é uma temperatura 'boa para ir à praia'. Já o brasileiro, no mesmo contexto, tende a não associar a essa temperatura os topoi associados a 'quente', de tal modo que ele pode não considerar 20 graus centígrados como uma temperatura 'quente'. Note-se que a determinação da aplicação de um predicado a um objeto, na teoria dos topoi, depende dos

interesses e das opiniões de quem fala. É importante sublinhar que a ‘gradualidade’ não se apresenta apenas em palavras escalares como ‘quente’. De fato, como veremos no capítulo 3, o conceito atual de gradualidade na teoria dos topoi é definido pela força argumentativa com que os topoi são associados a um predicado, e isso abarca não só predicados como ‘quente’, mas também predicados como ‘trabalho’ ou ‘cristão’. Um dos objetivos, aliás, desse novo conceito de ‘gradualidade’ na teoria dos topoi foi o de evitar a associação direta do conceito de gradualidade com a noção de escalas objetivas (como por exemplo a escala de temperatura), como era sugerido pela definição anterior de gradualidade, entendida como correspondência entre escalas.

A idéia de que ‘vagueza’ e ‘gradualidade’ apresentam um traço em comum, apesar de terem sido constituídos em ambientes teóricos distintos, é apenas uma hipótese de trabalho que norteou a organização desta tese, e não um postulado teórico que lhe sirva de fundamento. De fato, ainda que rejeitemos essa hipótese de trabalho, penso que a análise da teoria de Ducrot, no âmbito desta tese, é justificável na medida em que esta teoria propõe uma descrição semântica alternativa não só de palavras tradicionalmente definidas como vagas (como ‘grande’, ‘alto’, ‘quente’), mas também de modificadores como ‘muito’ e ‘pouco’, cuja ligação com a questão da vagueza é patente na literatura lógica. Tentamos encontrar numa teoria de raízes diferentes uma abordagem teórica que não apresentasse os mesmos dilemas em que parece se enredar a abordagem lógica.

No Capítulo 4, tentarei esboçar uma definição alternativa de vagueza, mas que respeite o traço comum apontado acima. Proponho que a vagueza reflète algo de significante sobre a própria estrutura das ‘representações’ semânticas, que são vagas pela indefinição dos contornos de suas especificações, seja em função da multiplicidade indeterminada dessas especificações, seja em função da indeterminação dos limites de uma especificação dada. Além disso, essas ‘representações’ podem sofrer ‘ajustes’ que as tornem mais definidas no campo da interlocução.

Essas três leituras dos predicados vagos (ou graduais, como queiram) correspondem a três modos diferentes de encarar a semântica das línguas naturais. No primeiro caso, na visada da lógica extensional, a semântica é percebida como correlacionada à ‘verdade’: “Logic is the science of the most general laws of truth” (Frege, apud Hintikka (1979)). E a verdade é capturada aí como a instância de determinação dos ‘referentes’.

No segundo caso, na visada da teoria argumentativa, a relação entre semântica e ‘verdade’ é inextricável, e o semanticista só tem acesso à organização da *doxa*. Segundo esta abordagem, é com base no sistema (linguisticamente codificado) de opiniões e interesses dos falantes que se constroem as representações de mundo.

No terceiro caso, em que se inspira a solução proposta no quarto capítulo, o semanticista se interessa pela forma como as representações funcionam na interlocução, ou, em outras palavras, o alvo visado são as regras que permitem a compreensão e a comunicação entre os interlocutores. Além disso, nesta perspectiva, as regras semânticas não podem ser desconectadas das ‘formas de vida’ em que estão inseridas. O patrono desta visada é o segundo Wittgenstein, ao menos em uma das interpretações possíveis da obra desse autor (cf. Baker & Hacker, 1988).

A opção teórica que está embutida no tratamento alternativo da questão da vagueza que tentarei desenvolver nesta tese, traça os limites de semântica e pragmática a partir da seguinte oposição: a semântica é o sistema de regras de significação estáveis e a pragmática corresponde a operações interativas (cf. Dascal, 1992). Assim, no quarto capítulo, definimos o campo da semântica como abrangendo o estudo da relação entre predicados (representações) e operações sobre esses predicados (as quais correspondem a redefinições das representações). A uma pragmática deveria corresponder o estudo dos processos, interativos e socializados, que ‘reinterpretam’ as pistas dadas pelas representações semânticas e que permitem aos falantes ‘falar

do mundo', entre tantas outras funções da linguagem. Na solução proposta, essas operações pragmáticas correspondem às 'práticas' (cf. Cap. 4).

Observe-se que, na opção teórica adotada aqui, as regras semânticas estabilizadas envolvem não apenas relações entre predicados (o que permite que não analisemos as palavras apenas em estado de dicionário, mas em entornos significativos), mas também 'ajustes' das representações no contexto da interlocução. Em outras palavras, proponho uma análise semântica de operações (como os intensificadores e a comparação) que têm a função de tornar menos vagas, no contexto da interlocução, os predicados (representações) sobre os quais se aplicam. Isso está em conformidade com a linha teórica seguida nesta tese, segundo a qual a semântica deve estudar as representações semânticas no âmbito da interlocução. Ou seja, se o alvo visado pela semântica são as regras estabilizadas (num dado momento histórico e num certo sistema de referência, segundo o termo de Franchi (1992)) que permitem a compreensão e comunicação entre os falantes, nada mais lógico, nessa perspectiva, do que estudar as operações que rearranjam a estrutura das representações, tornando-as menos vagas.

Aliás, essa hipótese de operações que *reduzem* a vagueza, sem contudo eliminá-la, só faz sentido na perspectiva teórica adotada neste tese. Se pensamos em termos estritamente lógicos, em que a vagueza é definida como lacuna do valor de verdade dos predicados, ou um predicado apresenta tal lacuna, e é vago, ou não apresenta, e é não-vago. Boa parte dos argumentos desenvolvidos nesta tese visam demonstrar que, se dispensamos o conceito lógico de vagueza, temos a possibilidade de tentar explicar, em termos de uma semântica representacional, como os falantes *reduzem* a vagueza de suas representações através de mecanismos linguisticamente codificados, que denominei 'complementações de sentido', em cuja classe se incluem, entre outros, os intensificadores e a comparação.

A questão de fundo disseminada nesta tese é a seguinte: oferecem os lógicos uma boa representação dos fatos semânticos das línguas naturais ao excluir a vagueza do cálculo lógico, seja pela ‘regimentação’, seja pelas reinterpretações dos predicados nos diferentes modelos, partindo do pressuposto de que ‘importava elaborar uma linguagem que se afastasse da ambiguidade, vaguidade, contradições das ‘estruturas superficiais’ das expressões da linguagem corrente, na forma de uma tradução rigorizada” (Franchi, 1992: 17)? A esta pergunta não pretendo de modo algum dar a resposta temerária de que a lógica é incoerente com os seus objetivos, ao contrário: para a sua meta de a) estabelecer as condições formais pelas quais uma proposição é verdadeira ou falsa e b) estabelecer um sistema de inferências válidas a partir dessas proposições, a exclusão da vagueza é um passo legítimo e mesmo necessário.

O que eu pretendo tentar mostrar ao longo da tese é que esta perspectiva lógica talvez não faça justiça ao funcionamento efetivo dos fatos semânticos, além de não fornecer uma boa descrição semântica dos ‘modificadores de vagueza’. Ou seja, parto do pressuposto de que, na atividade linguística, as significações não determinam definidamente objetos no mundo, o que seria um dos objetivos de uma teoria lógica extensional. No contexto da interlocução, as significações circulam e funcionam *sem que seja preciso determinar um conjunto extensional preciso*. Esse pressuposto, aliás, não é nenhuma novidade, e já havia sido apresentado por Franchi desde 1977, em seu artigo *Linguagem- Atividade Constitutiva*, republicado em 1992, no qual ele afirma: “Deve-se observar que a linguagem nem sempre (ou poucas vezes) se utiliza de recursos expressivos suficientes para a identificação precisa dos objetos singulares referidos” (p.35). A lógica evidentemente é coerente com seus objetivos; mas a questão é que estes objetivos aparentemente não são compatíveis com pressupostos como este que acabo de citar.

Encerrando essa Introdução, gostaria de manifestar o meu reconhecimento aos Professores Rodolfo Ilari e Carlos Franchi pela contribuição que deram na elaboração desta tese. A eles a

proposta desenvolvida deve bastante. Agradeço também a Borges Neto a leitura atenta de uma versão anterior deste trabalho. Os erros e equívocos que persistem devem ser debitados a mim.

1. Definição e delimitação do conceito lógico de vagueza

1. 0. Introdução

O objetivo deste capítulo é tentar circunscrever os limites do conceito lógico de vagueza a partir do qual esta tese será desenvolvida. Na seção 1.1., exporei os dilemas que o conceito de vagueza acarreta para o postulado da determinação do sentido, e com esse intuito, analisarei brevemente a forma que esse postulado assume na teoria de Frege e no *Tractatus* de Wittgenstein.

Mostrada a relevância da vagueza na construção de uma semântica da língua natural, apresento o conceito de vagueza de Quine (1960,1981), na seção 1.2. O conceito quineano é mais preciso e operacional que a definição de vagueza excessivamente abrangente que se encontra em manuais de semântica, como é o caso de Kempson (1980). Ao longo da seção 1.3., tento delimitar esse conceito excessivamente abrangente utilizado em lingüística, mostrando que os diferentes tipos de testes propostos para identificar casos de ambigüidade e de vagueza têm resultados diferentes quando aplicados aos diferentes tipos de vagueza propostos por Kempson. Isto me parece uma razão suficiente para restringir o conceito de vagueza, e o conceito quineano, a meu ver, caminha nessa direção. Fatos semânticos excluídos do conceito de vagueza devem ser explicados por outros conceitos, como não-dito e generalidade (seção 1.3.2).

Na seção 1.4., todavia, sustento que uma definição de vagueza em termos de condições de verdade, como é o caso da definição quineana, apresenta sérias dificuldades, como a contradição do princípio da composicionalidade e a necessidade de se recorrer a uma regulação idealizadora dos predicados vagos da língua natural.

Finalmente, na seção 1.5, apresentarei o conceito de 'modificadores de vagueza'. A maior parte das teorias de vagueza disponíveis (entre elas, a de Quine, a de *supervaluation*, a da *fuzzy-logic* e a da Teoria dos Topoi) pressupõem que existem palavras e/ou estruturas que modificam a

vagueza dos predicados. Sustentarei que esses modificadores podem ser de três níveis: pragmáticos, gramaticais e lexicais.

1.1. "Línguas logicamente perfeitas" e o postulado da determinação do sentido

Em primeiro lugar, tentarei mostrar como as teorias lógicas de Frege e do Wittgenstein do *Tractatus* estão baseadas no postulado da determinação do sentido. Como esses filósofos (especialmente Frege) exerceram uma grande influência sobre as teorias lógico-semânticas deste século, uma análise do postulado da determinação do sentido em suas teorias permitirá compreender por que a vagueza e sua conexão com mecanismos gramaticais não foram abordados com a devida ênfase, pelo menos até a década de 60.

1.1.1. Frege

A determinação do sentido é essencial na teoria de Frege, porque é ela que possibilita a passagem do sinal para o sentido, e do sentido para a referência: "A conexão regular entre o sinal, seu sentido e sua referência é de tal modo que ao sinal corresponde um sentido determinado e ao sentido, por sua vez, corresponde uma referência determinada, enquanto que a uma referência (a um objeto) não deve pertencer apenas um único sinal." (Tradução de "Über Sinn und Bedeutung", p. 63, referida aqui como Frege, 1978).

Isso implica que todo signo ou sinal deve ter um sentido determinado, para que se possa então passar à referência. Em outros termos, Frege requer que qualquer conceito¹ *x*, numa linguagem específica, determine, para cada objeto, se este objeto está incluído ou não na extensão do conceito *x*.

Mas quais seriam as exigências epistemológicas da determinação do sentido na teoria fregeana? Segundo Baker & Hacker (1988), há várias razões para esse postulado. Em primeiro lugar, para sua tese da analiticidade da aritmética, é necessário que as definições dos conceitos

¹ 'Conceito' é o termo utilizado por Frege para indicar o referente de um predicado. Na terminologia desse filósofo, tal termo tem o sentido aproximado de 'propriedade' (cf. Dummett(1981), p. 173).

fundamentais sejam claramente delimitadas, para que se possa determinar objetivamente, a partir dessas definições, a verdade ou falsidade dos enunciados aritméticos. Em outros termos, as definições fundamentais devem ser bem determinadas para que tenham conseqüências no cálculo do valor de verdade dos enunciados.

Uma segunda razão é o pressuposto de que o sentido das expressões é objetivo, pois só assim se poderia comunicar pensamentos. Se o sentido é objetivo, ou seja, disponível para diferentes sujeitos, ele deve ser determinado. Na perspectiva de Frege, se o sentido fosse vago ou indeterminado, como ele poderia fornecer aos diferentes sujeitos um princípio preciso de determinação da referência? A vagueza do sentido, caso ocorra em certas expressões, deve ser considerada uma deficiência das línguas naturais.

Uma terceira razão está ligada ao princípio da bivalência, segundo o qual cada sentença deve ser necessariamente verdadeira ou falsa. Ora, uma vez admitido que as expressões vagas não são redutíveis a uma semântica de dois valores de verdade, a solução de Frege é excluir essas expressões de qualquer "totalidade perfeita de sinais".

A quarta e última razão aludida pelos autores está ligada ao princípio da composicionalidade. Segundo Frege, o sentido de qualquer expressão complexa é derivado dos sentidos de seus constituintes e, do mesmo modo, sua referência é uma função das referências de suas partes. Em conseqüência, se uma expressão é vaga, toda estrutura complexa da qual ela fizer parte também será vaga. Quer dizer, a vagueza de uma expressão afetará as condições de verdade de qualquer sentença da qual ela fizer parte.

Gostaria de analisar outras questões relacionadas ao postulado da determinação do sentido em Frege. Em primeiro lugar, a relação entre este postulado e a compreensão. Segundo a teoria fregeana, a compreensão de uma expressão só é possível se o sentido dessa expressão é determinado, o que é um requisito para sua objetividade. Ora, nós somos capazes de entender o sentido de uma expressão mesmo que ela seja vaga (assim como a sentença da qual ela é parte). Uma expressão vaga pode expressar um sentido com a mesma eficiência comunicativa que uma expressão precisa, por exemplo na ordem "Pare mais ou menos aqui!" (Wittgenstein, *Investigações Filosóficas*, parágrafo 71). Vejamos esta outra frase:

(1) Bill Clinton é gordo.

O sentido atribuído ao termo *gordo* não é determinado, (Bill Clinton está incluído ou não na extensão de *gordo*?), mas isso não implica que (1) seja incompreensível. A compreensão, portanto, não pressupõe a determinação do sentido das expressões.

Analisemos agora a oposição proposta por Frege entre representação (subjativa) e sentido (objetivo), como ele a exemplifica através da observação da lua no telescópio. A imagem no telescópio seria o sentido (objetivo), pois estaria disponível para todos os observadores. A imagem retiniana da lua seria a representação (subjativa), pois tal imagem só é acessível a um sujeito, e não a vários (a cada sujeito correspondendo uma imagem retiniana). Isso implica que o sentido é objetivo por ser delimitado, tão definido como uma imagem num telescópio.

Todavia, utilizando essa metáfora, qual a imagem que associaríamos ao advérbio *cedo*, por exemplo? Nós não temos uma imagem definida do sentido desse advérbio, equivalente à imagem da lua no telescópio, mas certamente atribuímos um sentido à expressão *acordar cedo*. Isso não significa que o sentido seja subjativo, mas simplesmente que não precisamos definir *objetividade* em termos de *determinação*. A posição fregeana equivale a afirmar que "Un prédicat vague n'est pas du tout un prédicat. Ou encore:une frontière imprécise équivaut à l'absence pure et simple de frontière. C'est, dirait Wittgenstein, à peu près comme si l'on affirmait qu'il n'y a pas du tout de frontière entre deux pays, a partir du moment où le statut de certain frontaliers fait l'objet d'un litige" (Bouveresse, 1984:51). Isso se aplica perfeitamente ao sentido do advérbio *cedo*, o qual se encontra constitutivamente, digamos assim, em *litígio*. Por exemplo, nas frases abaixo esse advérbio adquire sentidos bem diferentes:

(2) O vaqueiro acordou cedo hoje.

(3) Jô Soares acordou cedo hoje.

Como Frege poderia reduzir essa variação do sentido ao pressuposto de que ele é idêntico para todos os falantes, em todas as situações? Em outras palavras, a objetividade do sentido, postulada por Frege, implica que o sentido de uma expressão representa um *consenso* entre os falantes, mas a vagueza rompe esse *consenso*. De acordo com o falante e a situação, o sentido de uma expressão vaga varia constantemente. Sobre este ponto, testes empíricos mostram que, em expressões de cores, por exemplo, os diferentes falantes apresentam julgamentos bastante variados sobre as cores exibidas numa carta de cor mostrada por um projetor (Parikh,1994:524). Isso mostra, mais uma vez, que objetividade não significa determinação, ao contrário do que parece indicar a imagem da lua no telescópio.

1.1.2. O *Tractatus* de Wittgenstein.

Um dos postulados do *Tractatus Logico-Philosophicus*, de L. Wittgenstein, é o da determinação do sentido. O sentido de uma proposição deve ser claramente delimitado; uma imprecisão no sentido representa uma ausência de significação.

A motivação desse postulado é encontrada logo nos primeiros aforismos do *Tractatus*. Aí se afirma que o mundo é formado de *fatos*, que correspondem a uma combinação de objetos relacionados entre si. "1.1. O mundo é a totalidade dos fatos, não das coisas." (Wittgenstein, 1993). Esses fatos são diferenciáveis entre si, quer dizer, são delimitados. Ora, as proposições enunciam fatos, logo o sentido de uma proposição deve corresponder a um fato determinado. Nessa perspectiva, como imaginar que uma proposição ficasse indefinida entre diferentes fatos? Se ela não corresponde a um fato determinado, ela simplesmente não é uma proposição:

Qualquer que seja a totalidade dos fatos existentes, o que uma proposição enuncia ou pertence a essa totalidade ou não pertence, não há terceira possibilidade. Se uma proposição diz algo, ela o diz em quaisquer circunstâncias concebíveis; se uma proposição tem sentido, devem estar completa e incondicionalmente determinadas suas condições de verdade. Um sentido proposicional indeterminado não é um sentido proposicional. (Santos, 1993:56)

Tentemos agora entender de que forma as proposições enunciam fatos. Segundo o *Tractatus*, nós "figuramos o mundo". Quer dizer, realizamos uma transposição de propriedades dos fatos para propriedades das proposições. O que haveria de comum entre as proposições (consideradas como *figurações*) e os fatos que elas expressam seria a **forma lógica**. A proposição estabelece uma relação lógica entre os seus componentes que é equivalente à relação lógica que os componentes dos fatos estabelecem entre si. A estrutura de uma proposição é, assim, uma figuração da estrutura do fato que ela representa. Mas essa identidade de forma lógica por si só não garantiria a capacidade representacional da linguagem; os elementos que se articulam na estrutura dos fatos, ou seja, os objetos, devem ser *substituídos* pelos elementos que se articulam na estrutura das proposições, ou seja, os nomes.

Se uma figuração pode ser correta e pode ser incorreta, é porque algo no fato afigurado é substituído por algo diferente na figuração (os elementos) e algo não é substituído por nada na figuração, mas lá comparece de corpo presente (a forma). Dessa dosagem equilibrada de identidade e diferença, a figuração segrega sua virtude representativa. (Santos, op. cit.: 62-3)

Isso significa, de alguma forma, que a *sintaxe* (subjacente) da proposição corresponde à *sintaxe* (subjacente) do fato, mas os *léxicos* de proposição e fato seriam diferentes.

Essa equivalência de forma lógica implica que a relação estrutural que os objetos entretêm para articular os fatos é claramente delimitada, de modo que essa relação delimitada seja transposta figurativamente para a proposição. Vejamos o seguinte exemplo (in Santos, p. 61), no qual temos um caso simples de figuração.

(4) Consolação _____ Trianon _____ Brigadeiro

É evidente que com essa figuração conseguimos representar que a estação Trianon do metrô está situada entre as de Consolação e Brigadeiro. Os nomes das estações mantêm entre si a mesma relação estrutural, no âmbito da proposição, que os objetos (as estações) mantêm entre si na linha do metrô paulistano. Essa homologia de estrutura, mais a substituição de elementos (nomes num caso, objetos no outro), possibilita a representação figurativa. Mas o que eu gostaria de ressaltar aqui é que esse tipo de figuração só é possível quando a relação estrutural é claramente delimitada. Se não fosse assim, a figuração não seria logicamente perfeita e, em última instância, não se realizaria. Ou seja, a determinação do sentido é um pressuposto da figuração. Mas qual seria a expressão figurativa de uma frase como (5) abaixo, que contém uma expressão vaga?

(5) João acordou cedo.

Sem considerar aqui o tipo de representação lógica que atribuiríamos a esta proposição, a análise de qualquer maneira pressuporia que (5) enuncia um fato determinado, com uma estrutura definida, e a figuração então deve conter em si essa estrutura definida. "3.251. A proposição exprime de uma maneira determinada, claramente especificável, o que ela exprime: a proposição é articulada" (Wittgenstein, *Tractatus*). A expressão *cedo* deve manter alguma relação determinada com a expressão composta *João acordou*, assim como, no mundo, o ato de João acordar se dá em uma relação determinada com o tempo (é impossível imaginar que João tenha acordado, simultaneamente, nos tempos x , $x+a$, $x+2a$, etc, a não ser, é claro, no caso de reiterados atos de acordar). Mas o problema é que a frase (5) não nos indica qual seja precisamente a relação entre *João acordou* e *cedo*. Ao contrário do que ocorre com a estrutura do fato, a relação entre a expressão *João acordou* e a expressão *cedo* é indeterminada, podendo resultar em significados diferentes como "João acordou às 7 horas" e "João acordou às 6 horas", por exemplo. Esse tipo de relação (o ato de acordar associado a tempos diferentes) seria inadmissível, como vimos, no

caso da estrutura do fato. Se esta análise estiver correta, a homologia lógica entre proposição e fato se perde, então, no caso de frases com expressões vagas.

1.2. Definição de vagueza

As idéias destes autores tornam clara a razão pela qual o conceito de vagueza foi negligenciado durante a primeira metade deste século. A vagueza era vista ou como irrelevante, ou como um defeito das línguas naturais que devia ser obliterado nas construções da metalinguagem. Poucos autores fugiram à regra, nesse período, entre os quais podemos citar Peirce (1902), Black (1937) e Waismann (1952), além do já citado Wittgenstein, com as *Investigações Filosóficas*. A partir da década de 60, o conceito adquire relevância no campo da filosofia da linguagem, entre outros trabalhos, com a obra de Quine *Word and Object* (1960), que situa a vagueza como qualidade inerente das línguas naturais. A partir da década de 70, começam a surgir formalizações lógico-semânticas da vagueza, com Lakoff (1970,1972), Labov (1973), Fine (1975), Kamp (1975), etc.

A definição de vagueza de Quine me parece uma boa hipótese de trabalho inicial, para o meu objetivo de tentar mostrar a relevância da vagueza para a descrição semântica da língua natural. Na seção 1.4., todavia, exporei algumas dificuldades dessa definição.

Segundo este autor (1960:125-8), a vagueza ocorre quando não se pode determinar se um determinado termo é verdadeiro ou não de um determinado objeto. Ou seja, a vagueza ocorre quando existem casos nebulosos em relação aos quais a aplicação do termo² não é conclusiva por falta de evidência (a evidência empírica não pode ser encontrada, e as evidências lingüísticas são

² Quine denomina 'termo singular' àquele que 'names or purport to name just one object' e 'termo geral' àquele que 'is true of each, severally, of any number of objects' (Quine, 1960:90). Ele caracteriza tais termos a partir de seus papéis gramaticais. É na predicação que os termos singulares e os termos gerais se estruturam. O 'termo geral' ocupa o que é gramaticalmente chamado de posição predicativa. Nesta tese, estudarei basicamente a vagueza dos 'termos gerais', ou predicados. Assim, quando se falar da 'vagueza de um termo', ou de 'termos vagos' (em referência a Quine), entenda-se vagueza de predicados, ou predicados vagos.

insuficientes, em função do modo de aquisição e uso da linguagem; cf. Cap. 2, seção 2.2.). Por causa disso, não é possível, a partir da simples análise do objeto, determinar se o termo a ele se aplica. Assim, por exemplo, um diamante será considerado um objeto *duro*, a geléia um objeto *não duro*, mas o que dizer de uma bola de futebol? Quanto a este último caso, faltam evidências lingüísticas para determinar se a bola de futebol é dura ou não, ou seja, trata-se de um objeto nebuloso com relação ao significado de *duro*.

De acordo com Quine, um termo pode ser vago de duas maneiras. Primeiro, quanto aos diversos limites dos objetos que ele denota. Segundo, quanto à inclusão ou exclusão de objetos marginais. Assim, seguindo os exemplos de Quine, o termo *montanha* é vago, quanto ao primeiro fator, em função dos limites da área de uma montanha, pois o sentido desse termo não nos diz, por exemplo, se um determinado terreno já faz parte da montanha, ou se ainda é parte do planalto indiferenciado. Quanto ao segundo fator, o termo *montanha* é vago quanto à altura necessária para se considerar uma elevação de terra uma montanha ou não. Esse segundo fator de vagueza é efetivamente muito forte na definição de *montanha*, chegando-se a exemplos muito drásticos. Uma vez meu irmão caçula disse que seu professor de geografia afirmara que no Brasil não existem montanhas. Evidentemente, esse professor exige das montanhas um porte não inferior aos Andes, Alpes ou Himalaia.

É importante frisar que a vagueza não é provocada por um desconhecimento de fatos empíricos. Nenhuma evidência empírica adicional elimina a vagueza. Esta permanece intacta mesmo com um conhecimento aprofundado do objeto ou estado de coisas 'nebulosos' quanto à aplicação do termo vago. Assim, mesmo que um falante fizesse um exame completo de uma bola de futebol, especificando até sua estrutura química, ele não poderia determinar se ela é dura ou não; isso depende do significado que se atribui a *duro* e não da simples percepção do objeto. Na seção 2.3., veremos por que Quine considera que a vagueza não se deve a uma falta de evidência empírica.

Peirce, no começo do século, havia chegado a uma conclusão semelhante. Para ele, a vagueza não advém de uma ignorância do falante, mas do próprio uso lingüístico:

A proposition is vague where there are possible states of things concerning which it is intrinsically uncertain whether, had they been contemplated by the speaker, he would have regarded them as excluded or allowed by the proposition. By intrinsically uncertain we mean not uncertain in consequence of any ignorance of the interpreter, but because the speaker's habits of language were indeterminate.
(Peirce, 1902: 748)

Também estudarei nesta tese uma outra definição de vagueza, formulada numa perspectiva teórica inteiramente diferente da teoria quineana. Trata-se do conceito de gradualidade dos predicados na teoria da argumentação desenvolvida por Ducrot e colaboradores. Considero que o conceito de gradualidade de Ducrot, apesar da perspectiva teórica inteiramente diferente, também ressalta o caráter vago das expressões lingüísticas, e como tal é relevante para a pesquisa empreendida nesta tese, pois se trata de um dos poucos modelos lingüísticos (que eu conheço) que reservam um papel importante para o conceito de vagueza (definida como gradualidade).

Para Ducrot, a vagueza dos predicados não consiste na ausência de valor de verdade das proposições das quais eles fazem parte (proposições que não são nem verdadeiras, nem falsas), mas na variação de força argumentativa com que um predicado é aplicado a uma situação determinada. No capítulo 3, analisarei detalhadamente esse conceito de gradualidade de predicados.

1.3. Vagueza e ambigüidade.

Para uma delimitação do conceito de vagueza, é preciso distingui-la de outros fatos semânticos que lhe são aparentados. A definição de vagueza recobre, algumas vezes, fatos definidos por outros conceitos, especialmente o de ambigüidade, mas também o de generalidade e

não-dito. O problema é que todos esses conceitos se situam no campo semântico do “indeterminado” e do “não-especificado”. Para que o conceito de vagueza seja operacional numa teoria semântica, é preciso então que se delimite de que “indeterminação” ou “não-especificação” semântica se trata.

Um exemplo paradigmático de como os conceitos de vagueza e ambigüidade podem estar entrelaçados se encontra em Russell (1923). Este filósofo opõe “vago” à “unívoco” (cf. Ewin, 1990:87), o que joga num mesmo saco termos vagos e termos ambíguos, já que uma expressão ambígua, intuitivamente, é uma expressão “equívoca” (com mais de um sentido) (cf Fuchs:1986: 236). A teoria de Russell o leva a considerar que todo termo de um sistema de representação deve manter uma relação unívoca com os termos do sistema representado. Trata-se do postulado da determinação do sentido, já abordado anteriormente. Se um termo escapa a esse postulado, ele é “vago”, ou seja, estabelece uma relação múltipla entre a representação e o sistema representado. Esse conceito de ‘vagueza’, recobrando o vago e o ambíguo, se explica pelo pressuposto da homologia entre as estruturas lógicas e os fatos que elas representam. Uma estrutura lógica deve representar apenas **um** estado de coisas; essa relação de um-a-um entre o sistema de representação e o sistema representado obedece ao postulado da determinação do sentido. Segundo Russell, quando uma expressão não se refere a apenas um fato do mundo, mas a um conjunto de fatos, essa expressão é vaga.

One system of terms related in various ways is an accurate representation of another system of terms related in various other ways if there is a one-one relation of the terms of the one to the terms of the other, and likewise a one-one relation of the relations of the one to the relations of the other, such that, when two or more terms in the one system have a relation belonging to that system, the corresponding terms of the other system have the corresponding relation belonging to the other system. Maps, charts, photographs, catalogues etc. all come within this definition in so far as they are accurate. Per contra, a representation is vague when the relation of the representing is not one-one but one-many (Russell, 1923: 88)

Outros autores (Black (1937), Quine (1960), Fine (1975), etc), entretanto, tentaram escapar dessa confusão entre vago e ambíguo, estabelecendo, de um ponto de vista lógico, diferenças entre esses dois conceitos. Fuchs (1986) arrola as seguintes diferenças principais:

a) a ambigüidade é um acidente, a vagueza é intrínseca à linguagem. É um acaso da evolução lingüística que ‘manga’ signifique ora uma fruta, ora uma parte de uma peça de vestuário. Por outro lado, a vagueza é inerente às línguas naturais, em função das condições de percepção e conceptualização (cf. seção 4.1).

b) a ambigüidade envolve apenas um certo número de palavras, ao passo que a vagueza atinge (potencialmente) todas as expressões. Mas nem todas as palavras são afetadas da mesma forma pela vagueza: existem graus de vagueza. Este aspecto será extremamente importante para a proposta de análise da vagueza que farei nesta tese (cf. Cap. 4).

c) a ambigüidade pode ser eliminada por um processo finito de desambigüização, ao passo que a vagueza “serait plus *difficile* à evacuer (processus infini de “precisification”)” (op. cit., p 236). O termo ‘*precisification*’ (nesta tese, mantereí a expressão em inglês) foi introduzido por Fine (1975), e indica os modos de tornar uma expressão vaga mais precisa. Examinemos mais em detalhe esta terceira diferença citada por Fuchs, a partir das frases abaixo:

(6) Houve uma violação na sala dos professores.

(7) Nesta festa só entram adultos.

A primeira frase é ambígua, a segunda é vaga. Na primeira, não sabemos se se trata da violação de uma pobre professora, ou da violação de documentos (exames, por exemplo). Na segunda, não sabemos o que pode ser considerado um adulto. *João*, por exemplo, de 18 anos, é ou não um adulto? A idéia é que a forma de eliminar essas indeterminações é diferente nos dois casos. A desambigüização é um processo único e definitivo. Por exemplo, se acrescentarmos ao

enunciado (6) a frase “Todos os alunos tiveram acesso prévio às questões dos exames”, a ambigüidade é eliminada e se exclui a outra interpretação. Trata-se, portanto, de um processo finito. No caso da vagueza, há uma série de parâmetros (aparentemente infinitos) que permitem especificar o sentido de um termo; assim, *adulto* pode significar ‘ter no mínimo 18 anos’, ‘ter no mínimo 19 anos’, ‘ter no mínimo 19 anos e 6 meses’, etc, ou ‘ter maturidade’, ‘estar na universidade’, etc, etc. Desse modo, a aplicação do predicado *adulto* ao indivíduo *João* pode ser verdadeira segundo algumas dessas especificações, e falsa segundo outras. Conforme a teoria de Fine (1975), *João* seria, por isso, um *borderline case* do predicado *adulto*. Na teoria deste autor, denominada de ‘*super-truth*’ ou ‘*supervaluation*’³, “a vague sentence is true if it is true for all admissible and complete specifications” (op. cit.: 278). Nesta teoria, portanto, as condições de verdade de uma expressão abrangem também os modos de torná-la mais precisa.

Uma outra tentativa de diferenciação entre vagueza e ambigüidade é oferecida por Kempson (1980). Com o objetivo de melhor distinguir esses dois conceitos, esta autora propõe quatro tipos de vagueza, dos quais analisarei os três primeiros, pois o quarto tipo é muito específico e sem interesse maior para esta tese. O primeiro tipo seria a vagueza referencial: o sentido de um termo é a princípio definido, mas a aplicação desse termo a certos objetos pode ser indefinida. Assim, em certas situações os falantes do inglês podem ter dúvidas se uma aglomeração urbana específica é uma “*city*” ou uma “*town*” (cf. a definição de vagueza dada por Quine (1960), seção 1.2.)

Um segundo tipo de vagueza se encontra, segundo Kempson, em itens lexicais ou sintagmas cujos sentidos são indeterminados. Assim, um sintagma construído com a preposição *de*, como o ‘*livro de João*’, apresenta uma gama de significações possíveis: pode se tratar do livro que pertence a João, do livro escrito por ele, do livro que ele está lendo, etc. Nesse sintagma, há uma relação entre ‘João’ e ‘livro’, mas ela é vaga. Um terceiro tipo de vagueza se refere à falta de

³ ‘Supervaluation’ é, na verdade, um conceito introduzido por van Fraassen, Bas. (1969) *Presuppositions, supervaluations, and free logic*. In K. Lambert, ed., “The logical way of doing things”, pp. 67-91. New Haven, Yale University Press. O conceito de ‘super-truth’ foi introduzido por Fine (1975).

especificação no significado de um item. Exemplos desse tipo são o substantivo 'pessoa' (cuja significação é não-especificada quanto ao sexo, idade, etc) e o verbo 'ir' (a sentença "ele foi à estação" recobre uma série de ações diferentes, como andar, correr, ir de carro, moto, ou bicicleta, embora exista uma significação comum entre todas essas ações, algo como 'movimento em direção a').

1.3.1. Testes de ambigüidade e tipos de vagueza

Essa classificação de tipos de vagueza por si só não resolve o problema da distinção entre vagueza e ambigüidade. É preciso formular algum teste que permita distinguir os dois fenômenos, resolvendo os casos duvidosos. Todavia, vários testes propostos se comportam diferentemente segundo os tipos de vagueza aos quais são aplicados. Tais testes revelam, assim, mais do que a oposição entre ambigüidade e vagueza, as diferenças entre os tipos de vagueza definidos por Kempson. Estes testes nos mostram que esses diferentes tipos de vagueza talvez não correspondam a um único fenômeno, mas a diferentes fatos lingüísticos.

Citarei aqui três testes. O primeiro se encontra em Zwicky-Sadock (1975). Ele é desenvolvido da seguinte maneira: se uma palavra, em determinado contexto, possui mais de um significado, e se é possível construir uma frase na qual esses significados diferentes possam ser representados pela repetição da palavra, então a palavra é ambígua. Por outro lado, se uma palavra, em determinado contexto, possui mais de um significado, mas não é possível construir uma frase na qual esses significados possam ser representados pela repetição da palavra, então a palavra é vaga. Vejamos uma aplicação desse teste, encontrada em Warren (1988:158). "Dog" é ambíguo, em inglês, entre "animal canino, macho ou fêmea" e "animal canino macho". Por outro lado, "person" é vago quanto aos traços "masculino" e "feminino". Ou seja, *dog* é ambíguo entre, de um lado, um sentido hiperônimo de "bitch" (canino fêmea) e de "*dog*" (canino macho) e, de

outro, um sentido co-hipônimo de “*bitch*”, ao passo que “*person*” apresenta apenas o sentido hiperônimo de “*womam*” e “*man*”. O teste proposto mostra que “*dog*” se comporta como palavra ambígua, ao passo que “*person*” se comporta como palavra vaga:

(8)

- a) This dog (hiperônimo) is not a bitch but a dog (co-hipônimo).
 b) *This person is not a woman but a person
 (in Warren, 1988:158).

O teste funcionaria então para distinguir palavras ambíguas (como ‘*dog*’) e palavras vagas (como ‘*person*’). Ora, a meu ver, este teste serve, na verdade, para distinguir entre, de um lado, o terceiro tipo de vagueza proposto por Kempson e, de outro, a ambigüidade. O teste não se aplica ao primeiro tipo de vagueza, denominado ‘vagueza referencial’:

(9) João não é cristão no sentido de ir à igreja todos os domingos, mas é um verdadeiro cristão.

‘*Cristão*’ é uma palavra de significado vago, pois pode apresentar diferentes critérios de definição (pessoa que respeita certos preceitos morais, que frequenta regularmente a igreja, que tem certas crenças, etc), entretanto esta palavra passa no teste de ambigüidade proposto (supondo que as duas ocorrências de cristão em (9) tenham sentidos diferentes). O teste mostra que há uma diferença importante entre “*person*” (pessoa) e “*cristão*” e que arrolar esses dois exemplos no conceito de vagueza é simplificador.

Um segundo teste é proposto por McCawley (1981:9). Este teste tem por função identificar palavras ambíguas, mas, na verdade, ele identifica também como ambíguas as palavras do primeiro tipo de vagueza definido por Kempson, embora não as palavras dos outros tipos de vagueza. Em suma, os diferentes tipos de vagueza reagem diferentemente a este teste, o que leva, novamente, à

conclusão de que se trata de diferentes fenômenos semânticos. O teste é muito simples. Constrói-se uma pergunta com uma expressão cujo sentido não é determinado pelo contexto; se um interlocutor fornece uma resposta clara e definida (em termos de sim e não, por exemplo) a esta pergunta, então a expressão em causa não é ambígua:

(10)

a) Is Bill Marty's uncle?

b) Is John a bastard ?

(in MacCawley, *op.cit.*:9)

A resposta à pergunta (10a) será sim ou não (se o interlocutor conhece o parentesco entre Bill e Marty). Logo, de acordo com o teste, *'uncle'* (tio) não é uma palavra ambígua, mesmo que o seu sentido seja indeterminado entre diferentes tipos de parentesco (irmãos do pai, maridos das irmãs do pai, etc). A resposta à pergunta (10b), por sua vez, é indefinida, se o interlocutor sabe que *John* é um filho legítimo mas um tremendo safado. Pode ser sim ou não, dependendo do significado que o locutor que faz a pergunta tem em mente (*bastard* significa tanto filho ilegítimo, quanto pessoa imoral). Assim, segundo o teste, *bastard* é uma palavra ambígua.

Como veremos nos exemplos a seguir, esse teste identifica como não-ambíguas as palavras do terceiro tipo de vagueza de Kempson, e como ambíguas as palavras do primeiro tipo. Desse modo, como no teste anterior, este segundo teste, mais do que isolar o fenômeno da ambigüidade, serve para mostrar que os diferentes tipos de vagueza propostos por Kempson dificilmente correspondem a um fenômeno comum. Vejamos os exemplos seguintes:

(11)

a) Foi alguém que chegou?

b) Althusser matou a esposa?

Essas perguntas têm respostas definidas, em termos de sim e não. De acordo com o teste, portanto, 'alguém' e 'matar' não são palavras ambíguas. 'Alguém' e 'matar', assim como 'tio', são palavras pertencentes ao terceiro grupo de expressões vagas segundo as definições de Kempson, pois seus significados são gerais ('alguém' pode se referir a um homem ou uma mulher, criança ou adulto, etc e 'matar' é indefinido quanto à intencionalidade do ato). De acordo com as definições de Kempson, é previsível, então, que o teste as identificasse como não-ambíguas. O problema surge quando o teste é aplicado a palavras vagas do primeiro tipo; perguntas contendo palavras deste primeiro tipo de vagueza podem produzir respostas indefinidas:

(12)

a) João é cristão?

b) How many cups do you have in your cupboard?

(in Sadock, 1986:271)

"Cristão" e "cup" (xícara, taça) são palavras vagas do primeiro tipo (cf. também Labov (1973)), e dessa forma a identificação dos objetos aos quais elas se aplicam não é sempre cristalina. Por conseguinte, um interlocutor meticoloso pode responder a essas duas perguntas da seguinte forma: "Depende. O que você entende por 'cristão' e o que você exige para que um objeto seja considerado uma 'cup'?". Não há, necessariamente, uma resposta definida em termos de sim e não às frases em (12). Assim, palavras como 'cristão' e 'cup' têm um comportamento, em relação ao teste de MacCawley, diferente do comportamento de palavras como 'pessoa', 'alguém' e 'tio'. Isso mostra, mais uma vez, que a classificação de vagueza de Kempson abrange diferentes tipos de fenômenos semânticos.

Palavras vagas do primeiro tipo passam no teste de ambigüidade de MacCawley, ao passo que palavras vagas do terceiro tipo não passam. A meu ver, o mais razoável, então, é admitir que,

mais do que tipos diferentes de vagueza, esses tipos de palavras enquadram-se em diferentes conceitos semânticos. Palavras como 'pessoa', 'alguém', 'tio', etc, não são vagas, ao contrário do que diz Kempson, mas apresentam 'generalidade' (cf. Sadock,1986:270-1). O conceito de vagueza, multifacetado em Kempson, deve ser mais restrito e específico, abrangendo apenas expressões vagas *stricto sensu* (primeiro tipo), e excluindo casos de 'generalidade' e também de 'não-dito'. Estes dois conceitos serão definidos na seção seguinte.

Um terceiro teste é formulado pela própria Kempson. Este teste, ao contrário dos dois primeiros, aparentemente se aplica aos três tipos de vagueza considerados. Entretanto, conforme veremos em seguida, nem sempre o teste identifica a ambigüidade, em oposição à vagueza, como é o seu objetivo. Este teste é proposto como alternativa a um outro, que podemos denominar "teste de contradição", segundo o qual uma sentença é ambígua se pode ser simultaneamente verdadeira e falsa de um mesmo estado de coisas. De acordo com Kempson (op.cit.:130), este teste não serve para distinguir os casos duvidosos: ele apenas ressalta a possibilidade de duas abordagens diferentes. Por exemplo, se queremos determinar se o verbo 'matar' é ambíguo ou vago (indeterminado) quanto à intencionalidade, o 'teste de contradição' ajuda pouco. Este teste não resolveria o impasse entre dois lingüistas com opiniões contrárias: o lingüista que considera que se trata de um caso de indeterminação do sentido dirá que 'matar' é indefinido quanto ao traço de intencionalidade, e que a sentença 'João matou José' é verdadeira tanto nos casos em que João agiu intencionalmente, como no caso em que João agiu não-intencionalmente. Um outro lingüista, que considera que se trata de uma ambigüidade entre um ato intencional e um ato não-intencional, dirá que, dado um estado de coisas, a sentença em questão será verdadeira e falsa simultaneamente. Por exemplo, numa situação de ato não-intencional, "a sentença é verdadeira na interpretação não-intencional e, ao mesmo tempo, falsa na interpretação intencional"(id.:130).

A partir dessa incapacidade do "teste de contradição" em distinguir os casos de ambigüidade, dos casos de vagueza, Kempson propõe o teste da anáfora. O teste é o seguinte:

uma seqüência anafórica qualquer (a autora cita a expressão “fazer isso também”), quando referida a uma expressão anterior **ambígua**, não pode apresentar uma interpretação diferente da interpretação da expressão à qual se refere. Quando as interpretações da expressão anafórica e da expressão referida podem ser diferentes, esta é uma expressão **vaga**.

(13) João colocou o pé na mesa e Joaquim fez isso também.

O teste identifica que o sintagma ‘colocar o pé na mesa’ é ambíguo, porque a sentença (13) não pode significar que João tenha consertado a mesa e Joaquim tenha posto o pé dele em cima da mesa. Ou seja, escolhida uma interpretação para a expressão ambígua, ela deve ser a mesma na anáfora (embora o teste não se aplique nos contextos em que o falante faz um uso expressivo da ambigüidade, como nas piadas). Vejamos outro exemplo:

(14) João matou um pássaro hoje e Maria fez o mesmo.

Neste caso, “matar” é vago, e não ambíguo, quanto ao traço intencionalidade, porque a anáfora pode receber uma interpretação diferente da expressão referida. Assim, a sentença (14) pode perfeitamente retratar uma situação em que a angélica Maria casualmente atropelou um pássaro com sua bicicleta, e o maldoso João abateu um pássaro com sua espingarda de ar. Teríamos a mesma situação com uma palavra do primeiro tipo de vagueza:

(15) João é cristão, e Joaquim também.

Aceitando que aí temos anáfora, é perfeitamente possível imaginar que João seja ‘cristão’ num sentido diferente de Joaquim (João vai à igreja toda semana, mas blasfema, e Joaquim cumpre os dez mandamentos, mas nunca vai à igreja). Logo, segundo o teste, ‘cristão’ é vago e não

ambíguo. Esse teste, assim, parece isolar, de um lado, as expressões ambíguas, e de outro, os diferentes tipos de vagueza propostos por Kempson. O problema é que tal teste nem sempre funciona:

(16) João é carioca, mas Pedro também é.

“Carioca”, hoje em dia, é ambíguo entre “nascido na cidade do Rio de Janeiro” e “nascido no estado do Rio de Janeiro”. Ora, é perfeitamente cabível imaginar que a frase (16) indique que João nasceu na cidade do Rio e que Pedro nasceu em outra cidade do estado do Rio de Janeiro. Logo, segundo o teste, ‘carioca’ deveria ser uma expressão vaga, e não ambígua, o que é contra-intuitivo.

Em resumo, os testes apresentados têm dificuldades para isolar dois conjuntos de fatos distintos: ambigüidade e vagueza. A meu ver, uma parte destas dificuldades nasce da definição excessivamente abrangente de vagueza que Kempson fornece. Os diferentes tipos de fenômenos explicitados por Kempson, mesmo que aparentados entre si, dificilmente correspondem a um único fato semântico. É preciso então delimitar o conceito de vagueza, isolando outros fatos sob conceitos como ‘não-dito’ e ‘generalidade’

1.3.2. Não-dito e generalidade

Certos tipos de palavras arroladas como vagas por Kempson representam um fenômeno específico, que é melhor diferenciar do conceito de vagueza, a fim de tornar este conceito mais operacional. Tal fenômeno específico é indicado pelo conceito de **não-dito**, segundo Martin (1992). Vejamos a definição que este autor dá desse conceito: “ Une phrase est un lieu de non-dit si elle est en relation d’implication converse avec des phrases (plus précises) incompatibles entre

elles, situées en dehors de l’assertion proprement dite, mais envisageables pragmatiquement ou sémantiquement” (op. cit.:166). Vejamos a frase abaixo:

(17) João feriu Maria.

A partir de (17), podemos querer saber se João agiu intencionalmente ou não. Mas (17) nada nos informa sobre isto; a oposição entre ato voluntário e involuntário faz parte do *não-dito* de (17). “João feriu Maria intencionalmente” e “João feriu Maria por acaso” implicam (ou pressupõem) ambas que “João feriu Maria”, mas esta última frase não prediz nada sobre aquelas.

Outros exemplos de não-dito, e não de vagueza, são sintagmas como “*John’s book*”, citado por Kempson, e “*The girl with the flowers*”, citado por Kooij (1971: 100); este último é indefinido quanto às interpretações “enfeitada com flores”, “tentando vender flores”, “carregando flores”...

Em suma, a vagueza está contida no próprio conteúdo semântico das palavras (como em ‘alto’ ou ‘inteligente’), ao passo que o não-dito refere-se ao que não está expresso no conteúdo semântico das palavras. Uma simples especificação parafrástica pode recobrir o não-dito; para eliminar a vagueza, é preciso produzir uma estipulação arbitrária do sentido da palavra vaga.

Um outro conceito que serve para distinguir um fenômeno assemelhado, mas distinto de vagueza, é o conceito de *generalidade*. Vejamos a definição de Sadock (1986:269): “According to standard thinking, an expression such as *cousin* is general in this respect: it has a single meaning, but applies to a segment of reality that is cognitively partitionable into clear subsets”.

Sadock argúi (op.cit.:269) que vagueza e generalidade não equivalem ao mesmo tipo de fenômeno, tendo em vista que vagueza e generalidade não são necessariamente co-ocorrentes numa palavra. Assim, por exemplo, ‘*horse*’ (cavalo) é um substantivo que apresenta generalidade, podendo indicar animais macho ou fêmea, mas a vagueza pode ou não estar contida no uso dessa palavra (*horse* é um bom exemplo de generalidade quanto ao gênero na língua inglesa, mas não

tanto em português, onde temos a oposição *cavalo-égua*). Se pensamos na cadeia evolutiva desse animal, veremos que a aplicação do termo *cavalo* se torna mais incerta se retrocedemos no tempo, até os ancestrais mais remotos dos equinos. Ou seja, segundo Sadock, partimos de um uso não-vago do substantivo *cavalo* (o estágio atual de evolução), até um uso inteiramente vago do mesmo substantivo (se temos em mente os ancestrais remotos do cavalo); todavia, se a vagueza varia, a generalidade da palavra permanece constante (em toda a cadeia evolutiva, *cavalo* indicará machos e fêmeas). Logo, vagueza e generalidade não representam o mesmo fenômeno, pois não são necessariamente co-ocorrentes numa mesma palavra.

Uma outra definição de generalidade, a meu ver não incompatível com a definição acima, encontra-se em Gillon (1990:395): “A word is general with respect to another word iff the connotation of the former is a genus of the connotation of the latter”. Assim, a generalidade é definida como um tipo de relação entre itens lexicais.

Vagueza e generalidade diferem em ao menos dois aspectos. Em primeiro lugar, uma simples especificação permite controlar a generalidade de uma palavra, ao passo que o controle da vagueza, como vimos, é bem mais difícil; para isso, é preciso introduzir modificações no próprio sentido da palavra vaga (pensemos, por exemplo, na dificuldade que os biólogos devem ter para determinar até que ponto exato da escala de evolução (vista retrospectivamente) os ancestrais dos cavalos devem ser ainda considerados ‘cavalos’, ou já um outro animal).

Uma segunda diferença entre vagueza e generalidade é que, nesta última, o sentido é indefinido quanto a uma série de subconjuntos bem delimitados e disjuntos, ao passo que na vagueza não temos nenhuma delimitação de subconjuntos. *Cavalo* é um termo geral na medida em que ele engloba subconjuntos disjuntos como os dos cavalos machos e fêmeas. Esses subconjuntos são, supostamente, bem delimitados e basta uma especificação adjungida ao termo geral para que determinemos a que subconjunto o objeto referido pertence. Na vagueza, não temos uma delimitação de subconjuntos. Ao contrário, a vagueza representa a impossibilidade de

determinação de subconjuntos (um indivíduo A pode ser calvo segundo um certo parâmetro *a*, ainda não calvo segundo um certo parâmetro *b*, e pertencente ao subconjunto dos casos duvidosos de calvície segundo o parâmetro *c*).

Com base no que foi dito nesta seção, pode-se concluir que temos de um lado a vagueza, e de outro o não-dito e a generalidade. Somente à vagueza aplicar-se-ia a antiga afirmação de Peirce (1902): “by intrinsically uncertain we mean not uncertain in consequence of any ignorance of the interpreter”; expressões com não-dito e generalidade são indeterminadas em função do caráter parcial da informação, o que pode ser resolvido por um processo finito de especificação (cf. Ewin:1990: 94).

Com os conceitos de *não-dito* e de *generalidade*, pretendi mostrar que o fenômeno da vagueza deve ser bem delimitado, sendo isolado, tanto quanto possível, de outros fenômenos de indeterminação semântica. É preciso, assim, utilizar uma definição de vagueza menos abrangente que a de Kempson.

1.4. Dificuldades da definição de vagueza em termos de condições de verdade.

A definição de vagueza de Quine é certamente menos abrangente que a de Kempson. Segundo este filósofo, a vagueza ocorre, como já vimos, quando não se pode determinar se um termo se aplica ou não a um objeto específico. Assim, por exemplo, ao observar uma lama barrenta, ou barro lamacento, podemos ficar na dúvida se definimos o observado como *barro* ou como *lama*. Qual a evidência que devo averiguar para determinar onde começa o *barro* e onde termina a *lama*? Os sentidos desses termos não têm fronteiras definidas. O conceito de vagueza de Quine se restringe ao primeiro tipo de vagueza de Kempson (vagueza referencial).

O conceito de vagueza de Quine é assim uma excelente hipótese de trabalho inicial para um estudo lingüístico desse fenômeno. A vagueza em Quine é definida em termos de condições de

verdade e extensionalidade. Ou seja, ela é definida em termos de indecidibilidade da teoria (sobre a definição de 'teoria' em Quine, ver Cap. 2) sobre a atribuição dos valores verdadeiro e falso a certas sentenças (sobre as sentenças indecidíveis, cf. Dummett, 1991:314). Em outros termos, há uma incompletude da teoria, que não dá conta de certos dados da experiência (cf. Margalit, 1976:212). A vagueza reflete essa incompletude da teoria. No capítulo 2, veremos, sinteticamente, como Quine define essa relação entre linguagem e experiência, para entendermos como se articula aí a questão da vagueza. O conceito de vagueza em Quine está ligado à natureza essencial da linguagem, que é um 'falar de objetos' (cf seção 2.2). Os termos da linguagem (e as sentenças que eles formam) são avaliados, assim, por sua correspondência (direta e indireta) aos estados de coisas. As sentenças vagas são aquelas que não recebem valor de verdade, ou seja, cuja correspondência com estados de coisas não é definida. Logo, uma semântica de valor de verdade é a mais adequada, segundo Quine, para explicar o fenômeno da vagueza. No capítulo 4, seção 4.1., veremos por que este filósofo argumenta que a metalinguagem lógica⁴ deve proceder a uma 'regulação' (*regimentation*) das expressões vagas da língua natural, objetivando a "simplicidade da teoria". A 'regulação' das expressões vagas é, na verdade, apenas um dos tipos de 'regulação' lógica que são impostos à língua natural (cf. Quine, 1960:157).

Para um lingüista, a dificuldade maior para a aceitação do conceito de vagueza de Quine é, exatamente, que tal conceito exige essa 'regulação' da língua natural por uma metalinguagem lógica. Por que a vagueza deve ser eliminada da metalinguagem, e não simplesmente representada aí? No capítulo 4, seção 4.1., mostrarei também as dificuldades da aplicação desse conceito quineano de vagueza à descrição da semântica das sentenças comparativas.

Mas existem ainda outras dificuldades. Quine tenta estabelecer a diferença entre vagueza e ambigüidade em termos de condições de verdade. Segundo ele (1960:129), dado um objeto x , o

⁴ Denominarei, nesta tese, de 'metalinguagem lógica' o sistema artificial de 'notação canônica' adotado pelos lógicos. Talvez fosse mais correto denominá-lo de 'linguagem artificial da teoria', mas isso pressupõe o conceito de teoria lógica. Chamando-o de 'metalinguagem lógica', entendo o sistema lógico (entre outras coisas) como um modelo que permite teorizar sobre a língua natural.

termo ambíguo é, simultaneamente, inteiramente verdadeiro, ou inteiramente falso em relação ao objeto x , de acordo com as diferentes interpretações do termo ambíguo. Assim, não haverá casos nebulosos em que o objeto seja indeterminado quanto aos sentidos do termo ambíguo. Por exemplo, *banco* é um termo ambíguo, podendo ser entendido como a) assento b) instituição financeira. Ou seja, dado um objeto x (por exemplo, a instituição Banco do Brasil), *banco* será inteiramente verdadeiro aplicado a esse objeto, ou inteiramente falso, dependendo do sentido atribuído ao termo ambíguo. Quando aplicada a este objeto, a palavra 'banco' será simultaneamente verdadeira, na interpretação 'instituição financeira', e falsa, na interpretação 'assento'. A atribuição de valor de verdade, nos termos ambíguos, é uma questão de sim ou não, vale dizer, verdadeiro ou falso, (mais precisamente, verdadeiro e falso, simultaneamente), ao contrário da vagueza, na qual temos um buraco negro dos valores de verdade: nem verdadeiro, nem falso. Na vagueza, há objetos dos quais não se pode decidir se determinados predicados são verdadeiros ou falsos em relação a eles, a não ser que se forneçam estipulações arbitrárias do sentido desses predicados, eliminando a vagueza.

Gostaria de criticar aqui as definições de vagueza e ambigüidade em termos de condições de verdade. Esta crítica se baseia na idéia de que a aceitação dessas definições acarreta dificuldades para o modelo lógico na qual as definições se apóiam. Em outras palavras, o semanticista lógico que as aceitasse teria de dar conta das dificuldades que elas implicam para a teoria lógica. Essas dificuldades se apresentam tanto na definição de ambigüidade, quanto na definição de vagueza.

Em primeiro lugar, a definição de ambigüidade em termos de condições de verdade deveria se aplicar a todas as expressões ambíguas: ou seja, sempre que tivéssemos uma expressão ambígua, ela deveria ser **simultaneamente** verdadeira e falsa dos mesmos objetos. Isso significa que, segundo esta definição de ambigüidade, a diferença de interpretações de uma expressão ambígua deve corresponder a uma diferença de objetos ou situações referidas. Assim, o predicado 'banco' será verdadeiro, na acepção 'instituição financeira', do objeto 'Banco do Brasil' e falso na

acepção 'assento' quando referido a este mesmo objeto. Se o objeto referido fosse diferente (digamos o assento da praça), a atribuição do valor de verdade seria inversa. O problema é que nem sempre uma diferença de interpretação de uma expressão ambígua corresponde a uma diferença de valor de verdade. Vejamos o exemplo abaixo:

(18) Old men and women are men and women. (in Gillon, 1990:399)

Nesta frase, temos uma ambigüidade estrutural no sintagma '*old men and women*', que pode significar tanto [Old [men and women]], quanto [[Old men] and women]. Portanto, segundo a definição de ambigüidade de Quine, dado um determinado estado de coisas, a frase acima deve ser simultaneamente verdadeira e falsa quando aplicada a este estado de coisas, segundo as diferentes interpretações. Mas isto não ocorre, já que a frase (18), nas duas interpretações do sintagma ambíguo, é uma verdade lógica, e como tal verdadeira em todas as situações. Diferentes interpretações de uma expressão ambígua nem sempre correspondem a diferenças de estados de coisas ou, ao menos, a diferenças de atribuições de valor de verdade.

Pode-se argumentar que o enunciado (18) acima não é relevante para a definição de ambigüidade de Quine, já que se trata de uma ambigüidade estrutural. Mas vejamos um segundo exemplo:

(19) Os bancos não são eternos.

A frase acima é sem dúvida ambígua, significando coisas inteiramente diferentes na boca de um prefeito desanimado com a destruição das praças de sua cidade, e na boca de um devedor enraivecido. Entretanto, essa diferença de interpretação não acarreta uma diferença de valor de

verdade no enunciado como um todo. Em ambas as interpretações da palavra ‘banco’, o enunciado (19) é verdadeiro, o que contraria a definição de Quine. Vejamos ainda um outro exemplo que contradiz a definição de ambigüidade em termos de condições de verdade. A palavra ‘carioca’ é ambígua entre ‘nascido na cidade do Rio’ e ‘nascido no estado do Rio’. Desse modo, a sentença (20) abaixo é ambígua entre esses dois sentidos:

(20) Pedro é carioca.

Entretanto, se Pedro nasceu na cidade do Rio, a frase acima será verdadeira nas duas acepções da expressão ambígua. Ao contrário do que prevê a definição de Quine, o termo ‘carioca’ não é simultaneamente verdadeiro e falso do mesmo indivíduo, nas duas interpretações possíveis. As palavras ambíguas como ‘carioca’, nas quais uma das interpretações está contida em outra, são contra-exemplos da definição quineana de ambigüidade.

Vejamos agora o problema concernente à definição de vagueza em termos de condições de verdade. Ele é exposto por Sorensen (1994:48) e consiste no seguinte. Segundo este autor, ‘*supervaluationists* characterizes borderline cases in terms of truth value gaps’. Isto implica, segundo Sorensen, que “a proposition can sometimes have a truth-value even though its constituent propositions lack a truth-value” (op. cit.:48). Quer dizer, segundo este autor, a hipótese de ‘intervalos de valor de verdade’, implicada pelo conceito de vagueza em termos de condições de verdade, acarreta a negação do princípio lógico da composicionalidade das condições de verdade de uma proposição complexa a partir das condições de verdade de seus constituintes. Um exemplo disso é a frase seguinte:

(21) Either Bill Clinton is chubby or it is not the case that Bill Clinton is chubby.

Em (21), a sentença elementar “Bill Clinton is chubby” (Bill Clinton é gorducho) não é nem verdadeira, nem falsa, (Bill Clinton é um caso limite (*borderline case*) de ‘gorducho’), o que é representado pela noção de ‘intervalo de valor de verdade’. Apesar da vagueza dessa sentença constituinte, a proposição complexa (21) é verdadeira. Ou seja, a proposição complexa (21) possui um valor de verdade mesmo se suas sentenças constituintes não o possuem. E esse valor de verdade é obtido independentemente do fato do ‘borderline component “Bill Clinton is chubby” is precisified to come out true or to come out false’ (id.: 48). Segundo a teoria de Quine, “Bill Clinton is chubby” só receberia valor de verdade se houvesse uma estipulação arbitrária do sentido de “chubby”, ou se um mecanismo linguístico como a comparação permitisse a eliminação da vagueza (cf. Cap.4, seção 4.1). Segundo os teóricos da *super-truth* ou *supervaluation*, uma frase como “Bill Clinton is chubby” só receberia valor de verdade após um processo de “*precisification*” (uma frase é verdadeira se ela é verdadeira sob todas as “*precisifications*” e falsa se é falsa sob todas as “*precisifications*”). Ou seja, nessas teorias, o valor de verdade da proposição complexa (21) só pode ser calculado **após** um processo em que o sentido da palavra *chubby* (gorducho) fosse tornado preciso.

Ora, para Sorensen, é possível calcular o valor de verdade de (21) **independentemente** desses processos em que (21) fosse tornada precisa. Em suma, a partir do momento em que se aceita uma definição de vagueza em termos de ‘intervalo de valor de verdade’, a proposição em (21) é uma contradição do princípio da composicionalidade, pois esta proposição complexa é considerada verdadeira sem ser necessário tornar exato o sentido vago de ‘*chubby*’.

Pode-se argumentar que este tipo de crítica atinge as teorias lógicas que incorporam a vagueza dos predicados, como os modelos ‘*supervaluationists*’ de Kamp e Fine, mas não a teoria de Quine, já que este autor, pela ‘*regimentation*’ lógica, exclui a vagueza da linguagem lógica. Aliás, pode-se acrescentar que Quine defende esta posição exatamente para evitar o tipo de problema teórico apontado na crítica acima. Mas se as coisas se passam assim, então Quine, para

manter a coerência com sua posição de excluir a vagueza da metalinguagem lógica, não deveria defini-la em termos de condições de verdade, já que a definição de vagueza como indefinição de valor de verdade de um predicado em relação a certos objetos, faz uso de expressões metalingüísticas como 'valor de verdade', 'falso' e 'verdadeiro'. Logo, contraditoriamente, ele repõe a vagueza na metalinguagem lógica da qual ele pretende excluí-la. Assim, a crítica feita à definição de vagueza em termos de condições de verdade aplica-se também a Quine; para ser coerente com sua posição de 'regimentação' da vagueza da língua-objeto, ele deveria fornecer uma definição moldada em outros fatores que não os puramente lógicos; moldada em fatores pragmáticos, por exemplo: "On the other hand a decision in favor of idealizing the data in such a way that the phenomenon of vagueness is legislated out of existence amounts to viewing vagueness as a pragmatical notion, that is to attributing vagueness to the way we sometimes use our words, not the words themselves" (Margalit, 1976:217).

É importante frisar também que a crítica de Sorensen é feita a partir da perspectiva de que a vagueza de certos predicados não é de ordem semântica (indefinição das fronteiras de aplicação de um predicado), mas de ordem epistêmica (desconhecimento, por parte dos falantes, das diferenças objetivas que definem a aplicação de um predicado vago). Não me coloco nessa perspectiva de rejeição do caráter semântico da vagueza; pretendi apenas mostrar, através das dificuldades citadas, que uma teoria de condições de verdade talvez não seja a mais adequada para representar a semântica da vagueza. Um dos objetivos dessa tese é tentar mostrar que algumas teorias de vagueza disponíveis ('intervalo de valor de verdade' (Quine, Fine), 'gradualidade de força argumentativa' (Ducrot)) não resolvem todos os problemas apresentados pelos predicados vagos para uma semântica das línguas naturais. No capítulo 4, critico em mais detalhes essas abordagens e proponho um modelo alternativo de aplicação do conceito de vagueza.

1.5. Modificação de vagueza

A vagueza de um predicado não é invariável. Existem diferentes graus de vagueza de um predicado, os quais podem variar segundo o contexto e as construções lingüísticas nas quais estão envolvidos. Em certos contextos, a vagueza de um predicado é explorada ao máximo. Em outros, tenta-se reduzi-la ao mínimo.

A hipótese a ser adotada nesta tese é que existem diversos mecanismos lingüísticos e certas expressões que permitem incrementar ou reduzir o grau de vagueza de uma expressão. Essa hipótese, se verdadeira, implica que o conceito de vagueza é relevante para a descrição gramatical.

Esta hipótese retoma e amplia o conceito de *hedge* proposto por Lakoff (1972). *Hedges* são “words whose job is to make things fuzzier or less fuzzy” (op.cit.:195). A hipótese acima amplia a idéia de Lakoff, na medida em que não apenas certas palavras (*hedges*), mas uma série de construções gramaticais são utilizadas para modificar o grau de vagueza de um predicado. Segundo Martin (1992:30), “la langue - toute langue- porte en elle des moyens qui permettent au locuteur de moduler son propos, de faire apparaître le (plus ou moins) V.”

Os mecanismos de modificação de vagueza são elementos essenciais para as principais teorias de vagueza de que se dispõe hoje. Cada uma dessas teorias têm uma abordagem específica do funcionamento desses mecanismos. No campo das teorias de vagueza como valor de verdade, nós temos a teoria de Quine, a teoria de Fine e Kamp (conhecida como teoria *supervaluationist* ou *super-truth*) e a *fuzzy logic*. Tanto na teoria de Quine, quanto na teoria de *supervaluation*, os mecanismos de modificação de vagueza servem para não só reduzir, como eliminar os ‘intervalos de verdade’ acarretados pelas expressões vagas. Em outras palavras, os mecanismos de redução de vagueza servem para reinstaurar o princípio da bivalência.

Mas essa função aparentemente idêntica conduz a posições teóricas diferentes; em Quine, esses mecanismos justificam a sua posição de excluir a vagueza da metalinguagem lógica, na medida em que a própria linguagem dispõe de meios de reintroduzir a bivalência: “One expedient that often serves is abandonment of a vague absolute term in favor of a relative term of comparison. The expedient is familiar in the case of such terms as ‘big’, ‘tall’ and ‘heavy’, and it works equally for ‘bald’: we may abandon ‘bald’ in favor of ‘balder than’” (Quine, 1981:33). Segundo Quine, a metalinguagem lógica deve apenas considerar essa bivalência reinstaurada, e não a vagueza anterior à reinstauração (“bivalence seals the paradox” (id:32)). Já na teoria de *supervaluation*, a vagueza é representada na metalinguagem. As *precisifications* (modos de tornar uma expressão vaga mais precisa) fazem parte das condições de verdade de uma expressão vaga: “The value of indefinite sentences lies in the possibility of this bipolar resolution: they are born, as it were, to be true or false” (Fine, 1975:279). Em suma, a reinstauração da bivalência, pelos mecanismos de redução de vagueza, se dá, segundo Quine, na própria linguagem, ao passo que, na teoria de *supervaluation*, essa reinstauração é representada na teoria lógica.

Resta ainda a alternativa da *fuzzy logic*. Segundo esta abordagem, os modificadores de vagueza correspondem a modificadores de predicado, que alteram os valores de verdade (situados entre 0 e 1) dos predicados aos quais se aplicam: “Zadeh’s basic idea is that there is a small number of basic functions that, in combination, produce a wide range of modifiers (specifically, absolute value modifiers), for fuzzy predicates” (Lakoff, 1972:202).

No cap. 4, analisarei e criticarei a descrição semântica de modificadores de vagueza (especialmente a comparação e os intensificadores) que as teorias de Quine e de *supervaluation* propiciam. Será também examinada e criticada a abordagem da teoria dos topoi. Proporei, então, um outro modelo de aplicação do conceito de vagueza à descrição dos modificadores de vagueza.

1.5.1. Tipos de modificadores de vagueza.

Gostaria de encerrar este primeiro capítulo exemplificando, brevemente, alguns dos mecanismos de modificação de vagueza. A meu ver, eles podem ser de três níveis: pragmáticos, gramaticais e lexicais (hedges). Além disso, eles podem intensificar ou reduzir a vagueza dos predicados.

A- Mecanismos de redução de vagueza.

A.I. - Pragmáticos.

A.I.1.- Contexto de enunciação. Os contextos enunciativos fornecem uma gama muito variada de evidências pragmáticas para a redução da vagueza. Não pretendo ser exaustivo; ressaltarei apenas as diferentes durações dos fatores de redução de vagueza, de acordo com o tipo de contexto.

A.I.1.1. Contexto de curta duração. Nesse caso, um contexto verbal específico determina o parâmetro de redução de vagueza. Assim, por exemplo, numa conversa sobre viagens, se alguém pergunta “Vocês conhecem as grandes cidades do mundo?”, a expressão ‘grande cidade’ assume um significado específico, e a conversação, por um certo período, será guiada por esse parâmetro de redução de vagueza do adjetivo ‘grande’. Em função desse contexto, ‘grande’ não será aplicado a uma cidade como Belo Horizonte, quando em muitos outros contextos essa aplicação seria normal. (É evidente que, por ser um adjetivo sincategoremático⁵, ‘grande’ é sempre relativo

⁵ Sobre os adjetivos sincategoremáticos, cf. Borges(1992).

a uma classe de aplicação. Mas o que ressalto aqui é que essa classe de aplicação pode ser melhor especificada por fatores pragmáticos).

A.I.1.2. Contexto de longa duração. Nesse caso, os fatores contextuais são muito mais amplos do que a simples presença de certas interações verbais. Imaginemos, por exemplo, um seminário de técnicos de basquetebol. Nesse contexto, o significado de 'atleta alto' assumirá uma delimitação específica e que perdurará durante todo o seminário.

A.I.1.3.Contexto histórico-cultural. Esse tipo de contexto é evidentemente muito mais abrangente e nos fornece indicações de uso sobre praticamente todos os significados de palavras vagas como 'gordo', 'alto', 'cristão', etc. Um exemplo: o significado de 'gordo' varia extremamente quando aplicado a uma figura feminina de Botticelli e quando aplicado a uma top-model contemporânea.

A.I.2.- Retroação semântica nos processos argumentativos.

(22) João é gordo; tem chance de ser eleito Rei Momo.

O argumento 'João é gordo' conduz à conclusão 'tem chance de ser eleito Rei Momo'. Esse encadeamento argumentativo permite reduzir a vagueza do adjetivo 'gordo', através do que Ducrot denomina retroação semântica do conseqüente sobre o antecedente (cf. seção 3.2.), no caso, da conclusão sobre o argumento. Para que a argumentação funcione, *João* não pode ter um nível de gordura qualquer, mas deve ser suficientemente gordo para poder eleger-se Rei Momo. Assim, a vagueza do adjetivo 'gordo' é reduzida pela conclusão à qual o argumento encaminha; o sentido de 'gordo' é especificado, retroativamente, pelo parâmetro 'gordo para ser Rei Momo'.

A.II. Gramaticais

Novamente, não pretendo ser exaustivo. Citarei aqui apenas as construções gramaticais que serão discutidas ao longo desta tese. Isto não significa que não existam outras construções que tenham por função reduzir a vagueza dos predicados.

A.II.1- Comparação.

(23) Mário é tão magro quanto Marco Maciel.

No exemplo acima, a comparação tem por função reduzir a vagueza do adjetivo *magro*, quando aplicado a *Mário*, através da comparação com a magreza de um espécime bem conhecido. Para que a comparação tenha esse efeito de reduzir a vagueza, parece ser necessário que o termo comparante seja conhecido dos interlocutores, embora não necessariamente um protótipo das propriedades comparadas (como é o caso de Marco Maciel).

A comparação tem sido assimilada à função de reduzir ou eliminar a vagueza por diferentes autores (cf. Kamp,1975;Quine,1981;Klein,1982). No capítulo 4, discuto em detalhe as abordagens da comparação tanto na teoria de Quine, quanto na teoria de *supervaluation*..

A.II.2- Intensificação.

(24) Pedro é *muito* alto.

Os advérbios intensificadores têm sido, assim como a comparação, normalmente associados à função de reduzir ou mesmo eliminar a vagueza (Lakoff, 1972; Kamp, 1975; Klein, 1982; Martin, 1992). Os intensificadores têm o efeito de reduzir o campo de aplicação de um predicado, tornando-o, em consequência, menos vago. Assim, se dizemos que 'Pedro é alto', isto pode significar que ele possui, digamos, de 1,71m para cima, mas se dissermos que ele é *muito alto* , então podemos supor que ele tem, pelo menos, 1,80m para cima. Dito de outro modo, podemos ficar na dúvida se um indivíduo de 1,69m pode ser considerado 'alto', mas certamente não o consideraríamos 'muito alto' (dado o contexto sócio-histórico do Brasil contemporâneo, por exemplo). Discutirei em detalhes os intensificadores também no Cap. 4.

A.II.3- Sufixos 'diminutivos'

(25) João acordou *cedinho* .

O advérbio *cedo* é vago (*cedo* é definido em relação a que momento?). Todavia, a adjunção do sufixo *-inho* , se não torna a informação totalmente clara, ao menos nos indica que se trata de um *cedo* definido mais rigorosamente. A inclusão dos sufixos dito diminutivos na classe das estruturas que permitem uma redução de vagueza me parece uma hipótese interessante.

A.III. Lexicais (Hedges)

Nesta categoria estão os hedges definidos por Lakoff (1972) e todas as outras expressões lexicais que servem para reduzir a vagueza de uma expressão. Vejamos o seguinte exemplo:

(26) *Legalmente falando*, Maurício não é um racista.

Racista pode indicar uma multiplicidade de traços semânticos (desprezo às pessoas de outra raça, crença de que há raças inferiores, discriminação no emprego, etc), mas, ao se utilizar o hedge *legalmente falando*, alguns desses traços são incluídos (descumprimento dos direitos civis dos membros de outra raça, etc) e outros excluídos (desprezo às pessoas de outra raça, etc). O hedge *legalmente falando* reduz, assim, a vagueza do termo *racista*.

B- Mecanismos de intensificação da vagueza

B.I. Pragmáticos

B.I.1- Aproximação

(27) A França é um hexágono.

Adotarei aqui a definição de *aproximação* dada por Martin (1992:163):

Un hexagone est un polygone à six côtés. Rien d'imprécis à cela. Pourtant, dans 'Les frontières de l'hexagone' (la France), le prédicat hexagone, en toute rigueur, s'applique fort mal. Les frontières de la France ne s'inscrivent dans cette figure que de manière fort approximative. Un tel exemple conduit donc à penser que la langue autorise aussi un usage approximatif de prédicats qui, en eux-mêmes, ne sont pas flous.

Ou seja, a *aproximação* nos permite, em certos contextos de uso, transformar um predicado de vagueza nula ou reduzida, num predicado vago.

B.II. Gramaticais

B.II.1- Modificadores

(28) O quarto é mais ou menos quadrado.

Modificadores como 'mais ou menos' têm um efeito semelhante à *aproximação*.

B.III. Lexicais (Hedges)

29) Loosely speaking, a whale is a fish (In Lakoff, 1972:199).

O hedge '*loosely speaking*' torna mais vago o conceito biológico de peixe, o qual passa a abranger também mamíferos que vivem em meio aquático, como a baleia.

1.6. Conclusão

As dificuldades acarretadas pela definição de vagueza em termos de condições de verdade, como é o caso da definição de Quine, nos obrigam a procurar alternativas teóricas. De fato, veremos no Cap. 2 que os dilemas que o conceito de vagueza coloca para a teoria de Quine não se

resumem aos apontados na seção 1.4., mas tocam ainda mais fundo no arcabouço teórico desse filósofo.

Uma alternativa possível à definição de vagueza em termos de condições de verdade é estudada em detalhes no Cap. 3, em que se analisa a Teoria dos Topoi. Infelizmente, essa teoria, como veremos, também não parece satisfatória para a explicação e descrição da semântica da vagueza das línguas naturais.

Uma outra conclusão desse primeiro capítulo é que qualquer teoria de vagueza deve ser capaz de fornecer uma descrição satisfatória dos modificadores de vagueza. A relevância do conceito de vagueza se mostra exatamente pela capacidade que ele possui de sistematizar e organizar o conjunto disperso de fatos semânticos que esses modificadores representam.

2. A teoria de Quine e o conceito de vagueza.

2.0. Introdução

O objetivo deste capítulo é uma tentativa de descrição sintética da arquitetura teórica na qual se insere o conceito de vagueza elaborado por Quine. Através dessa descrição, pretendo mostrar também a relevância do conceito de vagueza para as questões teóricas da filosofia da linguagem e para as questões técnicas de formulação dos modelos semânticos das línguas naturais. Em diversas ramificações da teoria de Quine, em vários conceitos que formam o arcabouço dessa teoria, o problema da vagueza ressalta como inevitável, exigindo que o filósofo da linguagem e o semanticista dêem conta dele, de uma forma ou de outra. O interesse principal deste capítulo é mostrar que, de acordo com vários princípios teóricos de Quine, nem uma semântica mentalista, nem uma semântica lógico-empirista podem evitar a questão da vagueza das expressões lingüísticas.

Obviamente, o objetivo deste capítulo não é o de fazer uma crítica filosófica da teoria de Quine. Com a exposição de alguns conceitos fundamentais dessa teoria, pretendi apenas mostrar como a questão da vagueza está imbricada na rede teórica quineana.

A metodologia usada foi a seguinte. A cada conceito e/ou hipótese exposto, estabeleci um laço com a questão da vagueza. Assim, depois de expor na seção 2.1. os objetivos gerais da teoria, apresento, na seção 2.2., a relação da vagueza com a hipótese do fisicalismo e com a hipótese da aprendizagem social das expressões lingüísticas. Na seção 2.3., a partir de uma exposição razoavelmente longa do conceito de 'sentenças de observação', mostro a relação desse conceito com a questão da vagueza. Na seção 2.4., exponho os pressupostos comuns que embasam, em Quine, tanto as hipóteses da indeterminação da ontologia e da indeterminação da tradução, quanto o conceito de vagueza.

Finalmente, como conclusão desse capítulo (seção 2.5.), tento mostrar que o conceito de vagueza não está comodamente instalado no seio da teoria quineana, mas acarreta alguns dilemas (além daqueles já abordados no Cap. 1) para essa teoria.

2.1. A relação mundo-teoria

A obra de Quine se insere na tradição das filosofias que indagam como se dá a relação entre as teorias que os seres humanos formam sobre o mundo e este próprio mundo real. Segundo ele, todas as teorias de mundo nascem a partir e através da linguagem comum. Desse modo, a análise das línguas naturais se reveste de fundamental importância para o filósofo. Há uma linha contínua que vai dos primeiros balbucios do bebê até as teorias científicas mais sofisticadas. Esses balbucios e essas teorias sofisticadas estão voltados para a organização do fluxo da experiência sob a forma de teorias sobre o mundo.

O grande mistério (se mistério há), é o modo como se processa a construção dessas teorias a partir da pobreza de estímulos (*poverty of stimulus*) de que o ser humano dispõe. As percepções que o homem recebe do mundo, através dos sentidos, são fragmentárias e limitadas, e apesar disso ele é capaz tanto de produzir uma infinidade de enunciados lingüísticos sobre o mundo, como é capaz de elaborar teorias científicas altamente generalizantes sobre os fenômenos do mundo.

Sabemos o quanto este conceito de pobreza de estímulos tem sido importante na filosofia e na lingüística. A imagem da criança tendo de aprender toda a gramática da sua língua nativa a partir de frases isoladas e muitas vezes apenas parcialmente perceptíveis tem qualquer coisa de chocante. Um dos principais argumentos de Chomsky para a formulação de sua hipótese do inatismo se baseia nessa defasagem entre a parcimônia dos inputs da criança e na riqueza dos seus outputs. Chomsky resolve esse dilema, como sabemos, a partir da hipótese de que o aprendiz possui uma 'faculdade de linguagem' inata. Trata-se, então, de determinar uma teoria que

represente a natureza do estado inicial S_0 dessa faculdade de linguagem, a partir do qual se incorpora uma linguagem particular L , que é uma realização específica dos princípios de S_0 , a partir da fixação de parâmetros. Isto é, o estado inicial S_0 é uma faculdade inerente ao falante. “We then try (in principle) to construct a complete theory, the best one we can, of relevant aspects of how Jones (any speaker) is constructed- of the kind of ‘machine’ he is, if one likes.” (Chomsky, 1986:237).

Quine admite a validade do dilema da aquisição, mas encara o problema sob uma outra ótica. A criança está de fato exposta à fragmentação dos estímulos, mas ela não está sozinha nessa empreitada. Os elementos da aprendizagem de uma língua não se resumem, de um lado, à criança dotada de instrumentos de percepção limitados, e de outro lado, à alta complexidade das estruturas que ela deve aprender. Intermediando esses dois elementos, há a presença da sociedade humana. Para Quine, a aprendizagem de uma língua só faz sentido dentro e a partir de uma sociedade. Não por acaso as frases iniciais do prefácio do seu livro mais famoso são as seguintes: “Language is a social art. In acquiring it we have to depend entirely on intersubjectively available cues as to what ^{to} say and when” (*Word and Object*, 1960).

A criança será então “educada” a responder corretamente aos comportamentos verbais e não-verbais do meio em que ela vive. Tomando como guia o comportamento alheio, ela poderá se guiar na identificação dos estímulos e das respostas corretas. “L’apprentissage du langage est, pour Quine, celui de la conformité sociale, où l’assentiment, comme dans la traduction radicale, joue un rôle fondamental: du babillage enfantin au langage adulte, le passage s’effectue par l’assentiment, parental ou autre” (Rabaté, 1992: 62).

Quine baseia, assim, a aprendizagem da linguagem no comportamento social. Uma criança aprende sua língua nativa porque há sempre indícios objetivos de como ela deve utilizar determinada frase. Se as impressões sensoriais são evidentemente subjetivas (e como tais limitadas), a objetividade da aprendizagem é dada pela vida social, ou seja, pelos comportamentos

verbais e não-verbais associados às palavras. Nesse sentido se pode entender a afirmação de Rabaté: “Le schéma d’apprentissage produit par Quine n’a évidemment pas pour ambition d’inférer ou d’expliquer le langage à partir de données sensorielles premières. Le langage étant d’emblée défini comme art social, il a une dimension collective et, dit Quine, objective” (id: 63).

2.2. Postulados empiristas

Do que foi dito se depreende que a teoria de Quine é fortemente empirista. Mas o significado desse “empirismo” não é consensual. Muito pelo contrário. De fato, os analistas da obra de Quine variam consideravelmente quanto à definição desse empirismo.

O debate sobre o empirismo (ou não) de Quine se deve em grande parte ao famoso artigo “*Two dogmas of empiricism*” (Quine, 1953). Já o título desse artigo leva a pensar que se trata de uma rejeição do empirismo, o que se deve a uma ambigüidade observada pelo próprio Quine: “The title of “Two dogmas”, by the way, has proved unfortunate in its unintended but very real suggestion that there is no empiricism without the dogmas in question” (Quine, 1960: 68, nota). A teoria de Quine é empirista, mas ao mesmo tempo rejeita alguns pressupostos (ou dogmas) da tradição empirista. Não é minha intenção entrar no debate sobre o que isso representa para a história da filosofia.

O que me parece importante é entender que a “metafísica” de Quine está baseada em teses empiristas. Quando falo em “metafísica”, quero me referir a alguns postulados filosóficos (nem sempre justificados pelo autor), que Quine não poderia dispensar, sob o risco de invalidar as suas indagações. O mais importante desses postulados, sem dúvida, é o de que os únicos dados acessíveis ao ser humano são os dados sensoriais. É esse postulado que possibilita a formulação da pergunta básica a que a teoria de Quine tenta responder: como conseguimos construir uma teoria do mundo a partir da evidência de nossos sentidos?

Um outro postulado filosófico de Quine é o *fisicalismo*. Essa noção abrange vários aspectos, dos quais abordarei apenas alguns. O fisicalismo corresponde ao princípio de que os únicos objetos reais são os objetos físicos: “(le physicalisme est) une version moderne du principe matérialiste traditionnel suivant lequel il n'existe rien d'autre que de la matière en mouvement” (Hookway, 1992: 79).

Formulado dessa maneira, o fisicalismo se assemelha fortemente a uma afirmação metafísica. Mas acredito que o seu valor para a teoria de Quine é menos o de fornecer a essa teoria uma hipótese filosófica que a sustente, do que o de permitir que essa teoria delimite claramente o seu campo de questões. E o fisicalismo permite a Quine analisar a linguagem como correspondendo essencialmente a um *falar de objetos*.

Como vimos no capítulo 1, seção 1.4., esse ‘falar de objetos’ leva à definição de sentenças vagas como aquelas que são indefinidas em relação a um dado estado de coisas. Tais sentenças não são nem verdadeiras nem falsas porque a correspondência com determinados objetos ou estado de coisas não é definida. A definição de vagueza em termos de condições de verdade está, assim, ligada à característica essencial da linguagem como ‘falar de objetos’.

Essa característica da linguagem provoca ainda duas outras conseqüências importantes. Em primeiro lugar, ela vai possibilitar a Quine a inversão de uma via seguida pelos empiristas tradicionais. Para estes, a linguagem está ancorada nos dados dos sentidos, sendo assim redutível, em última instância, às impressões sensoriais, já que a única ligação do indivíduo com o mundo é através dos dados dos sentidos. Ora, ainda que admitindo a validade do princípio de que o acesso ao real é feito unicamente através dos sentidos, Quine pensa que o fisicalismo permite deslocar o problema e, já que a linguagem “fala de objetos”, a linguagem sobre os dados sensoriais é derivada da linguagem sobre os objetos. Na verdade, segundo ele, só podemos descrever uma qualidade sensorial através da referência aos objetos: “Just as one sees his nose best in a mirror, removed to half the optimum focal distance, so also he best identifies his sense data by reflecting them in

external objects” (Quine, 1960: 1). A experiência sensorial imediata é um domínio sem autonomia. Em certo sentido, a intersubjetividade da linguagem, segundo Quine, só é possível pela referência às ‘coisas comuns’.

Esta primeira consequência do fisicalismo está intimamente ligada a uma segunda. Desde os seus primeiros balbucios, a linguagem humana se defronta com essas ‘coisas comuns’. A porta de entrada da linguagem são as coisas comuns:

Il (Quine) fait valoir en plusieurs endroits que les premiers objets dont nous prenions conscience lorsque nous grandissons sont des objets physiques de la vie quotidienne, comme les corps de ceux qui nous entourent, les tables, les chaises. Le reste de notre appareillage conceptuel se développe pour nous offrir un moyen de donner un sens à ces objets premiers et de les systématiser (Hookway, 1992: 81).

Todavia, sempre segundo Quine, mesmo esse conteúdo empírico das coisas comuns não é idêntico para todos os indivíduos. O uso de uma palavra que se refere a um objeto comum não implica que todos os indivíduos que utilizam essa palavra tenham uma percepção sensorial idêntica do objeto. É o caso da palavra “quadrado”: “Each of a party of observers glances at a tile from his own vantage point and calls it square; and each of them has, as his retinal projection of the tile, a scalene quadrilateral which is geometrically dissimilar to everyone else’s” (Quine, 1960: 7).

Independentemente dos estímulos a que um indivíduo é sujeito, ele deve ser capaz de enunciar corretamente uma palavra, nos contextos de uso em que a sociedade espera isso dele. Em suma, o fisicalismo de Quine não implica que o processo neuronal e sensorial pelo qual um objeto é identificado seja idêntico de indivíduo para indivíduo. Podemos dizer que há, de um lado, uma “objetividade” das coisas comuns como suscetíveis de percepção, e de outro uma “objetividade” de comportamentos associados às palavras que representam essas coisas comuns, mas o processo interior de aprendizagem é de fato subjetivo e variável de indivíduo para indivíduo. Segundo Quine, o que importa para a intersubjetividade lingüística é que, quando exposto aos fenômenos

pertinentes, um falante seja capaz de enunciar as palavras corretas. O processo que ele utilizou para agir corretamente é irrelevante para a comunicação.

Essa diferença de vias de aprendizagem, que conduzem a um comportamento verbal comum, elimina a necessidade de semelhança material entre os terminais nervosos e estrutura neuronal de todos os falantes. O que representa, caso Quine tenha razão, uma excelente lição para os lingüistas que crêem na necessidade de uma identidade biológica para explicar a identidade de competência dos diferentes falantes. A aprendizagem lingüística pode se dar por diferentes vias (diferenças de estímulos, diferença de receptores sensoriais envolvidos), e se podemos hipotetizar, a partir da linguagem, a estrutura biológica, deveríamos pensar, ao contrário dos inatistas, em estruturas neuronais diferentes que produzem respostas verbais semelhantes. Isso, aliás, estaria mais de acordo com pesquisas recentes da neurofisiologia.⁶

O curioso da teoria de Quine é que, mesmo no núcleo duro do seu empirismo, as suas idéias divergem da tradição. Assim, seria de se esperar que as condições estimulatórias agissem diretamente sobre os sentidos dos indivíduos, sem nenhuma intermediação. Mas de fato, segundo as idéias de Quine, as sensações, em sua pureza, são pouco úteis para a aprendizagem; de certa forma, os falantes são treinados a valorizar somente aquelas percepções válidas para a utilização das palavras. Assim, a aprendizagem de uma cor, 'vermelho', por exemplo, envolve uma série imensa de dados sensoriais, mas só aqueles que são socializados como pertinentes é que serão importantes para o uso da palavra. Para os lingüistas, talvez nos seja dada uma boa imagem desse processo se pensarmos nas noções de *forma* e *substância* de Hjelmslev. A *substância* do campo das sensações é organizada, na aprendizagem lingüística, numa *forma* de sensações que permite a utilização correta das palavras.

⁶ Conferir, por exemplo, os trabalhos de Changêux, J.P.: (1983) "L'homme neuronal", Paris, Fayard; e Changêux et Connes (1990) "Matière à pensée", Paris, O. Jacob.

Portanto, as evidências de que dispomos para aprender uma palavra não são os estímulos sensoriais em estado puro, mas organizados a partir da experiência social. Em outros termos, aprendemos a selecionar estímulos relevantes e a utilizar palavras a partir de ‘implicit induction on the subject’s part regarding society’s usage’ (Quine: 1960, 125). Ora, nem sempre as evidências baseadas nesse ‘society’s usage’ são suficientes para se identificar precisamente os limites dos objetos dos quais se está falando. Nesses casos, os termos utilizados são vagos. A vagueza é, assim, segundo a teoria de Quine, uma consequência natural do tipo de evidência (uso social das expressões) de que dispomos para ‘falar de objetos’.

Em suma, mesmo no núcleo duro de seu empirismo, a linguagem, segundo a teoria de Quine, é altamente socializada, por meio da aprendizagem. Disso deriva a importância fundamental do conceito de aprendizagem na teoria quineana, o que tem sido enfatizado por diferentes autores (cf. Rabaté, 1992).

Essa variabilidade da estimulação de indivíduo para indivíduo, mas com comportamento verbal resultante assemelhado, é bem visualizada na bela imagem quineana: “Different persons growing up in the same language are like different bushes trimmed and trained to take the shape of identical elephants. The anatomical details of twigs and branches will fulfill the elephantine form differently from bush to bush, but the overall results are alike” (Quine, 1960: 8).

2.3. As sentenças de observação

As frases que se ligam diretamente a condições estimulatórias são o ponto de partida da teoria quineana. Mas seria um grande equívoco imaginar que todas as frases das línguas naturais sejam ligadas diretamente a condições estimulatórias não-verbais. Desde o artigo “*Two Dogmas of Empiricism*”, o reducionismo, característico de vários filósofos empiristas, é rejeitado. O reducionismo afirma que “each meaningful statement is equivalent to some logical construct upon

terms which refers to immediate experience” (*Two Dogmas*, p. 20). Para Quine, essa redução de toda sentença isolada à experiência sensível é não só impossível como absurda.

De fato, os objetos de uma teoria (e não esqueçamos que a língua natural, segundo Quine, também é uma teoria), não são, muitas vezes, indiscerníveis do corpo de enunciados dessa teoria. Quer dizer, não se procede, primeiro, à identificação do objeto (pela experiência sensível), para então se ver o que a teoria diz sobre esse objeto. Ao contrário, o reconhecimento do objeto como tal só é possível através do corpo de enunciados de uma teoria relativos a esse objeto. Quine dá como exemplo dessa dependência da identificação do objeto em relação à teoria, um debate entre dois físicos que discutem se os neutrinos têm ou não massa. Ora, é absurdo dizer que os dois físicos, que postulam, cada um, alterações diferentes da teoria física, estão ambos se referindo a um mesmo objeto (os neutrinos), definido a priori. Esse objeto a priori não existe, já que ele vai ser definido exatamente pelos enunciados teóricos relativos a ele, como por exemplo o enunciado “os neutrinos têm (ou não) massa”. Sabermos o que uma teoria diz sobre ele é essencial para sabermos o que um objeto é (cf. Quine, 1960: 16).

Segundo este raciocínio, não se pode, portanto, admitir o reducionismo, porque na maior parte das vezes o valor de verdade de uma sentença não é determinado através de um relação direta com a experiência, mas somente através da relação com outras frases da teoria. Mesmo uma frase que aparentemente deveria ser considerada verdadeira ou falsa por uma simples evidência sensorial, na verdade pode sofrer o efeito do conjunto de enunciados da teoria aceita pelo falante. Assim, por exemplo, ao ver do trem, de relance, um objeto na estrada, um falante pode ficar na dúvida se o que ele viu foi papel amassado ou uma pedra. A evidência sensorial vai ser completada pelo corpo de enunciados da teoria dominada pelo falante. Assim, se a região atravessada pelo trem é desértica, e sinais de presença humana são raros, o falante vai tender a dizer que se tratava de uma pedra, e não de papel. A escolha da frase “Era uma pedra” vai assim depender tanto da

impressão visual, quanto da relação dessa frase com todas as outras frases relevantes da teoria de mundo aceita pelo falante (cf. op. cit.:17-18).

Dos parágrafos acima, deduz-se a definição de teoria adotada por Quine, que é a seguinte: “The theory... is a fabric of sentences variously associated to one another and to non-verbal stimuli by the mechanism of conditioned response” (id.: 11). Nessa definição, vê-se claramente os dois lados da questão: por um lado, “a fabric of sentences”, frases ligadas a outras frases; e de outro lado, frases ligadas a estímulos não-verbais. Mas uma dúvida pode surgir: se Quine rejeita o reducionismo, se ele admite que mesmo frases diretamente ligadas à experiência sensorial são intermediadas pela ‘interanimation of sentences’, qual a importância real desse tipo de frases que se ligam aos estímulos sensoriais? Na verdade, esse tipo de frase tem uma importância vital no sistema de Quine. Ele as denomina ‘sentenças de observação’ (*‘observation sentences’*).

As sentenças de observação são “sentences that are directly and firmly associated with our stimulations” (Quine, 1992: 3). Um falante deve assentir ou dissentir de uma sentença de observação nas ocasiões de estimulação apropriada. Ou seja, quando exposto aos estímulos não-verbais apropriados (por exemplo, quando lhe é mostrado um tecido) e perguntado se se trata de um tecido da cor ‘vermelha’, o falante deve assentir ou dissentir corretamente (excluído o problema da vagueza, ao qual me referirei no final desta seção). Além disso, as sentenças de observação são intersubjetivas: à pergunta, feita sob as mesmas condições estimulatórias, se se trata da cor ‘vermelha’, todos os falantes ‘normais’ de uma língua emitem o mesmo veredito (assentir ou dissentir), em função do treinamento social a que foram expostos.

Mas por que esse tipo de sentença tem uma importância vital na teoria de Quine? Citarei aqui duas razões. Em primeiro lugar, podemos dizer que a ‘genealogia’ da linguagem está, segundo ele, ligada a esse tipo de frase. Ora, como a linguagem humana, como vimos, desde os primeiros balbucios, está voltada para as coisas comuns, e como essas coisas comuns só nos são acessíveis pelas impressões sensoriais, então as mais básicas expressões linguísticas humanas são

as sentenças de observação. Elas são a porta de entrada da linguagem humana, porque são elas que nos permitem abordar o mundo das coisas.

Essa porta de entrada se torna mais visível na situação de 'tradução radical'. A tradução radical (situação em que um lingüista deve traduzir uma língua que lhe é completamente estranha, sem o auxílio de nenhum intérprete) cria um contexto em que o lingüista só têm acesso às condições estimulatórias e às respostas verbais a essas condições por parte dos nativos; a teoria dos falantes, a 'interanimation of sentences', lhe é completamente desconhecida. De certa forma, a língua estranha vai "nascer" para ele como nasce para uma criança; ele deve aprender que respostas verbais deve dar a certas condições estimulatórias que ele vai ser treinado a identificar. As suas respostas verbais (que ele traduzirá para a sua língua materna) serão as sentenças de observação.

O uso das sentenças de observação é publicamente observável. É a partir das evidências que ligam uma palavra a uma situação, que o pobre lingüista 'entra' na língua exótica: "the observations sentences are the primary register of evidence about the external world, and also the child's entering wedge into cognitive language. They are likewise the field linguist's entering wedge into the jungle language" (Quine, 1992: 39).

O lingüista pode se certificar se a sua tradução de uma sentença de observação está efetivamente correta, emitindo ele mesmo a expressão nativa na situação estimulatória apropriada, e observando se o nativo vai assentir (ou não) à sua expressão. Se o nativo assentir, o lingüista pode ficar tranqüilo. Se o nativo dissentir, o lingüista deve continuar o seu esforço de tradução. É evidente que este procedimento implica um conhecimento dos signos de assentimento-dissentimento na língua (e nos gestos) do nativo. Sem esse conhecimento (que não é tão óbvio, cf. Rabaté, 1992:26 e ss), mesmo a tradução das sentenças de observação é impossível.

A segunda razão da importância das sentenças de observação reside na necessidade de um suporte empírico das teorias. Tanto as línguas naturais, quanto as ciências são teorias (no sentido

de que são uma 'fabric of sentences'), e tanto as teorias científicas quanto as teorias embutidas nas línguas naturais necessitam de um suporte observacional, segundo o nosso filósofo. Os primeiros elos dessas estruturas de sentenças que são as teorias são formados por sentenças que se ligam a estimulações não-verbais, quer dizer, esses primeiros elos são as sentenças de observação.

As sentenças de observação permitem estabelecer os vínculos entre a teoria e a observação ou, em outros termos, entre a rede de sentenças e as evidências não-verbais. Nas ciências, é através das sentenças de observação que se pode obter as evidências científicas; nas línguas naturais, as evidências iniciais são codificadas por elas. "Observation sentences are the link between language, scientific or not, and the real world that language is all about" (Quine, 1992: 5). Se me permitem uma imagem, a rede de sentenças (teoria) giraria no vazio sem o suporte das sentenças de observação; com base nelas, as teorias podem formar elipses inesperadas, mas que devem, de alguma forma, estar ligadas a esse suporte.

Aliás, esse suporte não significa, para Quine, uma ontologização das palavras componentes das sentenças de observação. A natureza dos objetos referidos é irrelevante para a evidência científica. O que dá o suporte às teorias é uma relação 'objetiva' (porque acessível a todos) entre estimulações e sentenças, mas esta relação não define uma ontologia. A especulação sobre a ontologia, segundo o nosso filósofo, não é necessária para a evidência científica ou linguística: "...we can then study the acquisition and use of observation sentences without prejudging what objects, if any, the components words are meant to refer to" (op. Cit.: 8). Vive-se, assim, o paradoxo de nos referirmos a um mundo externo, mas sem sabermos como ele é constituído. Essa definição do conteúdo do mundo nos será dada pela teoria como um todo, e não pelas sentenças de observação. Assim, numa fase inicial de aprendizagem, a criança e o lingüista 'radical' aprenderão a dizer 'água', mas sem uma paisagem ontológica na qual inserir esse ente. 'We are conditioned to assent to them (observation sentences) under appropriate stimulation. There is no call to read into them, as yet, any reference to objects"(Quine, 1981: 3). Isto mostra que a

importância das sentenças de observação na aprendizagem não significa um retorno ao reducionismo criticado por Quine, na medida em que a construção da referência só é feita a partir do tecido de todas as sentenças de uma língua, e não apenas das sentenças de observação.

Entretanto, há um problema em admitir que as sentenças de observação sejam o vínculo entre observação e teoria científica. As sentenças de observação são sentenças de ocasião (*occasion sentences*), quer dizer, podem ser verdadeiras em determinadas ocasiões e falsas em outras. 'Está chovendo' pode ser verdadeiro num momento, falso em outro. Como, então, ligar essas frases aos enunciados teóricos, que, como sabemos, são generalizantes e invariáveis? Que teoria poderia prever se a frase "está chovendo" é verdadeira ou falsa, se precisamente ela pode ser verdadeira em um momento, falsa em outra? Pensando nisso, Quine cunhou o conceito de *observation categoricals*.

Na ciência, o acesso à observação é feito através dos experimentos. Imaginemos que um grupo de mineralogistas tenha descoberto um tipo de mineral desconhecido, que eles denominam 'litote'. Digamos que eles queiram testar uma hipótese sobre a composição química desse mineral. Essa hipótese é inserida no corpo da teoria química aceita por eles, e disso resulta que, se a hipótese é verdadeira, então um pedaço de litote emitirá sulfeto de hidrogênio quando aquecido acima de 180°C. Estas duas frases, "litote emite sulfeto de hidrogênio" e "quando aquecido a 180°C" são sentenças de observação. É através delas que a hipótese poderá ser testada. Mas esse teste só é possível porque essas duas sentenças de observação formam uma 'generalidade', do tipo 'sempre que isto, aquilo'. Esta generalidade corresponde à *observation categorical*. Em outros termos, duas sentenças de observação, quando unidas numa *observation categorical*, formam uma sentença permanente (*standing sentence*), cujo valor de verdade não é dependente da ocasião estimulatória. Assim, por sua generalidade (do tipo: se a situação descrita em uma frase é verdadeira, a situação descrita pela outra também é), a *observation categorical* pode ser submetida aos critérios científicos.

De fato, o que temos é uma regra de implicação lógica regendo a relação entre os dois pólos da ciência: de um lado, como primeiro termo da implicação, temos o pólo teórico; de outro, como segundo termo da implicação, temos o pólo observacional. O pólo observacional, que não seria a princípio sujeito a uma relação de implicação lógica (já que as sentenças de observação têm valores de verdade flutuantes, o que repugna à lógica), pode entrar nessa implicação sob a forma de *observation categorical*. Assim, teríamos a seguinte implicação lógica representativa da testagem de hipótese:

Polo Teórico	→	Pólo Observacional
(conjunto da teoria + hipótese)		(<i>observation categorical</i>)

Uma *observation categorical* não pode ser conclusivamente verificada pelas duas sentenças de observação que a constituem. Mas ela pode ser refutada, se uma dessas sentenças se mostra verdadeira, e a outra falsa. “ ‘When the sun comes up the birds sing’ is refuted by observing sunrise among silent birds” (Quine, 1992: 12). Desse modo, Quine admite a epistemologia de Popper, segundo a qual a validade de uma teoria não pode ser empiricamente comprovada, mas pode ser refutada. Isso significa que a recíproca da implicação esquematizada acima não é verdadeira, ou seja, o pólo observacional não implica o pólo teórico de uma teoria. A teoria é indeterminada em relação aos dados empíricos.

Mas existe ainda um outro problema quanto à definição das sentenças de observação. A traduzibilidade de uma sentença de observação é dada pela identidade (ou semelhança) de ‘sentido estimulatório’ (*stimulus meaning*). “For meaning, supposedly, is what a sentence shares with its translation; and translation at the present stage (observational sentences) turns solely on correlations with non-verbal stimulation” (Quine, 1960: 32). O ‘sentido estimulatório’ é o

conceito técnico desse sentido empírico, e é definido da seguinte forma: o sentido estimulatório de uma sentença de observação, para um dado falante, é a classe de todas as estimulações que provocam o assentimento desse falante. Assim, se uma sentença de observação, na situação de tradução radical, recebe uma tradução na língua do lingüista, é que a sentença nativa e a sentença da língua do lingüista possuem o mesmo 'sentido estimulatório'.

Mas estimulações comuns entre os diferentes falantes (inclusive de línguas diferentes) implicariam a ativação do mesmo subconjunto de receptores sensoriais dos falantes, já que Quine define estimulação como ativação de um subconjunto de receptores sensoriais (cf. Quine, 1992: 40). Em suma, igualdade (ou semelhança) de 'sentidos estimulatórios' entre os diferentes falantes implicaria uma igualdade (ou semelhança) do aparato perceptual e nervoso dos diferentes falantes. Quine, porém, se recusa a pressupor esta identidade física entre os falantes (ao contrário de Chomsky). Sem essa igualdade física, como afirmar que os falantes podem compartilhar estimulações semelhantes e, por conseqüência, sentidos estimulatórios semelhantes? Esse problema não era resolvido em *Word and Object*.

A solução proposta por Quine é apresentada em *Theories and Things*. A definição de uma sentença observacional deve ser independente da necessidade de similitude dos aparatos perceptual e neuronal dos diferentes falantes. A similitude de estimulações é válida apenas para cada falante. "If querying the sentence elicits assent from the given speaker on one occasion, it will elicit assent likewise on any other occasion when the same total set of receptors is triggered; and similarly for dissent" (Quine, 1981:25). É evidente que essa definição não impõe grandes exigências. O indivíduo deve ser biologicamente igual a si mesmo (o que não é surpreendente), para que ele responda corretamente aos mesmos estímulos. Nessa nova perspectiva, uma sentença é observacional para toda uma comunidade se ela é observacional para cada membro dessa comunidade. Dessa forma, a definição de sentenças observacionais não mais implica a identidade biológica dos diferentes falantes.

Finalmente, vejamos a conexão entre o conceito de 'sentenças de observação' e a definição de vagueza. Certos segmentos visuais serão considerados pelos falantes de uma língua como claramente 'amarelos', outros como claramente 'vermelhos', mas alguns segmentos visuais ficarão nos limites de aplicação dos termos 'amarelo' e 'vermelho'. Logo, estes termos são vagos. Como vimos na seção anterior, essa vagueza, segundo Quine, é derivada do tipo de evidência de que se dispõe para a aprendizagem lingüística. Como mostra o exemplo das cores, uma sentença de observação pode ser afetada pela vagueza dos termos, na medida em que as impressões sensoriais, que determinam a utilização destes termos, são sujeitas à validação intersubjetiva. A observação pelo aprendiz do comportamento dos falantes não permite que ele determine se certas utilizações de uma sentença de observação sobre cores, por exemplo, são falsas ou verdadeiras. A evidência para atribuir um valor de verdade a tais sentenças vagas não pode ser encontrada em parte alguma, já que os próprios falantes proficientes da língua aprenderam as expressões de cores como vagas em certos contextos.

Mas tudo isso não significa que, na teoria de Quine, todas as expressões vagas façam parte de sentenças de observação. Isso seria uma análise reducionista da noção de vagueza, incompatível com a teoria desse autor. A vagueza se expande por toda a teoria, definida como tessitura de sentenças associadas entre si de modo variado, e das quais somente algumas são diretamente associadas a estímulos não-verbais (sentenças de observação) (Quine, 1960:11). Ou seja, a vagueza de sentenças de observação contamina as outras sentenças da linguagem, que não são ligadas diretamente à experiência.

2.4. Indeterminação da tradução e indeterminação da ontologia

O objetivo desta seção é, mais uma vez, tentar apresentar conceitos fundamentais da teoria de Quine, no caso a indeterminação da tradução e a indeterminação da ontologia, a fim de evidenciar o *background* teórico no qual se insere o problema específico da vagueza, tal como ele é definido por esse filósofo. Ressalto novamente que não pretendo aqui polemizar sobre aspectos filosóficos da teoria de Quine. O objetivo deste capítulo se restringe a tentar entender como a questão específica da vagueza se articula (e os dilemas que ela apresenta (cf. a conclusão deste capítulo)) no contexto teórico construído por esse filósofo. A meu ver, sem essa abordagem mais ampla (embora não exaustiva) dos conceitos teóricos, a definição de vagueza em Quine não pode ser inteiramente compreendida.

O conceito de indeterminação da ontologia, por exemplo, permite uma melhor compreensão da definição de vagueza. A vagueza, na teoria de Quine, é definida a partir de pressupostos mais gerais encontrados na definição da indeterminação da ontologia e da indeterminação da tradução. Ressaltaria dois desses pressupostos. Em primeiro lugar, o caráter social da linguagem humana, que faz com que cada língua apresente estruturas e sistemas de referência específicos (se houvesse um substrato mental comum a todas às línguas, as estruturas seriam semelhantes). Tal pressuposto também está presente na definição de vagueza, na medida em que a aprendizagem socializada da linguagem provoca a vagueza de certas expressões, como foi visto nas seções anteriores. Em segundo lugar, o pressuposto de que a indeterminação da ontologia de uma língua não pode ser resolvida por uma remissão aos fatos, à realidade empiricamente constatável. Este pressuposto também está presente na definição de vagueza, pois, como já foi dito, a vagueza de uma expressão não se reduz a uma ignorância de dados empíricos. Expressões vagas são vagas no uso lingüístico, e nenhum tipo de constatação empírica pode evitar a vagueza lingüística. O mesmo ocorre com a ontologia de uma determinada língua: nenhum tipo de constatação empírica permite determinar o

sistema ontológico dessa língua (inescrutabilidade da referência). Passemos então a uma análise mais detalhada dos conceitos de indeterminação da ontologia e indeterminação da tradução.

Certos analistas afirmam que a tese da indeterminação da tradução é a *reductio ad absurdum* do empirismo. Isto, a meu ver, depende do que se entende por empirismo. O método adotado nesta seção será mostrar que as teses mais radicais de Quine (indeterminação da tradução e indeterminação da ontologia) são derivadas dos postulados empiristas assumidos por ele. O fato de postulados empiristas levarem a conclusões aparentemente não-empiristas só parece estranho para aqueles que têm uma concepção limitada de empirismo. Para Quine, essas conclusões são, ao contrário, uma demonstração cabal da força dos postulados empiristas. Decidir se a tese da indeterminação da tradução é a afirmação ou a negação do empirismo não faz parte dos objetivos deste texto. Restringir-me-ei à tarefa mais modesta de ver como esses postulados empiristas se ligam às teses da indeterminação da tradução e da inescrutabilidade da referência (sem perder de vista o objetivo maior de analisar os pressupostos teóricos que embasam o conceito de vagueza) .

No artigo “*Five Milestones of Empiricism*” (in *Theories and Things*), Quine explicita cinco postulados empiristas que estão na base de sua teoria. São eles: 1) ênfase nas palavras, e não em idéias 2) ênfase semântica nas frases, e não nos termos 3) ênfase semântica nos sistemas de frases, e não nas frases 4) monismo metodológico: abandono do dualismo sintético-analítico 5) naturalismo: abandono de idéia de uma filosofia primeira anterior à ciência natural (cf. op. Cit.: 67).

Analisarei apenas os 3 primeiros postulados, porque envolvem diretamente as teses de indeterminação, que estou analisando aqui (tendo como pano de fundo o problema da vagueza). Os dois últimos postulados, embora importantíssimos para a teoria de Quine, referem-se a problemas filosóficos não ligados a esta tese.

O primeiro postulado corresponde a uma crítica da noção de linguagem como museu de idéias: “Uncritical semantics is the myth of a museum in which the exhibits are meanings and the

words are labels. To switch languages is to change the labels” (Quine, 1969:27). Esse primeiro postulado põe em cheque a validade de entidades como ‘idéias’ e ‘significações’, que não se manifestam através de comportamentos publicamente observáveis. Uma crítica paralela se encontra em Wittgenstein, no seu famoso slogan “o significado é o uso”. O significado não é algo que exista independentemente das manifestações concretas, verbais e não-verbais. Nos termos de Wittgenstein, o significado só existe dentro dos jogos lingüísticos, e não como um padrão na mente dos falantes.

A tese da indeterminação da tradução está ligada diretamente a essa rejeição do mito do ‘museu de idéias’. Porque, se existisse efetivamente um reino de idéias-significações, o processo de tradução consistiria em descobrir, no espírito de um falante da língua A um significado S, representado pela palavra M, e, descobrir, em seguida, no espírito de um falante da língua B o mesmo significado S, representado pela palavra W; feito isso, bastaria, para traduzir da língua A à língua B, trocar a palavra M pela palavra W. O problema é que nós só temos acesso às palavras M e W, e não ao significado S.

Segundo Quine, tem-se o costume de se associar arbitrariamente a uma expressão lingüística um significado (S a M, por exemplo), mas só temos condições de examinar as situações de uso das expressões, e não dos significados. A meu ver, um exemplo clássico desse tipo de associação palavra-significado é a teoria do signo de Saussure. O significado de um signo é um conceito associado a esse signo. Assim, o signo ‘*cheval*’ corresponde, em francês, a uma determinada idéia mental (o seu significado). Mas o problema é o seguinte: qual a natureza dessa imagem mental, como poder examiná-la através dos fatos lingüísticos? O que podemos examinar é como a palavra ‘*cheval*’ é usada nas frases do francês, e para isso precisamos estabelecer uma série de hipóteses sobre a gramática do francês. Seja como for, estamos dispensados de falar em ‘imagens mentais’ ou ‘conceitos’.

Semantics is vitiated by a pernicious mentalism as long as we regard a man's semantics as somehow determinate in his mind beyond what might be implicit in his dispositions to overt behavior. It is the very facts about meanings, not the entities meant, that must be construed in terms of behavior (Quine, 1969: 27)

Por outro lado, é preciso observar que a teoria de Saussure não parece totalmente definida nesses termos mentalistas. De fato, a idéia saussureana de que o significado de um signo só é determinado por oposição a outros significados não parece implicar um mentalismo do tipo atacado por Quine (Cf. o artigo de Rodolfo Ilari, 'Estruturalismo e Semântica', inédito).

Ainda que não se aplique a Saussure, a crítica deste filósofo, que vai muito além de um simples preconceito empirista, mostra a inoperância de se pressupor processos mentais correlatos ao funcionamento dos signos. Este mesmo tipo de crítica é desenvolvido por Wittgenstein, como analisei em Moura (1995).

Mas se não se pode encontrar essa identidade de significados entre línguas diferentes (que nos levaria a traduzir "cheval" por "cavalo"), como podemos traduzir? Quanto às sentenças de observação, o problema é resolúvel: é possível encontrar uma identidade (ou semelhança) de sentidos estimulatórios (*stimulus-meaning*). É essa semelhança de sentidos estimulatórios que permite ao lingüista 'entrar' na língua exótica, na situação de tradução radical. Mas as sentenças de observação formam apenas um pequeno subconjunto do conjunto infinito de enunciados de uma língua. Nas línguas humanas, há toda uma rede de frases que não se ligam diretamente à experiência sensível, e como tal não podem ser traduzidas em termos de sentidos estimulatórios. Segundo Quine, a partir de um processo complicado (segmentação das sentenças de observação, comparação de palavras e estruturas), o tradutor (na situação de tradução radical) vai tentar encontrar sistemas de sinonímia entre a língua exótica e a sua língua. Esse processo implica a formação de um manual de equivalências entre as duas línguas. Ora, diferentes lingüistas podem propor diferentes manuais de tradução. Esses manuais não são determinados pelos comportamentos observáveis dos falantes: nisto consiste a tese da **indeterminação da tradução**.

Ela implica que, na tradução de uma língua A a uma língua B, as frases geradas, na língua B, pelos diferentes manuais de tradução como equivalentes a uma expressão E da língua A, podem não ser sinônimas na língua B, embora todas sejam adequadas traduções da língua A.

Essa tese da indeterminação da tradução está diretamente ligada à crítica da linguagem como 'museu de idéias'. Se houvesse um conjunto de significados (S1,S2,S3...) discerníveis na língua A, esses significados seriam transpostos para a língua B (um significado sendo aquilo que perdura na tradução), o que tornaria as traduções de S1, por exemplo, necessariamente sinônimas, o que invalidaria a tese da indeterminação da tradução.

Essa crítica do significado pode parecer indicar que Quine pressupõe que as expressões lingüísticas não 'significam'. Ao contrário: "Expressions, then, are strings of phonemes in this innocent sense, and it is expressions that are to have meanings. What sort of things these meanings are is the question before us. But actually we are rushing matters in supposing there to be such things as meanings; for one can perhaps talk of meaning without talking of meanings" (Quine, 1981: 45). O significado de uma expressão é algo que essa expressão faz. Mas isso não dá 'objectualidade' ao significado; duas expressões são sinônimas se significam de forma semelhante, e o significado se reduz a isso: a capacidade de duas ou mais expressões significarem de forma semelhante (ou distinta). Segundo Quine, não há uma entidade que essas expressões sinônimas indicariam. Ele dá como exemplo desse problema o verbo inglês « to mean ». Este verbo é intransitivo, e como tal não exige um objeto. Eis aí uma boa imagem da idéia de Quine: significar não exige um objeto (o significado).

O problema do significado é assim transponível na questão da sinonímia. Desse modo, se se encontrar uma definição de sinonímia que escape do mentalismo, quer dizer, uma definição esboçada no âmbito do uso da linguagem, então o conceito de significado pode ser reintroduzido na teoria, e a tese da indeterminação da tradução será afetada.

Essa definição mais 'behaviourista', como Quine a denomina, de significado é tentada no artigo "*Use and Place of Meaning*", inserido em *Theories and Things* (1981). A equivalência de significado de sentenças, nessa perspectiva, significaria equivalência de uso dessas sentenças. Mas isso levaria, em última análise, a examinar se as sentenças em questão são provocadas pelas mesmas condições estimulatórias. Todavia, "les facteurs influençant le comportement linguistique sont tellement nombreux qu'on ne peut imaginer deux phrases qui feraient l'objet du même usage" (Hookway, 1992:147). Em função dessa impossibilidade de sinonímia estimulatória, Quine propõe o que ele chama de "sinonímia cognitiva". Essa sinonímia cognitiva corresponde a uma semelhança de condições de verdade de duas sentenças. Ela pode ser averiguada da seguinte forma: o lingüista, em circunstâncias determinadas, emite a sentença A e pede o veredito do falante (verdadeira ou falsa). Em seguida, nas mesmas circunstâncias, ele emite uma sentença B e pede o veredito do falante (verdadeira ou falsa). "Cognitively equivalent sentences will get matching verdicts, at least if we keep to the same speaker" (Quine, 1981: 48). Em resumo, duas sentenças são cognitivamente equivalentes se apresentam identidade de veredito sobre condições de verdade, sob estimulações semelhantes. Assim, "1 - Ele é solteiro" e "2 - Ele não é casado" apresentam sinonímia cognitiva, pois em todas as ocasiões em que um falante diria que 1 é verdadeira, ele também diria que 2 é verdadeira. A sinonímia pode, assim, ser capturada no nível do comportamento verbal observável. Note-se que a noção de sinonímia cognitiva é válida para um falante considerado isoladamente. Assim, se um falante dá vereditos semelhantes para as frases "Lá vai o velho tutor do João" e "Lá vai o Dr. Park", isto quer dizer que, para este falante, estas duas frases são cognitivamente equivalentes, embora para outros falantes elas possivelmente não sejam. Passa-se do individual para o social da seguinte forma: "the sentences are equivalent for the language if equivalent for each speaker" (op. Cit.: 50). Em outros termos, as frases 1 e 2 acima são, segundo Quine, cognitivamente sinônimas para todos os falantes de uma determinada

comunidade lingüística, porque cada falante, considerado isoladamente, daria vereditos semelhantes sobre elas, em circunstâncias semelhantes.

Essa definição de sinonímia cognitiva, todavia, só se aplica em condições monoglotas. O significado cognitivo não passa de uma língua para outra: “Dès lors qu’on dépasse les limites d’une communauté linguistique, la synonymie est opaque” (Rabaté, 1992: 103). Em conseqüência, a tese da indeterminação da tradução permanece intocada. A partir de uma frase E da língua A, pode-se obter, segundo diferentes manuais de tradução, diferentes frases da língua B que não são sinônimas entre si, sendo, todavia, todas essas frases compatíveis com os comportamentos verbais dos falantes da língua A. E esta indeterminação da tradução não pode ser confundida com a observação, de um nível mais superficial, de que a sistematização gramatical pode ser realizada de diferentes maneiras (ponto aliás diversas vezes frisado por Chomsky), todas essas gramáticas alternativas gerando o mesmo conjunto (infinito) de frases de uma língua. A indeterminação proposta é muito mais profunda: gramáticas (ou manuais de tradução) diferentes podem gerar outputs diferentes (inclusive em valor de verdade) na língua para a qual se traduz, a partir de uma mesma frase da língua traduzida (cf. Quine, 1960: 63).

Reportemo-nos ao mais conhecido exemplo quineano de tradução radical. Um lingüista observa que, quando um coelho ou mesmo apenas as orelhas de um coelho entram no campo visual de um nativo, este pode emitir a expressão “gavagai”. A partir disso, e conhecendo as expressões de assentimento e de dissentimento dos nativos, o próprio lingüista pode emitir a expressão ‘gavagai’, quando um coelho entra no campo visual dele mesmo e do nativo, e observar se o nativo concorda ou não com a expressão pronunciada. Se o nativo concordar, então o lingüista pode, com alguma tranqüilidade, traduzir “gavagai” por “coelho”. Essa tranqüilidade se deve ao fato, segundo Quine, de “gavagai” e “coelho” terem o mesmo ‘sentido estimulatório’.

A tradução de “gavagai” foi possível apenas através da observação do comportamento verbal e não-verbal dos nativos; aliás, na sua situação desesperante, o nosso lingüista não dispunha

de qualquer outro meio de acesso à língua dos nativos. Segundo Quine, se examinarmos as coisas mais de perto, veremos que a tradução de “gavagai” por “coelho” não significa que o lingüista saiba o que se passa na mente do nativo quando este diz “gavagai”; em suma, o lingüista não sabe se a idéia que ele mesmo tem de “coelho” é igual à idéia que o nativo tem de “gavagai”; o lingüista sabe apenas que essas expressões respondem a estímulos mais ou menos semelhantes. Se recusamos, junto com Quine, que a) os significados tenham relevância fora do comportamento verbal e que b) eles subsistam na vida autônoma da mente, então nada nos garante que o conceito de ‘gavagai’ corresponda ao conceito de ‘coelho’. A crítica da língua como “museu de idéias” nos deixa sem instrumento para escutar a mente dos falantes.

Mas a situação é ainda mais complicada. A sinonímia de sentido estimulatório de “gavagai” e “coelho” não garante nem mesmo que, enquanto termos, essas expressões sejam verdadeiras das mesmas coisas (termos coextensivos) (cf Quine, 1960: 51). Mas ao traduzirmos “gavagai” por “coelho”, não traduzimos um termo por um outro termo, e como tal eles não deveriam ser coextensivos? Para entender melhor esta questão, devemos considerar o segundo postulado do artigo *“Five Milestones of Empiricism”*: “ênfase semântica nas frases, e não nos termos”.

2.4.1. Prioridade das frases sobre os termos.

O postulado 2) pode ser definido, muito simplesmente, da seguinte forma: “The term, like the grammatical particles, is meaningful as a part of meaningful wholes” (Quine, op.cit: 69). Definido assim, o postulado parece inofensivo, retomando o velho princípio de composicionalidade. Mas, de fato, a preponderância da frase sobre os termos tem efeitos consideráveis nos problemas ontológicos e referenciais abordados pela teoria de Quine. As primeiras expressões aprendidas pela criança são, como vimos, sentenças de observação; e essa aprendizagem significa apenas uma resposta a estímulos precisos. Assim, a criança, ainda nos

estágios iniciais, pode aprender a dizer 'leite', mas isto não quer dizer que a criança já tenha uma referência objetiva, o que só seria possível se ela já dominasse a teoria de referência de sua língua, que define 'leite' como um termo de massa. Ora, essa definição referencial (que define a extensionalidade dos termos) só é aprendida num momento posterior. A criança deve aprender a dizer 'leite' sem saber ainda a teoria de sua língua sobre a referência a objetos. Desse modo, o que ela aprende a utilizar não é o termo 'leite' (pois um termo é definido pelo conjunto de objetos ao qual ele se refere), mas uma sentença equivalente a "É leite" ('It's milk') (deve-se entender esta sentença como uma proposição não-argumental do tipo "Está chovendo"). "We are conditioned to assent to them (observation sentences) under appropriate stimulation. There is no call to read into them, as yet, any reference to objects" (Quine, 1981:3). A expressão emitida pela criança ("leite"), é pré-referencial, pré-teórica. O postulado da prioridade das frases sobre os termos implica assim uma "genealogia" das expressões lingüísticas; quer dizer, aprende-se primeiro as frases (e por isso elas são fundamentais), e depois, com a 'sofisticação ontológica', é que se aprende a usar os termos.

Essa é a mesma situação do lingüista na tradução radical. Quando ele traduz "gavagai" por "coelho", ele apenas traduz uma sentença de observação de uma só palavra; nada lhe informa sobre a definição referencial envolvida nessa frase. Ora, se não temos acesso nem à mente do falante, nem à teoria referencial contida em sua língua, como podemos saber o que significa o termo 'gavagai'?

For, consider 'gavagai'. Who knows but what the objects to which this term applies are not rabbits after all, but mere stages, or brief temporal segments, of rabbits? In either event the stimulus situations that prompt assent to 'Gavagai' would be the same as for 'Rabbit'. Or perhaps the objects to which 'gavagai' applies are all and sundry undetached parts of rabbits; again the stimulus meaning would register no difference. (Quine, 1960: 51-2).

A partir desse texto, está respondida a questão apresentada no final da seção anterior (se ‘Coelho’ é uma tradução de ‘Gavagai’, essas duas expressões não devem ser consideradas como coextensivas?). ‘Coelho’ é uma tradução de uma sentença de observação (‘Gavagai’) a partir da observação do comportamento dos nativos. Mas ‘Gavagai’ (que deve ser entendida como uma frase) não é o mesmo que ‘gavagai’, que é um termo. Quer dizer, pelos simples dados comportamentais, não sabemos a que tipo de objetos essa expressão se refere: podem ser estágios ou segmentos temporais de coelhos, ou mesmo partes não-destacadas de coelhos, ou ainda a materialização da coelhidade. Todas essas diferentes ‘ontologias’ do termo ‘gavagai’ teriam um mesmo sentido estimulatório. Daí se deduz que é impossível dizer que ‘coelho’ e ‘gavagai’ sejam coextensivos, pois não sabemos a que tipo de objetos ‘gavagai’ se refere. Quando o lingüista traduz ‘gavagai’ por ‘coelho’, e pressupõe que ‘gavagai’ represente um coelho inteiro e igual a si mesmo no decorrer do tempo, ele apenas transplanta a ontologia da sua língua para a língua do nativo. Mas ele não tem garantia alguma de que esteja correto; e o que é mais grave, nunca a terá, segundo Quine. Esta é a sua tese da **inescrutabilidade ou indeterminação da ontologia**. Esta tese está, assim, ligada ao postulado da prioridade das frases sobre os termos.

Na literatura sobre o assunto, há um mal-entendido curioso sobre ‘gavagai’. Para muitos comentaristas, ‘gavagai’ é um exemplo da *indeterminação da tradução*. Mas isso, segundo o próprio Quine, não é verdadeiro. A tradução de ‘gavagai’ por ‘coelho’ não é indeterminada, porque é sujeita ao teste comportamental do assentimento-dissentimento. Por outro lado, a tradução de ‘Gavagai’ (sentença de observação) deixa indeterminada a ontologia do termo ‘gavagai’. Trata-se, portanto, de um exemplo da tese da *indeterminação da ontologia* (cf. Quine, 1992:51). Mas a tese da indeterminação da ontologia é, de certo modo, dependente da tese da indeterminação da tradução. A tese da indeterminação da tradução (daqui por diante TIT) está ligada, como vimos, à crítica do ‘museu de idéias’. Ora, se não temos acesso ao mundo das idéias dos falantes, a única coisa que podemos fazer é encontrar sistemas de equivalências entre a nossa

ontologia e a da língua estranha; mas esses sistemas podem ser variados, segundo a TIT. Logo, se a TIT implica que diversos sistemas de equivalência são válidos, então podemos construir diferentes representações da ontologia da língua estranha, que é exatamente o que afirma a tese da indeterminação da ontologia (daqui por diante, TIO). Por conseguinte, a meu ver, a TIO é acarretada pela TIT.

2.4.2. Prioridade do sistema de frases sobre as frases

A partir da observação de que, nas teorias científicas, uma sentença isolada é incapaz de servir como ‘veículo independente do significado empírico’ (Quine, 1981: 70), Quine admite como postulado que só um sistema de frases pode possibilitar a testabilidade de uma teoria. Sem entrar na discussão desse holismo científico, podemos perceber que esse postulado têm efeitos importantes na teoria semântica. Essa importância pode ser averiguada na distinção que Quine estabelece entre ‘sentenças de ocasião’ (*occasion sentences*) e ‘sentenças permanentes’ (*standing sentences*). As sentenças de ocasião (das quais as sentenças de observação são um subtipo) são aquelas ligadas diretamente à experiência, enquanto as sentenças permanentes são ligadas indiretamente à experiência. “The significant trait of other sentences (standing sentences) is that experience is relevant to them largely in indirect ways, through the mediation of associated sentences” (Quine, 1960: 64). A tessitura de frases é essencial para o valor de verdade de um conjunto de frases isoladas. Essa tessitura constitui a estrutura de uma teoria, cuja formulação permite vislumbrar alguns outros aspectos da tese da indeterminação da ontologia (TIO). Sendo dada a estrutura de uma teoria, a ontologia dos objetos dessa teoria é irrelevante.

True sentences, observational and theoretical, are the alpha and the omega of the scientific enterprise. They are related by structure, and objects figure as mere nodes of the structure. What particular objects there may be is indifferent to the truth of observation sentences, indifferent to the support they lend to the theoretical sentences, indifferent to the success of the theory in its predictions. (Quine, 1992:31)

Vale dizer, dada a estrutura de uma teoria (abrangendo sentenças observacionais + sentenças não-observacionais), podemos supor ontologias alternativas, como no caso de gavagai: estágios de um coelho, segmentos temporais de coelho, partes não-destacadas de coelho, materialização de coelhidade ou o coelho inteiro e igual a si mesmo no decorrer do tempo. Qualquer dessas ontologias não alteraria a estrutura da teoria proposta para a língua em questão: "What makes sense is to say not what the objects of a theory are, absolutely speaking, but how one theory of objects is interpretable or reinterpretable in another" (Quine, 1969: 50). O postulado da preponderância do sistema de frases sobre as frases implica que não há sentido em se perguntar qual a referência de 'gavagai' (o que corresponde à TIO); o que tem sentido é a reinterpretação da ontologia da qual 'gavagai' faz parte, numa outra teoria de objetos, por exemplo a da língua portuguesa. Mas essa reinterpretação não significa que saibamos o que o termo 'gavagai' representa 'verdadeiramente'.

Dos postulados expostos, deduz-se que essa reinterpretação da estrutura de uma língua na estrutura de outra língua não se baseia nem em uma equivalência de termos, nem em uma equivalência de frases isoladas, mas numa equivalência dos sistemas de frases das duas línguas. Trata-se, portanto, da tarefa de especificar as regras gramaticais gerais que abrangem o sistema de frases de uma língua, e de a seguir encontrar equivalentes dessas regras na língua que se deseja traduzir. Tentarei mostrar por que, segundo Quine, mesmo essa equivalência de regras gramaticais não elimina a indeterminação da ontologia.

A estrutura da língua do lingüista (por exemplo, a língua portuguesa) dispõe de várias construções gramaticais que realizam a individuação da referência, como por exemplo as

desinências de plural, os pronomes, os dêiticos, a cópula verbal, as expressões ‘mesmo’ e ‘outro’, etc. É só a partir desse conjunto de construções gramaticais que a referência a objetos faz sentido na língua portuguesa. A idéia, tantas vezes reiterada por Quine, é que os objetos de uma teoria (e a língua é uma teoria) são definidos em função da estrutura dessa teoria, e não o contrário. Assim, se há sentido, na nossa língua, em falar de um objeto que permanece igual a si mesmo no decorrer do tempo, é simplesmente porque dispomos de instrumentos gramaticais que nos permitem recortar, de maneira determinada, o universo referencial. A frase “Este coelho é o mesmo que vi ontem”, através dos dêiticos, de ‘mesmo’ e da relativa, nos permite individualizar um ser que se distingue dos outros indivíduos semelhantes (os outros coelhos), e ao mesmo tempo nos permite saber que se trata de um ser que perdura no tempo. É a gramática de uma língua que organiza o sistema referencial, e não o ‘mundo das idéias’ ou as respostas a estímulos.

Mas como transplantar as regras de uma gramática para outra gramática? Ora, o lingüista precisa encontrar equivalentes das regras de sua língua na língua estrangeira. Como a tradução frase a frase é impossível, ele deve proceder ‘por abstração e por hipóteses’ (cf. Quine, 1969: 33). Vejamos um exemplo concreto do tipo de hipótese analítica que um lingüista deve avaliar para o seu manual de tradução, num caso mais simples do que a tradução radical. Trata-se do problema dos chamados ‘classificadores’ do japonês. Certas partículas dessa língua se ligam aos numerais, cada uma dessas partículas classificando um certo tipo de objeto a que o numeral é referido. Assim, uma partícula se aplica a animais, outra a coisas finas e compridas, etc. Ora, segundo Quine, há duas hipóteses analíticas diferentes que explicam essa estrutura, e cada uma delas acarreta um sistema referencial diferente. Na 1º hipótese, os objetos envolvidos seriam termos individualizantes, equivalentes a um termo português como ‘boi’; na 2º hipótese, os objetos envolvidos seriam termos de massa não-individualizantes, como ‘gado’.

As duas hipóteses são as seguintes. Temos três palavras (melhor seria dizer morfemas): o classificador, o numeral, o substantivo. Escolhendo-se o classificador ‘A’, por exemplo, associado

a animais, e o numeral 'cinco', podemos formar um sintagma com o substantivo que se traduz como 'boi'. A tradução será então, simplesmente, 'cinco bois'. Mas para se chegar a essa tradução, há duas análises possíveis. A primeira considerará o substantivo japonês como um termo individualizante como 'boi'; a este termo seria aplicado um numeral 'classificado' pelo classificador A. Ou seja, esta análise pressupõe que haja, em primeiro lugar, uma ligação do numeral e do classificador, constituindo um determinante que é em seguida aplicado ao substantivo, gerando a expressão equivalente a 'cinco bois'.

Na 2º hipótese, o substantivo japonês é considerado como um termo de massa, como 'gado'. Este termo possui uma definição referencial completamente diferente de 'boi', já que 'gado' é "a mass term covering the unindividuated totality of beef on the hoof" (Quine, 1969: 37). Nessa 2º hipótese, a individuação referencial é realizada pelo classificador A, que teria uma função equivalente à nossa expressão 'cabeça de'. A junção do classificador A + termo de massa (gado) produz o que Quine denomina "um termo individualizante composto". A essa junção se aplica o numeral 'cinco' e se obtém, enfim, uma expressão equivalente a "cinco cabeças de gado". (É evidente que estas hipóteses são puramente semânticas, não considerando fatores morfológicos e fonológicos).

O que essas duas hipóteses mostram é que cada uma implica uma descrição referencial diferente do substantivo japonês. Na 1º hipótese, temos um termo individualizante; na 2º, um termo de massa. Ou seja, a ontologia do termo japonês variará em função da construção gramatical escolhida pelo lingüista. Não se pode dizer qual das duas hipóteses analíticas é a que expressa a verdade; ambas são válidas como tradução da expressão japonesa. O que o lingüista faz é procurar uma equivalência entre o mecanismo de individuação do português em 'cinco bois' e o mecanismo de individuação da expressão japonesa equivalente. Mas o fato é que ele dispõe de mais de um sistema de equivalência possíveis (hipóteses 1 e 2). Assim, a equivalência de regras de línguas diferentes não elimina a indeterminação da ontologia. "There seem bound to be

systematically very different choices, all of which do justice to all dispositions to verbal behavior on the part of all concerned” (Quine, 1969:34). Mais uma vez, a indeterminação da tradução (com os diferentes sistemas de equivalência (manuais de tradução)) acarreta a indeterminação da ontologia (com as diferentes definições referenciais dos objetos de uma teoria).

Mesmo depois que tenhamos inserido o termo ‘gavagai’ num manual de tradução, com todas as equivalências das regras gramaticais com as quais realizamos a referência, ainda aí a ontologia desse termo será indeterminada. Simplesmente, a escolha de equivalências diferentes, mas empiricamente válidas, levaria a ontologias diferentes, como se pode visualizar no exemplo do japonês, no qual hipóteses analíticas diferentes pressupõem ontologias diferentes (termos individualizantes, termos de massa).

Uma radicalização da TIO é a afirmação de Quine de que “radical translation begins at home” (id :46). Quando um falante do português interpreta o que um outro falante do português afirma, ele na verdade também está ‘traduzindo’ a ontologia do interlocutor. Apenas, ele o faz pela ‘regra de homofonia’: cada cadeia de fonemas do interlocutor é transformada numa cadeia de fonemas idêntica do locutor. Ou seja, o locutor pressupõe que a utilização da língua portuguesa pelo interlocutor é idêntica à utilização que ele mesmo faz dessa língua, com a mesma ontologia subjacente. Mas, segundo Quine, nada garante que os interlocutores de uma mesma língua utilizem ontologias iguais. E essa indeterminação da ontologia interna a uma língua se mostra claramente se um locutor do português decide imaginar que um determinado interlocutor, quando diz ‘coelho’, está na verdade se referindo a segmentos temporais de coelho. Para isto, basta pensar que o interlocutor utiliza alguns mecanismos de individuação de uma maneira diferente da nossa. A regra de homofonia é, assim, uma forma tranqüila e socialmente recompensada de pressupor que os interlocutores de uma mesma língua estejam se referindo aos mesmos tipos de objetos.

Creio que, na vagueza, ocorre um fenômeno semelhante. Os falantes utilizam os termos vagos como se a sua referência fosse bem determinada para todos os interlocutores e como se todos falassem dos mesmos objetos e situações. Trata-se de uma ilusão reconfortante.

2.5. Conclusão

Nesta conclusão, pretendo expor os dilemas que a hipótese da vagueza acarreta para a teoria de Quine. Como vimos nas seções anteriores, a hipótese da vagueza está bem integrada no contexto teórico elaborado por Quine. A vagueza é uma característica importante das línguas naturais e, mais do que isso, constitui uma vantagem, e não uma deficiência expressiva. O único problema grave, segundo Quine, é que a vagueza contradiz o princípio da bivalência, e como tal deve ser eliminada da metalinguagem lógica, através de uma 'regulação' (trato deste problema também nos capítulo 1, seção 1.4., e capítulo 4, seção 4.1.). A bivalência faz parte daqueles princípios teóricos mais fundamentais, cuja alteração tem um custo muito alto para a teoria. Assim, é preferível sacrificar a vagueza na metalinguagem. Mas isso não significa de modo algum que, na linguagem cotidiana, a vagueza não se faça presente.

Todavia, a meu ver, a aceitação da vagueza na linguagem cotidiana coloca alguns dilemas para a teoria de Quine. Segundo esta teoria, a linguagem cotidiana, assim como as teorias científicas, apresentam um 'suporte empírico', ou seja, algumas proposições estão ligadas diretamente à experiência empírica (através das estimulações das terminações nervosas). Tais proposições são as sentenças de observação, que asseguram a capacidade fundamental da linguagem de 'falar de objetos'. Um dos objetivos da teoria de Quine é mostrar que as línguas naturais, formadas por uma rede complexa de sentenças que em sua maioria mantêm com o mundo observável uma relação tênue e indireta, só podem cumprir a sua função referencial básica

porque esta rede de sentenças contém as sentenças de observação, que fazem a ponte entre mundo e linguagem. Um processo equivalente ocorre na ciência, estrutura de sentenças extremamente abstratas e gerais, mas que só cumpre o seu papel de 'teoria sobre o mundo' em função das sentenças de observação, organizadas em '*observation categoricals*'.

O dilema que a vagueza coloca para esta teoria é o seguinte. Suponhamos que a maior parte dos termos da linguagem cotidiana sejam vagos (na teoria de Quine, nada impede que as coisas se passem assim). Se isso ocorre, o 'suporte empírico' da linguagem é seriamente ameaçado pela presença da vagueza, porque um conjunto imenso de objetos não seriam nem incluídos, nem excluídos por um conjunto imenso de predicados. A referência não seria bem-sucedida num número considerável de casos, e isto ocorreria mesmo no cerne empírico da linguagem, ou seja, nas sentenças de observação. Estas não cumpririam o seu papel de ligar teoria e mundo, pela ausência de valor de verdade num grande número de ocorrências.

O dilema colocado pela vagueza não se apresenta na tese da indeterminação da ontologia. Por menos empiricista que possa parecer à primeira vista, esta tese não contradiz o princípio do 'suporte empírico' da linguagem e sua capacidade de referência ao mundo. Ao ouvir **gavagai** na língua da floresta, nosso lingüista não pode determinar a ontologia dessa expressão, mas ele identifica as condições estimulatórias que a propiciam. O lingüista pode perfeitamente aprender a usar essa palavra, adquirindo a mesma competência dos falantes nativos na sua utilização. Isso ocorre porque **gavagai** é um termo de observação, e como tal requer apenas, para sua aquisição, uma identificação das condições de estimulação em que é usado. "Observation terms are the terms upon whose attribution all members of the speech community tend to agree under like stimulation. Observation terms are the consensus-prone terms" (Quine, 1981:177). **Gavagai** é indeterminado ontologicamente, mas cumpre a função de ligar linguagem e mundo.

Não é este o caso da vagueza. Quando um falante diz que 'João é alto', não poderei determinar o valor de verdade desta frase se João tem 1,67m, por exemplo, quaisquer que sejam

as condições estimulatórias. O valor de verdade desta frase não é determinado pelos fatos empíricos.

As duas alternativas de resolução do dilema, no âmbito da teoria de Quine, são ambas contraditórias. A primeira alternativa é simples e brutal: recusar a existência da vagueza na linguagem cotidiana, para manter o princípio de que esta possui um 'suporte empírico'. Esta aliás tem sido uma solução preconizada por alguns autores, em textos recentes.⁷ Segundo a perspectiva desses autores, não são os predicados lingüísticos que são vagos, mas sim o conhecimento, pelos falantes, das fronteiras que esses predicados estabelecem no mundo. Trata-se, assim, de uma vagueza epistêmica, e não lingüística. Sem entrar no mérito dessa solução 'radical', ela me parece inaceitável no âmbito da teoria de Quine, pois, dadas as condições de aprendizagem da língua natural, determinada pelo comportamento observável dos falantes numa sociedade, é difícil imaginar que a utilização dos predicados seja precisa em todos os casos.

A segunda alternativa seria manter a vagueza como qualidade inerente da linguagem, e rever o princípio de que a linguagem tenha sempre um 'suporte empírico'. Isso implicaria uma reavaliação do empirismo subjacente à teoria de Quine. Como se vê, as duas alternativas colocam sérias dificuldades para essa teoria.

⁷ Entre os trabalhos nessa perspectiva, podem ser citados Williamson, T. (1990), "Identity and Discrimination", Oxford, Blackwell ;; Williamson, T. (1992), "Vagueness and Ignorance", "The Aristotelian Society Supplementary Volume", 66, pp145-162; e Sorensen, R. (1988), "Blindspots", Oxford, Oxford University Press.

Capítulo 3. Topoi e Gradualidade.

3.0.Introdução

Neste capítulo, analisarei uma teoria lingüística (a teoria dos topoi) que utiliza o conceito de gradualidade dos predicados. Segundo a teoria dos topoi (que constitui o modelo recente da Teoria da Argumentação na Língua, de Ducrot e Anscombe), esta gradualidade consiste numa força variável de aplicação de predicados a diferentes objetos ou situações. O interesse dessa teoria para este trabalho é evidente: trata-se de um dos poucos modelos lingüísticos que tentam formalizar o conceito de gradualidade de predicados.

Penso que o conceito de gradualidade, utilizado por Ducrot, tem correlações com o conceito de vagueza elaborado em teorias lógicas, como a de Quine (tanto quanto conceitos de teorias diferentes podem ser correlatos). Estas correlações podem ser estabelecidas em função de duas razões principais, uma teórica e a outra empírica. No plano teórico, os dois conceitos estão correlacionados porque um predicado é vago e gradual quando não se pode determinar, por estritos fatores semânticos, se ele se aplica ou não a um objeto. A determinação dessa aplicação vai depender, no caso da lógica, de 'estipulações arbitrárias' ou de '*precisifications*', e no caso da teoria dos topoi, da força de aplicação dos topoi no contexto argumentativo.

No plano empírico, pode-se observar que o conceito de gradualidade recobre uma série de palavras tradicionalmente definidas como vagas (como 'grande', 'alto', 'quente'), assim como modificadores como 'muito' e 'pouco', cuja ligação com a questão da vagueza é patente na literatura.

No entanto, essas duas correlações não devem escamotear uma diferença básica entre os dois conceitos: a vagueza, tal como abordada por Quine, por exemplo, é um conceito definido no âmbito da 'verdade' e do 'conhecimento'. Na vagueza, existem objetos em relação aos quais não se sabe se um predicado vago a eles se aplica ou não (vale dizer, o predicado vago não é nem

verdadeiro, nem falso, em relação a tais objetos). A vagueza ocorre, para os lógicos, quando não se pode definir se uma sentença com expressões vagas é verdadeira ou falsa.

No conceito de gradualidade, por outro lado, noções como 'verdade' e 'conhecimento' não são pertinentes. A gradualidade abarca a intensidade argumentativa com que um predicado é aplicado a uma situação. Ela corresponde a uma variação de força argumentativa.

Este capítulo está organizado da seguinte forma: na medida em que exponho o modelo teórico no qual se insere o conceito de gradualidade, faço uma crítica dos problemas que esse conceito traz para a teoria dos topoi. Em primeiro lugar, critico a própria definição de gradualidade dos predicados em termos argumentativos (seção 3.1). Tento mostrar que esta noção está calcada numa formulação lógica. Em segundo lugar, tento mostrar que a metalinguagem dos topoi é insatisfatória para a expressão da gradualidade (seções 3.4.2 e 3.4.3). Além disso, critico um conceito fundamental para a teoria dos topoi, a saber, o conceito de delocutividade (seção 3.4.1.).

O meu objetivo, neste capítulo, não é fazer uma crítica geral da teoria dos topoi, mas uma crítica específica da formulação do conceito de gradualidade nesta teoria. Abstenho-me, portanto, de discutir a validade de vários conceitos desse modelo, entre os quais o próprio conceito de topos. O interesse deste capítulo consiste na apresentação de um modelo semântico que sistematiza o fenômeno da gradualidade semântica.

3.1. Definição de topos e sua relação com a gradualidade do sentido

A teoria dos topoi foi formulada por Ducrot para explicar, entre outros fatos, por que se pode obter as mesmas conclusões argumentativas a partir de argumentos com orientações argumentativas distintas (segundo a *Teoria da Argumentação na Língua*, a orientação argumentativa está inscrita nos próprios enunciados).

Para compreendermos melhor o problema, é preciso retomar a formulação inicial da *Teoria da Argumentação na Língua*. Farei menção a este modelo inicial (que Ducrot denomina 'forma

padrão') somente quando se fizer necessário para a compreensão dos problemas que se põe a teoria recente, a teoria dos topoi.

Segundo esse modelo padrão, a definição de OA (operador argumentativo) é a seguinte: "x é um OA se um enunciado de P e um enunciado de P' (onde $P'=P+x$) permitem conclusões diferentes- diferença impossível de derivar de sua oposição no nível factual" (Ducrot,1989a:20-1). Assim, por exemplo, a partir da frase P (em 1), podemos obter a frase P' (em 2), acrescentando o OA 'pouco':

- (1) P: Pedro trabalhou.
- (2) P': Pedro trabalhou pouco.

As conclusões que se pode obter a partir de P são diferentes das que se pode obter a partir de P', e isto está de acordo com a definição de OA dada acima. Em outros termos, P e P' possuem diferentes 'forças argumentativas', definidas como o conjunto de enunciados que podem aparecer como conclusões de cada segmento-argumento.

Mas será que as forças argumentativas de P e P' são totalmente excludentes, quer dizer, será que uma mesma conclusão *r* não pode se ligar tanto a P quanto a P'? Vejamos os exemplos abaixo:

- (3) Pedro trabalhou. Será aprovado no exame.
- (4) Pedro trabalhou pouco. Será aprovado no exame.

A partir desse tipo de problema (ou seja, por que argumentos com orientações argumentativas distintas (como P e P') podem conduzir às mesmas conclusões), Ducrot foi obrigado a supor que a relação entre argumentos e conclusões não é direta, mas intermediada por princípios argumentativos gerais, ou topoi. O topos é assim uma 'garantia' ('*warrant*', segundo o termo de Toulmin (apud Ducrot, 1989c)) que assegura a passagem do argumento para a conclusão. Assim, a diferença entre os enunciados (3) e (4) acima está em que eles se baseiam em

topoi diferentes. (3) se baseia num topos como “O trabalho leva ao sucesso”, ao passo que (4) se baseia no topos oposto: “O trabalho leva ao fracasso”.

Os topoi são os instrumentos com os quais se pode proceder às operações argumentativas em língua natural. Imaginemos, por exemplo, que A convide B para ir ver um determinado filme, ao que B responde:

(5) Já o vi.

A conclusão *r* (recusa do convite) está implícita, e só é compreensível se ligamos o argumento dado por B (o fato de já ter visto o filme) à conclusão *r* (recusa do convite) por meio do topos que afirma que o fato de já ter visto um espetáculo é uma razão suficiente para não assisti-lo de novo. Esse topos, que nada tem de natural ou lógico, está à disposição do locutor B, que através dele constrói sua argumentação.

Um topos possui três características básicas, que abordarei em seguida: a) ele é comum ou compartilhado, b) é geral e c) é gradual (Ducrot, 1989a:26 & 1989c:102). Referir-me-ei brevemente às duas primeiras características. Por sua vez, farei uma análise mais pormenorizada da gradualidade dos topoi, que é o que interessa para o meu trabalho.

Em primeiro lugar, um topos deve ser comum, compartilhado ou 'universal'. Os topoi não representam verdades logicamente necessárias, ou afirmações empíricas, mas apenas princípios gerais de valoração e expressão de atitudes. Em outros termos, os topoi estão no nível da **doxa** e não da **episteme**. Como tal, eles devem ser necessariamente aceitos por um conjunto de locutores; a aceitação dos topoi é a única possibilidade de que eles possam funcionar na argumentação. Aceitar um topos, aliás, não significa estar de acordo com ele, mas apenas reconhecer que a partir dele se podem fazer determinados encadeamentos argumentativos. Isso distingue um topos de uma afirmação empírica; a adesão a uma afirmação empírica não é facultativa; se as condições estimulatórias são as mesmas para mim e meus interlocutores, e, depois de vermos um animal passar diante de nossos olhos, os meus interlocutores dizem que “O animal na jaula é um coelho”, eu não posso discordar e dizer que se trata de um macaco (a não

ser que eu não queira respeitar as regras da minha língua). No caso dos topoi, é suficiente que os locutores envolvidos numa argumentação presumam que os topoi utilizados sejam compartilhados (entendidos) por todos, mas de fato a concordância de todos não é necessária (se assim fosse, não haveria confronto argumentativo).

Por outro lado, o caráter compartilhado dos topoi torna a argumentação 'coercitiva', porque "admitir la conclusión es un hecho que se presenta como necesario cuando argumentamos. La conclusión se hace necesaria porque está basada en una creencia compartida por una multitud de personas"(Ducrot, 1989c:103). Quer dizer, o topos (é isto que seu nome indica) tem a força de um lugar-comum, e o locutor que o utiliza o faz pressupondo que os interlocutores reconheçam essa força. Mesmo que o topos utilizado não seja trivial, e seja até mesmo francamente absurdo, o enunciador o pressupõe como a mais banal e evidente *idée reçue*. Ducrot (1989c:103) dá o exemplo seguinte:

(6) Se bem te entendo, detestas Pedro porque ele faz favores.

Nesse caso, supõe-se a opinião de que as pessoas generosas são detestáveis, o que pode parecer paradoxal, mas que na verdade pode ser um topos admitido como uma verdade patente.

Passemos agora à segunda característica dos topoi, ou seja, o seu caráter geral. Quando alguém afirma (5), implicando a recusa ao convite para ir ao cinema, ele não utiliza o topos 'o fato de já ter visto um espetáculo é uma razão para não vê-lo de novo' como válido apenas para este filme determinado, mas como válido para qualquer espetáculo. A meu ver, tudo se passa como se o topos quantificasse com um quantificador universal a variável "espetáculo"; para todo e qualquer espetáculo já visto, ele não deve ser visto de novo.

Segundo Ducrot, argumentar significa, em função do caráter geral dos topoi, inserir um determinado estado de coisas, do qual se fala num momento específico, numa categoria mais ampla. Assim, quando se diz "Vou à praia porque está fazendo sol", subentende-se que o topos aplicado a essa situação específica seja válido em qualquer outra situação equivalente, ou seja, se amanhã fizer sol, também será agradável ir à praia, e qualquer outro locutor poderá utilizar o

mesmo topos com a mesma validade (o que mostra que o caráter geral do topos é derivado do seu caráter comum, compartilhado). Nada disso impede, aliás, que o locutor que afirmou (5) possa dizer, no dia seguinte, recebendo um novo convite, para um novo filme (ou talvez até o mesmo):

(7)Esse filme é muito bom, gostaria de vê-lo de novo.

Isso não demonstra absolutamente a invalidade do caráter geral dos topoi, mas apenas uma mudança do topos no qual se apóia o locutor. Em (7), o locutor utiliza o topos 'se um espetáculo é bom, deve ser visto de novo' e o aplica como se ele fosse naturalmente universal, assim como o fizera, no dia anterior, com o topos que justificava a recusa do convite. Ou seja, no momento de utilização do topos, ele é dado como universal. É evidente, por outro lado, que o locutor de (6) e (7) não se pauta por uma coerência absoluta...

Mas devemos explicitar aqui quais os objetivos da argumentação, segundo Ducrot. A argumentação tem por objetivo apresentar argumentos que justifiquem atitudes e valorações em relação ao mundo. Assim, o locutor que proferiu (6) e (7) queria justificar diferentes atitudes (num dia, recusa do convite, no outro, aceitação), e para isso utilizou topoi diferentes, sem se preocupar nem um pouco com a coerência geral de seu comportamento.(Basta imaginar que no primeiro dia ele tenha sido convidado por um amigo chato e no segundo por uma bela garota). Em outros termos, a aparente objetividade da argumentação em relação às coisas e às situações é um modo de "légitimer la façon dont on se comporte vis-à-vis d'elles" (Ducrot, 1989b:2).

Ducrot, nesse mesmo artigo, cita um verso de Molière, da peça *Femmes Savantes*, que expressaria bem o que ele, Ducrot, entende por argumentação: "Qui veut noyer son chien l'accuse de la rage". Ou seja, atribui-se uma propriedade a um objeto na medida em que se pretende justificar uma atitude em relação a ele. E, conseqüentemente, utiliza-se um determinado argumento para legitimar uma conclusão *r*, ao passo que se pode, igualmente, utilizar um argumento oposto para legitimar a conclusão *não-r*. Sobre este ponto, Rodolfo Ilari lembra o

ditado “Preso por ter cão, preso por não ter cão”. Neste caso, de acordo com a conveniência, utilizam-se argumentos opostos para justificar uma mesma conclusão.

Após esse parêntese, retornemos às características dos topoi. Tratemos, agora, da gradualidade intrínseca dos topoi. Tomemos como exemplo um enunciado recorrente na teoria da argumentação:

(8) Está fazendo calor, vamos à praia.

Neste exemplo, temos o segmento “está fazendo calor”, que corresponde ao argumento *e*, e o segmento “vamos à praia”, que corresponde à conclusão *r*. Admitamos que *e* e *r* sejam ligados pelo topos ‘o calor torna a praia agradável’. Podemos imaginar que um interlocutor dê a seguinte resposta ao enunciado (8):

(9) Não, vamos amanhã, já que a meteorologia prevê ainda mais calor.

O locutor de (8) não poderia acusar esta resposta de ser incongruente. De fato, estava implícito no que ele dissera que quanto mais calor, melhor a praia (embora haja um limite para essa correlação: uma praia a 80 graus não é nada agradável). (8) não significa, de modo nenhum, que a uma temperatura *x* (25 graus, por exemplo), e somente nela, seja agradável ir à praia. (8) implica que, se faz agora um calor de 25 graus, a um calor de 30 graus a praia será ainda mais agradável, e é a essa possibilidade que o locutor de (9) se apega para obter uma conclusão contrária.

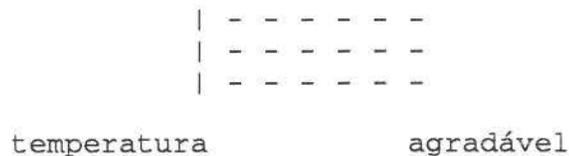
Para dar conta desse tipo de fato, Ducrot propõe que os topoi estabelecem correspondências entre escalas, que representam predicados graduais. Assim, por exemplo, o topos ‘quando faz calor, é agradável ir à praia’ não liga apenas os predicados *calor* e *agradável*, mas estabelece uma correspondência entre a escala do *calor* (ou da *temperatura*) e a escala do *agradável*. Desse modo, a melhor formulação do topos envolvido seria ‘Quanto mais calor, mais agradável é a praia’. Em outros termos, quanto mais se sobe na escala do *calor* (ou da

temperatura), mais se sobe na escala do *agradável*. Entre essas duas escalas se estabelece o que os matemáticos denominam de correspondência uniforme (*'monotone'*): quando se percorre uma escala, percorre-se também a outra, e o sentido no qual se percorre uma escala implica um sentido, inverso ou idêntico, no qual se percorre a outra escala.

Ora, esse tipo de análise pressupõe que os predicados das línguas naturais possam ser graduais. Assim, o adjetivo *agradável* pode se aplicar a um objeto segundo uma escala do menos para o mais; não se trata de uma situação de tudo ou nada, verdadeiro ou falso; uma praia pode ser *pouco agradável*, *muito agradável* ou *extremamente agradável*. Em suma, Ducrot lança mão, para constituição dos topoi, de predicados vagos. Voltarei a esta questão na seção 3.4.2.

Voltando ao exemplo de Ducrot, o topos 'Quanto mais calor, mais agradável é a praia' poderia receber a seguinte representação gráfica:

(10)



(in Ducrot, 1989a:26)

Essa representação significa que, ao se percorrer a escala da *temperatura*, se percorre simultaneamente a escala do *agradável*, e no mesmo sentido (do menos para o mais). (É evidente que existem topoi onde a correspondência é inversamente proporcional, por ex. "Quanto mais velho um atleta, menos eficiente ele é").

Ducrot fornece algumas razões que, segundo ele, justificam a proposta de que os topoi são graduais. Em primeiro lugar, ele observa que os predicados que aparecem nos argumentos são, em si mesmos, graduais. Ele dá como evidente que predicados como *quente*, *caro*, *inteligente* são graduais. Desse modo, ao se construir um enunciado como "Ele é inteligente, passará no concurso", o predicado *inteligente*, ao intervir no argumento, faz com que a argumentação em si mesma seja gradual, ou melhor, que o topos que a sustenta seja gradual, algo como "Quanto

mais se é inteligente, mais se obtém sucesso”. Portanto, haveria uma “homogeneidade entre o predicado utilizado no topos e o que intervém no argumento” (op.cit.: 27).

Considero que esta abordagem não é satisfatória. À parte o fato de se dar como evidente que existam predicados graduais (sem inserir esse conceito no conjunto de hipóteses da teoria), resta ainda o problema de que essa homogeneidade aproxima fatos contraditórios para a teoria da argumentação: de um lado temos um predicado num topos, o que é de natureza evidentemente argumentativa, e de outro o predicado na sentença, cuja definição não é necessariamente argumentativa. Ao contrário, a meu ver, o predicado *inteligente* se define como gradual (ou vago, se aceitamos que esses termos são correlatos) **independentemente** de fatores argumentativos, ou seja, ele pode ser definido em termos de predicação (aplicação de propriedades a objetos). Nesse sentido, os predicados graduais (ou vagos) seriam aqueles em que a aplicação de uma propriedade a um objeto se dá numa escala, ou seja, entre os diversos objetos aos quais se aplica o predicado vago, há aqueles aos quais o predicado se aplica mais e aqueles aos quais ele se aplica menos (É importante ressaltar que o que pretendo frisar aqui é que essa definição de predicado vago se sustenta independentemente de fatores argumentativos, mas isso não quer dizer que eu adote essa definição lógica. Cf. Cap. 4) . Isso gera a possibilidade (lógica) de se comparar esses objetos quanto ao nível de aplicação do predicado ('Pedro é mais inteligente que Paulo'). Ora, esse tipo de definição prescinde absolutamente de fatores argumentativos .

Nesse sentido, a primeira justificativa para a gradualidade dos topoi é problemática para a teoria da argumentação, já que baseia um conceito argumentativo (o topos) numa definição predicativa ou lógica (predicados vagos).

Para entendermos melhor a contradição apontada, é preciso conhecer os objetivos que a Teoria da Argumentação na Língua se propõe. Essa teoria rejeita a tradicional divisão que as escolas semânticas fazem entre sentido denotativo e sentido conotativo. Essas escolas (e o termo 'escolas' é ironicamente apropriado, já que essa caracterização do sentido se encontra reproduzida nas gramáticas escolares) definem o sentido como essencialmente objetivo, como descrições ou qualificações de objetos. Esse sentido objetivo, como todos sabem, é a denotação de um termo. A essa descrição da realidade, fundadora do sentido, se agregariam, como efeito subsidiário, os

valores e atitudes que os falantes atribuem aos referentes indicados pelo sentido denotativo. Como todos sabem, teríamos aí o sentido conotativo de um termo. Esse tipo de oposição denotativo-conotativo, ou objetivo-subjetivo, encontra-se, segundo Ducrot, em importantes teorias semânticas deste século, como em Bühler (e suas funções da linguagem: *Vorstellung* - representação da realidade; *Ausdruck* - expressão das atitudes do locutor; *Appel* - apelo do locutor ao destinatário), Bally (*dictum* - representações do entendimento e *modus* - atitude da vontade), e até mesmo em Searle, que define o sentido de um enunciado como a aplicação de uma força ilocucionária (subjetiva) a um conteúdo proposicional (objetivo) (cf. Ducrot, 1989c:156). Ducrot, por sua vez, procura mostrar (e essa tentativa se mostra presente em toda a evolução de sua teoria) que a linguagem não possui a capacidade de descrever a realidade, ou mais precisamente, os enunciados da linguagem não dão acesso direto à realidade. Ele tenta mostrar, em suma, que é um equívoco pensar que a denotação seja o fundamento do sentido lingüístico. A descrição da realidade (se quisermos manter que a linguagem fala de coisas) é feita, segundo Ducrot, através dos diferentes pontos-de-vista dos enunciadores. Ou, na fórmula do autor: “la manera como el lenguaje ordinario describe la realidad consiste en hacer de ella tema de un debate entre los individuos” (Ducrot, 1989:50). Assim, o fundamento do sentido não são as descrições que os termos fazem da realidade, mas os pontos-de-vista (valores e atitudes sobre a realidade) que os locutores tentam impor através dos enunciados, criando para isso imagens da realidade. Ora, esses pontos-de-vista se organizam argumentativamente na estrutura dos enunciados; desse modo, segundo Ducrot, a estrutura argumentativa é o verdadeiro fundamento do sentido.

O que foi dito acima implica que, se há um sentido denotativo, ele é subsidiário em relação aos valores que o locutor tenta defender. Para entender isso, vejamos um exemplo. Digamos que um locutor A admire B. A poderá afirmar de B:

(11) B é um verdadeiro sábio.

Ao dizer isto, A expressa a sua admiração por B, e para defender o seu ponto-de-vista (de que B é admirável) ele atribui a B uma característica que é considerada positiva (*sábio*). Quer

dizer, sendo *sábio* um valor positivo, esse valor se transfere para o objeto de admiração (B). Em outras palavras, A cria uma certa imagem da realidade na qual B possui o atributo de *sábio*.

Segundo Ducrot, o enunciado (11) é apenas um elogio (correspondendo aos valores de A), e não uma descrição do mundo, a partir da qual sabemos que B se encontra no conjunto dos sábios. E não é uma descrição por dois motivos. Em primeiro lugar, a atribuição de uma propriedade a B é secundária em relação à expressão da admiração de A. Ou seja, essa 'imagem da realidade' (o termo é meu), na qual B é *sábio*, só adquire o seu real sentido se entendida como expressão da admiração de A; na verdade, trata-se, segundo Ducrot, de uma espécie de justificativa que A fornece para sua admiração (Admiro B porque, entre outras coisas, ele possui o atributo de *sábio*, e isso também é um motivo para os meus interlocutores o admirarem). Como diz o autor, "Para mí la descripción (o sea el aspecto objetivo) se hace a través la expresión de una actitud y a través también de un llamado que el locutor hace al interlocutor." (Id.:51). O sentido objetivo (*Vorstellung*) é assim dependente dos sentidos subjetivo e intersubjetivo (*Ausdruck e Appel*).

Um segundo motivo para não considerar (11) como a formulação de uma descrição, mas como expressão de um simples elogio, Ducrot o foi encontrar em Platão. No diálogo *Charmides*, Sócrates tenta definir o sentido do termo 'sabedoria'. O filósofo rejeita diferentes definições propostas por seu interlocutor (ausência de precipitação, pudor), argumentando que essas qualidades nem sempre conduzem a ações belas e boas. Quer dizer, o método de Sócrates consiste em supor que mesmo que não se saiba o que seja a 'sabedoria', sabe-se perfeitamente que ela conduz a coisas boas, ou seja, sabe-se que a 'sabedoria' é um valor positivo. Esse método implica, segundo Ducrot, que a denotação de um termo é posterior, ou ao menos dependente, da sua conotação, vale dizer, do valor que os falantes atribuem a esse termo (no caso, o valor positivo do termo 'sabedoria').

Esses dois motivos (1º- compreender um enunciado do tipo de (11)) como sendo, em essência, uma descrição, significa não capturar o seu real sentido; 2º- a definição da denotação de um termo é secundária em relação à valoração desse termo) justificam, segundo Ducrot, a posição teórica de recusar que os conteúdos representativos associados às palavras sejam o fundamento

do sentido. Os princípios argumentativos constituem “o nível profundo da significação” e devem ser definidos independentemente das representações descritivas.

Após esse desvio, retornemos à questão da gradualidade dos topoi. Agora fica mais claro por que afirmei que a primeira justificativa que Ducrot fornece para essa gradualidade é problemática para a Teoria da Argumentação. Essa justificativa faz uso de um conceito (predicados graduais ou vagos) que é definido independentemente em termos descritivos ou predicativos. A segunda justificativa apresentada para a gradualidade dos topoi se baseia nas 'escalas inscritas na língua'.

(12) Faz 16°, talvez até mesmo 18°, vamos passear! (in Ducrot, 1989a:28)

Os graus de temperatura formam uma escala inscrita na língua. Supondo que o topos envolvido seja “O calor torna o passeio agradável”, 18° é um argumento mais forte que 16°, sendo ambos orientados para a mesma conclusão, o que está de acordo com a definição do O.A. 'até mesmo' (cuja função é ligar dois argumentos orientados para uma mesma conclusão, e dos quais o segundo é mais forte que o primeiro). Ora, se o topos é sensível a argumentos situados numa escala, deduz-se que o próprio topos seja gradual. A formulação correta do topos envolvido deveria ser então : “Quanto maior o calor, mais o passeio é agradável”. Se todas as temperaturas consideradas quentes acarretassem igualmente um passeio agradável, um enunciado como (12) seria incompreensível. Portanto, a interpretação de (12) não pode ser em termos de conjunto: se x pertence ao conjunto das temperaturas quentes, x implica um passeio agradável. Isso significaria dizer que se 16° e 18° são temperaturas quentes (isso, aliás, é verdadeiro na Europa, mas não no Brasil!), o passeio será igualmente agradável.

Por outro lado, a gradualidade não aparece apenas em topoi que envolvam escalas objetivas, como a temperatura. Certamente, a grandeza de um homem de estado não é mensurável em uma escala objetiva, mas um getulista fanático pode perfeitamente enunciar:

(13) Getúlio Vargas é maior do que Juscelino, ele é até mesmo maior do que Charles de Gaulle! Devemos cultivar sua memória.

Uma terceira justificativa para a gradualidade dos topoi é a refutação 'mas não o suficiente':

(14) É verdade, está quente, mas não o suficiente (Id.:31)

O locutor de (14) aceita que está quente, (de acordo com a definição do O.A. **mas**, que indica que o enunciador aceita o argumento que vem antes do **mas**, e no entanto se identifica com a conclusão contrária), todavia o grau de calor não corresponde àquele que causaria o prazer desejado pelo locutor de (14). Isso significa que há uma gradualidade no topos envolvido, já que o locutor recusa a conclusão 'vamos passear' por não aceitar que o grau de calor apresentado seja suficiente para essa conclusão. Esse locutor, por sua refutação, indica que ele exige um certo grau de satisfação, para o qual é necessário um certo grau de temperatura. A gradualidade da relação entre os predicados *quente-gradável* é assim intrínseca ao próprio funcionamento do topos, e o locutor de (14) só aceita tirar a conclusão relevante ('vamos passear') a partir do que ele considera como gradação necessária entre os predicados, o que legitima o uso de 'mas não o suficiente'.

A quarta e última justificativa para a gradualidade dos topoi se encontra no conceito de 'formas tópicas'. Este conceito, que só pode ser formulado a partir da aceitação da gradualidade dos topoi, é justificado, no âmbito da teoria da argumentação, por permitir uma nova definição dos operadores argumentativos (O.A.). Isso significa que essa nova definição só é possível a partir da aceitação da gradualidade dos topoi.

Analisemos então o conceito de 'formas tópicas'. Se, numa argumentação, um locutor T afirma que, realizando-se o predicado A, o predicado B também se realiza (por exemplo, A: trabalhar, B: ser aprovado, no enunciado "Pedro trabalhou muito, será aprovado"), pode-se refutar este locutor T com o enunciado abaixo, produzido por outro locutor P:

(15) Muitas pessoas não trabalham, e isto não as impede de serem aprovadas (id.:32).

Esta refutação é legítima? O locutor T queria dizer que, se A não se realiza, B também não deve se realizar? Pois o que o locutor P está refutando é a afirmação de que o não-trabalho (ou seja, não-A) leva sempre à não-aprovação (ou seja, não-B).

No cálculo lógico, a refutação feita por P seria ilegítima. A sentença de T ('Pedro trabalhou muito, será aprovado') contém apenas uma relação de implicação entre A e B, ou seja, se A é verdadeiro, B também deve ser verdadeiro. No cálculo lógico, isso é representado pela fórmula:

$$(16) A \rightarrow B$$

As condições de verdade dessa fórmula indicam apenas que, se A é verdadeiro, B também deve ser verdadeiro; se A é falso, B pode ser tanto verdadeiro, como falso. Ou seja, apenas a partir da verdade de A se pode afirmar algo sobre a verdade de B; a partir da falsidade de A, nada se pode afirmar sobre a verdade de B. Se A é falso, tanto a verdade quanto a falsidade de B tornam a fórmula (16) verdadeira. Portanto, se A é falso (situação de não-trabalho), B pode ser falso (situação de não-aprovação) ou verdadeiro (situação de aprovação). Quer dizer, no cálculo lógico, a afirmação de T não significa que "Se x não trabalhou, x não será aprovado", já que essa afirmação será igualmente válida na situação em que x não trabalhou, e x será aprovado.

A refutação feita por P em (15) se basearia assim numa confusão entre uma implicação (em (16) e sua recíproca, em (17), abaixo:

$$(17) \text{ não-A} \rightarrow \text{ não-B}$$

Ora, na língua natural a refutação feita por P, expressa em (15), é sentida como perfeitamente legítima. Como explicar essa legitimidade? Vejamos um outro exemplo, em que um pai diz ao filho:

(18) Se você fizer seus deveres, ganha um chocolate (in Ducrot, 1990:131).

A criança compreende imediatamente, a partir de (18), que, se não fizer os deveres, não ganhará o chocolate. Ela vê em (18) não apenas uma implicação que liga a realização dos deveres ao recebimento do chocolate, mas também a sua recíproca, ou seja, a não-realização dos deveres leva ao não-recebimento do chocolate. O que é uma condição suficiente passa a ser visto como uma condição necessária: o recebimento do chocolate só será verdadeiro a partir da realização dos deveres.

No modelo padrão da Teoria da Argumentação na Língua, Ducrot explicava essa passagem da implicação à sua recíproca como efeito de um 'subentendido', baseado numa 'lei do discurso'. Essas leis do discurso seriam mais ou menos equivalentes às "máximas conversacionais" de Grice, ao passo que os "subentendidos" seriam equivalentes às "implicaturas". Se aceitamos uma lei do discurso do tipo "dizer somente o necessário, evitar fornecer informações supérfluas", então compreendemos que o pai, ao enunciar (18), quer dizer que o recebimento do chocolate está condicionado à realização dos deveres. De outro modo, para que ele usaria o predicado 'fazer os deveres' se isso não fosse relevante, e se ele estivesse disposto a dar o chocolate independente da realização dos deveres? E se o pai realmente desse o chocolate, mesmo sem o filho ter feito os deveres, o filho pensaria (o que é muito comum) que o pai não é coerente com aquilo que diz. Em outras palavras, uma lei do discurso permitiria passar da implicação à sua recíproca, o que equivale a dizer que, discursivamente, "Se alguém se coloca na hipótese A para afirmar C é porque ele crê impossível afirmar C fora desta hipótese" (id.:32).

Essa solução que Ducrot utilizava no modelo padrão da teoria, é substituída pela proposição das formas tópicas, no modelo recente. O uso das formas tópicas tem duas vantagens em relação à solução anterior. Em primeiro lugar, o conceito de formas tópicas permite restringir ao máximo o uso de leis do discurso, o que estaria mais em consonância com os objetivos da teoria da argumentação, entre os quais se destaca o de tentar representar na própria língua os processos argumentativos que se tenta descrever, reduzindo ao máximo o recurso a um

'componente retórico' para a explicação dos fatos argumentativos. Em segundo lugar, o conceito de formas tópicas, como já afirmei, possibilita a formulação de um novo conceito de operadores argumentativos (O.A.), que os liga ao funcionamento dos topoi. Mas antes de apresentar esse novo conceito de O.A., vejamos finalmente o que seriam as formas tópicas.

Quando o pai enuncia (18), ele argumenta que A (a realização dos deveres) conduz à B (o recebimento do chocolate). Mas essa passagem de A a B é possível em função da utilização de um topos específico, algo como "O esforço merece recompensa". (Isso nos faz recordar a definição de topos, o qual é um princípio geral que permite a passagem de um argumento a uma conclusão.) Ora, este mesmo topos pode ser expresso na forma "A ausência de esforço leva à ausência de recompensa". Qualquer locutor que aceitasse argumentar a partir da primeira forma (o esforço merece recompensa), aceitaria também argumentar a partir da segunda forma (a ausência de esforço leva à ausência de recompensa), simplesmente porque essas duas formas são argumentativamente equivalentes. Essas formas equivalentes de representar um topos são as *formas tópicas*. Essa equivalência das formas tópicas não é logicamente válida, mas argumentativamente inevitável, à revelia mesmo dos enunciadores que utilizam os topoi. Por exemplo, se num conselho de família um locutor A diz que "João tem 18 anos, não pode emitir opiniões sábias", esse locutor utiliza um topos como "Os jovens não são sábios", cuja forma recíproca seria "Os velhos são sábios", o que infelizmente não é logicamente necessário. Além disso, um outro locutor B, na situação dada, poderia, a partir do que disse o locutor A, afirmar "Então ouçamos Apolônio, que é o mais velho entre nós", o que absolutamente não era a intenção do enunciador A, que detesta Apolônio. (Neste caso, a forma tópica utilizada foi "Quanto mais velho, mais sábio").

Resumindo, a passagem da implicação à sua recíproca, como ocorre em frases como (18), é explicada pela utilização das formas tópicas. Assim, a refutação em (15) é legítima na medida em que se trata da refutação da forma tópica recíproca do topos envolvido (o trabalho leva ao sucesso). Mas resta ainda mostrar que as formas tópicas são sensíveis à gradualidade que caracteriza os topoi. De fato, na situação do conselho de família, o locutor A, contra os seus interesses, teve sua argumentação assimilada à forma tópica "Quanto mais velho, mais sábio".

Ora, essa forma tópica expressa uma relação gradual entre os predicados *velho e sábio*. Para Ducrot, a validade dessa forma tópica (+P, +Q) (lê-se:quanto mais P, mais Q) atesta mais uma vez a gradualidade dos topoi.

O conceito de forma tópica, na nova teoria, é relevante também por possibilitar uma nova definição de operadores argumentativos. Os O.A. passarão a ser definidos em termos das restrições que eles estabelecem em relação aos topoi, ou mais precisamente, em relação às formas tópicas, ao passo que "la première forme de la théorie cherchait à décrire ces mêmes mots (les O.A.) en caractérisant les conclusions qu'ils autorisent ou interdisent" (Ducrot, 1989b:6). Assim, vejamos as novas definições de *peu* (pouco) e *un peu* (um pouco). *Un peu* (um pouco) seria definido como mobilizando a forma tópica "Quanto mais P, mais (ou menos) Q", onde P e Q são predicados ligados por um topos determinado, ao passo que *peu* (pouco) seria definido por exigir a forma tópica "Quanto menos P, mais (ou menos) Q". Assim, vejamos os enunciados abaixo:

(19) Ele trabalhou um pouco. Vai conseguir. (in Ducrot:1989:35)

(20) Ele trabalhou pouco. Não vai conseguir. (id.)

A forma tópica utilizada em (19) é "Quanto mais se trabalha, mais se tem êxito" e em (20) "Quanto menos se trabalha, menos se tem êxito". Portanto, *pouco e um pouco* não se distinguem por acarretarem conclusões divergentes, mas por exigirem diferentes formas tópicas dos topoi utilizados. De fato, os OA *pouco e um pouco* podem conduzir a uma mesma conclusão, se os topoi utilizados em cada caso forem diferentes (cf. seção 3.1.), mas mesmo nesta situação os OA se distinguirão pela forma tópica:

(19') Ele trabalhou um pouco. Vai conseguir. (Forma Tópica: Quanto mais se trabalha, mais se tem êxito).

(20') Ele trabalhou pouco. Vai conseguir. (Forma Tópica: Quanto menos se trabalha, mais se tem êxito).

Essa nova definição é interessante também porque liga os OA aos topoi considerados em sua gradualidade, pois é essa gradualidade que permite formular as formas tópicas que definem os OA.

3.2. Os topoi intrínsecos - a argumentatividade no léxico

O modelo recente da Teoria da Argumentação na Língua, a Teoria dos Topoi, foi consideravelmente alterado nestes últimos anos a partir, segundo me parece, de uma intuição básica: o processo argumentativo não se aplicaria apenas sobre frases completas (argumentos do tipo: *Faz calor hoje, Pedro trabalhou muito*), mas também sobre os predicados lingüísticos, ou seja, o léxico (substantivos, adjetivos e verbos). O léxico disporia de uma carga argumentativa tanto quanto as frases completas que servem de argumentos.

Essa intuição tem recebido diversos tratamentos formais no seio da teoria, e na verdade ainda estamos diante de um *work in progress*. Mas como não estou interessado em apresentar a teoria como um todo, mas apenas em observar como nela se insere a questão da gradualidade do sentido, essa provisoriade formal não me cria graves problemas. Restringir-me-ei, assim, a abordar alguns tópicos que permitam compreender a definição atual de gradualidade dos predicados apresentada pela teoria da argumentação, para em seguida proceder à análise crítica dessa definição.

Vejamos um exemplo de como essa intuição funciona na teoria. Como já vimos, um OA incide sobre uma frase completa. No modelo padrão da teoria, um OA altera a orientação argumentativa de um enunciado e na teoria dos topoi um OA, aplicado a um enunciado, requer uma determinada forma tópica. Ou seja, nas duas definições um OA se aplica a uma frase completa (que funciona como argumento que leva a determinadas conclusões). Mas essa incidência sobre a frase é difícil de avaliar no caso do OA *ne que*, típico da língua francesa. Numa primeira abordagem, poder-se-ia pensar que *ne que*, pelo seu caráter negativo, teria a função de inverter a orientação argumentativa dos enunciados (conforme o modelo padrão). Mas não é isso o que ocorre. De fato, (21) e (22) abaixo têm a mesma orientação argumentativa:

(21) Ça coûte 10 francs. (Isto custa 10 francos).

(22) Ça ne coûte que 10 francs. (Isto custa somente 10 francos).

(21) e (22) se orientam, ambos, no sentido do barato (custo baixo) - embora essa orientação também dependa do contexto. *Ne que* não inverte a orientação argumentativa de (22) em relação à (21). Mas qual seria então a função argumentativa desse OA? Segundo Ducrot (exposição em seminário), se aceitamos que um OA possa incidir também sobre um predicado, e não apenas sobre um enunciado, então pode-se propor uma descrição para *ne que*.

(23) ça coûte (Isto custa) → direção do caro

(24) ça ne coûte que 10 francs (Isto custa apenas dez francos) →
direção do barato

O OA *ne que* incide sobre o predicado *coûter*, invertendo a sua direção argumentativa (segundo Ducrot, esse verbo vai na direção argumentativa do caro). Todavia, essa inversão não é total, pois se assim fosse, o objeto do qual se fala não custaria nada - mas essa inversão é limitada por *10 francs*. Quer dizer, (24) produz uma inversão limitada da direção argumentativa do predicado *coûter*. O pressuposto dessa análise é que o predicado *coûter* (custar) possui uma orientação argumentativa e, como tal, produz um encadeamento discursivo (na direção de certas conclusões). Vejamos um outro exemplo:

(25) Je ne te le cederai qu'à 100 francs. (Eu te venderei isto somente por 100 francos).

Neste exemplo, o *ne que* incide sobre o predicado *ceder*, invertendo sua orientação argumentativa. Se *ceder* vai na direção, digamos, da venda, *ne que + ceder* vai no sentido da não-venda, mas essa não-venda é mitigada por *100 francs* (quer dizer, "te venderei se estiveres

disposto a pagar 100 francos"). *Ne que*, então, produziria uma inversão limitada da direção argumentativa do verbo *ceder*. Essa análise pressupõe que o processo argumentativo esteja inscrito no léxico (já que um predicado como *ceder* deve possuir uma orientação argumentativa).

A lexicalização do processo argumentativo recebe uma primeira representação no conceito de *topos intrínseco*. Vejamos o exemplo seguinte:

(26) Jean est peu fortuné, il ne doit guère avoir d'amis (in Ducrot, 1989b:7)

Tal argumentação se basearia num topos do tipo "Menos se é rico, menos se tem amigos". Tal topos não está inscrito no sentido do termo *rico*, mas ele está 'prefigurado' no sentido desse termo. 'Prefigurado' aqui, segundo Ducrot, significa que tal topos pode ser derivado do sentido do termo, a partir de uma cadeia de topoi. Assim, teríamos (numa representação informal) a seqüência: "Mais se é rico, mais se tem poder", "Mais se tem poder, mais se é útil", "Mais se é útil, mais se é requisitado" (1989b:8). O topos que inicia a cadeia é o *topos intrínseco*. Esse topos estaria inscrito no sentido do termo *rico* - vale dizer, o topos "Mais se é rico, mais se tem poder" estaria inscrito no sentido desse termo. O topos "Menos se é rico, menos se tem amigos", utilizado para realizar a argumentação em (26), é um *topos extrínseco*. "Notre idée est donc que les topoi extrinsèques mis en oeuvre dans le discours sont des chaînes dont le premier maillon est un topos intrinsèque inscrit dans les mots qui composent les segments discursifs jouant le rôle d'arguments" (id: 8). Observe-se que isso pressupõe, de novo, que o léxico desempenha um papel na argumentação.

A seguir, apresentarei uma análise de Ducrot, de um texto de Pascal, que serve de justificativa à proposta dos topoi intrínsecos. Na verdade, essa análise de um fragmento discursivo tem ainda outro interesse para a teoria, na medida em que mostra a interação entre a teoria dos topoi e a teoria da polifonia. Para sua compreensão, portanto, é preciso fornecer antes algumas definições da teoria da polifonia.

Nessa teoria, a noção de sujeito falante remete a três funções diferentes: a) sujeito empírico, b) locutor e c) enunciador. O *sujeito empírico* é o produtor efetivo do enunciado. Ao contrário do que se poderia pensar, o sujeito empírico nem sempre é facilmente identificável, como por exemplo no caso de circulares administrativas, decretos, repetições de frases lidas em jornal, etc. Para Ducrot, a identificação do sujeito empírico não é uma questão lingüística. O *locutor*, por sua vez, é o suposto responsável pelo enunciado, e esta responsabilidade pela enunciação está representada no próprio enunciado. O locutor é uma entidade puramente semiológica. Como ilustração, vejamos o seguinte exemplo:

(27) De quoi je me mêle? (Isso é da minha conta?) (in Ducrot, 1989c:18)

Se A vê B mexendo em sua pasta, ele pode enunciar (27) (se ele falar francês, bem entendido), mas quem é dado como suposto responsável por esse enunciado, ou seja, quem é indicado pelo pronome 'je'? Nesse exemplo, claramente, não há uma identidade entre o *locutor* e o *sujeito empírico*, já que o responsável pelo enunciado deve ser identificado não a A, que fala, mas a B, que é o destinatário. A expressão "De quoi je me mêle?" funciona assim indicando que o destinatário deveria ter se feito esta pergunta antes de bisbilhotar, ou seja, na imagem da enunciação que essa expressão cria, o responsável pelo enunciado é o destinatário (não encontrei uma tradução brasileira equivalente para essa expressão). Para Ducrot, aliás, o sentido de um enunciado é a imagem que ele dá de sua enunciação.

A terceira função é a de *enunciador*. Os enunciadores são as origens dos diversos pontos de vista expressos no enunciado. Não se trata de pessoas, mas de pontos de perspectiva. Essa pluralidade de perspectivas corresponde propriamente à polifonia de um enunciado. As palavras de um enunciado não correspondem, materialmente, às palavras dos enunciadores; de fato, os enunciadores são abstratos, e como tal seus pontos de vista não correspondem diretamente às palavras. O locutor, como fonte do discurso, pode pôr em cena pontos de vista com os quais não

se identifica, sendo estes atribuídos a diferentes enunciadores, assim como um narrador pode relatar os acontecimentos a partir de um ponto de vista que lhe é estranho. Mais uma ilustração:

(28) Fernando Henrique Cardoso é um homem extremamente coerente. Afinal, ele disse: "esqueçam tudo o que escrevi".

A distinção de L (locutor) e E (enunciador) propicia, a meu ver, uma análise satisfatória desse enunciado. Trata-se, evidentemente, de um enunciado irônico. Mas como a ironia funciona aí? O fato é que há pelo menos dois enunciadores em cena: o primeiro afirma a coerência de FHC. O segundo cita as palavras de FHC (nesse caso, um outro enunciador). Ora, toda a ironia está em que o locutor não assume o ponto de vista do enunciador 1 (E1), que se mostra ridículo quando comparado com o ponto de vista exposto pelo enunciador 2 (E2). Sem a distinção *locutor / enunciador*, a análise se restringiria a afirmar que (28) contém um ^acontradição, e que essa contradição é irônica. Mas nem toda contradição é irônica; a descrição não-polifônica não explica a causa da ironia. O locutor, repito, não se identifica com E1; de fato, ele nem mesmo manifesta, explicitamente, sua opinião sobre FHC. Ele apenas ironiza E1 ao colocar em cena tanto a opinião de E1 sobre a coerência de FHC, como o ponto de vista de E2 (que de fato cita FHC, o que dá força a E2), e a comparação desses pontos de vista torna a posição de E1 risível. Temos a tendência de imaginar que E2 corresponde à posição do locutor; mas de fato é mais razoável imaginar que se trata de uma "voz comum", geral, já que o discurso citado parece ser 'objetivo' (ele representa o que foi efetivamente dito). Assim, o locutor não precisa assumir E2, já que qualquer um poderia citar as palavras de FHC. Isso, segundo Ducrot (1989c:29), seria uma característica da comunicação não-séria, na qual há uma simples apresentação dos pontos de vista dos enunciadores, sem que o locutor se assimile a algum deles.

A partir dessas definições, podemos agora examinar a análise discursiva, realizada por Ducrot, que justificaria a postulação de *topoi intrínsecos*. Trata-se da análise de um fragmento dos "Pensamentos" de Pascal, fragmento que tem como título "Opinions du peuple saines" (Opiniões sãs do povo) (apud Ducrot, 1989:13):

(29) *Etre brave n'est pas trop vain, car c'est montrer qu'un grand nombre de gens travaillent pour soi, c'est montrer par ses cheveux qu'on a un valet de chambre, un parfumeur, etc..., par son rabat, le fil, le passament, etc... Or ce n'est pas une simple superficie, ni un simple harnais d'avoir plusieurs bras.*

Plus on a de bras, plus on est fort. *Etre brave, c'est montrer sa force.*

A análise restringe-se à frase "*Etre brave n'est pas trop vain*"; '*brave*' aí tem o sentido arcaico de 'elegante'. Considerando, conforme Ducrot, que a expressão '*n'est pas trop*' é aí uma negação mitigada (como em "je ne sais pas trop"), a frase a ser analisada será simplificada como:

(30) "Ser elegante não é vão".

Se aceitamos, pela teoria da polifonia, que a negação é um diálogo entre pelo menos dois enunciadores, então a frase (30) apresenta ao menos dois enunciadores, um que afirma que a elegância é vã, e outro que nega essa afirmação. Ducrot denomina E2 o enunciador que despreza a elegância e E3 o que a defende. Mas, se só tivéssemos esses dois enunciadores, como justificar o título "Opiniões sãs do povo"? Essa opinião popular não corresponde nem a E2, nem a E3. Não corresponde a E2 porque para o povo (segundo Pascal) a *elegância* é um valor positivo, como a *coragem* ou a *beleza*. Não corresponde, por outro lado, a E3, porque essa valoração da elegância não é o resultado, no povo, de uma negação polêmica de um ponto de vista contrário, assim como ele não admira a coragem por negar a opinião daqueles que admirariam a covardia.

Todavia, essa opinião popular não está representada, diretamente, no fragmento de Pascal. É aí que entraria a noção de topos intrínseco: o próprio sentido do termo "elegante" contém um topos que afirma que a elegância é um valor positivo. Ou seja, em (30) há um enunciador E1, que corresponde ao povo, e cujo ponto de vista está marcado no enunciado pelo topos intrínseco do termo "elegante". A 'opinião sã do povo' corresponde, portanto, à afirmação do topos intrínseco

do termo *elegante*. O importante a reter aqui é que o conceito de topos intrínseco torna possível a apresentação de E1, com o que o título do fragmento se torna inteligível.

Reforçando sua análise, Ducrot (1989b:14) compara esses três enunciadores encontrados em (30) com as três posições políticas existentes na sociedade, segundo Pascal. A primeira posição política é a do povo, que acredita que as instituições sejam justas, e que os poderosos representariam essa justiça. A segunda posição seria a dos 'semi-sábios', que rejeitam as instituições por acreditar que elas estão baseadas na força e não na justiça. Finalmente, a posição dos sábios (entre os quais o próprio Pascal se inclui), que concordam que as instituições sejam baseadas na força, mas, ao contrário dos semi-sábios, as respeitam porque são essas instituições que permitem organizar e conter a fraqueza e a irracionalidade da alma humana. No fragmento analisado, temos um perfeito decalque dessas três posições, já que, para E1 (a posição do povo), a elegância deve ser admirada por si mesma, para E2 (posição dos semi-sábios) ela deve ser repudiada por ser vã, e para E3 (posição dos sábios) ela deve ser respeitada porque "ser elegante é mostrar sua força".

Notemos, para terminar, que o locutor de (30) (o autor dos *Pensamentos*) mantém com os três enunciadores desse enunciado as três posições possíveis para um locutor em relação aos enunciadores que ele põe em cena: o locutor **aceita** E1 (ele admite esse ponto de vista como válido, mas não se identifica com ele), o locutor **rejeita** E2 e o locutor **se identifica** com E3. Ainda segundo Ducrot, teríamos em (30) um exemplo de argumentação dialética, pois E1 seria a tese, E2 a antítese e E3 a síntese. Por isso, E3 não se identifica a E1, já que E3 reconhece que as instituições e os atributos dos poderosos (como a elegância) estão baseados na força.

Gostaria de fazer duas curtas observações sobre esta análise. Em primeiro lugar, talvez a comparação dos 3 enunciadores de (30) com as posições políticas identificadas por Pascal não seja uma justificativa para a análise, pois escapa do nível puramente argumentativo desse enunciado (o que significa, em última instância, escapar da metalinguagem que a teoria se

propõe). No máximo, essa comparação nos dá uma demonstração engenhosa da aplicabilidade da teoria da polifonia na interpretação de textos. Em segundo lugar, pode parecer perigosa a associação dos topoi intrínsecos com as 'opiniões do povo'. Mas isso é contingente nessa análise (e aqui devemos louvar a sua pertinência), e de fato nada impediria que o topos intrínseco de "elegante" fosse utilizado por um homem de classe alta. O fato é que o ponto de vista argumentativo segundo o qual a elegância é um valor está, conforme a teoria, disponível no próprio sentido do termo *elegante*.

Todo este trecho foi para mostrar a importância, no estágio atual da Teoria dos Topoi, da hipótese de que a argumentatividade está inscrita no léxico. Esta hipótese é importante para o meu trabalho na medida em que o conceito de gradualidade atualmente em curso na Teoria dos Topoi é diretamente afetada por esta hipótese (cf. a seção seguinte).

No artigo "*Argumentation and the lexical fields*" (Bruxelles, Ducrot & Raccah:1995), tenta-se uma formalização mais satisfatória do conceito de *topos intrínseco*. Um topos é uma expressão metalingüística do tipo "Mais X é P, mais Y é Q". P e Q, nesta fórmula, não correspondem a predicados lógicos independentes entre si e ligados pelo topos; de fato, as entidades ligadas pelo topos são os *campos tópicos*. Um *campo tópico* é formado da seguinte forma: um par cujo primeiro termo é um *campo conceitual* (um certo domínio da realidade) e cujo segundo termo é um princípio de gradação desse *campo conceitual*: "This gradation corresponds to a particular way of perceiving a certain domain of reality" (op.cit:104). Em outros termos, um campo tópico liga um determinado domínio da realidade (campo conceitual) a uma valoração graduada desse campo conceitual. Essa valoração, que corresponde ao segundo termo do campo tópico, pode ser simplesmente a aplicação de um valor (*bem, mal*) ou então um outro campo tópico. Temos assim dois tipos de campo tópico (C.T.). Para o primeiro, temos a seguinte definição:

(C.T.1) X é um campo conceitual e
Y é um valor (bem ou mal)

Neste primeiro tipo, denominado *elementar*, o campo tópico liga o par X (campo conceitual) e Y (valor: *bem e mal*). Este é o caso do campo tópico do termo *sabedoria*; como vimos no exemplo de Sócrates, mesmo que não se saiba o que significa precisamente o termo *sabedoria*, sabe-se que ele indica um valor positivo, um *bem*. A definição (C.T.1) de campo tópico permite formalizar essa percepção do sentido do termo 'sabedoria':

(31) *sabedoria*: <CONHECIMENTO, *bem*>

'CONHECIMENTO' é um termo metalingüístico que representa um campo conceptual (um certo domínio da realidade) e a ele se aplica um valor (no caso, *bem*); é enquanto campo tópico que o termo *sabedoria* entra na argumentação, na função de componente de um topos. O segundo tipo de campo tópico tem uma definição recursiva:

(C.T.2) X é um campo conceitual e
Y é um campo tópico.

Nesse caso, a gradação valorativa é realizada por um outro campo tópico que se aplica sobre o campo conceptual; é o caso do termo *rico* (cf. seção 3.2.), no qual foi identificado um topos intrínseco do tipo: "Mais se é rico, mais se tem poder". Na formulação de campo tópico, isso é representado como significando que a riqueza é vista sob a perspectiva da capacidade de agir. Em outros termos, o campo conceptual da POSSE é visualizado, argumentativamente, através do campo tópico (PODER AGIR, *bem*). O que dá a fórmula:

(32) rico:<POSSE,<PODER AGIR, bem>>

Note-se que pela definição (C.T.2) pode-se encadear, recursivamente, diferentes campos tópicos a partir de um campo tópico elementar. Isso é possível porque a gradação valorativa introduzida pelo valor (**bem-mal**) e que age no âmbito do campo tópico elementar (no exemplo (32), o valor **bem** age sobre PODER AGIR) repercute sobre os campos tópicos que contêm o campo tópico elementar (no exemplo, o princípio de gradação do campo tópico elementar <PODER AGIR, **bem**> repercute sobre o campo tópico que o inclui, ou seja <POSSE , ...>, o que implica que, argumentativamente, POSSE possui um valor positivo.)

Em (31) e (32) temos dois exemplos de campos tópicos, o primeiro elementar, o segundo não-elementar. O que eles têm, semanticamente, em comum, é o fato de apresentarem um conceito sob um ponto de vista subjetivo. Em (31), o termo *sabedoria* é diretamente submetido a um valor, ao passo que em (32) o adjetivo *rico* recebe indiretamente um valor, através da perspectiva do campo tópico de PODER AGIR. Nesses exemplos, temos *campos tópicos intrínsecos* associados aos sentidos dos termos em questão. Mas o campo tópico é apenas o componente de um topos, e a argumentação se baseia em topoi; logo, é essencial, para a teoria, formalizar a representação de um topos. Vejamos o exemplo abaixo:

(33) He is rich, he has the means to invite you (id:105)

Essa argumentação se baseia no topos "Mais se possui, mais se pode agir". Um topos possui um antecedente e um conseqüente. Teríamos então a fórmula:

(34) "<POSSUIR, <PODER AGIR, bem>>, <PODER AGIR, bem> "

O antecedente é <POSSUIR, <PODER AGIR,bem>> e o conseqüente <PODER AGIR,bem>. Ou seja, o antecedente equivale ao campo tópico intrínseco de *rico* (cf. (32)), e o conseqüente é a própria capacidade de agir. Quando isso ocorre, quer dizer, quando o conseqüente é idêntico ao campo tópico elementar do antecedente, diz-se que se trata de um topos canonicamente associado ao antecedente. No exemplo (34), além do mais, tendo em vista que o antecedente é o campo tópico intrínseco do termo *rico*, diz-se que o topos é canonicamente associado ao campo tópico intrínseco à palavra P (no caso, *rico*).

Com tudo isso, formaliza-se melhor a presença do léxico na argumentação (e não se deve perder de vista que esta é a hipótese principal em jogo). Vê-se bem como a partir do termo *rico* se pode tirar a conclusão "tem condições de te convidar". Resumindo: o termo *rico* é visto sob a perspectiva de *poder agir*, que por sua vez é um valor positivo; ora, se *rico* é aquele que tem poder e liberdade para agir, então pode-se evidentemente formar com este predicado um topos no qual o conseqüente seja essa própria capacidade de agir (topos canonicamente associado, ex. (34)).

A vantagem da postulação do conceito de campo tópico é que ele permite explicar, segundo os autores, por que os componentes de um topos não são predicados no sentido lógico. Assim, se no topos "Mais se é rico, mais se pode agir", *rico* e *poder agir* fossem predicados no sentido lógico, eles seriam completamente independentes entre si, e estariam ligados apenas por um operador lógico. Mas, sendo elementos de um topos (e, de fato, de um campo tópico, já que o antecedente do topos corresponde ao C.T. do termo *rico* (cf. ex. (34))), no qual temos como 1º elemento POSSE e como 2º elemento PODER AGIR), a semântica do conseqüente retroage sobre a semântica do antecedente. Vale dizer, o campo conceptual de POSSE é organizado ou relativizado pelo campo tópico de PODER AGIR. A *posse* (riqueza) é interpretada argumentativamente (semanticamente, se aceitamos que a argumentação faz parte do significado) na perspectiva da capacidade de agir; o campo conceptual de *posse* (antecedente ou primeiro

elemento do par no campo tópico) só se define em relação ao C.T. de PODER AGIR (conseqüente ou segundo elemento no par do C.T.). É nesse sentido que o conseqüente (2º elemento) de um campo tópico retroage sobre o seu antecedente (1º elemento).

No caso que acabamos de analisar, temos uma retroação semântica do conseqüente sobre o antecedente no interior do campo tópico. Mas, por outro lado, sempre segundo os autores do artigo citado, o próprio encadeamento argumentativo só é possível se se define o campo tópico do antecedente de um topos em relação ao conseqüente desse topos. Isso impede de considerar os elementos de um topos como predicados no sentido lógico. Por exemplo:

(35) He is intelligent, he'll understand the problem (id:103)

Como dizem os autores, "we attribute to that person not just any form of intelligence, but precisely that form which is apt to lead to understanding the sort of problem in question" (id:103). (Retorna aqui o problema da vagueza, na medida em que a conclusão 'compreenderá este problema' reduz a vagueza do ajetivo 'inteligente'. Discuto esta questão logo mais abaixo).

Por último, a combinação de topoi só é possível se ocorre, igualmente, um tipo de retroação semântica. E essa retroação semântica é formalizável a partir do conceito de campo tópico.

A combinação de topoi é essencial para a teoria, pois, como vimos, o *topos intrínseco* (definido no léxico) pode ser apenas o ponto inicial de uma cadeia de topoi que leva aos *topoi extrínsecos*, definidos no enunciado. Dessa forma, a teoria deve formalizar não apenas a constituição dos topoi (o que foi feito a partir do conceito de C.T.), mas também a sua combinação.

Uma primeira operação que poderia representar a ligação de topoi seria muito simples. A única condição seria que o conseqüente do 1º topos tivesse o mesmo predicado do antecedente do

2° topoi, e o resultado seria um 3° topoi que teria como antecedente o mesmo antecedente do 1° topoi e como conseqüente o mesmo conseqüente do 2° topoi. Assim (id:109):

```
(36) "Mais X é P, mais Y é Q"
      "Mais X é Q, mais Y é R"
      -----
      "Mais X é P, mais Y é R"
```

Essa operação toma os predicados P, Q e R como independentes entre si, como ocorre no cálculo lógico. Mas essa independência acarreta problemas, conforme mostram os autores. Suponhamos que um agricultor utilize os dois topoi seguintes: 1) "a chuva faz bem às plantas", 2)"o bom estado das plantas é vantajoso para o agricultor". Se aplicamos esses dois topoi na operação apresentada em (36), teríamos:

```
(37) "Mais chove, mais as plantas prosperam"
      "Mais as plantas prosperam, mais o agricultor fica contente"
      -----
      "Mais chove, mais o agricultor fica contente"
      (Mais X é P, mais Y é R )
```

Nesse esquema, "chover" corresponde a P, "plantas prosperam" a Q e "agricultor fica contente" a R; ora, o predicado (Q) do conseqüente do 1° topoi é idêntico ao predicado (Q) do antecedente do 2° topoi. Logo, o resultado (o 3° topoi) é formado pelo antecedente (X é P) do 1° topoi e pelo conseqüente (Y é R) do 2° topoi, o que dá um topoi como: "Mais chove, mais o agricultor fica contente". Todavia, esse topoi indica que uma bela tempestade deixaria o agricultor morrendo de alegria, mas não é isso evidentemente o que significa a combinação de dois topoi como aqueles. Segundo os autores, essa contradição se origina do fato de que a combinação de topoi, na operação indicada em (36), apresenta os predicados como independentes entre si.

Para se resolver esse problema, é preciso tentar mostrar, segundo os autores, que o antecedente do topoi resultante (o 3° topoi) é uma relação semântica entre o C.T. antecedente do

1º topos (no caso, P: "chover") e o C.T. antecedente do 2º topos (no caso, Q: "plantas prosperam"). Ou seja, o antecedente do topos resultante não é uma simples retomada do C.T. antecedente do 1º topos, mas é esse C.T. **em relação** com o antecedente do 2º topos. Em outras palavras, "a chuva" é vista sob a perspectiva do "bom estado das plantas". Sem essa retroação do C.T. "bom estado das plantas" sobre o C.T. "chuva" (no sentido em que "chuva" é definida em relação ao "bom estado das plantas"), não se pode fazer a combinação de topos desejada. Os autores denominam essa relação de 'operação de relativização' de um campo tópico por um outro campo tópico.

Utilizando essa operação de relativização, marcada por #, temos uma regra alternativa àquela proposta em (36):

```
(38)  "CT , CT1"
      "CT1, CT2"
-----
      "CT#CT1, CT2"
```

Em primeiro lugar, observe-se que essa regra não é formulada em termos de predicados, mas em termos de CT (Campo Tópico). Um CT, ao contrário de um predicado lógico, pode ser definido em relação a um outro CT. Ou seja, ele pode ser semanticamente dependente, o que na regra acima é marcado pelo sinal #, que liga CT a CT1.

Vejamos agora como fica o topos do agricultor. Se CT corresponde à "chuva", CT1 a "bom estado das plantas", CT2 à "satisfação do agricultor", teríamos a seguinte operação:

```
(39)  "chuva, bom estado das plantas"
      "bom estado das plantas, satisfação do agricultor"
-----
      "chuva# bom estado das plantas, satisfação do agricultor"
```

Esse topos resultante é compreendido como: "a chuva, enquanto favorável às plantas, é um fator de satisfação do agricultor". Essa operação indica que a composição de topoi se baseia na possibilidade de uma relação semântica entre campos tópicos, o que é mais um argumento a favor da postulação deste conceito.

Gostaria de observar que esta 'operação de relativização' está diretamente ligada à questão da vagueza. O predicado 'chover' é vago quanto aos benefícios às plantações. Vago no sentido de que a simples definição semântica de 'chover' não é suficiente para a delimitação referencial que interessa ao agricultor (embora para outros falantes a vagueza de tal predicado normalmente não seja relevante). O agricultor necessita de parâmetros mais precisos sobre a chuva, para saber se ela foi benéfica às suas plantações (esses parâmetros, aliás, são extremamente variáveis se pensamos nos diferentes tipos de precipitação pluviométrica necessários aos diferentes tipos de plantação). Este exemplo mostra mais uma vez que a retroação semântica (da qual a 'operação de relativização' é um subtipo) é uma forma de redução da vagueza, como já havíamos visto no exemplo (35) acima, no qual a conclusão ('compreenderá este problema') permite reduzir a vagueza do ajetivo 'inteligente', presente no argumento. Um outro exemplo é "está quente, vamos à praia". Neste enunciado, a conclusão 'vamos à praia' permite reduzir a vagueza do adjetivo 'quente', excluindo temperaturas insuportáveis para o ser humano. (Pensemos no valor diferente de 'quente' na frase "O mercúrio está quente; está quase no ponto de ebulição"). O conceito de retroação semântica permite captar um importante mecanismo de redução de vagueza presente nos processos argumentativos.

Esta retroação semântica pode ocorrer em 3 níveis de relação semântica no funcionamento dos campos tópicos, sempre envolvendo o efeito que um conseqüente provoca sobre um antecedente. O primeiro nível ocorreria no interior do próprio campo tópico. Como vimos, o CT intrínseco do termo *rico* é o seguinte: <POSSE, <PODER AGIR, bem>. Nesse caso, o campo conceitual de POSSE sofre a ação semântica do CT PODER AGIR. Em outros termos, o 1º

termo do CT (correspondente ao campo conceitual) é afetado pelo 2º termo do CT (no exemplo, um outro CT). Isso faz com que o significado de POSSE só possa ser definido em relação ao significado de PODER AGIR.

O segundo nível de relação semântica se dá no interior do topos, ou seja, entre o CT antecedente e o CT conseqüente do topos. Assim, o antecedente não é definido atômicamente, mas em relação com o conseqüente; só a partir dessa retroação do conseqüente sobre o antecedente é que o topos adquire validade. É o caso do exemplo (35), no qual o significado do termo "inteligente" (em si mesmo vago) é definido pelo seu conseqüente ("capacidade de resolver problemas específicos").

Enfim, o terceiro nível ocorre na combinação de topoi. O CT antecedente do topos resultante é o resultado de uma relação de CTs dos topoi envolvidos na combinação. Como se vê na regra exibida em (38), sem a retroação do antecedente do 2º topos sobre o antecedente do 1º topos da combinação, esta não pode ser aplicada.

Todavia, penso que os dois últimos níveis sejam redutíveis ao nível lexical (nível 1-correspondente ao Campo Tópico). Por exemplo, se examinamos bem o 1º topos envolvido em (39), "Mais chuva, mais bom estado das plantas", vê-se que aí se encontra o mesmo problema identificado no topos "Mais chuva, mais satisfação do agricultor", resultante da combinação segundo a regra rejeitada por nossos autores. Ora, o 1º topos é inaceitável se considerarmos os predicados "chuva" e "bom estado das plantas" como independentes, já que isso indicaria que uma grande tempestade seria ótima para a saúde das plantas. Ou seja, é preciso analisar o CT antecedente "chuva" como dependente do CT conseqüente "bom estado das plantas". Isso significa que a retroação semântica deve ser capturada já no nível 2 (no interior do topos). Realizando essa retroação no nível 2, torna-se dispensável a aplicação da regra mostrada em (38), que contém a relação no nível 3. A composição dos topoi ficaria assim:

(40) "chuva # bom estado das plantas, bom estado das plantas"
 " bom estado das plantas, satisfação do agricultor"

 "chuva # bom estado das plantas, satisfação do agricultor"

O 1º topoi acima significaria "Quanto mais chuva (enquanto favorável às plantas), melhor para o estado das plantas". O topoi resultante (terceiro topoi) seria formado pelo antecedente do 1º topoi (onde a retroação semântica já fora aplicada) e o conseqüente do 2º topoi. Isso implica que o nível 3 de retroação semântica (que estabelece relação entre CTs de topoi diferentes) pode ser redutível ao nível 2 (relação entre CTs no interior de um topoi).

Por outro lado, a própria retroação semântica de nível 2 parece redutível à de nível 1 (lexical, interior ao CT). Retomemos o exemplo (35) (Ele é inteligente, compreenderá esse problema). A hipótese dos autores é que o conseqüente afeta o sentido do CT "inteligente". Mas essa relação não se daria no interior do CT "inteligente"? Vale dizer, a própria definição do CT "inteligente" compreenderia, no caso, a relação do campo conceptual *inteligência* ao CT *capacidade de resolver problemas*. O que daria a representação:

(41) CT *inteligente*: <INTELIGÊNCIA, <CAPACIDADE DE RESOLVER PROBLEMAS, bem>>

Esse tipo de representação me parece estar mais de acordo com o princípio de que a argumentatividade se encontra representada no léxico. Assim, as diferentes possibilidades argumentativas do termo "inteligente" se explicariam pelos diversos CTs aos quais o Campo Conceitual INTELIGÊNCIA está associado. (No enunciado "Ele é inteligente, saberá fazer o discurso", o campo conceitual INTELIGÊNCIA está associado ao CT "capacidade de expressão").

O artigo que estamos analisando apresenta, a meu ver, ainda algumas dificuldades (imputáveis, talvez, ao caráter exploratório das formulações propostas). Citarei duas, relativas à construção da metalinguagem.

Em primeiro lugar, como definir o vocabulário de elementos mínimos dessa metalinguagem? Os autores afirmam (id:113) que, na base dessa metalinguagem, estão os "termos simples": "valores" e "campos conceituais". A combinação desses termos simples produz os campos tópicos elementares. Portanto, "valores" e "campos conceituais" seriam o vocabulário a partir do qual se constituiria a álgebra dos campos tópicos. Mas como definir esse vocabulário de termos simples? Quanto aos "valores", não há problemas, pois temos apenas dois: *bem* e *mal* (como no cálculo de predicados clássico temos apenas dois valores de verdade: verdadeiro e falso). O problema está na delimitação dos "campos conceituais". Para complicar o problema, os autores afirmam que, como no caso dos fonólogos, que propõem como elementos mínimos componentes simples definíveis em termos não-lingüísticos (os traços distintivos), os elementos mínimos propostos por eles (campos conceituais) também seriam definidos em termos não-lingüísticos (id.:112). Os campos conceituais seriam "aquilo de que fala a língua" (id:113). Ora, como não temos acesso direto àquilo de que fala a língua, mas apenas aos termos da língua, não vejo como poder construir, com limites precisos, esse vocabulário de termos simples. Assim, temos de aceitar que os termos lingüísticos sejam representados nos campos conceituais ora por sinonímia, ora por hiperonímia. (Assim, o termo lingüístico "riqueza" terá no seu CT o Campo Conceitual POSSE, ao passo que o termo "calor" apresentará no seu Campo Conceitual a expressão metalingüística TEMPERATURA (id:105)).

Em qualquer teoria lexical, há sempre esse problema de definir os elementos mínimos componentes do léxico. Todavia, para uma combinatória como a proposta (CTs elementares e não-elementares), é preciso construir algum mecanismo formal para definir esses elementos mínimos da metalinguagem.

Uma segunda dificuldade, relativa à metalinguagem, reside na própria regra combinatória subjacente à composição dos topoi não-elementares. Assim, como vimos no exemplo (32), o termo "rico" é definido, no CT, por uma relação entre POSSE e PODER AGIR; mas qual a garantia de que "rico" se define por essa relação, e não por POSSE e STATUS SOCIAL, ou POSSE e FELICIDADE? Evidentemente, essa relação não é estabelecida no puro nível observacional (onde poderíamos observá-la?), nem obedece a postulados teóricos. Talvez os autores pensem em mecanismos lingüísticos que sirvam para identificar essa relação, como por exemplo o uso do OA *mas*; no entanto, esse OA se aplicaria também às relações que propus:

- (42a) João é rico, mas sem poder.
- (b) João é rico, mas sem status social.
- (c) João é rico, mas infeliz.

Em suma, há diversas maneiras de 'graduar' ou 'relativizar' o sentido do termo *rico*. A escolha metalingüística da relação POSSE E PODER AGIR é profundamente arbitrária. Inclusive, um outro autor importante da Teoria da Argumentação na Língua afirma que "derrière les mots il y a non pas des objets ou des propriétés, mais des topoi" (Anscombre, 1994). Quer dizer, uma palavra possui, e na verdade é definida, por um conjunto de topoi constitutivos, e não apenas por um topos. Assim, a palavra "rico" não é definida apenas pelo topos intrínseco "Mais se possui, mais se pode agir", mas por um conjunto de outros topoi intrínsecos, como "Mais rico, mais status social", "Mais rico, mais feliz", etc.

De fato, o próprio Ducrot (1995:145) passa a considerar que as palavras são definidas como "*paquets de topoi*". Isso mostra como a intuição inicial de que a argumentatividade se encontra no léxico ainda não recebeu uma formalização final (se é que isso é possível em Lingüística). Essa definição de palavras como 'paquets de topoi', além disso, representa uma

radicalização do papel dos topoi, que acabam invadindo um espaço tradicionalmente ocupado pelo 'sentido'.

3.3. um novo conceito de gradualidade e a teoria dos modificadores

O modelo mais recente da Teoria dos Topoi implica uma alteração do conceito de gradualidade. Como vimos, uma das características dos topoi seria a gradualidade, definida como correspondência monótona entre as escalas dos predicados constituintes do topos, e representada como $(+P, +Q)$. Quer dizer, a gradualidade faria parte da própria estrutura do topos. Ducrot e os outros autores da Teoria da Argumentação na Língua propõem agora uma nova definição de gradualidade: ela passa a ser definida como o grau de aplicabilidade dos topoi. A gradualidade não seria apenas uma equivalência entre escalas, mas significaria a variabilidade da força argumentativa de um topos. Assim, um topos T pode ser aplicado com maior força a uma situação A e com menos força a uma situação B (cf. Ducrot, 1995; Anscombe, 1994).

Por outro lado, vimos que um termo lexical é definido por um conjunto de topoi intrínsecos. Assim, por exemplo, "qualifier de "travail" l'activité de quelqu'un, c'est ainsi évoquer des discours du genre "Il va donc être fatigué", ou "Pourtant il ne sera pas fatigué"" (Ducrot, 1995:145). Ora, como os topoi podem ser aplicados com maior ou menor força (por serem graduais), os itens lexicais, definidos como feixe de topoi, seriam, conseqüentemente, graduais. Assim, nem todas as situações A, B, C...X, e que são definidas como "trabalho", recebem com a mesma força os topoi associados a esse termo. Se a definição de uma situação A como "trabalho" recebe uma maior força argumentativa, isso significa que os discursos associados a esse termo (no caso, os topoi) serão aí aplicados com maior força. Se, por outro lado, a situação B é definida por uma menor aplicação dos topoi intrínsecos ao termo "trabalho", pode-se dizer que B é "menos trabalho" que A. O que mostra a gradualidade desse conceito. Ou, como no exemplo de

Anscombe (1994:21), "un sujet parlant admettant a priori l'énoncé générique *Les oiseaux volent*, le fera jouer plus fortement pour un moineau ou un pigeon que pour une autruche ou même un canard domestique" (Note-se que esse autor aproxima o conceito de enunciado genérico do conceito de topos.) Nesse exemplo, se aceitamos o raciocínio, um pombo é "mais pássaro" que um pato doméstico.

É interessante observar que essa definição de Anscombe aproxima-se da Teoria dos Protótipos. Todavia, essa aproximação não me parece de todo proveitosa para a Teoria da Argumentação, já que esta teoria parte do pressuposto de que os fatos argumentativos são de natureza essencialmente lingüística, ao passo que a Teoria dos Protótipos pesquisa a interface entre linguagem e cognição. Aliás, esta é a razão pela qual não abordarei a Teoria dos Protótipos nesta tese; tento analisar a gradualidade e a vagueza do sentido lexical como um fenômeno lingüístico; esta perspectiva é comum tanto à Teoria da Argumentação, quanto à Teoria de Quine (ver Cap. 2), em outros aspectos tão diferentes em suas definições da semântica⁸.

Retornando a Ducrot, ele afirma que a gradualidade dos itens lexicais é interna à sua semântica. Não se trata de uma escalaridade adicionada por características adjungidas ao sentido do termo e que, estas sim, seriam graduais. Assim, segundo ele, pode-se argumentar que um termo como "avançar" não é intrinsecamente gradual, mas apenas o traço semântico "caminho percorrido" (que seria subsidiário ou implicado na semântica de "avançar") seria sujeito à gradualidade. O que daria a seguinte análise para uma frase como "X avançou mais, na viagem, do que Y ": a)"X avançou" b) "Y avançou" c) "O caminho percorrido por X é maior do que o percorrido por Y". Nessa análise, tanto X como Y avançaram igualmente. Ao menos, a semântica desse verbo se aplicaria igualmente a X e a Y; apenas o traço semântico "caminho percorrido" apresentaria variação de X para Y, mas ele não faria parte do sentido básico de "avançar" (id:

⁸Aproveito para citar uma pequena bibliografia recente sobre a Teoria dos Protótipos: 1)Dubois,D.(1993) "Sémantique et Cognition:catégories,prototypes,typicalité".Paris,CNRS 2) Kleiber,G.(1990). "La sémantique du prototype".Paris,PUF 3)Lakoff,G.(1987) "Women,Fire and dangerous things:what categories reveal about the mind". Chicago, University of Chicago Press. 4)Tsohatzidis,S.(ed)(1990) "Meanings and Prototypes". London, Routledge.

147). Isso permite uma representação de a) e b) no cálculo de predicados tradicional, que não admite gradualidade: $Ax \wedge Ay$ (onde A: "avançar").

Para Ducrot, essa análise camufla o fato de que o próprio sentido de "avançar" é gradual, no sentido em que os topoi intrínsecos desse termo podem ser aplicados com maior ou menor força. Mas como justificar essa hipótese de uma gradualidade da aplicação de um predicado? Para encontrar uma motivação lingüística para essa gradualidade, Ducrot propõe a Teoria dos Modificadores. Certos termos (os modificadores) alteram a força argumentativa dos predicados. Isso pode ser identificado pelo uso dos OAs **mas** e **e mesmo**. Se temos "X, **mas** XY", onde X é um predicado e Y um modificador, essa construção implica que Y diminui a força argumentativa de X; em outros termos, os topoi associados a X são aplicados com menor força em função da presença de Y. Por exemplo:

(43) Houve uma melhora, mas lenta.

(Onde: "melhora":predicado(X) e "lenta":modificador(Y))

Em (43), o modificador "lenta" tem como efeito diminuir a força de aplicação dos topoi associados ao termo "melhora". Isso mostraria que esse predicado é sujeito a diferentes graus de aplicabilidade. Em "X, **mas** XY" (correspondente, no caso, a "Houve uma melhora, **mas** (uma melhora) lenta"), Y é denominado "modificador derrealizante". Vejamos agora o seguinte exemplo:

(44) Houve uma melhora, e mesmo rápida.

(Onde: "melhora":predicado(X) e "rápida":modificador(Y))

Temos nesse exemplo uma estrutura do tipo : "X **e mesmo** XY". Essa construção implica que Y aumenta a força argumentativa de X; em outros termos, os topoi intrínsecos de X são

aplicados com maior força em função da presença do modificador Y. Ou seja, em (44) o modificador "rápida" aumenta a força argumentativa do predicado "melhora". Em "X e mesmo Y" (correspondente, no caso, a "Houve uma melhora, e mesmo (uma melhora) rápida", Y é denominado "modificador realizante".

Se um predicado, ao se associar, em certas construções, com modificadores, sofre alterações de força argumentativa, isso parece mostrar, segundo Ducrot, a gradualidade intrínseca desses predicados. Na perspectiva de Ducrot, conceitos como estes de *modificadores realizantes* e *derrealizantes* só são compreensíveis se se estabelece uma diferença entre uma semântica argumentativa e uma semântica lógica. Numa semântica argumentativa (ao menos como postulada na Teoria da Argumentação de Ducrot e colaboradores), o sentido dos termos é definido não em relação aos objetos aos quais eles se referem, mas pelos encadeamentos discursivos que esses termos propiciam.

Cada palavra (e também cada enunciado) evoca uma série de (outros) enunciados que lhe estão associados. "Le sens profond d'un énoncé n'est pas tant de décrire un état de choses que de rendre possible une certaine continuation du discours au détriment d'autres" (Anscombe, 1994:8).

Essa noção de 'encadeamento discursivo' é muito mais ampla do que o conceito tradicional de 'argumentação'. Um encadeamento argumentativo, no sentido estrito, liga apenas dois tipos de segmentos discursivos: argumentos e conclusões. Ducrot, por sua vez, passa a considerar o sentido de uma palavra ou enunciado (sentido que ele continua a denominar 'argumentatividade') como distinto do ato de argumentação. Isso lhe permite, em primeiro lugar, escapar de uma crítica comum à Teoria da Argumentação: a de que nem todo enunciado conduz a uma conclusão determinada.

Ora, na concepção atual de Ducrot, o sentido de uma palavra ou de um enunciado corresponde aos enunciados típicos (topoi intrínsecos) que lhe estão associados. É nesse plano de

ligações discursivas que se define a semântica. Se um certo enunciado conduz a uma conclusão determinada, aí já estamos em outro nível de fenômenos. Vejamos o seguinte diálogo:

- (45) A: Vamos a pé para a universidade.
 B: É longe.
 (in Ducrot, 1990:3)

Ducrot propõe identificar dois níveis de análise para a resposta de B. Num primeiro nível, a "argumentatividade", ou seja, o sentido da palavra 'longe', abrange um topos segundo o qual "a distância cansa", o que significa que esse topos apresenta a distância como desagradável para a caminhada. De modo que "é longe" justifica a conclusão "não vamos a pé". Essa conclusão pode ser derivada do topos intrínseco do termo "longe". Se o locutor vai ou não visar especificamente essa conclusão, aí já estamos num segundo nível de análise. O locutor B pode perfeitamente enunciar "é longe", mas não pretender de forma alguma recusar o convite de A. Nesse caso, a "argumentatividade" de "é longe" continua intacta, mas o 'ato argumentativo' que identificaria o locutor B à conclusão "não vamos a pé" não foi realizado. Essa conclusão está potencialmente contida no sentido de "longe", mas pode não ser assumida pelo locutor. O que nos leva a entender que se todo enunciado possui "argumentatividade", nem todo enunciado conduz a conclusões determinadas assumidas pelo locutor. Ou, nas palavras do autor: "Um énoncé a valeur argumentative dans la mesure où il convoque des topoï - topoï qui peuvent être exploités pour conduire à des conclusions déterminées, donc pour faire des argumentations au sens étroit du terme, mais qui ne constituent, en eux-mêmes, que des potentialités d'argumentations" (Ducrot, 1989b:7).

A semântica argumentativa dispensa, assim, a noção de conjunto de objetos aos quais o sentido de uma palavra (ou predicado) se referiria. No diálogo (45), por exemplo, "longe" não se refere a uma distância x que faria parte do conjunto de distâncias (por exemplo, $x=3$ quilômetros). De fato, se um outro locutor C respondesse "é perto" ao locutor A, o significado mudaria

totalmente (pois que a distância seria vista, agora, como propícia à caminhada), mas o objeto referido (por exemplo, $x=3$ quilômetros) permaneceria o mesmo. Os sentidos, ou "argumentatividades", de 'perto' e 'longe' não são definidos, segundo a Teoria da Argumentação, pelo conjunto de objetos que eles definem (pois podem definir os mesmos objetos), mas pelos topoi que eles colocam em cena.

Trata-se de uma definição de sentido completamente oposta à da semântica lógica (cálculo de predicados). Nesta semântica, não só os predicados são definidos em termos dos conjuntos de objetos aos quais eles se aplicam, mas é possível mesmo derivar os predicados possíveis a partir de um conjunto finito μ de objetos (cf Grize, 1971:40). Assim, dado um conjunto finito $\mu \{x_1, x_2\}$ de dois objetos, podemos calcular o sentido dos predicados simplesmente estabelecendo o valor de verdade desses predicados em relação aos objetos do conjunto μ . Teríamos assim 4 predicados possíveis (de valência um) aplicáveis a esse conjunto:

x_1	x_2		x_1	x_2		x_1	x_2		x_1	x_2
V	V		V	F		V	V		F	F
P1			P2			P3			P4	

O predicado 1 (P1) se aplica tanto a x_1 quanto a x_2 (quer dizer, nessa nossa linguagem $P1\ x_1 \wedge P1\ x_2$ é uma proposição verdadeira), o predicado 2 (P2) se aplica a x_1 , mas não a x_2 ($P2\ x_1 \vee P2\ x_2$ é uma proposição verdadeira, mas $P2\ x_1 \wedge P2\ x_2$ é falsa), etc.

Importa notar que, nessa nossa micro-linguagem, P1 dispõe de sentido da mesma forma que um predicado como "ser brasileiro", pois P1 se define por se aplicar ao conjunto x_1 e x_2 , ao passo que "ser brasileiro", numa linguagem L qualquer, poderia se definir por se aplicar ao conjunto dos indivíduos nascidos no Brasil.

3.4.1. Problemas da Teoria dos Topoi

Terminarei este capítulo examinando dois problemas que, a meu ver, a teoria dos topoi parece apresentar. O primeiro concerne o conceito de delocutividade. O segundo, a própria metalinguagem dos topoi, definidos como graduais.

Como vimos, Ducrot tenta mostrar que o sentido lógico é derivado do sentido argumentativo. Segundo ele, a atribuição de propriedades a objetos, na língua natural, é realizada no contexto de processos argumentativos, na medida em que a atribuição de uma propriedade P a um objeto x deriva da atitude argumentativa em relação ao objeto x. (Lembremos do verso de Molière: “Qui veut noyer son chien l’accuse de la rage”). Mas como justificar, a partir de fatos lingüísticos, essa derivação do sentido argumentativo para o sentido lógico? Ducrot encontra uma maneira de fazê-lo no conceito de *delocutividade*.

Como sabemos, este conceito foi introduzido, na lingüística moderna, por Benveniste. Ducrot tenta ampliar o conceito de delocutividade, para mostrar que a passagem do sentido argumentativo para o sentido lógico é uma forma de derivação delocutiva. Se Ducrot conseguisse demonstrar isto, ligaria a hipótese de que o sentido lógico é derivado do sentido argumentativo, a um processo gramatical importante (a derivação delocutiva), o que obviamente daria força à sua hipótese. Temo, todavia, que, apesar de engenhosa, sua proposta não seja satisfatória.

Ducrot (1989c) define a derivação delocutiva a partir da derivação em geral. Usando a definição saussureana de signo, ele propõe o seguinte esquema para a derivação em geral:

$$\begin{array}{ll} L1 = E1 & L2 = E2 \\ O1 & O2 \end{array}$$

onde L=signo, E=significante e O=significado. L1 seria o termo primitivo, L2 o termo derivado. Ducrot (1989c:35) estabelece as seguintes condições para que haja derivação:

1) Es necesario que haya un parentesco morfológico entre los significantes. Estes pueden ser idénticos, o bien, uno igual al otro con alguna adición, o aun el uno ser transformación del otro 2) Los sujetos hablantes comprenden L2 a partir de L1, o sea que construyen el significado O2 de L2 a partir del significado O1 de L1 y no a la inversa.

Assim, 'casa' e 'casita' podem ocupar os lugares de L1 e L2, visto que 1) os significantes apresentam parentesco morfológico e 2) o significado de 'casita' é derivado do significado de 'casa'.

A derivação delocutiva seria, segundo Ducrot, um caso especial da derivação em geral. A especificidade da derivação delocutiva é que o significado O2 (do termo derivado) deriva da enunciação de L1, e não do significado O1. Assim, o verbo espanhol 'pordiosear' (mendigar) deriva da enunciação da expressão 'por Dios'. No esquema de Ducrot (id: 37):

L1	por Dios	E1	L2	pordiosear	E2
	"por el amor	O1		"mendigar"	O2
	de Dios"				

O significado O2 de 'pordiosear' deriva da enunciação de 'por Dios' em contextos específicos. 'Pordiosear', portanto, seria um verbo delocutivo. Ducrot observa, ademais, que o significado O2 deste verbo não pode derivar do significado O1 ("por el amor de Dios"), pois se assim fora, 'pordiosear' significaria algo como 'agir em nome ou pelo amor de Deus', o que não é o caso. É o próprio ato de dizer 'por Dios' que serve de base para a derivação de 'pordiosear'. A partir disto, resta a Ducrot tentar mostrar que a passagem do sentido argumentativo para o sentido lógico se enquadra no esquema da derivação delocutiva. Vejamos o enunciado abaixo:

(46) João é inteligente

Segundo a teoria dos topoi, o significado de *inteligente*, em (46), é basicamente uma forma de argumentação elogiosa em favor de João. Em outros termos, os discursos que podem ser encadeados a este enunciado estão ligados aos topoi associados à palavra *inteligente*. O discurso sobre *João* é direcionado pelos valores positivos associados a *inteligente*, mas isto não implica, segundo Ducrot, que, no mundo real, exista uma relação entre o indivíduo *João* e a propriedade *inteligente*. Todavia, a utilização do sentido argumentativo de *inteligente* provoca a seguinte consequência semântica: se um falante elogia *João*, chamando-o de *inteligente*, então isso significa que *João* deve possuir a propriedade da *inteligência*. Passa-se, assim, do sentido argumentativo (básico) de *inteligente* para um sentido lógico (derivado) de *inteligente*. Segundo Ducrot, esta passagem é um tipo de derivação delocutiva. Tal fato é representado no seguinte esquema:

L1	inteligente	E1	L2	inteligente	E2
	"sentido argument.:			"sentido lógico:	
	elogio"	O1		propriedade"	O2

Segundo Ducrot, trata-se de uma derivação delocutiva porque o significado O2 deriva da enunciação de L1. Ou seja, quando um falante enuncia L1, supõe-se que o faça conscienciosamente, com justificativas razoáveis para a sua enunciação. Um dos sentidos de uma enunciação é que ela é justificada. No caso de (46), existe melhor maneira de justificar um elogio do que atribuir ao objeto elogiado a propriedade digna do elogio? Segundo Ducrot, é daí que se origina o significado O2 de *inteligente*. "La delocutividad muestra de qué manera integramos o incorporamos a las cosas los discursos argumentativos que hacemos sobre ellas" (id: 48).

O objetivo dessa proposta é mostrar que o sentido lógico é derivado do sentido argumentativo. Mas essa proposta apresenta ao menos dois problemas, que tentarei expor em seguida. Em primeiro lugar, a derivação de inteligente com o significado O1 para inteligente com o significado O2, tem, a meu ver, o caráter de uma implicação lógica. Quer dizer, se L1 é verdadeiro, então L2 também é verdadeiro: $L1 \rightarrow L2$. Isto ocorre porque, se toda enunciação precisa de uma justificativa, quando se utiliza uma expressão com sentido argumentativo O1 numa enunciação, deve-se necessariamente fazer a passagem para uma expressão com sentido lógico O2. Vejamos o enunciado abaixo:

(47) Que cara idiota!

Mesmo num enunciado não-descritivo como (47), a derivação delocutiva deve ocorrer: se L1 (expressão com sentido argumentativo), então L2 (expressão com sentido lógico). Em outros termos, se se critica o *cara* chamando-o de *idiota*, então uma justificativa necessária dessa enunciação é que o *cara* possui a propriedade de *idiota*.

Ora, essa implicação lógica que leva do sentido argumentativo ao sentido lógico não existe absolutamente na derivação delocutiva tal como proposta por Benveniste, a qual serve de base para a análise de Ducrot. A enunciação de 'por Dios', por exemplo, não implica a existência de 'pordiosear'. Este verbo poderia muito bem não existir na língua espanhola. O processo de derivação delocutiva em particular, e o processo de derivação em geral, não são necessários, mas contingentes. É precisamente isto que Benveniste afirma em seu artigo sobre os verbos delocutivos (1966:281):

Il ne faudrait d'ailleurs pas croire que l'emploi de merci! comme locution dût entraîner nécessairement la création d'un dérivé verbal tel que remercier. On pouvait recourir à des expressions distinctes. Telle est par exemple la situation en russe où la formule spasibo! "merci!" n'a pas produit de verbe dérivé et demeure indépendante du verbe blagodarit, 'remercier'.

É difícil, portanto, admitir que a passagem de *inteligente* argumentativo para *inteligente* lógico seja uma derivação delocutiva, como é a criação do verbo 'pordiosear'. Trata-se de dois processos distintos. Se eles fossem iguais, seríamos obrigados a dizer que, assim como L2 (*inteligente* lógico) é uma justificativa da enunciação de L1 (*inteligente* argumentativo), 'pordiosear' seria uma justificativa da enunciação de 'por Dios', o que é absurdo.

Um segundo problema da proposta de Ducrot é que, mesmo depois da derivação delocutiva, o significado argumentativo continua a ser o sentido fundamental da expressão. Em (46), o significado lingüístico fundamental (segundo a teoria dos topoi) é a argumentação possível que se pode fazer a partir de L1 (*inteligente* argumentativo). O significado lógico de L2 é semanticamente secundário e derivado do significado de L1.

O problema é que, na derivação delocutiva, o significado importante repousa na própria expressão derivada, e não na expressão primitiva (a locução). O próprio Ducrot fornece um exemplo interessante que serve para mostrar isso. O substantivo francês 'matuvu' deriva, delocutivamente, da enunciação da pergunta 'm'as-tu vu?'. A enunciação reiterada desta pergunta era associada a pessoas excessivamente preocupadas com a sua própria imagem (segundo Anscombe, especialmente os atores, quando indagavam se tinham sido vistos nas representações teatrais). Em consequência, 'matuvu' passou a significar 'pessoa vaidosa', num típico processo de derivação delocutiva. Esse substantivo delocutivo perdeu sua relação semântica com a pergunta que lhe serviu de origem. Seria uma incongruência afirmar que L1 'm'as-tu-vu?' (tu me viste?) é o sentido fundamental de quem diz L2 'matuvu' (pessoa vaidosa). Imaginemos o seguinte diálogo:

- (48) A: J'avoue que je suis un matuvu.
 B: Mais je ne t'ai pas vu!

Ou o falante B está ironizando a confissão de A, ou ele é um perfeito idiota. A estranheza dessa réplica (ou sua ironia) é explicável pelo fato de que o sentido de 'matuvu' independe da

enunciação da pergunta que lhe deu origem, e a seqüência do discurso deve ser feita a partir do significado derivado, e não do significado primitivo. Por outro lado, segundo Ducrot, a seqüência do discurso a partir de (46) (*João é inteligente*) deve ser feita a partir do significado primitivo (argumentativo) e não do significado derivado (lógico). Essa diferença mostra mais uma vez que a derivação delocutiva proposta por Benveniste e a derivação do argumentativo para o lógico, proposta por Ducrot, não podem ser considerados processos equivalentes.

Pelo exposto, creio que a hipótese de que o sentido argumentativo é mais fundamental que o lógico ainda espera uma demonstração. Parece que, no seu conceito de delocutividade, Ducrot supôs uma equivalência entre significado primitivo e significado 'fundamental', mas essa idéia esbarra nas dificuldades apontadas: a derivação delocutiva não equivale a uma implicação, e o significado primitivo nem sempre é relevante ou recuperável no significado derivado.

3.4.2. A metalinguagem dos topoi como graduais

Os topoi são construções metalingüísticas, e como tal não se deve esperar que eles correspondam diretamente a enunciados lingüísticos. Todavia, um problema geral das teorias lingüísticas é que elas utilizam, normalmente, na sua metalinguagem, os próprios termos da língua-objeto. Em função disso, é preciso que uma teoria explicita o significado de cada palavra que entra nas expressões metalingüísticas. Se não for assim, não há o menor controle sobre o que as palavras da língua-objeto significam quando utilizadas na metalinguagem.

Os topoi são definidos como graduais, na medida em que podem ser aplicados com menor ou maior força argumentativa. A gradualidade dos topoi, por conseguinte, é intrínseca à sua própria estrutura. Em outros termos, a definição metalingüística de um topos inclui a condição de gradualidade. Essa gradualidade não dependeria, em princípio, das palavras da língua-objeto, que entram na composição do topos. Todavia, pretendo demonstrar que, ao contrário, a expressão da gradualidade de um topos parece depender, de fato, do tipo de palavra (item lexical) que compõe o topos. Se minha análise estiver correta, a metalinguagem dos topoi não controla o sentido de todas as palavras que entram na composição dos topoi e que, em última instância, definem a

gradualidade dos topoi. Em resumo, a metalinguagem dos topoi seria insatisfatória na expressão de sua gradualidade.

O problema da representação metalingüística dos topoi faz parte das preocupações de Ducrot. Em *Polifonia y Argumentación* (1989c), ele ressalta que a gradualidade do topos pode não vir expressa diretamente no enunciado da língua-objeto. Por exemplo, suponhamos que um detetive faça o seguinte raciocínio:

(49) B no puede ser el culpable puesto que en el momento del crime estaba en el centro de la ciudad (op.cit.:117)

Alguém poderia argüir que este enunciado não se baseia em um topos gradual, mas sim em um princípio não-gradual como ‘quando alguém está ausente de um lugar não pode agir nele’. A essa objeção, Ducrot responde que o topos, como entidade metalingüística, não corresponde diretamente aos enunciados lingüísticos: no caso, a não-gradualidade do predicado ‘estar (ou não) em um lugar’ não implica a não-gradualidade do topos subjacente a (49). Mas que topos representaria, na metalinguagem, essa gradualidade? Ducrot nos propõe o seguinte:

(50) “Cuanto más lejos estamos de um lugar, menos podemos actuar allí” (id:118)

Segundo Ducrot, é o topos expresso em (50) que possibilita a argumentação contida em (49). Ora, penso ser evidente que a gradualidade de (50) é dada pelo predicado ‘lejos’ (distante), ao passo que a não-gradualidade de ‘quando alguém está ausente de um lugar’ é dada pelo predicado ‘estar (ou não estar) em um lugar’. Ou seja, a gradualidade de um topos é dada pelo(s) predicado(s) que o compõe(m). Mas a metalinguagem da Teoria dos Topoi não explicita quais predicados são graduais e quais predicados são não-graduais. Nós devemos assumir que ‘distante’ é gradual e ‘estar em um lugar’ não o é (ou o é de uma maneira marginal), em função da própria utilização das palavras da língua-objeto. Em resumo, a Teoria dos Topoi peca por não explicitar e formalizar a gradualidade dos topoi num nível independente dos valores semânticos das palavras da língua-objeto. Vejamos um outro exemplo relativo a esta questão:

(51)Essa empresa é municipal. É melhor a gente desistir.

Podemos perfeitamente conceber um topos que ligue o argumento “Essa empresa é municipal” e a conclusão “é melhor desistir”, mas é difícil conceber esse topos como gradual, em função do predicado ‘municipal’, o qual, em sua utilização corriqueira, não é gradual. Segundo a Teoria dos Topoi, ao contrário, o topos deveria ser gradual, e como tal teria uma forma mais ou menos como:

(52)??Quanto mais uma empresa é municipal, mais ela é ineficiente.

Esse topos parece francamente inaceitável, na medida em que, na língua comum, teríamos dificuldade em conceber uma escala de ‘municipalidade’ (talvez num sentido jurídico essa escala tenha sentido). Pode-se, como sempre, dizer que ‘municipal’ é interpretado num sentido metafórico no topos em (52), mas esse não parece ser o caso na frase (51).

O problema é que, em função do predicado ‘municipal’, esse topos não recebe uma interpretação gradual, mas uma interpretação em termos de conjunto. Algo como: ‘cada vez que uma empresa pertence ao conjunto das empresas municipais, ela é ineficiente’. Daí a não pertinência da estrutura ‘quanto mais ..., mais...’. O topos que sustenta a frase (51) deveria ter uma forma não-gradual como: ‘Toda empresa municipal é ineficiente’.

Mais uma vez, vê-se que a gradualidade do topos (enquanto entidade metalingüística) está diretamente ligada à semântica das palavras envolvidas nos argumentos. Se ‘municipal’ é não-gradual, então o topos deve ser não-gradual. Mas esta não-gradualidade seria incompatível com a própria definição de força argumentativa dos topoi. Os topoi podem ser aplicados com maior ou menor força nos diferentes contextos, produzindo encadeamentos argumentativos distribuídos numa escala de força argumentativa. É esta gradualidade de força argumentativa, aliás, que distingue a argumentação da demonstração lógica. Assim, por exemplo, se queremos argumentar sobre a importância de um determinado evento, nós citaremos as pessoas que se farão presentes,

mas esta citação de pessoas será ordenada segundo uma determinada escala argumentativa, por exemplo, o status social delas.

(53) A recepção será importante: os professores e até mesmo o diretor do instituto estarão lá.

Neste exemplo, é evidente que a presença do 'diretor do instituto' é um argumento mais forte que a presença dos 'professores'. Aliás, a existência do OA 'até mesmo' na língua só faz sentido, segundo a Teoria da Argumentação, se a noção de força argumentativa é admitida. Na verdade, toda uma massa de fenômenos estudados por essa teoria depende dessa noção de força argumentativa. Além disso, como já disse, é essa noção que permite distinguir claramente a argumentação da demonstração. Não faz sentido dizer que uma demonstração x é mais forte que uma demonstração y. Se x é válida como demonstração, ela deve ser válida em todos os contextos de aplicação.

Por todas essas razões, a Teoria da Argumentação tem de pressupor que os topoi devem ser graduais. Assim, um topos como "Toda empresa municipal é ineficiente" é inaceitável nessa teoria. Como resolver o problema, já que o topos gradual (52) é também inaceitável? Uma solução possível (sugerida por Ducrot em comunicação pessoal) seria estipular a seguinte regra: "Quando um predicado antecedente (ligado ao argumento) é gradual, utiliza-se este próprio predicado na expressão do topos; quando o predicado antecedente (ligado ao argumento) não é gradual, utiliza-se uma gradação sobre propriedades mais gerais ligadas a este predicado".

Os dois exemplos que apresentei ('estar em um lugar' e 'municipal') são de predicados antecedentes que não são graduais (ou, ao menos, são razoavelmente precisos em vários contextos), e deste modo os respectivos topoi devem ser construídos a partir de 'propriedades mais gerais'. Assim, no exemplo (49) vimos que o predicado 'estar em um lugar' não é gradual, mas o topos envolvido pode ser construído a partir do advérbio 'distante' (que seria a 'propriedade mais geral'), como se vê em (50). Já o exemplo (51) teria como topos subjacente algo como:

(54) Quanto mais uma empresa é ligada ao governo municipal, mais ela é ineficiente.

Não entrarei no mérito da solução proposta, mas o fato é que ela pressupõe uma definição de predicados graduais e predicados não-graduais. Mas essa definição não é fornecida na metalinguagem da teoria. Com isso, voltamos ao problema original: como determinar o sentido gradual das palavras que podem entrar na constituição dos topoi (palavras como *alto*, *gordo*, *distante*, *ligado a*, etc), em oposição ao sentido não-gradual das palavras que não podem entrar na constituição dos topoi (palavras como *estar em um lugar*, *municipal*, *marido*, etc)⁹? Se deixamos esta classificação para o léxico da língua-objeto, perdurará a confusão de níveis entre os termos da língua-objeto e a metalinguagem dos topoi. Além do mais, o sentido lexical 'natural' permite, com segurança, estabelecer a diferenciação de termos graduais e não-graduais? A Teoria dos Topoi dependeria, em última instância, das intuições dos falantes sobre a distinção entre predicados graduais e predicados não-graduais (ou, alternativamente, entre predicados fortemente graduais e predicados marginalmente graduais).

A única solução plausível para estas dificuldades seria enfrentar a questão da definição da gradualidade das palavras. Sem esta definição da gradualidade ao nível das palavras, a definição da gradualidade dos topoi fica prejudicada. A reflexão em curso na Teoria da Argumentação parece caminhar nessa direção de tentar definir mais precisamente em que consiste uma palavra gradual. A formalização de uma teoria da vagueza é portanto essencial para essa teoria (aceitando-se a hipótese de que gradual e vago apresentam correlações teóricas).

⁹ No Cap. 4, argumento que a oposição, de fato, não se dá entre predicados graduais e predicados não-graduais, mas sim entre polaridades de vagueza (ou gradualidade) dos predicados. As polaridades de vagueza apresentadas pelos predicados são representados na metalinguagem a ser proposta por meio de operadores semânticos e condições de aplicação desses operadores. Creio, assim, que a vagueza, no modelo a ser proposto, está claramente definida na metalinguagem, ao contrário do que ocorre na Teoria dos Topoi.

3.4.3. Uma tentativa de definição da gradualidade das palavras.

A definição de gradualidade, na Teoria da Argumentação, ainda está sendo elaborada por Ducrot e colaboradores, e como tal dispõe-se apenas de um esboço dos problemas que ela apresenta. A questão mais interessante, a meu ver, é o modo como a teoria vai estabelecer critérios classificatórios para determinar a gradualidade de um predicado (palavras de conteúdo lexical).

No artigo *Les Modificateurs Déréalisants*, Ducrot ressalta que a noção de MR (modificador realizante), que tem a função de aumentar a aplicabilidade de um predicado, não pode ser reduzida à utilização do termo 'mais'. Ou seja, há casos em que uma palavra não aceita uma comparação com 'mais' e ainda assim a noção de MR é relevante. A noção metalingüística MR não se confunde com a "traduction linguistique possible au moyen de comparatifs" (Ducrot, 1995: 146).

Um exemplo da abrangência que Ducrot empresta à noção de gradualidade de um predicado, é a análise que ele propõe para os verbos de *evento*. Em princípio, verbos como *partir*, *chegar*, *nascer*, *morrer*, não seriam graduais, já que não admitem o processo de comparação, como em (55) abaixo:

(55)??João partiu mais que Maria, para o Brasil .

Todavia, Ducrot rejeita a idéia de que a noção de gradualidade se reduza à utilização do termo 'mais', como vimos. Esta noção metalingüística abrangeria outros usos. Assim, os verbos de evento, em francês e em português, por exemplo, podem ter, segundo a teoria, sua aplicação reforçada ou enfraquecida pela quantidade de tempo decorrido antes do evento. Segundo Ducrot, um evento que demora para acontecer é MENOS evento que um evento que ocorre logo. "L'événement, qui existe d'autant MOINS, du point de vue de sa situation temporelle, qu'il vient plus tard, qu'il s'est plus longtemps 'fait attendre', qu'il se situe 'derrière' plus de choses" (id: 164).

Não discutirei essa análise; gostaria apenas de frisar que a gradualidade é captada, nos verbos de evento, de maneira indireta, sem o recurso à comparação com *mais*. Quer dizer, os advérbios 'cedo' e 'tarde' passam a ser MR e MD dos verbos de evento. Mesmo que aceitemos que 'cedo' e 'tarde' indiquem a gradualidade dos verbos de evento, para que pudéssemos ter uma definição da gradualidade das palavras, seria preciso que se elencassem todos os critérios pelos quais a noção metalingüística de gradualidade está representada na gramática. É nessa passagem da noção metalingüística para os fatos gramaticais que se encontra a grande dificuldade da definição de gradualidade na Teoria da Argumentação. Ducrot chega mesmo a afirmar (nos seus seminários de 1994-1995) que não existem testes lingüísticos para a averiguação do conjunto das palavras graduais de uma língua. Infelizmente, em lingüística é impossível se ter uma definição, sem os critérios lingüísticos que permitem isolar, na massa de dados, os fenômenos que entram nessa definição.

Assim, defrontamo-nos com o problema de saber se uma palavra como *marido* é ou não gradual (ou, ao menos, se ela é mais ou menos gradual que um adjetivo como 'alto'). Teoricamente, deveria ser tão gradual quanto o adjetivo *alto*, já que está ligada a topoi que se aplicam com menor ou maior força. Na verdade, no nível metalingüístico **todas** as palavras de conteúdo lexical são igualmente graduais ou vagas, na teoria dos topoi. Mas como averiguar, lingüisticamente, se *marido* é ou não gradual? Esta palavra não aceita a comparação, nem os modificadores de grau, nem os modificadores realizantes e derrealizantes propostos por Ducrot. Por que então deveríamos considerá-la como gradual ou vaga? Se aceitássemos que ela é vaga a priori, em função das hipóteses teóricas, teríamos de afirmar que existem palavras graduais que apresentam traços lingüísticos dessa gradualidade e palavras graduais que não apresentam tais traços. Mas com isso se perderia a possibilidade de agrupar as palavras no conjunto das palavras graduais, com características comuns (por mais abrangentes que fossem essas características). Aliás, como formar um conjunto sem estipular as propriedades comuns a seus elementos?

3.5. Conclusão

Talvez pelo caráter exploratório de certos conceitos da Teoria dos Topoi, a definição de gradualidade dos predicados não receba ainda, nessa teoria, uma representação formal precisa e bem delimitada. Isso não retira o mérito das pesquisas empreendidas, ao incorporarem no seio da teoria a questão da gradualidade, chegando inclusive a conceitos importantes, como o de retroação semântica, muito útil, a meu ver, para a compreensão do processo de redução de vagueza nos processos argumentativos.

Todavia, pelas críticas desenvolvidas ao longo deste capítulo, creio haver mostrado que uma definição de gradualidade (ou vagueza) em termos puramente argumentativos não parece satisfatória, assim como espero haver exposto, nos capítulos anteriores, os dilemas de uma definição de vagueza em termos de condições de verdade. No próximo capítulo, pretendo esboçar uma definição de vagueza alternativa aos modelos analisados.

4. Aplicação do conceito de vagueza

4.0. Introdução

Neste capítulo, analisarei a aplicação do conceito de vagueza à descrição semântica das estruturas gramaticais que correspondem a ‘modificadores de vagueza’. Tentarei mostrar que os pressupostos teóricos que conformam o conceito de vagueza nas diferentes teorias, definem os parâmetros de descrição semântica das estruturas em questão.

Como exemplo dessa aplicação do conceito de vagueza aos ‘modificadores de vagueza’, será analisado basicamente o caso da estrutura comparativa. Veremos que tipo de descrição semântica é proposto para a comparação por três diferentes teorias: a teoria de Quine, a teoria de *supervaluation* e a teoria dos topoi.

Cada uma dessas teorias, de acordo com os diferentes conceitos de vagueza que elas delimitam, fornece um quadro teórico específico para a descrição da comparação: assim, em Quine, a comparação será descrita como um mecanismo gramatical que possibilita a reinstauração da bivalência no próprio quadro da língua natural; trata-se, por conseguinte, de uma ‘regulação’ de sentenças vagas com os recursos da própria linguagem. Na teoria de *supervaluation*, por sua vez, a análise da comparação está baseada na semântica de modificadores de predicado que realizam uma nova partição do universo do discurso referido pelo predicado vago ao qual o modificador se aplica; nessa nova partição, o intervalo extensional, típico dos predicados vagos, é eliminado. Em resumo, a função da comparação é a de produzir predicados não-vagos.

Pode-se identificar uma semelhança e uma diferença nas abordagens da comparação realizadas por Quine e pela *supervaluation*. A semelhança é que, em ambas as teorias, a comparação envolve predicados não-vagos. A diferença é que, em Quine, essa eliminação da vagueza se dá no próprio quadro da língua natural, ao passo que na *supervaluation* os

modificadores de predicado são entidades definidas no âmbito da metalinguagem. Essas descrições da comparação são coerentes com as respectivas posições teóricas: segundo Quine, a linguagem lógica deve considerar apenas a bivalência reinstaurada pela comparação, e não a vagueza anterior à reinstauração. Já na *supervaluation*, a vagueza é representada na metalinguagem, a qual deve possuir elementos cuja função é exatamente a reinstauração da bivalência.

Veremos também a descrição da comparação proporcionada pela teoria dos topoi. Nesta teoria, a comparação tem por função estabelecer uma ordenação argumentativa dos termos comparados. Assim, na sentença “Pedro é mais inteligente do que João”, a seqüência argumentativa se dá a partir da inteligência de ‘Pedro’. Na comparação, por conseguinte, a gradualidade dos predicados se reduz, aparentemente, à sua força argumentativa.

Após expor essas três diferentes tentativas de descrição semântica da comparação, tento mostrar os aspectos dessas descrições que me parecem insatisfatórios. A crítica às análises da teoria de Quine e da *supervaluation* consiste basicamente na idéia de que a comparação não reinstaura a bivalência. Em outras palavras, argumento que a comparação (assim como outros mecanismos de redução de vagueza, como os intensificadores e os hedges) não eliminam a vagueza, mas apenas a reduzem. A crítica à análise da teoria dos topoi consiste em mostrar que a hipótese de que a comparação é puramente argumentativa não possibilita a sistematização de fatos semânticos perceptíveis no próprio esquema da teoria dos topoi, como o paralelismo entre estruturas como “Pedro é inteligente, e até mesmo muito inteligente” e “Pedro é inteligente, e até mesmo mais inteligente que João”. Argumentarei que esse paralelismo é explicado pela hipótese de que intensificadores (como ‘muito’) e a comparação são mecanismos que têm por função reduzir a vagueza, embora não eliminá-la.

Esboçarei um modelo alternativo de aplicação do conceito de vagueza à comparação (e a outros mecanismos de redução de vagueza). Este modelo propõe duas marcações de grau de

vagueza (+vago, -vago) (seção 4.3). Com essas marcações, podemos representar as operações que os 'modificadores de vagueza' realizam sobre os predicados. Este modelo exige um contexto teórico no qual possa ganhar validade. Tal contexto é fornecido pelo conceito de *complementação do sentido* (operação semântica que objetiva, através dos mecanismos de redução de vagueza, tornar mais preciso o sentido de um predicado) (seção 4.5.1). A partir desse conceito, os predicados vagos passam a ser definidos como aqueles susceptíveis de *complementação de sentido*.

4.1. A comparação na teoria de Quine

A comparação é um mecanismo de resolução de vagueza, na teoria de Quine. O valor dessa asserção só pode ser bem avaliado se o conceito de vagueza é inserido no sistema de idéias desse autor. É isso que tentarei fazer agora, remetendo, sempre que necessário, ao 2º Cap. desta tese.

Como vimos na seção 2.1., segundo Quine, a criança aprende uma língua natural a partir dos comportamentos verbais e não-verbais da sociedade em que vive. A criança, em consequência, aprende a partir de indícios comportamentais. A intermediação social da aprendizagem da linguagem faz com que o uso dos elementos lingüísticos não seja claramente explicitado para cada indivíduo.

Poder-se-ia pensar, por outro lado, que a exposição direta aos estímulos, característica das 'sentenças de observação', propiciaria aos aprendizes uma determinação clara e precisa do uso dos elementos lingüísticos. Todavia, mesmo o conteúdo empírico das coisas comuns não é idêntico para todos os indivíduos (cf. seção 2.2.). Na medida em que os estímulos ligados às sentenças de observação são eles próprios permeados pelos comportamentos sociais, o conteúdo desses estímulos apresentará uma margem de indeterminação. A definição estimulatória de um termo está, assim, sujeita à vagueza: "Vagueness is of the essence of the first phase of word

learning. Stimulations eliciting a verbal response, say « red », are best depicted as forming not a neatly bounded class but a distribution about a central *norm*” (Quine,1960:85). Os diferentes estímulos ligados à palavra ‘red’ (vermelho) não são uniformes, mas distribuem-se no ‘*space quality*’ (‘qualidade do espaço’ dos estímulos) de um indivíduo segundo diferentes qualidades sensoriais, como brilho, forma visual e matiz. Essa gradação de estímulos, aprendidos socialmente, faz com que o falante, em certos contextos, esteja mais seguro de que se trata de ‘red’, do que em outros contextos, nos quais ele pode estar menos seguro. É característica, assim, das próprias condições estimulatórias, que a definição de um termo apresente vagueza.

Isso implica que, na teoria de Quine, a vagueza é inerente ao sistema de aprendizagem social da língua. Todavia, segundo Quine, a língua se caracteriza também por ser uma teoria, definida como ‘*interanimation of sentences*’ (cf seção 2.4.2.). Ora, a simplicidade da teoria demanda a aceitação da bivalência, e a exclusão da vagueza. Por conseguinte, temos um conflito entre, de um lado, a exigência teórica da bivalência (uma proposição deve ser verdadeira ou falsa), e de outro, a vagueza inerente aos termos aprendidos observacionalmente.

Esta tensão é característica, segundo Quine, das teorias científicas. De um lado, há a busca de simplicidade da teoria, e de outro há a busca da simplicidade dos observáveis. Essas buscas muitas vezes são contraditórias, porque um ganho de simplicidade na teoria é feito com a utilização de termos que só indiretamente se relacionam com a observação. Por outro lado, um respeito maior às evidências observacionais acarreta complicações na teoria (cf. Quine,1981:31).

Nas línguas naturais, a opção pela bivalência corresponderia a uma simplificação da teoria, e a opção pela vagueza corresponderia a uma simplificação da observação. Na medida em que a língua é definida como um sistema de frases, das quais somente algumas se relacionam à experiência, a opção pela bivalência ou pela vagueza determina quais frases são incorporadas pela teoria e quais frases são relegadas como indecidíveis pela teoria. A simplificação da teoria, através

da bivalência, significa relegar à condição de frase indecidível (não incorporada pela teoria) um conjunto de sentenças que uma teoria mais sensível à observação tentaria incorporar.

Quine opta pela bivalência, e isto implica um custo alto, na medida em que o sistema de frases (a teoria) tocara em menos pontos, ou tocara mais indiretamente, o campo da experiência. Uma série de frases passam, então, a ser indecidíveis, por não serem sujeitas ao postulado da bivalência.

Quine, em seu artigo *What price bivalence?* (1981:31-7), explora dois tipos de casos indecidíveis numa teoria que assuma a bivalência. O primeiro tipo é postulado como uma questão de fato: nesse caso, é impossível determinar se um determinado tipo de frase é verdadeiro ou falso, mas assume-se que tal frase deva ser ou verdadeira ou falsa, por uma questão de fato. Por exemplo « we declare that it is either true or false that there was an odd number of blades of grass in Harvard Yard at the dawn of Commencement Day, 1903 » (id:32). Trata-se de um fato inescrutável, mas objetivo, segundo a teoria. Uma teoria da bivalência deixaria esta sentença indecidível, mas de todo modo afirma ferrenhamente que, embora não se possa decidir entre um ou outro valor de verdade, esta sentença sobre o número de '*blades of grass*' (folhas de relva) é verdadeira ou falsa. É evidente que uma teoria que não impusesse a bivalência não teria necessidade de afirmar que tal sentença é verdadeira ou falsa; a sentença poderia ser indefinida quanto ao seu valor de verdade, não sendo nem verdadeira, nem falsa.

O segundo tipo de casos indecidíveis nos interessa mais diretamente, pois está ligado aos predicados vagos. Quine parte do conhecido paradoxo de 'sorites':

If removal of a single grain from a heap always leaves a heap, then, by mathematical induction, removal of all the grains leaves a heap. Russell's latter-day version is no less familiar: if the loss of a hair renders no man bald, then neither does the loss of any number of them (id:32).

Este segundo tipo de caso indecidível está ligado aos termos vagos: a partir da falta de qual quantidade de cabelos uma pessoa passa a ser calva ? Um outro exemplo citado por Quine (cf. seção 1.2.) é o substantivo 'montanha'. A sentença 'Este topo secundário pertence àquela montanha' seria indecidível devido à vagueza da definição de montanha com relação à área da base (não há uma definição precisa da área da base de uma montanha). Assim, a frase acima fica indecidível por não se saber se o 'topo secundário' pertence à área da montanha em questão, ou se já pertence a uma outra montanha. Não dispomos de uma definição precisa de 'montanha' que nos permita dizer se esta frase é verdadeira ou falsa, embora o postulado da bivalência implique que ela deva ser ou verdadeira ou falsa.

Observe-se que neste segundo tipo de caso indecidível ('monte' (*heap*), 'calvo', 'montanha', etc), não se trata de uma questão de fato, como era o caso do número de '*blades of grass*' (folhas de relva). No segundo tipo, não temos fatos inescrutáveis; os fatos são conhecidos (os interlocutores podem estar vendo o 'topo secundário'), mas faltam especificações lingüísticas para se decidir sobre o valor de verdade. A vagueza é um fenômeno eminentemente lingüístico.

A existência desses termos vagos parece indicar uma contradição entre a língua natural e o postulado lógico da bivalência. Para manter a coerência, e reduzir o número de casos indecidíveis, é preciso introduzir alterações na língua natural, permitindo que as definições dos termos vagos sejam refinadas e possam ser sujeitas à bivalência. A teoria lógica produziria uma regulação inexistente em língua natural.

Quine argüi que essas alterações não são drásticas, por duas razões. Em primeiro lugar, em função da marginalidade das sentenças cuja delimitação do valor de verdade é afetada pela presença de termos vagos. Por exemplo, a frase sobre o 'topo secundário' de uma montanha seria muito específica e marginal no discurso sobre as montanhas, assim como uma frase sobre a população de uma montanha teria um caráter extremamente específico (Quine, 1960:128).

Somente nestes casos marginais se faria necessária a introdução de uma 'estipulação arbitrária' sobre o sentido dos termos vagos. Por exemplo, por razões técnicas pode se propor a seguinte definição de montanha, inexistente em língua natural e que poderia ser introduzida na representação lógica: « The boundary of a mountain is the outermost contour line that lies wholly within ten degrees of steepness from the summit and partly within twenty »(Quine:1981:33).

Uma segunda razão aduzida é a de que vários termos vagos são incorporados em linguagem científica (com o postulado da bivalência) *como se* os seus limites fossem bem definidos. Isto restringe as estipulações arbitrárias aos casos onde a necessidade se faz premente (em matemática, por exemplo, para resolver o paradoxo de sorites).

Mas além de substantivos vagos como 'heap'(monte) e 'montanha', temos também uma série de adjetivos vagos, como 'grande', 'pesado' e 'calvo'. Nos casos desses adjetivos, não se pode dizer que a vagueza dos termos influa só marginalmente na delimitação do valor de verdade das sentenças. Para que se possa calcular o valor de verdade, no esquema da bivalência, de uma frase muito corriqueira como 'João é calvo', é preciso que a definição de 'calvo' seja não-vaga. É aqui que entra o papel da comparação, de acordo com Quine. A comparação seria um mecanismo que permite a substituição de um termo absoluto vago ('calvo'('bald')) por um termo relativo não-vago ('mais calvo que' ('*balder than*'))(id:33).

O uso da comparação (numa certa família de línguas) é freqüente e normal. Logo, a própria língua natural dispõe de um mecanismo que propicia a aplicação da bivalência, quando a eliminação da vagueza se faz necessária. (Quando por exemplo não se determina se 'João é calvo' é verdadeiro ou falso, pode-se enunciar 'João é mais calvo que Pedro', o que reintroduz a bivalência, e a frase deixa de ser indecidível). A comparação, ao eliminar a vagueza dos termos absolutos, serve para reduzir o número de frases indecidíveis, diminuindo a sobrecarga imposta pelo postulado da bivalência.

Em suma, Quine admite que o postulado da bivalência tem o preço de deixar várias frases indecidíveis, mas este preço diminui pelo fato de que, nos substantivos, a vagueza afeta marginalmente o valor de verdade das sentenças, e, nos adjetivos, a língua natural dispõe do mecanismo da comparação para eliminar a vagueza.

Essa abordagem da comparação tem um aspecto muito interessante, não explicitado por Quine. Como vimos, a resolução da vagueza de um substantivo como 'montanha' só é relevante em sentenças utilizadas em contextos muito específicos. Portanto, alterações das definições de língua natural, através das 'estipulações arbitrárias', são relativamente escassas no que concerne os substantivos. Já no caso dos adjetivos, a resolução de vagueza é muitas vezes exigida, como mostra a ocorrência das comparações. Há, por conseguinte, uma segmentação entre o funcionamento dos substantivos e o dos adjetivos; os substantivos são sentidos como marginalmente vagos pelos falantes, ao passo que os adjetivos são sentidos como fortemente vagos. Esta diferença faz com que a resolução de vagueza dos substantivos seja relativamente rara (segundo Quine), exigindo uma alteração da língua natural (como no conceito de 'montanha' proposto acima), ao passo que a resolução da vagueza dos adjetivos é tão normal que dispõe mesmo de um mecanismo lingüístico para tal, não exigindo um afastamento da língua natural.

Esta diferença (substantivos têm um grau de vagueza menor, adjetivos têm um grau de vagueza maior) não é considerada por Quine. Todavia, ele próprio fornece uma possível pista para a proposição dessa diferença:

Opportunistic departure from ordinary language in a narrow sense is part of ordinary linguistic behaviour. Some departures, if the need that prompts them persists, may be adhered to, thus becoming ordinary language in the narrow sense; and herein lies one factor in the evolution of language. Others are reserved for use as needed (Quine, 1960:158).

Poderíamos dizer que a ‘necessidade’ de eliminar a vagueza dos adjetivos é tão persistente que deu origem à comparação, integrada à ‘*ordinary language*’. Já a resolução da vagueza dos substantivos, bem menos comum (segundo Quine), exige um ‘*opportunistic departure*’ da língua natural apenas em casos específicos. Como então não aceitar que substantivos e adjetivos apresentam graus diferentes de vagueza, se a demanda por resolução de vagueza é tão diferente nos dois casos?

Resumindo a análise quineana, a comparação equivale à recuperação da condição de bivalência nos adjetivos vagos, e isso é importante para mostrar que o preço do postulado de bivalência não é tão alto (nem tantas frases assim cairiam no rol das frases indecidíveis). Todavia, se nos recusamos a tentar encaixar os fatos lingüísticos no esquema da bivalência, veremos que um adjetivo comparado não deixa de ser vago. Para que isso ocorresse, no cálculo lógico, o predicado envolvido na comparação deveria ser verdadeiro ou falso de todo objeto que ele pudesse tomar como argumento. Assim, a partir da sentença ‘João é mais alto que Pedro’, deveríamos determinar o sentido preciso de ‘alto’ para o falante desta frase, de tal modo que não houvesse casos duvidosos de aplicação desse predicado. Mas podemos legitimamente dar esse passo? Tentarei sustentar que não. Creio que há aí uma sobreposição não-justificada entre a atribuição do valor de verdade a uma proposição relacional, do tipo ‘x é mais (ou menos) P que y’ e a atribuição do valor de verdade a uma proposição de um só argumento, do tipo ‘x é P’. Ora, a sentença comparativa, como uma sentença relacional do tipo ‘x é mais (ou menos) P que y’, efetivamente é não-vaga, devendo ser verdadeira ou falsa (ao menos no caso de predicados como ‘alto’ e ‘verde’¹). Mas não creio que se possa deduzir disso que a proposição de um só argumento ‘x é P’ seja não-vaga. Essa dedução parece estar implícita no argumento de que a comparação é um mecanismo gramatical que elimina a vagueza dos predicados.

¹ Uma comparação pode ser vaga no caso de predicados como ‘inteligente’ e ‘cristão’(cf. Kamp:1975). Assim, por exemplo, pode-se dizer, sem contradição, a sentença: ‘João é ao mesmo tempo mais inteligente e menos inteligente que José’.

Há pelo menos três razões que contradizem essa dedução: 1) A sentença 'João é mais alto que Pedro, mas de fato ele não é alto' é perfeitamente significativa e não contém uma contradição. Ora, se aceitamos a leitura lógica de que a comparação elimina a vagueza do predicado comparado, teríamos aí uma contradição lógica, pois se 'João é mais alto que Pedro' é verdadeira, então 'João é alto' (onde 'alto' seria não-vago em função da comparação) deveria ser verdadeira, ao passo que na segunda proposição ('ele não é alto'), 'João é alto' é falsa. A contradição lógica não é aí semanticamente relevante exatamente porque o uso do predicado 'alto' numa comparação (onde ele é relacionalmente não-vago) não acarreta que a vagueza desse predicado monovalente seja eliminada; este continua podendo ser verdadeiro ou falso de certos objetos. Esse equívoco que leva a supor que a não-vagueza da proposição relacional comparativa se sobrepõe à vagueza da proposição do tipo 'x é P', revela-se também na sentença: 'João é mais alto que Pedro, ele é alto'. Tal frase não é tautológica: mesmo sabendo que 'João é mais alto que Pedro' é verdadeira, 'João é alto' pode ser verdadeira ou falsa. A análise lógica parece supor que a escolha e comparação de indivíduos situados numa escala elimina a indefinição dos limites que separam nessa escala os valores positivo e negativo; em outras palavras, a escolha de 'João' e 'Pedro', e a comparação entre eles no que concerne à altura, parece implicar que o valor de 'alto' passa a ser não-vago, de modo que podemos, com base nisso, separar os indivíduos altos dos indivíduos não-altos. Para o cálculo lógico, esse procedimento pode ser eficiente, mas isso não significa que devemos aceitá-lo para a representação dos fatos semânticos. Na linguagem natural, a comparação não acarreta uma delimitação precisa do sentido de um predicado. Dizer que 'João é mais alto que Pedro' não implica que consideremos 'João' como necessariamente 'alto', ou que consideremos 'Paulo', que é um pouco mais alto que 'Pedro' e mais baixo que 'João', como 'alto' também. Não podemos, como lingüistas, ceder à tentação da elegância e concisão da solução lógica, quando esta não captura o real funcionamento da linguagem. A comparação reintroduz a bivalência na proposição relacional, mas não elimina a vagueza intrínseca do

predicado, e nem das proposições simples do tipo 'x é P' em que entra como componente, nas situações em que se toma como argumento um caso duvidoso de aplicação de P.

2- Suponhamos que de fato a comparação nos permita calcular o valor de verdade de um predicado para todos os objetos que toma como argumento. Assim, aceitemos que 'João é mais alto que Pedro' determina que 'alto' é todo aquele indivíduo 'mais alto que Pedro'. Se 'Pedro' tem 1,78m, então 'alto' será, para o contexto em causa, todo aquele que tem 'mais de 1,78m'. Mas um indivíduo com um metro e setenta e sete centímetros e meio não poderia ser também, nesse contexto, uma boa especificação do limite a partir do qual um indivíduo deve ser considerado 'alto'? No contexto suposto, os limites são tão rigorosos a ponto de excluir ou incluir indivíduos a partir de variações tão pequenas? As próprias especificações de sentido (por exemplo, através da comparação) são aproximativas, e, num contexto em que a frase 'João é mais alto que Pedro' é considerada uma boa especificação da altura, seria difícil não considerar também como tal a frase 'João é mais alto que José', quando 'José' é apenas meio centímetro mais baixo que 'Pedro'. Ou seja, as próprias especificações de sentido são vagas, e podem variar arbitrariamente. A escolha entre uma ou outra especificação ('mais alto que Pedro', 'mais alto que José') é arbitrária e vaga, visto que a vagueza intrínseca do predicado 'alto' não pode ser eliminada (esta análise é inspirada no conceito de 'vagueza resistente', de Horgan (1990), que será apresentado em detalhes na seção 4.5). Este tipo de problema é mais aparente no caso da vagueza das cores, por exemplo. Se tomamos como padrão de verde, para a pintura de uma casa, uma tinta com determinada pigmentação, é evidente que uma tinta com pigmentação levemente diferente será também um bom padrão. A determinação das cores pode ser facilitada pela escolha de um padrão, mas a vagueza do termo indicativo de cor perdura na variação possível desse padrão. O próprio Quine reconhece a presença dessa vagueza remanescente: « Even this relative term 'greener' will indeed retain some vagueness, if it compares deviations from a central green which is itself not sharply specified, but it will retain no such wide-angled vagueness as that of the

original vague 'green' » (Quine,1960:127). Ora, o problema é que, no uso cotidiano da linguagem, poucas vezes dispomos de padrões '*sharply specified*'.

3- A hipótese de que a comparação torna um predicado não-vago parece implicar que a semântica de predicados monovalentes como 'alto' e 'verde' deva ser reduzida à semântica de predicados relacionais do tipo 'mais (ou menos) P que'. Existe de fato uma certa tradição de pesquisa (cf. Klein,1982) que considera que a semântica profunda de predicados desse tipo é de fato relacional, e que a monovalência de 'alto', por exemplo, é puramente superficial, significando sempre 'mais (ou menos) alto que'. Como no cálculo lógico só são admissíveis (na visão de Quine) predicados não-vagos, então a representação semântica do predicado monovalente 'alto' deve ser substituída por uma representação semântica que o analise como uma estrutura relacional. Essa é sem dúvida uma hipótese legítima (embora sujeita a críticas como as de Klein, como veremos na seção seguinte). Mas o que me parece é que tal hipótese não é desenvolvida por Quine, e de fato não fica claro nem mesmo se ele a assume. Se assumisse, seria constrangido a afirmar que 'inteligente' e 'cristão' são também, em sua semântica profunda, predicados relacionais, pois podemos dizer 'João é mais inteligente que seu professor de matemática', o que reduz a vagueza de 'inteligente'.

4.2. A comparação na teoria de *supervaluation*

Nesta seção, discutirei em detalhes a análise da comparação realizada por Ewan Klein (1982), que corresponde a uma tentativa de aplicar à descrição semântica da comparação as hipóteses da teoria de *supervaluation* (segundo esta teoria, desenvolvida, separadamente, por Kamp(1975) e Fine(1975), os valores de verdade dos predicados devem ser calculados levando em conta os contextos em que os predicados vagos são tornados precisos). Da mesma forma que na teoria de Quine, a sentença comparativa, na análise de Klein, elimina a vagueza existente na

sentença afirmativa correspondente. Contrariamente a Quine, todavia, a análise de Klein, de acordo com as hipóteses da teoria de *supervaluation*, propõe um modelo semântico que incorpora um 'modelo vago' não-bivalente para dar conta da semântica de adjetivos vagos como 'alto'. Farei a seguir uma exposição pormenorizada do desenvolvimento de algumas das hipóteses desse artigo, para depois, na seção seguinte, tentar criticar os pontos da análise que me parecem insatisfatórios.

O trabalho de Klein apresenta alguns pressupostos que subjazem à sua abordagem das estruturas comparativas. Em primeiro lugar, o pressuposto de que qualquer modelo semântico das línguas naturais deve incluir o conceito de vagueza dos predicados. Em segundo lugar, o autor afirma que a semântica dos adjetivos comparativos está ligada à sintaxe da construção comparativa.

Estes dois pressupostos têm, igualmente, norteado a minha pesquisa, já que, por um lado, um dos objetivos desta tese é mostrar a relevância do conceito de vagueza para a constituição dos modelos semânticos. Por outro lado, entendo que a vagueza está conectada a certas estruturas e expressões, que denominei 'modificadores de vagueza' (seção 1.5.), de tal forma que a descrição dessas estruturas e dessas expressões é dependente, teoricamente, do conceito de vagueza.

Voltemos à análise do artigo de Klein. Este pretende atingir dois objetivos. Em primeiro lugar, mostrar que a semântica dos adjetivos comparados é dependente da semântica dos adjetivos positivos. Ou seja, o significado da expressão *mais alto que* (*taller than*), só pode ser calculado a partir do significado de *alto* (*tall*). Esta proposta se opõe a uma outra que considera que, no significado de um adjetivo como *alto*, está subjacente a comparação *mais alto que* τ , onde τ significa «norma». Segundo Klein, o recurso à comparação para o cálculo do significado de *alto* apresenta ao menos dois problemas: 1) o significado de «norma» não é menos indefinido do que o próprio significado de *alto* 2) por outro lado, se se admite um mínimo de representação gramatical das análises semânticas, fica difícil considerar que uma expressão morfológicamente mais simples

dependa, para a sua interpretação, de uma expressão morfológicamente mais complexa. Em inglês, por exemplo, *tall* teria o seu significado derivado da junção dos morfemas *tall+er*. Evitando esta análise, o autor tentará demonstrar que o significado dos adjetivos comparados só pode ser obtido a partir do significado dos adjetivos positivos (simples). A análise da comparação, em consequência, virá a reboque da análise dos adjetivos vagos.

Um segundo objetivo visado pelo autor é criticar as análises da comparação que pressupõem «dimensões (*extents*) e graus» como primitivos numa teoria semântica. Em outros termos, o autor apresenta sua análise da comparação como não-quantitativa, em oposição a outras análises que utilizam, na descrição da comparação, variáveis ligadas a «dimensões» (*extents*). Um exemplo de representação semântica que utiliza essas variáveis é a seguinte:

(1) $\exists x \exists y$ [Chris is tall to x & Alex is tall to y & $x > y$]

(In *op.cit*:114)

Esta fórmula seria uma representação lógica da frase «Chris is taller than Alex is». Esta representação, que apresenta as variáveis x e y , ligadas a «dimensões» (no caso, dimensões mensuráveis do espaço), está sujeita, segundo Klein, a 3 tipos de crítica. O primeiro tipo de crítica consiste em observar que a representação em (1) não respeita o postulado, proposto pelo autor, de que a representação lógica deve estar o mais perto possível da sintaxe superficial. E este postulado é contraditado por duas razões. A primeira é que há uma discrepância formal entre forma lógica e forma gramatical. A frase comparativa apresenta duas sentenças, uma matriz (*Chris is taller than*) e uma encaixada (*Alex is*). Por outro lado, a forma lógica se compõe de 3 subfórmulas: *Chris is tall to x*, *Alex is tall to y*, e $x > y$. Ou seja, a forma lógica apresenta uma complexidade inexistente na forma gramatical. Uma segunda razão, segundo Klein, é que a apresentação de variáveis em forma lógica deve estar ligada a algum fato sintático, como por

exemplo a existência de ‘gaps’ na estrutura de superfície (cf. Chomsky,1977). Ora, a frase comparativa em questão apresenta apenas um ‘gap’ (*Chris is taller than Alex is* [AP e]), onde [AP e] significa ‘sintagma adjetivo vazio’, ao passo que a forma lógica em (1) apresenta duas variáveis.

O segundo tipo de crítica consiste em pôr em questão a própria existência de variáveis ligadas a «dimensões». Com efeito, as variáveis *x* e *y* em (1) são variáveis de indivíduos, e como tal estão ligadas a um conjunto de objetos, no caso as «dimensões». A ontologia do modelo semântico que contivesse (1) apresentaria então as «dimensões» como primitivos. É verdade que há sempre a dificuldade de se definir os tipos de objetos admissíveis nos modelos semânticos das línguas naturais, mas o fato é que, no caso das «dimensões», o que se questiona é a própria utilidade desses ‘objetos’ para a compreensão da estrutura comparativa. Assim, se é possível conceber esses ‘objetos’ no caso de adjetivos como *alto*, (‘a dimensão com a qual Chris é alta’ representaria um ponto na escala de mensuração espacial), a situação se torna bem mais embaraçosa ao pensarmos nas «dimensões» ligadas a adjetivos como *generoso*.

Um terceiro tipo de crítica consiste em negar que os critérios de determinação das «dimensões» sejam independentes de fatores contextuais. Para se determinar o valor de verdade de ‘*Chris is tall to x*’, pode-se, aparentemente, calcular o valor de *x* em relação à altura. Ou seja, o critério de determinação de *x* é aparentemente definido. Mas e no caso de «a dimensão com a qual Steve é razoável»? Existem vários critérios pelos quais se pode determinar em que medida uma pessoa é razoável; e esses critérios podem levar a resultados contraditórios. Por exemplo, uma pessoa pode ser mais razoável na sua relação com os outros e menos razoável nos seus julgamentos. Todavia, a fórmula «a dimensão com a qual Steve é razoável» indica que essa «dimensão» deve ser determinada a priori, sem consideração de fatores contextuais. Klein examina a seguir a forma lógica abaixo, proposta por Seuren (1973):

(2) $\exists x$ [Chris is tall to x & \sim Alex is tall to x]

Esta representação não está sujeita ao primeiro tipo de crítica referida acima. (2) contém duas subfórmulas e apenas uma variável, respeitando assim o postulado de homologia com a estrutura sintática. Por outro lado, (2) continua sujeita aos outros dois tipos de crítica. Em seu artigo, Klein tentará encontrar outro instrumento de representação lógica da comparação que não utilize variáveis ligadas a conjuntos de «dimensões». O seu recurso será, como veremos, utilizar variáveis ligadas aos *modificadores de predicados* (como 'muito', 'pouco'), entendidos como funções. Mas para chegar a isso, o autor precisa antes introduzir um modelo semântico que contenha predicados vagos.

Esses predicados vagos são os adjetivos de grau (*degree adjectives*), quer dizer, os adjetivos que co-ocorrem precisamente com os modificadores ('pouco', 'muito', 'mais', etc). Isso implica que o autor adota a hipótese de que os adjetivos em posição predicativa são verdadeiros predicados, e não adjuntos adnominais deslocados.

A partir disso, o autor constrói uma linguagem de primeira ordem L_0 . Os únicos predicados dessa linguagem correspondem aos adjetivos de grau, que seriam representados por variantes dos adjetivos da língua natural. Assim, **alto** seria um predicado de L_0 correspondente ao adjetivo *alto*. Os indivíduos de L_0 seriam decalcados do conjunto de nomes próprios da língua natural (por exemplo, **Chris, Steve, Alex, Gill**). Além dessas constantes de predicados e indivíduos, L_0 conteria também as variáveis de indivíduos $x_0, x_1, x_2 \dots$, assim como os conectivos lógicos e os quantificadores.

A ligação das constantes de L_0 e um conjunto U (universo do discurso) é feita por uma função F . Assim, para cada constante de indivíduo (por exemplo, **Chris**), F atribui (*assigns*) essa constante a um elemento de U . As constantes de predicados são funções de indivíduos a valores de verdade. Dado o conjunto U e os valores de verdade 0 (falso) e 1 (verdadeiro), um predicado ζ

é uma função que liga cada indivíduo de U a um valor de verdade. O conjunto dessas funções pode ser representado por $\{0,1\}^U$. Desse modo, se temos a função F_{alto} , para todo u em U , $F_{\text{alto}}=1$ se u é alto e $F_{\text{alto}}=0$ se u não é alto. Imaginemos que o universo de um modelo inicial de L_0 seja:

(3) $U = (\text{Chris}, \text{Steve}, \text{Gill}, \text{Alex})$

Se conhecemos também as alturas desses indivíduos, ($\text{Chris}:1,88\text{m}(6'2'')$; $\text{Steve}:1,82\text{m}(6')$; $\text{Gill}:1,67\text{m}(5'6'')$; $\text{Alex}:1,65\text{m}(5'5'')$), podemos calcular a função F_{alto} para cada indivíduo, e obter os seguintes resultados (de acordo com uma certa norma de altura): F_{alto} é 1 quando os argumentos são *Chris* e *Steve*, e F_{alto} é 0 quando os argumentos são *Gill* e *Alex*. Isso equivale a dividir o universo U em dois subconjuntos: os indivíduos de U pelos quais F_{alto} é 1 formarão a «extensão positiva» de **alto** e os indivíduos de U pelos quais F_{alto} é 0 formarão a «extensão negativa» de **alto**, no modelo. Graficamente, isso pode ser representado da seguinte forma:

(4)

	+		-	
Chris	Steve		Gill	Alex

Ora, se U contiver um outro indivíduo, digamos *Jude* (1,72m de altura), a partição de U em extensões positivas e negativas não é mais evidente. *Jude* é alta ou não-alta? Em outros

termos, não podemos calcular a função **alto(Jude)**, já que não obtemos nem o valor 1 (definitivamente verdadeiro), nem o valor 0 (definitivamente falso). É preciso modificar esse modelo inicial de L_0 para dar conta desses casos em que uma função fica indefinida em relação a um determinado argumento.

A solução proposta por Klein é introduzir um «modelo vago» de L_0 . A modificação introduzida neste modelo é a seguinte: «if ζ is a predicate constant, then $F\zeta$ is a PARTIAL function from U to $(0,1)$. This means that $F\zeta$ may be undefined for some members of U .»(op. cit:118-9). Se no modelo inicial de L_0 tínhamos apenas funções totais para os predicados, vale dizer, funções que recebiam, para cada indivíduo de U tomado como argumento, seja o valor 1 (verdadeiro), seja o valor 0(falso), neste «modelo vago» teremos funções parciais que ficam indefinidas quanto ao seu valor de verdade, quando tomam alguns indivíduos como argumentos. No modelo inicial, o conjunto de funções totais era representado por $\{0,1\}^U$; no modelo vago, o conjunto de funções parciais é representado por $\{0,1\}^{(U)}$. Nesse modelo vago, a partição do universo (incluindo *Jude*) realizada por F_{alto} é a seguinte:

(5)

+

-

Chris	Steve		Jude		Gill	Alex
-------	-------	--	------	--	------	------

Na figura acima, pode-se observar que *Jude* não se encontra nem na extensão positiva, nem na extensão negativa; diz-se então que esse indivíduo se encontra no «intervalo extensional».

É importante assinalar que, para evitar o terceiro tipo de crítica referida mais acima, esse modelo vago deve conter especificações sobre a dependência contextual na utilização de um adjetivo de grau. Antes de determinar o valor de verdade de uma sentença com adjetivos vagos, é

preciso estabelecer uma classe de comparação. Por exemplo: o valor de verdade de «*x é grande*» depende da classe de comparação que se considera num determinado contexto. Esta classe de comparação é um subconjunto do universo de discurso²:

"If c is a context, and $u(c)$ is the comparison class determined by c , then the semantic rôle of a vague predicate evaluated in c is to partition, not U , but $u(c)$. And the particular partition chosen -in effect, the norm selected- will be dependent on the content of $u(c)$ » (id.:119-20).

No quadro desse modelo vago, Klein tentará encontrar um elemento de representação lógica mais satisfatório que as variáveis de «dimensões ou graus». Como vimos, segundo o autor, essas variáveis são excessivamente abstratas, desligadas da forma gramatical. Um elemento mais eficaz de representação da semântica dos adjetivos vagos (e por consequência da comparação) será encontrado na classe dos «modificadores de predicados», calcados nas palavras da língua natural, como 'pouco', 'muito', etc. A proposição de uma classe de «modificadores de predicados» como expressões básicas de L_0 será assim menos problemática, segundo Klein, que a proposição de conjuntos de «dimensões» como primitivos do modelo lógico. Em suma, a classe de «modificadores de predicados» respeitaria melhor o postulado de homologia entre forma lógica e forma gramatical.

Na linguagem formal proposta, a categoria que reúne as expressões correspondentes a expressões como *six foot five*, *very*, etc, é a categoria dos modificadores de predicado, caracterizada pela seguinte definição: «If ζ is a predicate constant, and δ is a predicate modifier, then $\delta(\zeta)$ is a predicate» (id.:120). Informalmente, isto quer dizer que a aplicação de um «modificador de predicado» a um predicado produz sempre um outro predicado. Desse modo, δ (*modificador de predicado*) é uma função de predicados a predicados. Mas como os predicados

² Essa constituição de classes contextuais é desenvolvida formalmente em Kamp(1975).

no modelo em questão são os adjetivos vagos, então δ é uma função de adjetivos a adjetivos. A linguagem L_0 , acrescida dos modificadores de predicado, resulta em uma linguagem que se pode chamar L_1 . L_0 e L_1 são aproximações sucessivas da linguagem formal que Klein tenta construir para dar conta da semântica da comparação, e a segunda dessas linguagens contém a primeira.

Resta determinar o valor semântico de um modificador de predicado. Vejamos a frase inglesa (que neste caso serve melhor aos propósitos do autor do que a tradução portuguesa): «*Gill is five foot six tall*». «*Five-foot-six*» (5'6'' = 1,67 m) seria um modificador de predicado (δ), o que poderia ser representado pela fórmula $(\text{five-foot-six}(\text{tall}))(\text{Gill})$. Ora, a função de **five-foot-six** é transformar o predicado **tall** num predicado que só é válido dos indivíduos com ao menos 5'6'' (ou 1,67m) de altura (id:120). O efeito semântico, segundo Klein, é o seguinte: **tall**, modificado por **five-foot-six**, deixa de ser um predicado vago e passa a ser uma função total, quer dizer, definitivamente verdadeira de certos indivíduos de U e definitivamente falsa de outros. Na figura (5) acima, vimos que *Jude* se encontra no «intervalo extensional» de **tall**. Agora, com *five-foot six (tall)*, ela recai na «extensão positiva» do predicado (1,72 m equivale a 5'8''):

(6) **five-foot-six (tall)**

+

-

Chris	Steve	Jude	Gill		Alex
-------	-------	------	------	--	------

Esse comportamento semântico de **five-foot-six** se reproduz, segundo Klein, nos outros modificadores de predicado. Assim, por exemplo, a aplicação de **very** (muito) e **quite** (razoavelmente) ao adjetivo **tall** produz novos adjetivos que produzirão partições de U diferentes da partição realizada pelo adjetivo **tall**. Com efeito, segundo Klein, **very(tall)** joga 'para cima' a

linha de partição de U e **quite(tall)** joga 'para baixo' a linha de partição de U , e ambos eliminam o «intervalo extensional» de **tall**:

(7) **very (tall)**

+

-

Chris		Steve	Jude	Gill	Alex
-------	--	-------	------	------	------

(8) **quite (tall)**

+

-

Chris	Steve	Jude		Gill	Alex
-------	-------	------	--	------	------

(in id:122)

A função dos *modificadores de predicado* é eliminar os intervalos extensionais associados aos adjetivos vagos que eles modificam, assim como modificar sistematicamente a partição de U realizada por esses adjetivos. Em outros termos, eles têm por função eliminar a vagueza de predicados vagos. Isso significa que, sempre segundo a análise de Klein, um *modificador de predicado* corresponde a uma função que toma uma função parcial do conjunto $\{0,1\}^{(U)}$ e a transforma numa função total do conjunto $\{0,1\}^U$. Formalmente, temos a seguinte definição: «If δ is a predicate modifier, then F_δ is in H , where H is the set of all functions from $\{0,1\}^{(U)}$ to $\{0,1\}^U$ » (id.:122).

Klein tenta em seguida demonstrar a importância do conjunto de funções H para um modelo semântico das línguas naturais. Na sua perspectiva, só H poderia explicar o funcionamento anafórico de *that* em frases como:

(9) You have to be very clever to pass this exam, but most of the candidates are *that* clever.

(10) The council is *too* mean to contribute any funds, but our friend certainly aren't *that* mean (id.:124-5).

That remete anaforicamente a um conjunto de modificadores simples (em 9) ou complexos (em 10). Há assim a possibilidade de se propor uma variável ligada a esse conjunto de modificadores; em outros termos, *that* é uma variável de modificador de predicado (*Deg-variable*), com escopo (*ranging*) sobre o conjunto *H* (funções de adjetivos vagos a adjetivos não-vagos). Sem a aceitação de tal conjunto *H*, evidentemente a variável proposta não faria sentido.

Com a introdução de tais variáveis, L_1 deixa de ser uma linguagem de primeira ordem. A modificação técnica introduzida por Klein na forma lógica proposta para os adjetivos de grau (e, em consequência, para a comparação, como veremos a seguir), consiste em introduzir variáveis de funções (no caso, as funções do conjunto *H*, correspondentes aos *modificadores de predicados*), possibilitando a quantificação dessas variáveis de funções. Ora, na fórmula de Seuren (em 2), o que se utilizava era a quantificação de variáveis de indivíduos, numa linguagem de primeira ordem.

É precisamente esta possibilidade de quantificação de variáveis de funções que vai permitir ao autor propor uma forma lógica para a comparação. Em (11), (forma lógica da frase "*Chris is taller than Alex is*"), a quantificação existencial se dá sobre *d*, que é uma variável (*Deg variable*) de função (correspondente ao *modificador de predicado*):

(11) $\exists d [(d \text{ (tall)}) (\text{Chris}) \wedge \neg (d \text{ (tall)}) (\text{Alex})]$

(id.:127)

Observe-se que esta fórmula se assemelha bastante à proposta por Seuren, em (2). Entretanto, há uma diferença formal considerável entre elas, conforme já assinalai. Em (11), temos uma quantificação de variáveis de função, ao passo que em (2) temos uma quantificação de variáveis de indivíduos. Mas, muito além dessa diferença técnica, a proposta em (11) tem a vantagem de não recorrer a 'objetos' tais como 'dimensões ou graus'. A forma em (11) parece estar muito mais próxima dos fatos gramaticais, porque inspirada na utilização lingüística dos modificadores 'muito', 'pouco', 'razoavelmente' (*quite*), etc.

4.3. Proposta de uma outra solução

A crítica principal que farei à análise de Klein é que, ao contrário do que afirma o autor, os modificadores de predicado e a comparação não restauram a bivalência lógica. Outra crítica consiste em mostrar que Klein deriva o valor semântico dos modificadores de predicado da semântica de modificadores numéricos como 'five-foot-six'. Ora, conforme mostrarei a seguir, modificadores numéricos introduzem parâmetros semânticos mais exatos que modificadores como 'muito' ou 'razoavelmente'.

Como vimos, Klein afirma que os *modificadores de predicado*, ao eliminar os intervalos extensionais, restauram a bivalência dos predicados modificados. Isto implica que 'muito alto' será completamente não-vago, conforme se vê na figura (7). Mas na verdade esta suposição é contra-intuitiva: se dizemos de alguém que ele é 'muito alto', a altura dessa pessoa permanece indefinida, podendo ir, por exemplo, de 1,80m a 1,95m. No próprio exemplo do autor, o indivíduo *Steve*, que tem 1,82 m, e que o autor coloca na extensão negativa de 'muito alto', na verdade está na faixa limite desse predicado, e pode perfeitamente ser colocado na extensão positiva de 'muito alto'. De fato, Klein reconhece que 'muito alto' permanece vago, mas afirma que gostaria de manter a simplicidade de sua proposta pressupondo que tal predicado é uma

função total. Desse modo, ele é obrigado a recorrer a um malabarismo que dê conta da vagueza persistente de *'very tall'*, por exemplo, sem renunciar à hipótese que modificadores desse tipo restauram a bivalência. A solução tentada é afirmar que as regras semânticas de *'very'* e *'quite'*, por exemplo, são indeterminadas, quer dizer, estes modificadores de predicado, quando aplicados à função *tall*, por exemplo, são indefinidos sobre que funções do conjunto *H* eles denotam, respeitados os postulados de significação (19)³. A fragilidade dessa solução é patente. Como controlar essa 'indeterminação' semântica? Como distinguir modificadores de predicado 'indeterminados' (como *'very'* e *'quite'*) de modificadores determinados, como *'five-foot-six'*? Intuitivamente, Klein vai no sentido do reconhecimento da vagueza remanescente de *'very tall'*, mas prefere, por razões teóricas, escamotear o problema dando-lhe um novo (e pouco consistente) rótulo.

Penso que é mais razoável se curvar às evidências e admitir que os modificadores de predicado, assim como a comparação, não restauram a bivalência, mas apenas *reduzem* a vagueza de um predicado. Se se diz de *José* que ele é um *'aluno inteligente'*, imagina-se que ele deve possuir algumas habilidades intelectuais cujos limites não podemos avaliar, mas se se diz que *José* é *'muito inteligente'*, então podemos prever que, para o locutor dessa frase, as habilidades intelectuais de *José* são realmente consideráveis e podemos delimitá-las com maior precisão (embora ainda perdure uma indefinição sobre o limite dessas habilidades). Se disserem do mesmo *José* que ele é *'alto'*, podemos imaginar uma larga escala de possibilidades para a sua altura, desde por exemplo 1,75m (dependendo da norma que utilizemos), mas se disserem que ele é *'extremamente alto'*, então essa escala se reduz; a faixa de abrangência encolhe, mas permanece: terá ele 1,88 ou mesmo 1,95? Em resumo, o 'intervalo extensional' (se pensamos nos termos de uma semântica extensionalista) de predicados vagos modificados ('muito alto', 'muito

³ Os postulados de significação (19) são os seguintes: (a) $\forall x_o [(very(tall))(x_o) \rightarrow tall(x_o)]$ e (b) $\forall x_o [tall(x_o) \rightarrow (quite(tall)(x_o))]$

inteligente’) é menor que o ‘intervalo extensional’ dos predicados vagos (‘alto’, ‘inteligente’), mas ele não é nulo. Mas prefiro entender esse processo numa perspectiva não-extensionalista. O que ocorre com os ‘modificadores de predicado’ é que eles permitem uma especificação mais precisa das representações que circulam na interlocução.

Quanto à comparação, vimos na seção anterior que a idéia de que a sentença comparativa elimina a vagueza dos predicados é problemática por várias razões. Mas isso não significa que a comparação não tenha efeitos sobre a vagueza do predicado comparado. Ela fornece uma certa especificação do sentido do predicado, o que permite aos interlocutores ‘ajustarem’ a representação que fazem desse predicado (embora novos ajustes sejam sempre possíveis).

Klein, ao contrário, sustenta que o intervalo extensional dos predicados vagos modificados é nulo, e o faz, aparentemente, a partir da análise da semântica de um modificador numérico como *five-foot-six* (cinco pés e seis polegadas). O autor pressupõe um paralelismo semântico entre *((five-foot-six)(tall))* e *((very)(tall))*. Isso implica que ele toma a semântica de *((five-foot-six)(tall))* como um paradigma para todos os outros modificadores. Ora, o modificador **five-foot-six** introduz parâmetros semânticos de um nível de exatidão superior aos parâmetros utilizados com **very** (muito), por exemplo. Em suma, *five-foot-six* e *very (muito)* não podem ser considerados equivalentes porque funcionam segundo parâmetros de exatidão diferentes. Normalmente, consideramos que predicados vagos modificados por modificadores numéricos reintroduzem a bivalência, em função dos parâmetros de exatidão utilizados. Ou seja, os predicados vagos, ajustados pelos modificadores numéricos, são considerados suficientemente exatos para que a atribuição do valor de verdade possa operar em todos os casos. O mesmo não é verdadeiro de modificadores como ‘muito’; neste caso, os parâmetros utilizados não são suficientemente exatos para que a bivalência seja aplicada, e os casos duvidosos sejam eliminados, tornando nulo o intervalo extensional. Como vimos, *Steve*, na figura (7), foi colocado na extensão positiva de *very (tall)* por uma decisão arbitrária do autor; nem todos os falantes concordariam

que um indivíduo de 1,82m não pertence ao conjunto dos indivíduos ‘muito altos’. *Steve* é um caso duvidoso de aplicação do predicado *very (tall)*. Já no caso de *five-foot-six (tall)* - figura (6) - os parâmetros de exatidão introduzidos são suficientes para que *Steve* não seja um caso duvidoso, sendo incluído na extensão positiva desse predicado.

Do que foi dito, pode-se depreender que um modificador como *five-foot-six* torna o sentido de ‘alto’ completamente não-vago? Trata-se de uma *precisification* desse termo que o torna uma ‘sharp notion’? Gostaria de argumentar que não, por duas razões principais: A) em função da ‘vagueza resistente’ (*robust vagueness*), (Horgan, 1990): a escolha de uma *precisification* é sempre arbitrária entre uma série de *precisifications* possíveis; se *five-foot-six* é uma *precisification* de *tall*, por que não o seria também *five-foot-five*? B) *Five-foot-six(tall)* corresponde a um predicado exato em função dos parâmetros normalmente usados. Mas podemos imaginar parâmetros de ‘altura’ mais precisos, baseados, por exemplo, na estrutura molecular. Sobre este ponto, vejamos o que diz Wittgenstein:

“Não conhecemos os limites, porque nenhum está traçado. Como disse, podemos - para uma finalidade particular - traçar um limite. É somente a partir daí que tornamos o conceito útil? De forma alguma! A não ser para esta finalidade particular. Tampouco tornaria útil a medida de comprimento ‘um passo’ aquele que desse a definição: um passo = 75 cm. E se você me disser: “Mas antes não havia nenhuma medida de comprimento exata”, retrucarei: “Muito bem, então era uma medida inexata”. - Se bem que você ainda me deva a definição de exatidão” (*Investigações Filosóficas*, Par. 69).

A determinação de um valor quantitativo para a ‘altura’, por exemplo, é arbitrário e vago no sentido de Horgan, assim como só é pertinente num determinado sistema de referência, segundo o termo de Franchi (1992). Isto tudo não significa, porém, que uma sentença do tipo “João tem 1,77m” não seja precisa; ela evidentemente o é, no sistema de referência de nossa cultura. Mas não me parece razoável derivar disso que a utilização de uma métrica qualquer, quando aplicada aos predicados vagos, propicie a eliminação da vagueza destes últimos. Além do

mais, expressões numéricas só podem servir de padrão para os modificadores de um conjunto restrito de adjetivos. Que sistema numérico poderíamos aplicar no caso de adjetivos como 'generoso' ou 'feroz'? (É preciso observar, todavia, que há uma tendência, em nossa cultura, à quantificação dos predicados vagos, com a incorporação de sistemas de mensuração: é o caso do conceito de QI para o sentido de 'inteligência').

Resumindo, considero insustentável a hipótese de que os *modificadores de predicado* restauram a bivalência. Proponho que esses modificadores e a comparação apenas *reduzem* a vagueza dos predicados envolvidos. Isso invalida, em consequência, a definição de δ (modificador de predicado) como uma função pertencente ao conjunto H (conjunto de funções de $\{0,1\}^{(U)}$ a $\{0,1\}^U$).

A partir dessa crítica à análise de Klein, análise esta inspirada na teoria de *supervaluation*, passo a expor uma solução alternativa para a aplicação do conceito de vagueza à descrição semântica de estruturas correspondentes a 'modificadores de vagueza', como a comparação e os intensificadores. A principal hipótese a ser sustentada é que os predicados apresentam polaridades de vagueza, e que é falsa a divisão de dois conjuntos de predicados vagos e predicados não-vagos. A idéia é que todos os predicados (palavras de conteúdo lexical) da língua apresentam vagueza, embora os predicados estejam divididos em dois grupos de predicados fortemente vagos e de predicados fracamente vagos. Tal análise só é válida na perspectiva de uma semântica representacional, e não numa semântica de condições de verdade. Não é possível conceber, logicamente, predicados *mais* e *menos* vagos, pois se a vagueza é definida como lacuna (buraco-negro) do valor de verdade dos predicados, ou um predicado apresenta tal lacuna, e é vago, ou não a apresenta, e é não-vago. Mas em termos de 'representação' construída pelos interlocutores, penso que é possível afirmar que se pode *reduzir* a vagueza de um predicado, assim como uma pintura pode representar uma paisagem segundo formas mais ou menos difusas.

Ademais, essa hipótese apresenta desde já duas vantagens em relação à análise de Klein, que postula a oposição simples entre, de um lado, predicados vagos (funções parciais indefinidas quanto ao valor de verdade quando tomam como argumento os indivíduos situados no intervalo extensional) e predicados não-vagos (funções totais que recebem valor de verdade para cada indivíduo de U tomado como argumento).

Essas duas vantagens relativas são as seguintes. Em primeiro lugar, a suposta oposição binária entre predicados vagos e não-vagos leva a considerar 'muito alto' como não-vago (como uma função total), em oposição a 'alto', que é vago (função parcial). Já vimos que essa hipótese é contra-intuitiva, visto que 'muito alto' continua vago. Mas a análise de Klein, por outro lado, permite constatar que há uma diferença semântica, no que concerne à vagueza, entre 'alto' e 'muito alto'. Acredito que a hipótese que proponho captura essa diferença: 'alto' será vago num grau maior do que 'muito alto'. A função de modificadores como 'muito', na solução proposta, será então transformar um predicado que apresenta um grau maior de vagueza (como 'alto'), num outro predicado que apresenta um grau menor de vagueza (como 'muito alto'), *no campo da interlocução*.

Em segundo lugar, a análise de Klein pressupõe que os predicados vagos são os adjetivos que co-ocorrem com modificadores de grau. Logo, os substantivos seriam predicados não-vagos. Todavia, esta concepção falseia o fato de que os substantivos *também* podem ser vagos. Na minha proposta, este problema não se apresenta: os adjetivos vagos como *alto, gordo, generoso*, são predicados que apresentam um forte grau de vagueza, ao passo que substantivos como *homem, menino, sapato* são predicados que apresentam um grau de vagueza mais fraco. A diferença entre substantivos e adjetivos, no que concerne à vagueza, não é uma questão de sim ou não, mas de gradação. Esse tipo de diferença, aliás, vai na direção da dessemelhança de comportamento entre essas classes observada por Quine (cf. seção 4.1.): ambas contêm predicados vagos, mas nos adjetivos a 'necessidade' de eliminar a vagueza é tão persistente que

deu origem à comparação, integrada à *'ordinary language'*, ao passo que, para eliminar a vagueza mais marginal dos substantivos, faz-se necessário *'opportunistic departure'* da língua natural.

Segundo a hipótese que proponho, 'muito alto' apresenta um grau de vagueza menor que 'alto', assim como um substantivo qualquer (por exemplo, 'cachorro') também apresenta um grau de vagueza menor que um adjetivo vago (por exemplo, 'alto'), na medida em que os substantivos (de um modo geral) são menos vagos que os adjetivos. Seria de se prever, então, que o conjunto formado por 'muito alto' e 'cachorro' (predicados fracamente vagos) possuísse alguma propriedade gramatical que o diferenciasse do conjunto formado por 'alto' (predicado fortemente vago). E isso de fato ocorre: apenas 'alto' pode entrar numa comparação, ao passo que 'muito alto' e 'cachorro' produzem comparações inaceitáveis:

(12)

a- João é mais alto que Pedro.

b- *João é mais muito alto que Pedro.

c-??O animal doméstico do João é um cachorro, ele é mesmo mais cachorro do que o de Maria.

Num primeiro momento, a hipótese que proponho parece implicar que existe uma escala de vagueza, e que os predicados estão situados em algum ponto dessa escala. Assim, existiriam predicados com diferentes graus de vagueza, correspondentes aos diferentes pontos da escala, de tal modo que teríamos predicados vagos no grau 0.2, outros no grau 0.5, etc. Mas esta é uma leitura indesejável da solução proposta, pois nos conduziria à dificuldade insanável de calcular os valores a serem atribuídos a cada predicado na escala de vagueza. Teríamos de utilizar uma variante da *fuzzy logic* para realizar esse cálculo, e isso nos levaria aos impasses já apontados nessa abordagem (cf. Parikh, 1994). Portanto, proponho que a representação semântica da vagueza dos predicados seja em termos de oposições binárias, e não em termos escalares. As

condições relevantes para a representação semântica da vagueza são as oposições entre predicados fortemente vagos e predicados fracamente vagos, e não a determinação dos diferentes pontos que os predicados ocupariam numa suposta escala de vagueza. Assim, proponho que o léxico seja marcado com os traços *+vago* e *-vago*, devendo estes traços serem lidos da seguinte forma: *+vago* marca o predicado fortemente vago, em oposição ao traço *-vago*, que marca o predicado fracamente vago. (Devo a Borges Neto a reformulação dessa hipótese, que inicialmente assumia uma escala de vagueza, ainda que as oposições relevantes fossem binárias).

É importante ressaltar que a hipótese de que os predicados se distribuem em dois grupos (predicados *+vagos* e predicados *-vagos*) não equivale a uma retomada enviesada da análise de Klein. Para este autor, os predicados também se distribuem em dois grupos: predicados vagos e predicados não-vagos. Para ele, como vimos, um predicado como 'muito alto' é não-vago, quer dizer, trata-se de uma função que recebe valor de verdade para cada indivíduo de *U* tomado como argumento. Ora, espero haver mostrado que isso é falso, e que para certos indivíduos tomados como argumentos, 'muito alto' é indefinido quanto ao valor de verdade. Mas essa constatação, por outro lado, não significa que 'muito alto' e 'alto' estejam todos num mesmo saco, e que se deva renunciar a capturar uma diferença entre eles no que concerne à vagueza (o que conduziria à idéia, a meu ver simplista, de que todos os predicados são igualmente vagos, independente das operações que se façam sobre eles). Em outras palavras, admito, junto com Klein, que o advérbio 'muito' tenha efeitos sobre a vagueza de 'alto', mas discordo quanto à natureza desses efeitos. Para este autor, há a passagem do vago para o não-vago (o que é logicamente interessante, mas semanticamente falso), ao passo que para mim há a passagem de um predicado fortemente vago, para um predicado fracamente vago. É evidente que esta solução não é logicamente pertinente (um predicado recebe ou não um valor de verdade; ele é não-vago, ou vago), mas creio que ela é semanticamente defensável. Nas seções seguintes, tentarei desenvolver alguns aspectos dessa solução.

Com as marcações *+vago* e *-vago*, podemos desenvolver uma solução alternativa para a aplicação do conceito de vagueza à descrição semântica da comparação e dos intensificadores (assim como a outros recursos citados na seção 1.5.1): *um intensificador (como 'muito') é um modificador que, aplicado a um predicado +vago, transforma-o num predicado -vago.*

4.4. A comparação e a teoria dos topoi

A estrutura comparativa, ao que parece, ainda não recebeu uma abordagem mais sistemática no âmbito da teoria dos topoi. Todavia, análises dessa construção foram realizadas sob a perspectiva de modelos anteriores da Teoria da Argumentação, e creio que as principais propostas dessas análises, no que se refere à comparação de grau, continuam válidas no modelo da teoria dos topoi. O problema que se põe é o de como formalizar essas propostas segundo os mecanismos da teoria dos topoi.

Apresentarei a seguir, resumidamente, uma proposta de análise da comparação na perspectiva do modelo standard da Teoria da Argumentação (Vogt:1977). Em seguida, discutirei os problemas que esse tipo de abordagem apresenta quando inserida na teoria dos topoi. Na verdade, o que estará em questão não é apenas o tipo de formalização dos diferentes modelos da Teoria da Argumentação, mas a própria análise argumentativa da comparação.

Segundo Vogt (1977), a comparação é um dos tantos processos gramaticais em que a argumentatividade se revela. Assim como ocorre em asserções como «João trabalhou pouco», em que, segundo a Teoria da Argumentação, impõe-se uma direção argumentativa no sentido da não-realização do trabalho (ao menos a não-realização do trabalho necessário para certos resultados), o que não pode ser capturado por um semântica representacional, Vogt defende que também as comparações de grau são essencialmente argumentativas. Vale dizer, os fatos argumentativos representados pela comparação não recobrem necessariamente, segundo ele, diferenças factuais

no mundo objetivo: Os objetos e os graus envolvidos não são definidos em termos de verdade e falsidade, mas em termos da ordenação argumentativa desses objetos e desses graus pelo sujeito da enunciação. Ou seja, a comparação pertence «à ordem do preferível em lugar da ordem do verdadeiro», como é próprio da argumentação (id:61). Vejamos o seguinte exemplo de uma comparação de superioridade:

(13) Pedro é mais inteligente do que João.

Com base nessa sentença, pode-se tirar conclusões a partir da inteligência de Pedro, mas não a partir da burrice de Pedro:

(14) Pedro é um bom aluno.

(15) Pedro é um péssimo aluno.

(14) seria uma boa continuação discursiva para (13), mas (15) não o seria. Disso resulta a relativa inaceitabilidade de:

(16)?? Pedro é mais inteligente do que João, portanto ele é um péssimo aluno.

O valor dessa abordagem argumentativa da comparação é que, a princípio, ela explicaria melhor do que uma semântica de valor de verdade a inaceitabilidade de (16). Porque, de fato, é possível que x seja mais inteligente do que y, e ainda assim x seja um péssimo aluno. Para isso, basta que o grau de inteligência de y seja extremamente baixo; logo, a superioridade de x não implica que ele não seja um péssimo aluno. Assim, nenhum fato do mundo objetivo recobre essa força argumentativa da comparação de superioridade. Segundo Vogt, ao usar esse tipo de

comparação, o sujeito da enunciação encaminha necessariamente o seu discurso no sentido da inteligência de Pedro. Mas essa necessidade é lingüística e argumentativa e não lógica ou factual.

Vogt cita igualmente o caso da força argumentativa da comparação de igualdade. Nesse tipo de construção, segundo ele, a igualdade entre os termos é apenas aparente; na verdade, o discurso é dirigido em função da apreciação do termo comparado. Por exemplo:

(17) João é tão grande quanto Pedro.

As conclusões desse enunciado serão no sentido da grandeza de *João* ou, em outros termos, esse enunciado representa uma apreciação favorável de *João*, que o tamanho de *Pedro* apenas corrobora (a não ser que se trate de um discurso irônico). Essa análise permite explicar a inaceitabilidade de (18):

(18) *João é tão grande quanto Pedro e até mesmo um pouco menor que Luís (id:212).

A abordagem argumentativa da comparação possibilita a seguinte explicação: a frase «João é tão grande quanto Pedro» encaminha o discurso favoravelmente a *João*; o operador argumentativo *até mesmo* deveria introduzir um argumento situado num ponto ainda mais alto da escala argumentativa da grandeza de *João*; mas, ao contrário, ocorre uma inversão de escala argumentativa ao se enunciar que *João* é um «pouco menor que Luís», que vai no sentido contrário da grandeza de *João*.

Por outro lado, é fácil averiguar que, do ponto de vista lógico-factual, a situação apresentada em (18) é perfeitamente natural. Como afirma Vogt (id:212), se Pedro tem 1,75m, deduz-se que João terá ao menos 1,75m, mas Luís pode ter 1,90m, o que torna o enunciado (18)

verdadeiro. Mais uma vez, sempre segundo Vogt, a abordagem argumentativa se mostraria mais satisfatória que uma semântica de valor de verdade.

Todavia, nessa análise há uma implicação teórica que eu gostaria de ressaltar desde já. A inaceitabilidade argumentativa de (18) é inegável, mas podemos nos perguntar se tal inaceitabilidade se deve à própria estrutura da comparação ou à presença do operador argumentativo *até mesmo*. Se admitimos que a função semântica da comparação é fundamentalmente argumentativa, então de fato somos obrigados a admitir também que qualquer seqüência adjungida a uma comparação deve obedecer à direção argumentativa imposta pela comparação. Ou seja, a frase (17) deverá ser seguida por segmentos que vão na direção da grandeza de *João*; a adjunção de qualquer segmento que contrarie essa direção argumentativa, resultaria em enunciados inaceitáveis. Em resumo, aceitar que a comparação é essencialmente argumentativa (essa ainda é a posição de Ducrot (comunicação pessoal) e parece ser a de Vogt em 1977), implica dizer que a inaceitabilidade de (18) se deve à própria estrutura da comparação. Ora, se trocamos *até mesmo* por *e*, o enunciado se torna aceitável:

(19) João é tão grande quanto Pedro e um pouco menor que Luís.

O abacaxi cai agora nas mãos da Teoria da Argumentação. Como admitir a possibilidade de (19) se a estrutura da comparação faz com que se fale da grandeza de *João* em «João é tão grande quanto...» e da pequenez de *João* em «João é menor que...»? Trata-se de uma evidente contradição de orientação argumentativa. Não vejo qualquer explicação possível para (19), no quadro da Teoria da Argumentação. Quanto a (18), uma solução diferente da proposta por Vogt seria dizer que é o operador argumentativo *até mesmo* que provoca a inaceitabilidade (argumentativa) desse enunciado. Isso implicaria aceitar que não é a própria estrutura argumentativa que provoca a inaceitabilidade de (18), mas apenas o uso do OA *até mesmo*. Essa

solução retiraria o caráter argumentativo da comparação, que é exatamente o que se tenta mostrar.

Por conseguinte, um primeiro problema que se apresenta para a Teoria da Argumentação é o seguinte: nem sempre a força argumentativa da comparação é visível nos enunciados. Vale dizer, a hipótese de que as construções comparativas são essencialmente argumentativas se mostra problemática.

Uma segunda característica da análise de Vogt é o que ele denomina ‘ambigüidade argumentativa da comparação’. Para efetivar a sua análise, Vogt pressupõe que a comparação se estrutura na forma de tema/comentário, e que o comentário representa um argumento ‘favorável’ ao tema. Além disso, há uma oposição simétrica de orientação argumentativa entre os termos de uma comparação. Assim, ‘se o termo B é um argumento favorável a A, então A é um argumento desfavorável a B’ (id:55).

Por outro lado, os termos A e B (termos comparado e comparante, por exemplo) podem assumir seja o papel de tema, seja o papel de comentário, e nisto consiste a ambigüidade argumentativa. Vejamos o enunciado seguinte:

(20) Pedro é tão inteligente quanto João (id: 60).

Em (20), a argumentação pode caminhar em duas direções: seja no sentido da inteligência de Pedro (a qual neste caso será o tema), seja no sentido da burrice de João (a qual neste caso será o tema). No caso da inteligência de Pedro ser o tema, o seu comentário (em favor do tema) é a inteligência de João. No caso da burrice de João ser o tema, o seu comentário (em favor do tema) é a inteligência de Pedro.

Observe-se que, por esta análise, o comentário representa um argumento ‘favorável’ ao tema, mas não necessariamente favorável ao termo. Quer dizer, no caso, por exemplo, em que a

'burrice de João' seja o tema, o argumento será favorável (irá na mesma direção argumentativa) a esse tema, mas evidentemente não se trata de um argumento favorável ao termo 'João'. Essa assimetria entre 'favorável' ao tema e 'desfavorável' ao termo não é explicitada por Vogt. Por outro lado, é evidente que se tem uma simetria no caso em que o tema seja, por exemplo, a inteligência de Pedro. Neste caso, o comentário é a favor do tema e a favor do termo.

Como já disse, a proposta de Vogt continua aceitável (ao menos em suas propostas básicas) no modelo mais recente da Teoria da Argumentação, ou seja, na Teoria dos Topoi. Mas aí ao menos dois problemas se apresentam, que colocam em questão, a meu ver, a própria hipótese de que a comparação seja uma estrutura essencialmente argumentativa.

Como já foi afirmado no Cap. 3, um predicado (ou palavra com conteúdo lexical), na Teoria dos Topoi, é definido pelo conjunto de topoi a ele ligados. Cada topos indica um discurso possível a partir do predicado. Vejamos o exemplo abaixo:

(21) João é inteligente.

Neste enunciado, tem-se uma série de topoi ligados ao adjetivo *inteligente* e que possibilitam diferentes encadeamentos discursivos, tais como:

- (21a) Ele terá sucesso na vida.
- (21b) Ele é admirado pelos que o conhecem.
- (21c) Ele é um aluno brilhante.
- (21d) Ele é chato
etc, etc.

Além disso, os predicados possuem intrinsecamente uma gradualidade de sentido, devido ao fato de que um topos pode ser aplicado com menor ou maior força. Quanto maior a força com que um topos é aplicado numa situação, maior a força do predicado envolvido. Em consequência, o adjetivo *inteligente* é intrinsecamente gradual. Vejamos a sentença comparativa seguinte:

(22) João é mais inteligente que Mário.

Ora, esse enunciado pode estar ligado, através de diferentes topoi, às mesmas continuações discursivas especificadas em (21a,b,c,d.),etc. Ou seja, (21) e (22) têm o mesmo sentido (se definimos sentido como o conjunto de topoi associados a uma palavra). Além disso, não há qualquer diferença semântica perceptível entre a força argumentativa de (21) e a força argumentativa de (22). As coisas se passam como se, com relação à gradualidade do sentido, uma sentença afirmativa e uma sentença comparativa não apresentassem qualquer diferença semântica.

Resumindo, o primeiro problema da análise da comparação no âmbito da Teoria dos Topoi é que não há distinção de força argumentativa entre uma sentença afirmativa e uma sentença comparativa. Se utilizamos um teste comumente aceito na teoria da Argumentação, vemos que essa indistinção é falsa:

(23) João é inteligente, ele é até mesmo mais inteligente que Mário.

Nesse enunciado, vê-se que a comparação tem uma força argumentativa maior que a sentença afirmativa (pois o OA introduz argumentos mais fortes). Comparemos agora (23) com (24) abaixo:

(24) João é inteligente, ele é até mesmo muito inteligente.

Na teoria dos topoi, a análise de (24) é a seguinte: o OA até *mesmo* introduz um argumento mais forte, que é produzido pela presença do MR (modificador realizante) *muito*; vale dizer, este MR faz com que a aplicação dos topoi ligados a *inteligente* se faça com maior força

argumentativa. O nosso problema é o seguinte: através de (23) e (24), percebe-se perfeitamente que a comparação e o MR *muito* têm uma função argumentativa equivalente: eles produzem argumentos mais fortes. De que forma a teoria dos topoi pode explicar e formalizar essa relação entre a comparação e os modificadores realizantes? Cair-se-ia num círculo vicioso se a resposta fosse que em 'João é mais inteligente que Mário' os topoi associados a *inteligente* se aplicam com mais força do que na sentença afirmativa, pois o que se quer explicar é precisamente por que os topoi, na comparação, aplicam-se com mais força.

Dispomos, então, de dois fatos semânticos que a abordagem argumentativa da comparação não consegue explicar: a) em que consiste a diferença de gradualidade entre uma sentença afirmativa e uma sentença comparativa? b) como se explica o paralelismo entre (23) e (24), ou seja, o paralelismo semântico entre as estruturas comparativas e os modificadores realizantes (como 'muito')?

Creio que a hipótese proposta na seção anterior é capaz de fornecer respostas a estas questões. Segundo esta hipótese, a comparação⁴ pode ser definida da seguinte maneira: *a comparação é um mecanismo gramatical que funciona como um modificador que, quando aplicado a um predicado +vago, transforma-o num predicado -vago*. A partir dessa definição, pode-se concluir que a diferença semântica entre a sentença afirmativa e a sentença comparativa consiste exatamente no fato de que o predicado da sentença afirmativa recebe a marcação *+vago*, ao passo que o predicado comparado recebe a marcação *-vago*. Esta é a resposta à questão a) acima. Quanto à questão b), a resposta é também muito clara: a comparação e intensificadores como 'muito' são modificadores com a mesma definição na solução proposta. Dessa forma, o paralelismo de (23) e (24) é previsível, já que o OA *até mesmo* introduz predicados aos quais foram aplicados modificadores com a mesma definição (no caso, a comparação e o intensificador

⁴ Observe-se que, quando defino a comparação como um modificador de vagueza, não pretendo com isso indicar que essa definição dê conta de todos os aspectos semânticos dessa construção. Esta definição é relevante apenas para os problemas que estou abordando.

'muito'). Passarei a denominar de modificador **M** este tipo de modificadores: um modificador **M** é aquele que, quando aplicado a um predicado +vago, transforma-o num predicado -vago.

Como vimos na seção anterior (exemplo (12), repetido abaixo como (25)), os predicados **+vagos** aceitam a comparação, ao passo que os predicados **-vagos** não aceitam a comparação :

- (25)
 (a) João é mais alto que Pedro.
 (b) *João é mais muito alto que Pedro⁵.
 (c) ?? O animal doméstico do João é um cachorro, ele é até mesmo mais cachorro do que o de Maria.

Agora estamos em condições de sistematizar melhor a explicação desse fenômeno. Como vimos, a comparação é um modificador **M** que, quando aplicado a um predicado +vago, transforma-o num predicado -vago. Portanto, as condições de aplicação desse modificador exigem que o predicado ao qual ele se aplica seja marcado +vago. De outra forma, o modificador **M** não funciona e gera sentenças inaceitáveis. Em (25a), as condições de aplicação são respeitadas: 'alto' é um predicado +vago. Já em (25b) e (25c), as condições de aplicação do modificador **M** não são preenchidas, pois 'muito alto' e 'cachorro' são marcados -vago.

Observe-se, todavia, que (25b) e (25c) apresentam diferença quanto ao grau de inaceitabilidade; em alguns contextos, a frase (25c) pode ser considerada aceitável. Nesse caso, o que ocorre é que o predicado envolvido será considerado +vago no contexto de interlocução, e o modificador pode ser aplicado. Nesse tipo de caso, a vagueza dos substantivos, a princípio apenas marginal, é ressaltada no contexto de interlocução e a comparação se torna possível. 'Peixe'⁶, por

⁵ Note-se que se pode dizer "João é muito mais alto que Pedro", mas neste caso o intensificador opera sobre a comparação, e não sobre o predicado 'alto', que é +vago, e como tal pode ocorrer na comparação.

⁶ Note-se que, na minha proposta, 'peixe' é um predicado intrinsecamente vago; o que pode variar, no contexto de interlocução, é o grau de vagueza que os falantes atribuem a este substantivo. Pode-se argumentar que seria mais simples eliminar as polaridades +vago e -vago, e considerar que todos os predicados são igualmente vagos. Ora, isso impossibilitaria a descrição semântica dos 'modificadores de vagueza', e não teríamos como dar conta da agramaticalidade de (25b). Se 'muito alto' é tão vago quanto 'alto', por que a comparação não se aplica a 'muito alto'?

exemplo, é em princípio *-vago*, mas na sentença abaixo é usado como *+vago*, o que possibilita a comparação:

(26) A baleia é menos peixe que um tubarão.

Como vimos também, foi constatado um paralelismo semântico entre, de um lado, a estrutura comparativa e, de outro, os intensificadores como 'muito' (denominados de 'modificadores realizantes' na Teoria dos Topoi), pois ambos produzem argumentos mais fortes e podem ser introduzidos pelo OA *até mesmo*. Repito abaixo os exemplos em que isso é constatado:

(23) João é inteligente, ele é até mesmo mais inteligente que Mário.

(24) João é inteligente, ele é até mesmo muito inteligente.

Pretendo propor uma explicação mais geral, no quadro da solução que venho desenvolvendo, para a representação semântica desse tipo de enunciado em que se coordenam uma sentença com um predicado P, e uma outra sentença com um predicado Q que resulta da aplicação de um modificador M ao predicado P. Essa explicação seria ao mesmo tempo generalizante (pois não envolveria apenas coordenações com 'até mesmo') e despojada de valores argumentativos (pois prescindiria do conceito de 'argumento mais forte'). A explicação é dada pela seguinte regra:

REGRA DE COORDENAÇÃO: Não se pode coordenar uma sentença inicial que contém um predicado Q *-vago*, resultante da aplicação de um modificador M a um predicado P, com uma outra sentença que contém este predicado P *+vago*.

Esta regra explica a inaceitabilidade dos enunciados abaixo:

- (27a)* João é mais inteligente que Pedro, ele é até mesmo inteligente.⁷
 (B) * João é muito inteligente, ele é até mesmo inteligente.
 (C) * João é mais inteligente que Pedro, e ele é inteligente.
 (D) * João é muito inteligente, e ele é inteligente.
 (E) * João é mais inteligente que Pedro, ele é inclusive inteligente.
 (F) * João é muito inteligente, ele é inclusive inteligente.

A *Regra de Coordenação* não permite a formação dos enunciados acima, mas não impede a formação de enunciados como (23) e (24), em que se coordenam uma sentença inicial com um predicado P +vago, com uma outra sentença com um predicado Q -vago, resultante da aplicação de um modificador M ao predicado P.

A intuição subjacente a esta Regra de Coordenação é que, nas estruturas de coordenação, o discurso caminha do +vago para o -vago, mas não do -vago para o +vago. Mas esta intuição não tem o sentido forte de indicar que, no discurso, a passagem do -vago para o +vago seja sempre inaceitável; esta intuição deve ser lida no sentido fraco de que, neste tipo de coordenação, e em provavelmente alguns outros pontos da gramática, a passagem aceitável é do +vago para o -vago, e a passagem inaceitável é do -vago para o +vago. Mas isto não impede que, em certos contextos, um discurso parta de significações mais precisas (-vagas), e no seu desenvolvimento essas significações se tornem mais imprecisas (+vagas). A vagueza pode ser intensificada, e não apenas reduzida. Nesta tese, todavia, restringir-me-ei a tentar analisar a passagem do +vago para o -vago. Na seção seguinte, proporei um conjunto de hipóteses em que se insira o conceito de redução de vagueza.

⁷ Todavia, uma sentença como 'João é mais inteligente que Pedro, ele é inteligente' parece perfeitamente aceitável.

Gostaria, por fim, de discutir dois possíveis problemas da solução proposta. Em primeiro lugar, pode-se argumentar que esta solução pressupõe que a semântica dos predicados sempre envolve escalas mensuráveis. Vagueza e gradualidade são, de fato, normalmente visualizadas como envolvendo valores quantitativos, mas isso é apenas uma imagem (in)conveniente. Na verdade, o conceito de vagueza é válido mesmo onde não faz sentido qualquer referência a escalas mensuráveis. A solução proposta não implica de forma alguma que a semântica dos predicados não-mensuráveis deva ser reduzida à semântica dos predicados mensuráveis. Vejamos o exemplo abaixo:

(28) Machado de Assis é um grande escritor, ele é até mesmo tão grande quanto os maiores escritores europeus do século passado.

A comparação existente na segunda sentença desse enunciado reduz a vagueza de 'grande escritor', mas isso não significa de modo algum que exista uma escala mensurável de grandeza literária, mesmo que imaginariamente possamos concebê-la.

Uma outra aparente dificuldade dessa solução é que diferentes modificadores de vagueza podem marcar vários níveis de vagueza, e não apenas dois (+vago, -vago). Por exemplo, teríamos três níveis de vagueza nas três expressões seguintes: 'alto', 'muito alto', 'extremamente alto'. O problema é: como reduzir esse sistema ternário de graus de vagueza a uma representação binária? Penso que a solução é a seguinte: para a descrição dos modificadores e das regras relevantes (como a *regra de coordenação*), o que se considera, a cada passo, é um par de predicados; assim, o sistema ternário acima é reduzido a oposições binárias. O valor de 'muito alto' é calculado a partir do valor de 'alto'; de acordo com a definição do modificador 'muito', obtém-se um predicado -vago ('muito alto') a partir de um predicado +vago ('alto'). O mesmo ocorre com o cálculo do valor de 'extremamente alto': 'extremamente' é um modificador *M* que se aplica a 'alto'. Como se vê, um sistema ternário é reduzido a oposições binárias. Na aplicação da *Regra*

de *Coordenação*, teríamos o seguinte: 'extremamente alto' seria -vago em relação ao predicado 'muito alto' (+vago)⁸. Quer dizer, na solução proposta a marcação de vagueza dos predicados depende da relação que se estabelece entre os predicados, e essa relação é sempre binária. Assim, 'muito alto' é -vago em relação à 'alto', mas +vago em relação à 'extremamente alto'. Isso permite explicar, em função da *Regra de Coordenação*, por que o enunciado abaixo é inaceitável:

(29) *Pedro é extremamente alto, ele é até mesmo muito alto.

'Muito alto', em relação à 'extremamente alto', é marcado +vago, e como corresponde ao predicado P da *Regra de Coordenação* (na verdade, ao predicado P modificado), o enunciado (29) é inaceitável em função da *Regra de Coordenação*. Informalmente, pode-se dizer que (29) é inaceitável porque faz a passagem do -vago para o +vago.

4.5 Uma alternativa teórica

Antes de tentar esboçar um sistema de hipóteses teóricas no qual se enquadre a solução proposta, em termos de marcações de vagueza (+vago, -vago), gostaria de apresentar o conceito de 'vagueza resistente', desenvolvido por Horgan (1990). Este conceito desmonta o conjunto teórico que sustenta a noção de *'precisification'*, e deixa o caminho aberto, a meu ver, para o conceito de 'complementação de sentido', que desenvolverei na seção seguinte. Horgan define o conceito de 'vagueza resistente' (*robust vagueness*) da seguinte forma: "Let an expression E be *robustly* vague if there is nothing in our actual semantic norms that sanctions any single candidate-

⁸ Para representar em dois passos uma escala de três valores, é preciso realizar 2 operações binárias em que haja um termo médio, no caso 'muito alto'. Isso implica (observação de Rodolfo Ilari) tratar 'muito alto' ora como +vago, ora como -vago. De fato, é isso que eu pretendo. Não me parece absurdo pressupor que 'muito alto' seja intrinsecamente vago, mas que, dependendo do contexto de uso, os falantes (assim como no caso de 'peixe') atribuem a essa expressão um grau maior ou menor de vagueza.

precisification of E as correct, over and above various other candidate-precisifications” (p.543). ‘Vagueza resistente’ é aquela que sobrevive às ‘precisifications’ possíveis; não existe uma ‘precisification’ que seja a ‘correta’ (no sentido de correspondência exata aos estados de coisas) e pela qual possamos determinar com certeza, em todas as situações, o valor de verdade de uma sentença vaga. Mesmo no caso de uma *precisification* através de uma quantificação numérica, como no exemplo do número de moléculas de uma cadeira, não há nenhuma garantia (pois o valor N (número de moléculas retirada) é uma determinação arbitrária) de que N+1 torne a frase ‘isto é uma cadeira’ inteiramente falsa; ou seja, nada nos garante que N+1 não seja uma *precisification* igualmente válida do sentido de ‘cadeira’ (quanto à estrutura molecular).

A *vagueza resistente* é ainda mais visível no caso de *não-calvo* (e de seu oposto *calvo*). Imaginemos que uma *precisification* determine que *não-calvo* signifique possuir um número *n* (ou mais) de cabelos. Nada, seja em nosso uso lingüístico, seja na nossa percepção do mundo, nos impede de dizer que, se *n* é uma *precisification* válida de *não-calvo*, *n-1* também o é, pois a passagem da não-calvície para a calvície é gradual, e qualquer *precisification* exata é arbitrária.

Isso repõe o paradoxo de sorites no centro da semântica da vagueza (sobre este paradoxo, cf. seção 4.1.). Segundo este paradoxo, se uma pessoa com *n* cabelos é não-calva, então uma pessoa com *n-1* cabelos também é não-calva. Logo, por indução matemática, uma pessoa que perde qualquer número de cabelos é também *não-calva*. A teoria de *super-truth* tenta invalidar a proposição condicional contida no paradoxo. Se esta proposição (que denominarei P) for falsa, o paradoxo também o será.

Vejamos como a *super-truth* tenta falsear a proposição P em questão, expressa da seguinte forma: Se *a* (que possui *n* cabelos) é *não-calvo*, então *b* (que possui *n-1* cabelos) também é *não-calvo*. Imaginemos que *a* e *b* se encontrem na zona de penumbra (casos duvidosos) do predicado *não-calvo*. Segundo a *super-truth*, *a* e *b* poderão ser inseridos em uma das duas extensões (positiva e negativa) do predicado *não-calvo*, de acordo com as diferentes repartições

possíveis dessas extensões pelas diferentes '*precisifications*' de *não-calvo* (cf. seção 4.2). Assim, dada por exemplo a *precisification* de que 300 ou mais cabelos determinam a extensão positiva de *não-calvo*, então uma pessoa com 299 cabelos não estaria na extensão positiva de *não-calvo*, mas sim na extensão negativa. Em suma, segundo a teoria de *super-truth*, em ao menos uma das *precisifications* possíveis de *calvo*, a proposição P acima é falsa (se *a* tiver 300 cabelos e *b* 299 cabelos). Com isso, os defensores dessa teoria pensam haver eliminado o paradoxo de sorites.

Ora, segundo o conceito de *vagueza resistente*, a escolha de uma *precisification* de *não-calvo* como 300 ou mais cabelos é inteiramente arbitrária. Nada impede que a *precisification* de *não-calvo* fosse de 301, 302, 303, n... cabelos. A escolha de uma ou outra *precisification* é indeterminada e não-consensual entre os falantes (cf. Parikh, 1994). A vagueza de *não-calvo* persiste na indeterminação das *precisifications* possíveis.

Não se pode pretender, assim, que uma *precisification* elimine a vagueza, já que é ela própria vaga entre outras *precisifications* possíveis.

4.5.1. Complementações de sentido

A alternativa teórica que pretendo defender compõe-se de três hipóteses: **Hip. 1)** A passagem do +vago ao menos -vago, através dos diferentes mecanismos de redução de vagueza, tem o efeito semântico de delimitar um sentido mais preciso no campo da interlocução.

Hip. 2) As sentenças com predicados vagos não podem ser descritas em termos de condições de verdade. Em outros termos, tais sentenças não correspondem a proposições. Se tais sentenças possuem efeitos referenciais, indicando estado de coisas, estes efeitos são devidos a que seu uso pode conduzir a comportamentos bem-sucedidos dos interlocutores.

A **Hip. 2** encontra inspiração na teoria do segundo Wittgenstein: "Wittgenstein now argues that the principle that every proposition is true or false needs no foundations. It is simply a part of

the explanation of the concept of a proposition (*Satz*). Its validity is compatible with admitting vague expressions into language. (We could say, e. g., that applying a vague predicate ' Φ ' to a borderline case named 'a' yields a sentence ' Φa ' not expressing a proposition" (Baker & Hacker, 1988:223). Ainda nessa perspectiva, Parikh (1994:530) observa que o conhecimento (*knowledge*) propiciado por uma sentença vaga equivale não à expressão de uma proposição (entendida como função de mundos possíveis a valores de verdade), mas sim a um conhecimento que favorece comportamentos bem-sucedidos.

Denominarei '**complementação de sentido**' a operação semântica que objetiva, através dos mecanismos de redução de vagueza, tornar mais preciso o sentido de uma expressão lingüística no campo da interlocução. Uma *complementação de sentido* torna mais preciso o sentido da expressão ao qual se aplica, mas, ao contrário da *precisification*, uma *complementação de sentido* A' pode ser sempre ajustada por uma outra complementação de sentido B. Nesse sentido, uma complementação de sentido qualquer não pode ser considerada a 'correta', pela correspondência aos fatos empíricos. Ela não elimina a vagueza da expressão à qual se aplica, de modo que não apresenta qualquer problema em relação ao conceito de 'vagueza resistente', ao contrário da noção de '*precisification*', como vimos na seção anterior. Podemos dizer que há sempre um resíduo de vagueza que uma complementação de sentido não elimina, o que dá espaço para a aplicação de uma nova complementação, e assim recursivamente. A partir disso, temos a **Hip. 3)** Predicados vagos são aqueles suscetíveis de **complementação de sentido**. Uma complementação de sentido não tem por função eliminar a vagueza de um predicado, mas reduzi-la. Assim, haverá sempre um resíduo de vagueza ao qual poderá ser aplicada uma nova complementação de sentido.

Tentarei agora desenvolver o conjunto dessas três hipóteses, especificando os conceitos de 'sentido' e 'vago', que a definição de *complementação de sentido* pressupõe. Esses conceitos devem ser definidos numa teoria semântica alternativa à teoria lógica, na medida em que a solução proposta assume a **Hip. 2**, segundo a qual os predicados vagos não podem ser descritos em

termos de condições de verdade. Isso implica que não se pode levar em conta a conexão direta que os predicados vagos estabelecem com a realidade, pois determinar as condições de verdade de um símbolo é determinar o que torna possível essa conexão.

Creio que o ensinamento mais importante que se pode tirar do problema da vagueza, é que há uma cesura entre aquilo de que a língua fala e aquilo que a realidade é. O papel de uma complementação de sentido não é conduzir diretamente à estrutura dos estados de coisas, embora ela proporcione uma delimitação do sentido do predicado; logo, somos levados a concluir que a um sentido mais preciso não corresponde uma referência determinada. Podemos obter sentidos mais precisos a partir das complementações de sentido, mas isso não assegura que sejamos capazes de identificar todos os 'objetos' aos quais esses predicados *-vagos* referem. Ora, referir (no sentido lógico) é referir a algo, é visar um alvo.

A solução proposta, ao contrário, com predicados vagos e complementações de sentido, não estabelece as condições de possibilidade da conexão entre o símbolo (a flecha) e os objetos (o alvo). Ele descreve uma estrutura puramente semântica de predicados e operações sobre predicados. Temos assim dois níveis de representação do funcionamento das expressões vagas: 1) relação semântica entre predicados vagos e operações sobre predicados 2) identificação, na realidade, de 'objetos' (organizados em estados de coisas) a partir de sentenças com predicados vagos.

A solução proposta envolve apenas o nível de representação 1). O nível 2) é definido no plano comportamental e prático (conforme a **Hip 2**). Apesar de esses níveis serem independentes (para os objetivos em jogo), penso que podemos estabelecer uma relação entre eles, como veremos depois.

Vejamos que elementos se requer para a construção dessa hipótese de análise da vagueza. Em função de nossos objetivos, serão definidos apenas dois elementos⁹: predicados e operações sobre predicados. Os predicados correspondem a itens lexicais como os verbos, substantivos, adjetivos e advérbios. As operações sobre predicados correspondem aos intensificadores, à comparação e aos hedges, além das próprias relações entre predicados (por exemplo, a relação entre substantivos e adjetivos).

Observe-se que a noção de 'relação entre predicados' como operação sobre a vagueza dos predicados permite captar o funcionamento dos predicados vagos no nível da sentença, e não como palavras isoladas, em estado de dicionário. Assim, o adjetivo 'alto' é inteiramente vago se considerado isoladamente (pois não está definida a classe de substantivos a que ele está ligado: homens, postes, edifícios, etc), mas na estrutura da sentença se dá uma primeira operação sobre essa vagueza inicial, através da relação que o adjetivo mantém com o substantivo ao qual se liga.

(30) Chegou um homem alto.

Nessa sentença, a relação entre os predicados 'homem' e 'alto' restringe a vagueza de 'alto' ('alto' não poderá significar aí 'ter 10 metros de altura'). Por isso, dizemos que a relação entre predicados pode corresponder a uma operação sobre a vagueza de um predicado envolvido na relação. O mesmo se dá com adjetivos de dois argumentos, conforme se pode ver nas frases abaixo:

⁹ Trata-se, evidentemente, de um modelo semântico incompleto. A ausência mais notável é a dos nomes próprios. Como, ao longo da tese, tenho discutido o problema dos predicados vagos, concentro-me aqui na análise dessas expressões. Todavia, entendo que os nomes próprios devam ser analisados também como 'imagens ou representações' semânticas e não como indicadores de componentes da realidade. Aliás, segundo Quine (1960:126), os termos singulares (nomes próprios) também podem ser vagos, o que indica que eles apresentam alguma similitude estrutural com os termos gerais (predicados). Um exemplo de análise semântica que situa nomes próprios e predicados num mesmo patamar semântico (representando 'conceitos') encontra-se em Jackendoff (1987:136-7), segundo o qual os nomes próprios são 'conceitos token' e os predicados 'conceitos type', organizados na estrutura 'TOKEN is-an-instance-of TYPE'.

(31)O rapaz é consciente do perigo.

(32)O rapaz é consciente da própria finitude.

O predicado 'consciente' tem os limites de sua vagueza intrínseca afetados pelos entornos em que ocorre nas sentenças. Os argumentos 'perigo' e 'finitude' estabelecem parâmetros diferentes para a compreensão do sentido de 'consciente'. No primeiro caso, 'consciente' corresponde à percepção de uma situação concreta e envolve certas atitudes sobre esta situação; no segundo caso, a percepção de uma simples situação concreta não é suficiente; 'consciente da própria finitude' corresponde a uma valoração da existência, no plano moral.

Entretanto, é preciso estabelecer uma restrição sobre a noção de que 'relações entre predicados' correspondem a operações sobre predicados, ou seja, no âmbito da solução proposta, a alterações da vagueza dos predicados. Uma aplicação irrestrita dessa noção implicaria que toda e qualquer relação entre predicados têm efeitos sobre a vagueza dos predicados. Mas isso me parece falso. Imaginemos que um aluno diga que a baleia é um peixe, e que o professor peça para ele especificar melhor o sentido que atribui à 'peixe', ao que o aluno responde:

(33)As baleias são peixes grandes.

Ora, é evidente que a adjunção do adjetivo 'grande' ao substantivo 'peixe' não circunscreve melhor o sentido de 'peixe' que o aluno está utilizando. O que o professor desejava, provavelmente (para então proceder a uma retificação didática), era uma redução da vagueza do sentido de 'peixe' a partir de um *hedge* como:

(34)Pelo seu habitat, as baleias são peixes.

Enfim, nem todas as relações entre predicados envolvem alteração da vagueza dos predicados envolvidos, mas só aquelas que são relevantes para uma compreensão mais precisa (ou menos vaga) do sentido da expressão (como em ‘consciente do perigo’), no campo da interlocução. Pode-se afirmar que sintagmas como ‘peixe grande’ não reduzem a vagueza do núcleo (‘peixe’) porque sua função semântica é antes a de definir subtipos ou subconjuntos a partir de um conjunto previamente determinado. Se este conjunto é vago, os subconjuntos serão construídos a partir desse conjunto vago. Se este conjunto é não-vago, os subconjuntos serão construídos a partir desse conjunto não-vago. Em outras palavras, a determinação de subconjuntos não interfere na vagueza do conjunto. Em função desse fato, não se trata aí, por definição, de uma complementação de sentido. (Utilizei noções de ‘conjunto’ e ‘subconjunto’ para facilitar a exposição; mas, de fato, como a solução que proponho é incompatível com uma teoria lógica baseada na teoria de conjuntos, deveria afirmar que ‘peixe grande’ não é uma complementação de sentido porque não opera sobre a ‘representação’ (sentido) de ‘peixe’, delimitando alguma de suas ‘especificações semânticas’, o que o tornaria *-vago* (cf. mais adiante)).

Vejam um outro exemplo equivalente a ‘peixe grande’. Imaginemos que policiais rodoviários devam determinar se os carros acidentados são ainda considerados ‘automóveis’ (e neste caso devem ser encaminhados a oficinas mecânicas) ou se eles são considerados ‘carcaças’ (e neste caso serão encaminhados ao ferro-velho). Haverá casos duvidosos em que os policiais não saberão se se trata de um automóvel ou de uma carcaça. Ora, dizer que um caso duvidoso é uma ‘carcaça azul’ não resolve em nada o problema; a cor não reduz a vagueza do termo ‘carcaça’ (não opera sobre os contornos indefinidos de sua estrutura semântica). Logo, não se trata de uma complementação de sentido.

Por outro lado, pode-se argumentar que ‘peixe’ não é vago para cada um dos interlocutores (no caso acima, o professor e o aluno), pois cada um deles dispõe de critérios (supostamente) precisos (num caso, a definição biológica, no outro o senso comum). Ora, a vagueza consiste aí

exatamente no fato de que os interlocutores podem chegar a julgamentos diferentes a partir de uma mesma significação. Dizer que 'peixe' não é vago por que o professor não considera a baleia um peixe é o mesmo que dizer que 'vermelho' não é vago por que Paulo tem certeza de que o pôr-do-sol não é vermelho, mas alaranjado! O critério de cor utilizado por Paulo pode ser tão eficiente quanto o critério biológico de classificação das espécies, mas a questão é que nem todos os falantes utilizam-no. "Peixe" é vago, e não ambíguo, tanto que se pode mesclar os critérios e dizer "O tubarão é mais peixe que o golfinho", o que pode significar, se não me equivoco, que o locutor dessa frase considera que o tubarão é mais peixe que o golfinho porque o é tanto biologicamente, quanto no senso comum, assim como se pode dizer que "Pedro é mais cristão que João", porque Pedro respeita os mandamentos e frequenta a igreja, ao passo que João apenas respeita os mandamentos.

Finalmente, a solução proposta abrange operadores específicos que, aplicados aos predicados, produzem sentidos mais precisos (ou menos vagos). Entre eles, os intensificadores, a comparação e os hedges. Ao contrário das *precisifications*, estes operadores não tornam os sentidos inteiramente precisos; uma nova complementação de sentido é sempre possível. A partir da sentença (30), um interlocutor pode pedir uma especificação maior do sentido de 'alto', e, para satisfazê-lo, o falante pode utilizar o operador 'muito', ou a comparação, ou um hedge:

(35) Ele é muito alto.

(36) Ele é mais alto que o Maurício da seleção de vôlei.

(37) Para o nosso time, ele é suficientemente alto.

Todos esses mecanismos correspondem a operações que permitem ao falante especificar o sentido de 'alto', reduzindo-lhe a vagueza. Todavia, o predicado oriundo da aplicação desses operadores continua vago, podendo significar, por exemplo, qualquer valor acima de 1,90m.

Tecnicamente, esses operadores correspondem a operadores O que, aplicados a predicados P, produzem predicados P', sendo que P e P' se distinguem semanticamente por P' ser menos vago que P. Esses operadores O correspondem a 'complementações de sentido'.

Creio que há duas maneiras de estabelecer um conceito metalingüístico: por definição e por testes. Proponho o conceito de 'complementação de sentido' por definição. Nessa definição enquadram-se as estruturas examinadas: a)intensificadores b)comparação c)hedges d)os complementos nominais da gramática escolar, como em 'consciente do perigo', 'amor de mãe', etc. e) especificação dos critérios de definição de um termo, por exemplo: "Entendo por cristão aquele que é caridoso e tem fé", etc. Se uma determinada estrutura lingüística é definida como 'complementação de sentido', pode-se prever que ela terá o efeito semântico de precisar alguma das especificações semânticas do predicado sobre o qual se aplica, alterando-lhe o sentido (imagem ou representação), por torná-lo *-vago*. Admito que a lista de 'complementações de sentido' acima não é exaustiva, mas penso que a definição oferecida é suficientemente exata para excluir certas construções: por exemplo, na frase, "A noite, abrigo de boêmios e ladrões, ainda mete medo em muita gente", o aposto "abrigo de boêmios e ladrões" não é, por definição, uma "complementação de sentido" da palavra 'noite', na medida em que ele não afeta a indeterminação dos contornos temporais da 'noite', em oposição ao dia. A noite começa às 20hs, às 22hs, ou depois da meia-noite? O sentido de 'noite' deixa essa especificação semântica indefinida (cf. Margalit,1976), e o aposto em causa em nada altera essa indefinição.

É verdade que seria interessante se dispuséssemos, além da definição, de testes identificadores do conceito de 'complementação de sentido'. Como examinei mais detidamente, nesta tese, os intensificadores e a comparação, citei ao menos um teste que mostra que um intensificador não pode co-ocorrer com uma comparação, e uma possível explicação para isso é que ambos são 'complementações de sentido', e como tal não podem co-ocorrer (veja-se a sentença 25b) acima). Mas infelizmente esse teste não é válido para todas as 'complementações de

sentido', como por exemplo os hedges: "Legalmente, João é muito racista". Neste exemplo, o hedge 'legalmente' co-ocorre com o predicado modificado 'muito racista'.

Mas o teste da co-ocorrência pode ser útil em alguns casos duvidosos: por exemplo, se temos dúvida que a relativa "João é tão alto que não passa na porta" é uma "complementação de sentido", podemos averiguar, pelo teste, que ela efetivamente o é, pois não pode co-ocorrer com um predicado já modificado por um intensificador:

(38) * João é tão muito alto que não passa na porta.

Gostaria de citar aqui uma razão suplementar para considerar a proximidade semântica entre a comparação e os de intensificadores, no caso, como 'complementações de sentido'. No dialeto nordestino, é comum a proliferação de comparações enfáticas do tipo:

(39) a) Feio que só a gota.

B) Bonito que só a moléstia.

C) Teimoso que só a molinga.

D) Chato que só a gota serena.

Estes exemplos, além da obsessão nordestina com as doenças, mostra que no dialeto dessa região há uma série de estruturas comparativas que têm uma função equivalente aos intensificadores. Assim, ao se dizer que alguém é 'feio que só a gota', está-se querendo dizer que se trata de alguém 'muito feio'. Mas o interessante a observar é que, alternativa às expressões em (39), há também uma comparação elíptica, sem o termo comparante:

(40) Feio que-só.

Nesse caso, a expressão 'que-só' funciona quase como um intensificador, dispensando o recurso a uma comparação implícita. Assim, um falante desse dialeto tem a opção de utilizar seja um intensificador como 'muito', seja a expressão 'que-só', quando deseja enfatizar alguma expressão, o que é uma forma de reduzir a vagueza, como vimos. Em outros termos, 'muito' e 'que-só' são paradigmaticamente alternativos, o que mostra a proximidade semântica entre a intensificação e a comparação, proximidade que a noção de 'complementação de sentido' permite capturar (Devo a lembrança desses exemplos a Josalba Vieira).

Determinados os elementos componentes da solução proposta, é preciso examinar como se definem, nesse contexto, os conceitos de 'sentido' e 'vago'. O sentido de uma sentença é obtido a partir da relação semântica entre predicados. Essa relação exclui a consideração de objetos e fatos do mundo. Segundo a solução proposta, sentido e referência se encontram em planos distintos, de sorte que o sentido não mantém qualquer relação direta com a referência. Ao contrário de Frege, o qual sustenta que, apesar de a referência não ser um ingrediente do sentido, aquela é uma consequência deste (o que pressupõe uma relação direta entre esses planos) (cf. Dummett, 1981:93), entendo que esta relação é indireta (ao menos numa semântica da vagueza), intermediada por uma série de práticas, e que operações sobre o sentido (como as complementações de sentido) não acarretam, necessariamente, redefinições das classes de referentes.

É aí que reside a diferença entre a noção de complementação de sentido e a noção de *precisification*, contida na análise de Klein (seção 4.2). Para Klein (de acordo com a teoria de 'supervaluation'), após o processo de *precisification* (representado em sua análise pelos 'modificadores de predicado'), as proposições são ou verdadeiras ou falsas - pela correspondência ou não a estados de coisas. Logo, uma proposição com um predicado vago 'corrigido' pela *precisification* deve permitir, por suas condições de verdade, identificar no mundo

o estado de coisas que tornaria essa proposição verdadeira. Em suma, na análise de Klein, os ‘modificadores de predicado’ reintroduzem as condições lógicas necessárias para que se faça a conexão entre o símbolo (a proposição) e aquilo que ele representa (o estado de coisas). Entre estas condições lógicas, está a de que não existam casos duvidosos de aplicação dos predicados.

Por outro lado, as *complementações de sentido* não têm a função de introduzir as condições lógicas para que se possa calcular o valor de verdade de uma proposição. Uma complementação de sentido tem por função tornar um predicado vago mais preciso e, sendo uma operação sobre o sentido, ela opera no nível da relação semântica entre predicados, e não no nível das condições de verdade que possibilitam a conexão entre o símbolo e aquilo que ele representa.

A análise que proponho se contrapõe não só às abordagens que tentam representar na linguagem lógica a eliminação da vagueza, com vistas a reintroduzir as condições lógicas satisfatórias (como é o caso de Klein), mas também às abordagens que pressupõem que especificações e fixações de sentidos vagos ocorrem como reconstruções no próprio uso da língua natural, com vistas à determinação das condições de verdade de uma sentença. Esta última abordagem é a de Quine, como vimos, assim como parece ser a de Frege, segundo a leitura de Dummet (1981:105): “What we are called on to provide is a reconstruction and systematization of part of our language: we seek to *fix* definite senses for the relevant expressions in order to confer a clear content on the question whether we are justified in accepting the disputed statements as true, and, if so, on what grounds”. Esses dois tipos de abordagens pressupõem que especificações de sentido visam ao objetivo de se reconstruir o sentido como um meio de alcançar uma referência *determinada*. Isso implica, como vimos, que haja uma relação direta entre sentido e referência, e que alterações do sentido envolvem diretamente a determinação da referência.

Tentarei mostrar, ao contrário, que temos aí dois planos diferentes de representação - de um lado, o plano do sentido, definido a partir da relação semântica entre predicados; de outro, o plano da referência, envolvendo a conexão entre símbolos e estados de coisas. A lógica opera

nesse segundo nível. De um modo geral, ela procura descrever, na forma da proposição, aquilo que permite a representação dos fatos do mundo. Ora, um pressuposto da teoria lógica é que os fatos são definidos. Logo, a representação desses fatos, incrustada na forma lógica das proposições, também deve ser definida (segundo o *Tractatus*, a própria proposição é um fato, de sorte que ela é necessariamente definida). Não pode haver casos em que os constituintes da proposição (por exemplo, predicados e nomes) sejam vagos. Se assim fosse, não se chegaria à identificação dos fatos que as proposições representam. E essa identificação é essencial para a lógica (“o trabalho essencial da linguagem é afirmar ou negar fatos” (Russell, introdução ao *Tractatus*, in Santos,1993:114)).

A solução proposta abrange predicados vagos e operações sobre predicados, e a semântica dos predicados vagos e das complementações de sentido não envolvem diretamente a identificação de fatos e objetos. A identificação de fatos é de um outro nível, implicando comportamentos e práticas dos interlocutores (**Hip. 2**). No plano semântico, um predicado é *+vago* ou *-vago*. No plano da práxis, a identificação de um fato ou de um objeto é bem ou mal sucedida. E nem sempre o plano semântico interliga-se diretamente com o plano da práxis: uma proposição com um predicado *+vago* pode conduzir a uma identificação bem sucedida dos objetos visados (os referentes), embora o seu sentido careça de uma maior especificação. Assim, se alguém diz: “Traga-me os alunos altos da escola”, a identificação dos indivíduos relevantes pode ser bem sucedida e, por outro lado, se alguém diz “Traga-me os alunos muito altos da escola”, a identificação pode não ser bem sucedida (apesar da *complementação de sentido*). A identificação de objetos (referência) depende de uma série de fatores práticos e comportamentais. Além disso, ela é sempre binária: ou se identifica ou não se identifica um fato. Ela se traduz ou em sucesso ou em fracasso. O engano da lógica é tentar situar essa bipolaridade comportamental no coração da semântica.

Mas voltemos à definição de sentido no contexto da semântica da vagueza. A meu ver, o ensinamento importante do problema da vagueza é a constatação de uma cesura entre o que a língua diz ou representa e aquilo que o mundo é. Logo, gostaria de inverter a perspectiva da teoria lógica, e considerar como relevante para a teoria semântica, não a homologia possível entre linguagem e mundo, da qual adviria a função representativa da linguagem, mas a disjunção entre esses dois planos, o que aliás não corresponde a negar que a linguagem represente o mundo. Mas a assumir que essa representação se dá a partir da disjunção entre linguagem e mundo, e não por uma possível homologia entre eles. Se não me equivoco, as teorias lógicas que foram citadas e analisadas ao longo dessa tese (Frege, o Wittgenstein do *Tractatus*, Quine e a teoria de *supervaluation* (Fine, Kamp, Klein)) partem todas do pressuposto de que existe algo que liga, como uma corrente elétrica, as duas pontas do processo de simbolização, vale dizer, linguagem e mundo. Todas essas teorias buscam uma ponte que atravesse o vazio entre símbolo e mundo, ponte construída ora pelo sentido como apresentação da referência, ora pela ‘figuração’, ora pelas condições estimulatórias.

Creio, todavia, (e essa crença certamente deriva de eu encarar a linguagem como lingüista e não como lógico), que devemos inverter a perspectiva e procurar a raiz representacional da linguagem não na homologia entre os planos da linguagem e do mundo, mas na disjunção entre esses planos. O sentido é de natureza propriamente lingüística, e é dessa tipicidade que o sentido segrega sua eficácia. Se ele é vago, não devemos nos preocupar (enquanto lingüistas) em eliminar essa vagueza, a fim de tornar a forma do sentido homóloga à forma do mundo. Devemos, sim, tentar capturar a maneira pela qual, a partir dessa disjunção formal, a simbolização é possível.

Afirmar mais acima que o sentido de uma sentença é obtido a partir da relação entre predicados. Portanto, os predicados (palavras de conteúdo lexical) exercem um papel fundamental na constituição do sentido. Devemos nos acautelar, entretanto, com a utilização do termo ‘predicado’, que tem sua origem na lógica. Não podemos, por exemplo, entender um predicado

como expressão de uma propriedade, e o sentido de uma sentença como uma combinatória qualquer de propriedades. Ora, propriedades são atribuíveis a objetos, e já vimos que os objetos, como entidades do mundo, não podem ser incorporados ao sentido. É a noção de propriedade (que ele denomina de 'conceito') que possibilita a Frege estabelecer a relação entre um predicado e a sua referência, relação esta que deve funcionar segundo o paradigma da relação entre o nome e o seu 'bearer'. É a propriedade, enfim, como referente de um predicado, que cumpre o papel semântico de estabelecer uma relação com entidades do mundo (cf. Dummet, op.cit.:401ss).

Ora, se estamos trabalhando com a suposição de que o sentido não mantém uma relação direta com entidades do mundo, então devemos nos desvencilhar da noção de predicado como indicação de 'propriedades'. Mas se o papel semântico de um predicado não é o de indicar propriedades, o que permitiria determinar (segundo Frege) se tal propriedade é verdadeira ou falsa de cada objeto dado (cada objeto, ao menos, que possa servir como um referente de um nome capaz de saturar o argumento do predicado), se o papel semântico do predicado não é este, qual seria ele então?

Recuperemos a argumentação, antes de seguir avante. Afirmei que a natureza do sentido deve ser avaliada em sua tipicidade, e não como uma relação ou ponte entre sentido e mundo. Se aceitamos a definição de predicado como indicação de 'propriedades', com o objetivo de estabelecer a relação entre sentido e mundo, através da saturação dos lugares argumentais, o problema da vagueza nos salta de novo aos olhos: a propriedade indicada por um predicado nem sempre é verdadeira ou falsa de um objeto dado. Logo, a idéia de que o papel semântico de entidades lingüísticas como os predicados é indicar propriedades que os objetos do mundo apresentam, leva-nos ao paradoxo de afirmar que vários (potencialmente todos) predicados da língua não são de fato de predicados...

Se renunciarmos a essa tentativa de ligação direta entre sentido e mundo, podemos afirmar que o papel semântico dos predicados é o de indicar *imagens* ou *representações*, construídas a

partir de especificações semânticas de contornos indefinidos. As imagens ou representações não correspondem a qualquer entidade do mundo; não representam conjuntos de objetos. Conjuntos de objetos são definidos, e as imagens são essencialmente vagas.

As especificações semânticas¹⁰ que constituem as imagens ou representações apresentam contornos indefinidos de duas maneiras: a) pela multiplicidade indefinida de especificações. Por exemplo: a imagem ou representação de 'cristão' é vaga porque ela pode ser construída a partir de várias especificações possíveis: 'frequentar a igreja', 'respeitar os mandamentos bíblicos', 'acreditar em Cristo', 'respeitar os sacramentos', etc. B) pela indeterminação dos limites de uma especificação. Por exemplo, a imagem ou representação de um 'homem alto' é vaga em função da indeterminação dos limites de altura.

A partir disso, pode-se entender melhor o que significa 'vago' na solução proposta: um predicado é tanto mais vago quanto mais indefinidos forem os contornos de suas especificações semânticas, seja em função da multiplicidade indeterminada dessas especificações, seja em função da indeterminação dos limites de uma especificação dada. As operações sobre predicados (complementações de sentido) tornam os predicados menos vagos por precisarem os contornos das imagens que os predicados representam, seja delimitando melhor as especificações envolvidas no sentido do predicado, seja estabelecendo limites mais precisos para uma dada especificação.

Há uma grande vantagem em definir a vagueza no plano semântico, sem a consideração da aplicação de propriedades a objetos. Se entendemos 'vago' no contexto proposto, torna-se admissível falar em sentidos mais ou menos vagos, e estou convicto (e espero haver apresentado provas suficientes desse fato) que uma semântica de língua natural deve ser capaz de explicar e sistematizar como e em que condições os falantes precisam os sentidos daquilo que dizem, no âmbito da interlocução. Ora, se entendemos a vagueza, ao contrário, como indeterminação da

¹⁰ 'Especificações semânticas' constituem as unidades em que se decompõem os predicados, entendidos como representações. Por essas serem vagas, as especificações semânticas não correspondem a condições necessárias e suficientes para identificar as representações.

relação entre certas propriedades e certos objetos, então soa incongruente afirmar que a referência dos predicados pode ser mais ou menos precisa; a referência, sendo aquilo que está no mundo, é ou não é estruturada de tal ou tal modo. Mas os sentidos podem, naturalmente, ser mais ou menos precisos, como as formas empregadas numa pintura podem ser mais ou menos difusas. A vagueza é assim um aspecto estrutural do sentido, residindo na própria construção das imagens ou representações. A delimitação de especificações semânticas e de limites de especificações semânticas correspondem a alterações da estrutura interna das representações. Em outros termos, a vagueza reflete algo de significativo sobre a própria estrutura das entidades semânticas.

Existe, em suma, uma diferença formal básica entre a estrutura do sentido e a estrutura do mundo. O sentido de uma sentença se constrói a partir da relação entre representações de contornos indefinidos, ao passo que um estado de coisas se dá a partir da relação (sempre definida) entre objetos e suas propriedades. É difícil imaginar que a estrutura do plano do sentido esteja calcada na estrutura do mundo. Para que a relação entre sentido e mundo aconteça, uma intermediação de práticas e experiências se faz necessária.

Seja dito *en passant* que a fragmentação dos valores de verdade V e F numa pluralidade de graus de verdade, entre 0 e 1, como pretende a *fuzzy-logic* (cf. Lakoff, 1972), não me parece recuperar a homologia perdida entre linguagem e mundo. É verdade que, nessa teoria, os conjuntos de objetos são vagos, na medida em que o grau de pertencimento de um objeto a um conjunto pode estar situado entre 0 e 1. Isso implica dizer que, na análise da língua natural, se João tem 1,71m, João é um indivíduo cujo grau de pertencimento ao conjunto dos indivíduos brasileiros altos, é baixo: digamos que ele seja '0.3 alto' (melhor dizendo, o predicado 'alto', quando toma 'João' como argumento, recebe o valor de verdade 0.3). Ora, a relação entre João e a propriedade 'alto' é perfeitamente definida, e o predicado cumpre a função lógica de ligar indivíduos a valores de verdade. A estrutura do mundo continua definida, embora gradual. Mas a vagueza insidiosa da linguagem não nos assegura que, dado o contexto acima, João não possa

receber o valor de verdade 0.2 ou 0.4. A escolha entre um desses valores de verdade é lingüisticamente arbitrária, embora no mundo a relação entre o indivíduo João e a propriedade 'alto' deva se dar num ponto determinado da escala de valores de verdade.

A hipótese da não-homologia entre predicados -como constituintes do sentido- e a estrutura do mundo nos liberta da necessidade de descrevê-los como conceitos que reproduzam, de alguma forma, essa estrutura.

Na solução proposta, a referência não é uma consequência do sentido. Referência e sentido situam-se em dois planos disjuntos, com estruturas diferentes. Mas isso não quer dizer que o sentido não transita para o mundo, ou que a linguagem não tenha uma função representativa. É justamente o contrário que tento demonstrar. A estrutura do sentido, tal como é, permite aos falantes falar sobre o mundo, embora a estrutura deste não esteja representada diretamente na linguagem. A linguagem não é o espelho lógico do mundo - mas ela permite falar sobre ele.

Os sentidos das sentenças transmitem uma série de *pistas* sobre aquilo de que falamos e que está no mundo (quando é o caso). Os sentidos dos predicados correspondem a imagens ou representações, construídas a partir de especificações semânticas de contornos indefinidos. Essas imagens, que constituem o sentido, não desenham um retrato do que ocorre no mundo - elas apenas fornecem pistas de como devemos proceder para identificar no mundo os estados de coisas relevantes. Para levar do plano semântico ao plano da identificação de objetos, essas pistas devem ser integradas e interpretadas por uma série de práticas e experiências. A referência, portanto, é uma consequência de práticas que contextualizam, na vida social, as pistas fornecidas pelo sentido. O esquema teórico em que se insere a solução proposta está representado abaixo:

(41)

semântica de imagens ou representações

pistas

práticas

referência

objetos

O esquema acima nos sugere que, em função da vagueza do sentido, talvez seja conveniente substituir a metáfora de Frege segundo a qual o sentido é um caminho para a referência, por uma outra segundo a qual o sentido aponta setas para a referência, mas o caminho correto a ser seguido vai depender da prática dos interlocutores, como é o caso de alguém que se encontra numa floresta sem caminhos definidos, mas com setas indicativas espalhadas pela mata.

Entendo essa noção de 'pistas' como uma série de instruções que os falantes cambiam entre si a fim de identificar (ou realizar) no mundo aquilo que é relevante para eles. Instruções nunca são completamente precisas; elas devem ser 'interpretadas' pela experiência e vivência dos interlocutores (o sentido estando sempre integrado àquilo que Wittgenstein chama de 'formas de vida'). Podemos comparar essas 'pistas' dadas pelo sentido às instruções de uso de um equipamento, ou às instruções de uma receita. Temos, nesses dois casos, um equivalente do que ocorre com o sentido: uma série de 'pistas' de como devemos agir para identificar (ou realizar) no mundo os estados de coisas relevantes. Mas essas 'pistas' não figuram diretamente a estrutura do mundo; elas nos instruem 'aproximadamente' como devemos proceder. O sucesso ou o fracasso

da identificação do estado de coisas é um momento logicamente posterior à constituição do sentido; este sucesso ou fracasso deriva das práticas que os interlocutores utilizam para ‘interpretar’ aquelas pistas. Identificamos (ou não) os estados de coisas relevantes, a partir da integração das pistas dadas pelo sentido às práticas de vida que dominamos, assim como acertamos ou não o ponto do bolo a partir das instruções da receita e de nossa prática de cozinha.

A estrutura das ‘pistas’ constitui a própria natureza do sentido; a integração dessas ‘pistas’ às práticas é logicamente (embora talvez não psicologicamente) posterior. Quando eu leio uma receita de bolo, entendo o seu sentido, embora, por não saber cozinhar (ao menos bolos), não domine suficientemente as práticas para transformá-la num bolo (ao menos o bolo desejável). As instruções da receita são por demais aproximativas, e só quem tem prática de cozinha sabe efetivamente interpretá-las. Extraio, aletoriamente, o seguinte trecho de um livro de receitas: “Bata bem as gemas com o açúcar, junte o creme de leite e leve ao fogo em banho-maria, mexendo até engrossar.” Bem, se eu me atrevesse a tentar fazer essa receita, as instruções me pareceriam precárias. Quando as gemas estariam suficientemente bem batidas? Como saber quando a mistura estaria ‘engrossada’? Seria quando as primeiras bolinhas aparecessem? Com minha experiência de cozinha, o resultado seria extremamente arriscado, mas isso não quer dizer que essa receita não tenha sentido para mim; ela tem até um sentido muito claro.

O sentido se define por uma série de exclusões e incompatibilidades; por exemplo, entendo, pela receita acima, que devo usar as gemas, e não a clara dos ovos; que devo levar ao fogo em banho-maria, e não em água fria, etc, etc. Da mesma forma, se alguém me diz: “Traga-me os alunos altos da escola”, não lhe levarei os apontadores ou os retroprojetores. Posso ficar na dúvida se o aluno José é ou não alto, mas isso não significa que eu não tenha entendido o significado da frase. Voltando à metáfora das setas na floresta, o caminhante, ao ver uma seta apontada para frente, embora não tenha certeza do caminho a seguir (pois não há picadas abertas na mata), certamente não fará meia volta e andará para trás. As pistas fornecidas pelo sentido não

compõem um retrato lógico do mundo, mas excluem uma série de rotas incompatíveis (para o desenvolvimento da noção de 'pistas', devo muito às discussões com Carlos Franchi).

A partir do exposto, deduz-se que, na solução proposta, está implícita a idéia de que a bivalência característica (sucesso ou fracasso) do ato de identificar fatos e objetos não pode servir de parâmetro para a análise semântica dos predicados vagos. Isso implica que a abordagem lógica (em termos de condições de verdade) é incompatível com a semântica da vagueza. E isso se dá tanto com uma teoria em que a lógica clássica é mantida (como em Quine), quanto com uma teoria que assume um modelo lógico modificado (como a teoria de *supervaluation*). Gostaria agora de sistematizar algumas das razões dessa incompatibilidade (algumas das quais já foram examinadas ao longo da tese):

1) Em primeiro lugar, analisemos a posição de Quine. Segundo ele, como vimos, a vagueza deve ser excluída da linguagem lógica, embora ela se faça presente na linguagem cotidiana. A meu ver, esta exclusão é coerente com os pressupostos da lógica, pois estes são incompatíveis com a semântica da vagueza. Para Quine, a linguagem é, na sua raiz, um 'falar de objetos'. Logo, toda proposição deve, em última instância, estar conectada com os fatos, mesmo que indiretamente, através da *'interanimation of sentences'*. Uma sentença que não esteja conectada (cujas condições de verdade não permitem estabelecer essa conexão) com os fatos não é uma proposição - ela deve ser, portanto, 'corrigida', para que a atribuição do valor de verdade possa operar. A identificação dos fatos está no coração da linguagem, segundo Quine, e se a vagueza impede essa identificação, ela deve ser excluída da forma lógica.

Como vimos na conclusão do Cap. 2, a vagueza representa uma ameaça à postulação do 'suporte empírico' da teoria de mundo que a língua é. Como vimos também, nem mesmo a indeterminação da ontologia representa tal ameaça, pois o termo 'gavagai', ainda que indeterminado ontologicamente, está conectada a parcelas do mundo por condições estimulatórias precisas, e como tal cumpre a função de ligar linguagem e mundo. Em outras palavras, 'gavagai'

respeita perfeitamente as condições lógicas necessárias para que se faça a conexão entre o símbolo e aquilo que ele representa. Ora, os predicados vagos, ao contrário, não respeitam tais condições.

Em função disso, a aceitação da vagueza na linguagem cotidiana coloca alguns dilemas para a teoria de Quine, conforme expus na conclusão do Cap. 2. Quine aparentemente recusa a idéia de que a linguagem natural é logicamente imperfeita; ao contrário, ele parece admitir que a linguagem constrói uma satisfatória teoria do mundo. Todavia, a linguagem natural apresenta uma série de sentenças (cuja amplitude é difícil de determinar) que não respeitam as condições lógicas que permitem a representação dos fatos do mundo. Temos aí um dilema considerável, que não é amenizado, a meu ver, pela exclusão da vagueza da linguagem lógica - na língua cotidiana, ela persiste insidiosa. A vagueza é incompatível com a teoria lógica de Quine porque ela solapa o 'suporte empírico' que toda sentença deve possuir, direta ou indiretamente. Aparentemente, o modo de eliminar o dilema seria afirmar que a vagueza da linguagem não é de natureza semântica, mas pragmática ou epistêmica; essa solução, porém, esbarra no fato de que a vagueza, na teoria quineana, está intrinsecamente associada à aprendizagem da linguagem (cf. Seção 4.1). A outra solução seria admitir que a vagueza é semântica, mas que tal semântica prescindir de um 'suporte empírico'. Esta solução contrária, é óbvio, os pressupostos da teoria lógica adotada por Quine.

O dilema gerado reside no fato de que a semântica da vagueza é incompatível com a análise lógica. Se um lógico admite que a vagueza é semântica e não pragmática ou epistêmica, então ele se vê no dilema de não conseguir explicar o fenômeno a partir de uma abordagem lógica (em termos de condições de verdade). Então a única solução remanescente (ainda assim contraditória!) é expulsar a vagueza da república lógica, como Platão expulsou de sua República ideal os poetas e a poesia.

2) A aceitação da vagueza na representação lógica leva ao paradoxo apontado por Sorensen (1994) (cf. seção 1.4). Segundo este autor, um modelo lógico que inclui o conceito de vagueza leva ao paradoxo de se afirmar que a sentença complexa 'Either Bill Clinton is chubby or

it is not the case that Bill Clinton is chubby' é verdadeira mesmo se as suas sentenças constituintes são vagas (indefinidas quanto ao valor de verdade). Este paradoxo atinge mais duramente a teoria de 'supervaluation'.

3) A vagueza contradiz o postulado da determinação do sentido e rompe a homologia lógica entre proposição e fato. Se minha análise contida na seção 1.1.2 estiver correta, a relação semântica entre as palavras 'acordar' e 'cedo', sendo vaga ou indeterminada, não é homóloga à relação (determinada) entre o ato de acordar e um momento x determinado. Em suma, a estrutura da sentença vaga não é homóloga à estrutura do fato que ela representa, o que é evidentemente incompatível com a análise lógica.

4) A vagueza, assim como a ambigüidade, contradiz a exigência lógica de uma relação um-a-um entre expressão e objeto, tal como formulada por Russell (1923:88), por exemplo. Isto se dá, segundo Russell, porque a linguagem é 'logicamente imperfeita': "na prática, a linguagem é sempre mais ou menos vaga, de modo a nunca ser completamente preciso o que se afirma" (introdução ao *Tractatus*, in Santos, 1993:114). Segundo este filósofo, a linguagem só cumpre sua função ('ter significado') quando se aproxima da linguagem ideal, logicamente perfeita¹¹. Em outras palavras, quando forem controlados 'defeitos' como a ambigüidade e a vagueza.

5) Segundo Grize (1971:40), não só os predicados são definidos, logicamente, em termos dos conjuntos de objetos aos quais se aplicam, mas é possível mesmo derivar os predicados possíveis a partir de um conjunto finito μ de objetos (cf. seção 3.3). Se o sentido dos predicados é derivável das classes de objetos aos quais se aplicam, então um predicado que não define uma classe extensional fechada (como ocorre com os predicados vagos) não é um verdadeiro predicado.

6) Relações de inferência entre proposições não são afetadas pela vagueza dos termos, como no caso da inferência a seguir. A) Todos os filósofos são inteligentes. B) Sócrates é filósofo.

¹¹ Sobre este 'gradualismo' das condições de verdade, conferir o comentário crítico de Santos (1993).

C) Sócrates é inteligente. Mesmo sendo 'inteligente' um termo vago, a inferência é válida. (Observação de Rodolfo Ilari).

4.5.2 Vagueza e realismo

Tenho argumentado que existem dois níveis de representação das expressões vagas (a- nível da relação semântica entre imagens ou representações; b- nível da identificação de fatos e objetos a partir das expressões vagas), e que a lógica confunde os dois níveis, reduzindo o primeiro ao segundo; ademais, afirmo que a semântica da vagueza é representável no primeiro nível, e não no segundo. A questão que se põe agora é a de examinar a relação entre os dois níveis, conforme o esquema apresentado em (41).

Tentemos examinar esta questão a partir do problema das sentenças indecidíveis. Como já vimos, sentenças indecidíveis são aquelas que não recebem valor de verdade no âmbito de uma determinada teoria. Elas podem ser de dois tipos: a) frases como a já citada sobre a existência de um número ímpar de folhas de relva (*blades of grass*) 'in Harvard Yard at the dawn of Commencement Day, 1903' (Quine, 1981:32). b) sentenças com termos vagos. Evidentemente, trata-se de dois tipos diferentes de indecidibilidade. No primeiro caso, ela é epistêmica. No segundo, lingüística. Mas os 'realistas' argüem que, em ambos os casos, existe uma 'questão de fato' que permitiria identificar, no mundo, a verdade ou falsidade das sentenças indecidíveis. Ou seja, potencialmente, elas poderiam indicar no mundo fatos verdadeiros (ou falsos), embora não o façam por razões epistêmicas ou lingüísticas.

Para os realistas, a identificação dos estados de coisas indicados pelas sentenças indecidíveis seria possível caso fossem introduzidas modificações de duas ordens: no caso das sentenças indecidíveis do tipo a), novas condições epistêmicas (por exemplo, uma máquina do tempo levaria alguém para contar as '*blades of grass*' no momento e lugar citados); b) 'regulação' dos sentidos

das expressões vagas. Ora, no primeiro caso, operações internas na linguagem não alteram em nada as condições de reconhecimento relevantes para sentenças do tipo a). No segundo caso, porém, operações internas na linguagem podem facilitar a identificação dos estados de coisas relevantes. Assim, ao contrário do que pensa Quine, creio que operações como a comparação (que denominei de *complementações de sentido*) não introduzem as condições lógicas necessárias para a identificação de estados de coisas, mas, por outro lado, tais operações, embora se dêem no interior da semântica (nível 1), podem ter, de fato, efeitos sobre a identificação de estados de coisas (nível 2). Assim, a semântica da vagueza é compatível com o postulado realista de que as sentenças indecidíveis são, em princípio, verdadeiras ou falsas por uma 'questão de fato' (mesmo que esse fato só nos seja acessível através de nossas representações semânticas).

Mas como conciliar isto com a afirmação anterior de que a semântica da vagueza expõe a cesura entre o que a língua diz e aquilo que o mundo é? Além disso, não afirmara que as *complementações de sentido* têm a função de delimitar mais precisamente o sentido de uma expressão, e não a referência objetiva? O meio de escapar da contradição é frisar que a relação entre representação semântica (no nível 1) e identificação dos objetos (nível 2) não é direta ou necessária, mas se dá por intermédio de 'pistas', conforme se vê no esquema (41) (a linha pontilhada entre 'pistas' e 'práticas' indica que as primeiras, quando integradas às segundas, nem sempre conduzem com sucesso à identificação dos objetos). Assim, as complementações de sentido fornecem 'pistas' suplementares (a partir da determinação das especificações semânticas envolvidas) que podem facilitar a identificação dos estados de coisas. Quando alguém diz 'Traga-me os alunos muito altos da escola', isso acarreta uma delimitação mais precisa do sentido do predicado 'alto', e, simultaneamente, fornece mais 'pistas' para a identificação dos objetos do que o faria a simples utilização do predicado vago 'alto'. Se estas 'pistas' vão ou não conduzir a identificações satisfatórias, isso vai depender de condições práticas envolvendo os interlocutores.

A semântica pode fornecer 'pistas' mais ou menos interessantes, mas o passo em direção às coisas vai depender de todo um jogo de práticas e atividades.

Essa noção de 'pistas' nos permite ligar duas conclusões aparentemente divergentes: a) existe um nível de representação semântica (ao menos dos predicados vagos) independente de considerações de condições de verdade b) no nível da identificação dos objetos, as sentenças indecidíveis (das quais as sentenças vagas são um subconjunto) são, em princípio, verdadeiras ou falsas, por uma questão de fato, em relação a estados de coisas.

Há uma motivação suplementar para aceitar esse postulado realista¹² da 'questão de fato' na identificação de objetos. Se a estrutura semântica fosse completamente independente da estrutura do mundo objetivo, a noção de 'pista', que liga os níveis 1 e 2, seria irrelevante. A linguagem se construiria à margem e ao largo da realidade objetiva, por exemplo no nível da *doxa*. Esta é a visão da teoria dos topoi. Mas, como vimos, essa teoria é incapaz de sistematizar o funcionamento de operadores como a comparação e os intensificadores. Ela é assim insatisfatória na representação da semântica da vagueza, o que, a meu ver, podemos debitar ao 'irrealismo' extremado dessa teoria. Se os conceitos vagos utilizados na linguagem (e que constituem a sua rede semântica) fossem ficções ou mitos (na mitologia dos topoi), seria difícil imaginar por que existem na semântica operações que tornam os sentidos mais precisos, e que ao mesmo tempo fornecem pistas para a identificação de estados de coisas. Os mitos podem ter uma estrutura, mas é difícil vislumbrar que eles sejam mais ou menos precisos.

A solução proposta pressupõe, ao contrário, que, por um lado, a semântica tece uma rede de sentenças +vagas ou -vagas; por outro lado, essa rede de sentenças é complementada por uma série de práticas e atividades que conectam essas sentenças ao mundo, a partir das 'pistas' dadas pela semântica.

¹² Na verdade, a minha posição é de um 'realismo moderado'. Das três hipóteses fundamentais que caracterizam o 'realismo' lógico (Putnam, 1983:298), aceito apenas a primeira ('assumes a world consisting of a definite totality of discourse-independent objects and properties') e recuso as outras duas ('strong bivalence' e 'correspondence theory of truth'). Neste ponto, minha posição se assemelha à de Horgan (1990).

5. CONCLUSÃO

Nesta conclusão, mais do que rediscutir alguns problemas abordados ao longo da tese, pretendo ressaltar certas vantagens solução proposta, e também indicar pesquisas que podem ser desenvolvidas a partir dessa solução.

A primeira vantagem é que a solução proposta permite sistematizar o conjunto de operadores de redução de vagueza num sistema de regras determinado. Esse sistema abrange tanto os operadores gramaticais (comparação, intensificadores, etc.), quanto os operadores lexicais (hedges).

Uma segunda vantagem é que se trata de uma abordagem não-quantitativa da vagueza, de modo que ela pode ser aplicada tanto a predicados representáveis em escalas mensuráveis (*alto*, *gordo*), quanto a predicados não-mensuráveis (*cristão*, *inteligente*). Como vimos, operações sobre a vagueza de um termo envolvem uma reconstrução da estrutura semântica desse termo, seja delimitando as especificações constitutivas do sentido do termo, seja estabelecendo limites para uma dada especificação. Essa reconstrução semântica abarca, assim, tanto os aspectos escalares, quanto os não-escalares da estrutura das 'representações'.

Uma terceira vantagem é que o conceito de 'complementação de sentido', ao contrário do conceito de '*precisification*', não é incompatível com a 'vagueza resistente' definida por Horgan (1990). Uma complementação de sentido não suprime a vagueza de uma expressão vaga, com isso, como vimos, ela não tem o poder de restabelecer as condições lógicas para a aplicação do princípio da bivalência.

Uma quarta vantagem é que a solução proposta dá conta, claramente, da diferença entre vagueza e ambigüidade. Há duas definições de vagueza na solução proposta, e as duas não se

aplicam às expressões ambíguas: a) um termo vago é aquele que é suscetível de complementação de sentido; b) um termo é vago pela indefinição de suas especificações semânticas, seja em função da multiplicidade indeterminada dessas especificações, seja em função da indeterminação dos limites de uma especificação dada. 'Complementações de sentido' envolvem reconstruções da estrutura semântica - ora, desambiguações não têm efeitos sobre a estrutura semântica do termo ambíguo. Por exemplo, a ambiguidade de 'violação' em 'Houve uma violação na sala das professoras' é eliminada pela frase 'Todos os alunos tiveram acesso prévio às questões do exame', mas esta última frase em nada interfere na estrutura semântica do termo ambíguo. Termos são ambíguos em função de uma identidade de significantes, com diferença de sentidos, a estrutura desses sentidos não sendo causa da ambigüidade. Assim, a definição b) também não se aplica aos termos ambíguos. Esta diferença (termos são vagos em função de sua estrutura semântica, termos são ambíguos em função da identidade de significantes) evita toda a série de dificuldades que caracteriza a oposição de vagueza e ambigüidade em termos de condições de verdade.

Finalmente, uma quinta vantagem é que a solução proposta permite estabelecer uma distinção semântica fundamental entre adjetivos e substantivos. Adjetivos, normalmente, são fortemente vagos (ou seja, recebem o traço +vago), ao passo que substantivos são, normalmente, fracamente vagos (ou seja, recebem o traço -vago). Essa diferença semântica entre essas duas classes de palavras tem sido observada por alguns autores (Kamp (1975), Martin (1986) e mesmo Quine (1960), implicitamente, como vimos na seção 4.1) e foi desenvolvida no artigo "*Adjetivos e Substantivos: uma ou duas classes?*" (Ilari, Moura, Negri (1994)). Neste artigo se ressalta que essa diferença semântica deve ser combinada a outros fatores para a classificação de itens lexicais como adjetivos ou substantivos, mas os autores sustentam que a vagueza não pode ser desprezada na semântica dessas classes. Creio que a solução proposta nesta tese favorece essa perspectiva.

Gostaria agora de indicar algumas pesquisas que podem ser desenvolvidas a partir da solução proposta. Em primeiro lugar, ela pode ser aplicado^a a diferentes questões semânticas, como por exemplo às expressões temporais. O conceito de ‘momento’, fundamental para a constituição de uma semântica do tempo em língua natural, deve levar em conta a vagueza envolvida nas escalas temporais. Os advérbios de tempo (como ‘cedo’ e ‘agora’) podem receber o mesmo tratamento de adjetivos e substantivos vagos, podendo sofrer ‘complementações de sentido’: A) “João acordou cedo”. Complementação de sentido: “João acordou muito cedo” ou “João acordou cedinho”. B) “João saiu agora”. Complementação de sentido: “João saiu bem agora” ou “João saiu agorinha”.

Um outro campo de pesquisa (que corresponde a um desenvolvimento da solução proposta) é o da combinatória dos diferentes tipos de modificadores de vagueza. Observei, na seção 4.4, que as condições de aplicação de um modificador M exigem que o predicado ao qual ele se aplica seja marcado +vago. Isso dá conta do fato de que as operações de intensificação e comparação não podem ser aplicadas simultaneamente a um predicado. Por outro lado, os hedges podem co-ocorrer com a comparação: “Em questões matemáticas, João é mais inteligente que Pedro”. Seria preciso assim estudar as condições de co-ocorrência dos diversos tipos de ‘complementação de sentido’, para averiguar os efeitos semânticos que essas combinações envolvem e tentar estabelecer regras que as expliquem.

Como vimos na seção 1.5, existem mecanismos linguísticos não só para reduzir a vagueza, mas também para incrementá-la. Não abordei, nesta tese, o problema dos ‘intensificadores de vagueza’, mas creio que a solução proposta pode ser desenvolvida para abranger também esse tipo de operadores. Uma questão teórica instigante é averiguar se, no que concerne às ‘pistas’ para a referência, os operadores de intensificação de vagueza têm um efeito reverso ao dos operadores de redução de vagueza. Estes, ao precisarem o sentido dos predicados, fornecem mais

'pistas' para a identificação da referência. A questão que se põe é se um 'intensificador de vagueza', ao contrário, fornece 'pistas' mais tênues do que o predicado ao qual ele se aplica. Aparentemente, nada nos impede (de acordo com a perspectiva da solução proposta) de responder afirmativamente, pois as 'pistas' para a referência parecem mais fortes no caso da sentença "A figura geométrica H é um hexágono", do que no caso "A França é um hexágono" (aliás, observe-se que, para os franceses, é evidente que a França é um hexágono, ao passo que para um estrangeiro isto não é tão cartesiano, o que mostra, mais uma vez, que a relação entre o sentido e as práticas é essencial para o processo de interpretação). Os 'intensificadores de vagueza' mereceriam uma análise aprofundada.

Tratei a vagueza como um aspecto do caráter representacional da linguagem. Não me preocupei, destarte, com a relação entre vagueza e efeitos ilocucionários, mas creio que pesquisas interessantes podem ser desenvolvidas sobre a combinação entre a vagueza intrínseca dos termos linguísticos e atos de fala específicos. Penso que os modos como os falantes exploram essa característica da língua natural têm a ver com o tipo de ato de fala (ou discurso) que eles estão realizando. Por exemplo, a vagueza pode ser fortalecida em certos atos de fala, como promessas, programas políticos, acordos de paz, etc. Uma pesquisa interessante pode tentar averiguar se operações de 'complementação de sentido' se fazem mais presentes em certos tipos de atos de fala (ou discurso), do que em outros.

Para finalizar, gostaria de explicitar que a perspectiva teórica utilizada nesta tese se contrapõe a uma outra que conduz à hipótese de que toda a questão da vagueza, que já fez correr tanta tinta, é na verdade um falso problema. Nesta perspectiva, argúi-se que as dificuldades que a vagueza coloca para o sistema lógico são relevantes apenas para aqueles que se põem na perspectiva da 'lógica como linguagem' (segundo os termos de van Heijenoort, apud Hintikka, 1979), como seria o caso de Frege, do Wittgenstein do *Tractatus* e de Quine. Todavia, se se

abandona essa pretensão da 'lógica como linguagem', pode-se trabalhar na perspectiva da 'lógica como cálculo', pela qual se postulam sistemas formais com quantificações que podem operar sobre domínios alternativos. Ora, nessa perspectiva não haveria sentido de se falar em expressões vagas, pois uma expressão só adquire sentido num modelo específico, que estipula o seu próprio domínio de objetos. Logo, a questão da vagueza seria um falso problema.

Interessei-me, ao longo da tese, pela forma como as representações linguísticas funcionam na interlocução, ou seja, pelas regras estabilizadas que permitem a compreensão e a comunicação entre os interlocutores. Esta opção teórica implica a recusa da perspectiva aludida acima, pois esta não envolve claramente uma resposta à questão da compreensão intersubjetiva. Tudo se passa como se a 'reinterpretação' dos predicados nos diferentes modelos - o que exclui a vagueza - desse conta também do uso dos predicados na linguagem ordinária. Isso pressupõe, ao que parece, que cada falante, em última instância, disporia de um modelo interpretativo próprio que estipula um sentido para cada predicado. Na interlocução, os falantes F_1 , F_2 e F_3 , por exemplo, disporiam cada um de um modelo M_1 , M_2 , M_3 (cada falante seria um semanticista ousado que reinterpreta livremente sua linguagem como um cálculo). Assim, nessa perspectiva, um predicado nunca seria vago para um dado falante. Mas o problema da compreensão intersubjetiva permanece intocado: como se efetua a comunicação real a partir da interação desses modelos (logicamente infinitos)? Por não oferecer uma resposta precisa a um problema básico (o da compreensão intersubjetiva) da linha teórica adotada nesta tese, esta outra perspectiva foi descartada como não-relevante para os objetivos desta pesquisa.

6. SUMMARY

The aim of this thesis is to analyse vague predicates, specially nouns and adjectives such as “mountains”, “christian”, “bald”, “tall”, among others. In the first chapter, one shows the concept of vagueness distinguishing it from other semantic concepts, such as ambiguity, generality, and ‘unsaid’. After discussing the concept of vagueness in Quine’s theory, one attempts to demonstrate that the definition of vagueness in terms of truth conditions (vague predicates are the ones which are neither true nor false of some objects) displays serious dilemmas for a logic semantics.

In the second chapter, one investigates the theoretical frame in which Quine’s concept of vagueness is inserted. One also shows that vagueness is extremely relevant to the problems (such as language learning and indeterminacy of ontology) which Quine’s theory puts at stake and, at the same time, such a question brings some dilemmas within it to this theory.

In the third chapter, one approaches in detail a semantic model (the Topoi Theory developed by Ducrot and collaborators) which intends to handle semantic facts encompassed by vagueness, understood here as graduality of predicates. One argues, then, that the approach of the Topoi Theory, according to which graduality of predicates is of an argumentative nature (a predicate is vague, in this model, due to the fact that the topoi associated to it may be applied with greater or smaller argumentative force) is unsatisfying either in systematizing or in explaining the concept of vague predicates.

At last, in the fourth chapter, one criticizes the semantic description of “vagueness modifiers” (in special comparative construction and intensifiers) afforded by the concept of

vagueness defined in terms of truth conditions (be it in Quine's theory or in alternative logic models, such as the "supervaluation theory"). As an alternative to these models (and also to the Topoi Theory) one proposes a model with degree traces of vagueness, in which sentences with vague predicates are not considered as "propositions". Vague predicates are defined as those which may be subjected to "meaning complementation" (a semantic operation which does affect the semantic structure of a term in as much as it makes it less vague). The solution put forward points to a re-evaluation of the rapport between sense and reference.

KEY-WORDS: VAGUENESS, SENSE, LOGIC, REFERENCE

7. Referências Bibliográficas

- ANSCOMBRE, J-C. (1989) «Théorie de l'argumentation, topoi et structuration discursive». *Revue Québécoise de Linguistique* 18, n° 1:13-56.
- _____ (1994) « La théorie des topoi: sémantique ou rhétorique ? » , ms. inédito.
- BAKER, G.P. & HACKER, P.M. (1988) *Wittgenstein. Meaning and Understanding*. Oxford, Blackwell.
- BENVENISTE,E. (1966) *Problèmes de Linguistique Générale I*. Paris, Gallimard.
- BLACK,M. (1937) "Vagueness". *Philosophy of Science* 4:427-55
- BORGES NETO,J. (1992) "Adjetivos sincategoremáticos: um problema para a semântica". *Cadernos de Estudos Linguísticos* 22: 109-126.

- BOUVERESSE, J.(1984) *Le philosophe chez les autophages*. Paris, Minuit.
- BRUXELLES, S., DUCROT, O. & RACCAH, P-Y. (1995) « Argumentation and the lexical topical fields ». *Journal of Pragmatics* 24(1-2):99-114.
- CHOMSKY, N (1977) "On wh-movement", In Culicover, P. W., Wasow, T. & Akmajian, A. (Eds.). *Formal Syntax*. New York, Academic Press. 71-132.
- _____ (1986) *Knowledge of Language*. New York, Praeger.
- DUCROT, Oswald (1987) *O Dizer e o Dito*. Campinas, Pontes.
- _____ (1989a) « Argumentação e topoi argumentativos », In Guimarães, Eduardo (ed.), *História e sentido na linguagem*. Campinas, Pontes.
- _____ (1989b) « Topoi et sens ». *Actes du 9ème Colloque d'Albi*, Université Toulouse-le - Mirail. 1-22.
- _____ (1989c) *Polifonia et Argumentacion*. Cali, Universidad del Valle.
- _____ (1990) « Argumentation et Persuasion ». *Colloque d'Anvers sur Enonciation et Parti-Pris*.
- _____ (1995) « Les modificateurs déréalisants ». *Journal of Pragmatics* 24(1-2): 145-165.
- _____ (1995) "Topoi et formes topiques", In Anscombe, J.C. (org.), *Théorie des Topoi*. Paris, Kimé. 85-99.
- DUMMETT, M. (1981) *Frege: Philosophy of language*. Cambridge (Mass.), Harvard University Press.
- _____ (1991) *The logical basis of metaphysics*. London, Duckworth.
- EWIN, Marie-Eve (1990). *La sémantique du vague*. Thèse de Doctorat (Sorbonne). Paris.
- FINE, K. (1975) "Vagueness, truth and logic". *Synthese* 30(3-4): 265-300.
- FREGE, G. (1978) *Lógica e filosofia da linguagem*. Trad. Paulo Alcoforado. São Paulo, Cultrix.
- FUCHS, C. (1986) Le vague et l'ambigu. deux frères ennemis. *Quaderni di Semantica* 7(2): 234-245.
- GILLON, B. (1990) "Ambiguity, generality, and indeterminacy: tests and definitions". *Synthese* 85: 391-416.
- GRIZE, J.B. (1971) *Logique Moderne 2*. Paris, Gauthier-Villars/Mouton.
- HOOKWAY, C. (1992) *Quine*. Bruxelles, De Boeck.
- HORGAN, T. (1990) "Psychologistic semantics, robust vagueness, and the philosophy of language", In Tsohatzidis, S.L. (ed), *Meanings and Prototypes*. London, Routledge.

- ILARI, Rodolfo , MOURA, Heronides & NEGRI, Lígia (1994). « Adjetivos e Substantivos: uma ou duas classes? » ms. inédito.
- ILARI, Rodolfo () "Estruturalismo e Semântica", ms. inédito.
- _____ (1993) « Alguns problemas semânticos na análise dos adjetivos ». *Cadernos de Estudos Linguísticos 24* Campinas, UNICAMP.
- JACKENDOFF, R.(1987) *Consciousness and the computational mind*. Cambridge(Mass.),MIT Press.
- KAMP, J.A.W. (1975). « Two theories about adjectives », In Kelnan,E.L.(ed.). *Formal Semantics of Natural Languages*. Cambridge, Cambridge University Press.
- KEMPSON, Ruth (1980) *Teoria Semântica*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar.
- KLEIN, E. (1982) « The interpretation of adjectival comparatives ». *Journal of Linguistics 18*: 113-136.
- KOOIJ,J.(1971) *Ambiguity in natural language*. Amsterdam, North Holland.
- LABOV, W.(1973) "The boundaries of words and their meanings". In C.-J. N. Bailey and R. W. Shuy (eds), *New ways of analyzing variation in English*, vol. 1. Washington, D.C., Georgetown University Press.
- LAKOFF, G.(1970) "A note on vagueness and ambiguity". *Linguistic Inquiry 1*:357-359.
- _____ (1972) "Hedges: a study in meaning criteria and the logic of fuzzy concepts". *Chicago Linguistic Society,8*:183-228.
- LAUGIER-RABATÉ, S. (1992) *L'Anthropologie Logique de Quine*. Paris, Vrin.
- MARGALIT,A.(1976) "Vagueness in vogue". *Synthese 33*:211-221.
- MARTIN,R. (1986) "Le vague et la sémantique de l'adjectif". *Quaderni di Semantica 7*(2).246-263
- MARTIN, Robert (1992) *Pour une logique du sens*. Paris, PUF.
- McCAWLEY,J.(1981) *Everything that linguists have always wanted to know about logic but were ashamed to ask*. New York, Academic Press.
- MOURA, Heronides (1994) « O papel da vagueza na classificação dos nomes ». *Estudos Linguísticos 23*:111-9. (Anais dos seminários do GEL).
- _____ (1995) « A aquisição de linguagem sob a perspectiva das idéias de Wittgenstein ». *Cadernos de Estudos Linguísticos 27*. Campinas, UNICAMP.
- PARIKH, R. (1994) "Vagueness and utility". *Linguistics and Philosophy 17*:521-535.

- PEIRCE, C. (1902) "Vagueness". In Baldwin (ed.) *Dictionary of Philosophy and Psychology*, Vol. 2. Macmillan.
- PUTNAM, H. (1983) "Vagueness and alternative logic". *Erkenntnis* 19:297-314.
- QUINE, W.O. (1953) "Two dogmas of empiricism", In *From a logical point of view*. Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press.
- _____ (1960) *Word and Object*. Cambridge, Massachusetts, MIT Press.
- _____ (1969) *Ontological Relativity and Other Essays*. New York, Columbia University Press.
- _____ (1981) *Theories and Things*. Cambridge, Massachusetts, Harvard.
- _____ (1992) *Pursuit of Truth*. Cambridge, Massachusetts, Harvard.
- RUSSELL, B. (1923) "Vagueness". *Australasian Journal of Philosophy* 1:74-86.
- SADOCK, J. (1986) "The position of vagueness among insecurities of language". *Quaderni di Semantica* 7(2):267-276.
- SANTOS, Luiz Henrique (1993) "A essência da proposição e a essência do mundo". Introdução ao *Tractatus Logico-Philosophicus* de Wittgenstein (1993).
- SEUREN, P.A.M. (1973) "The comparative". In Kiefer and Ruwet (eds) *Generative Grammar in Europe*. Dordrecht, Reidel.
- SORENSEN, R. (1994) "A thousand clones". *Mind* (103):47-58.
- VOGT, Carlos (1977) *O intervalo semântico*. São Paulo, Ática.
- WAISMANN, F. (1952) "Verifiability". In Flew, A.G. (ed) *Logic and Language*. 117-144. Oxford, Blackwell.
- WARREN, B. (1988) "Ambiguity and vagueness in adjectives". *Studia Linguistica* 42(2):122-72.
- WITTGENSTEIN, L. (1984). *Investigações Filosóficas*. Col. Os Pensadores. São Paulo, Abril.
- _____ (1993). *Tractatus Logico-Philosophicus*. Tradução e introdução de Santos, L.H. São Paulo, EDUSP.
- ZWICKY, A. & SADOCK, J. (1975) "Ambiguity tests and how to fail them". In Kimball, J.P. (ed), *Syntax and Semantics*, 4:1-36, New York, Academic Press.